



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia

RESOLUÇÃO Nº 13/REIT - CEPEX/IFRO, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Dispõe sobre a aprovação do Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Geografia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO, Campus Cacoal.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Estatuto e, considerando o Processo nº 23243.012055/2017-61, considerando a Resolução nº 57/CONSUP/IFRO/2017, considerando ainda a aprovação unânime do Cepex na 10ª Reunião Ordinária, em 12/12/2017;

R E S O L V E:

Art. 1º APROVAR o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Geografia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO, *Campus Cacoal*, anexo a esta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor nesta data.

UBERLANDO TIBURTINO LEITE

Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão do
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia.



Documento assinado eletronicamente por **Uberlando Tiburtino Leite, Presidente do Conselho**, em 29/03/2018, às 16:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ifro.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0202266** e o código CRC **24173424**.

ANEXO I À RESOLUÇÃO Nº 13, DE 27 DE MARÇO DE 2018
PPC LICENCIATURA EM GEOGRAFIA - CAMPUS CACOAL - [LINK - 0202260](#)

Atualização de PPC em 12 de agosto de 2022 - [LINK - 1685337](#)

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA DO CAMPUS CACOAL



INSTITUTO FEDERAL
Rondônia



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA DO CAMPUS CACOAL

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO
PORTARIA Nº 134, de 22 DE JUNHO DE 2017

Tiago Roberto Silva Santos
Ayrton Schupp Pinheiro Oliveira
Sirley Leite Freitas
Luciano Edson da Silva
Juliano Cristhian Silva
Clodoaldo Cristiano Reis

Fernanda de Oliveira Freitas Cavalcante
PORTARIA Nº 139, de 04 DE JULHO DE 2017
Gilson Divino Araújo da Silva
Andréia dos Santos Oliveira

Sumário

LISTA DE FIGURAS	8
LISTA DE QUADROS	9
LISTA DE TABELAS	11
APRESENTAÇÃO.....	12
I. DADOS PRELIMINARES DO CURSO E DA IES:	13
1. Dados do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (Reitoria)	13
2. Dirigentes Ligados a Reitoria:	14
3. Dados da Unidade de Ensino – <i>Campus</i>	14
4. Dados dos Dirigentes da Unidade de Ensino – <i>Campus</i>	14
5. Dados Gerais do Curso a Ser Implantado	15
II. CONTEXTUALIZAÇÃO DO IFRO	15
1. DADOS INSTITUCIONAIS	15
1.1. Breve Histórico do IFRO: Contexto	15
1.2 Breve Histórico do <i>campus</i> : Contexto	17
1.3. Missão, Visão e Valores do IFRO	19
1.3.1. Missão	19
1.3.2. Visão	19
1.3.3. Valores	19
1.4. Dados Sócio-Econômicos da Região	20
DIMENSÃO 1 – ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DO CURSO	23
1.1. CONTEXTO EDUCACIONAL	23
1.1.1 Os dados e pirâmide populacional	23
1.1.2. População do Ensino Médio Regional	24
1.1.3. Quantidade de Vagas Ofertadas na Educação Superior da Região	26
1.1.4. Taxas Bruta e Líquida de Matriculados na Educação Superior	27
1.1.5. Demanda pelo Curso	28
1.1.6. Justificativa do Curso	29
1.1.7. Formas de Acesso ao Curso	30
1.2. Políticas Institucionais Constantes do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) no Âmbito do Curso	30
1.2.1. A Inter-relação entre o Ensino a Pesquisa e a Extensão	32

1.2.2. Políticas de Articulação com os Setores Públicos e Privados	32
1.2.3. Políticas de Ensino	34
1.2.4. Políticas de Pesquisa.....	35
1.2.5. Políticas de Extensão	36
1.2.6. Ações para o Desenvolvimento do Ensino, da Pesquisa e da Extensão ..	37
1.3. Objetivos do Curso	38
1.3.1. Objetivo Geral do Curso	38
1.3.2. Objetivos Específicos do Curso	38
1.4. Perfil Profissional do Egresso	40
1.4.1. Competências Gerais	40
1.4.2. Habilidades específicas	41
1.4.3. Mercado de Trabalho: relações entre o perfil do egresso e a profissão ...	43
1.5. Estrutura Curricular	43
1.6. Conteúdos Curriculares do Curso	46
1.6.1. Especificação dos Componentes Curriculares	46
1.6.2. Coerência dos Conteúdos Curriculares com o Perfil Desejado do Egresso	48
1.6.3. Coerência dos Conteúdos Curriculares Face às Diretrizes Curriculares Nacionais.....	49
1.6.4. Compartilhamento de disciplinas respeitando a carga-horária	50
1.6.5. Matriz Curricular do Curso	50
1.6.6. Ementário	60
1.6.7 Disciplinas Optativas	99
1.6.8 Ementário das disciplinas optativas	100
1.6.9. Estratégias de Desenvolvimento de Atividades Não Presenciais ou Semipresenciais	108
1.7. Metodologia	109
1.7.1. Concepção do Curso e Abordagens Pedagógicas	111
1.7.2. Transversalidade no Currículo	111
1.7.3. Prática Como Componente Curricular	112
1.7.4. Estratégias de Acompanhamento Pedagógico	113
1.7.5. Flexibilização Curricular	113
1.7.6. Estratégias de Desenvolvimento de Atividades Não Presenciais ou Semipresenciais	113

1.7.7. Estratégias de Substituição excepcional de atividades presenciais por formato remoto durante o período da pandemia da Covid-19	114
1.7.8. Certificação de Conclusão de Curso e Certificação Intermediária.....	116
1.7.9. Critérios de Aproveitamento de Estudos e de Certificação de Conhecimentos.....	116
1.8. Estágio Curricular Supervisionado	117
1.9 Estágio curricular supervisionado – relação com a rede de escolas	118
1.10 Estágio supervisionado – relação entre licenciados, docentes e supervisores da rede de escolas da educação básica	118
1.10.1. Supervisão e Orientação do Estágio Supervisionado	118
1.10.2. Avaliação do Estágio Supervisionado	118
1.10.3. Orientador de Estágio	118
1.10.4. Supervisor	119
1.10.5. Estagiário.....	119
1.10.6. Documento de Avaliação	120
1.11 Estágio Curricular Supervisionado – relação teoria e prática	120
1.12 Estágio Não Obrigatório	122
1.13. Atividades Complementares	122
1.14. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	124
1.14.1. O Trabalho.....	125
1.14.2. A Defesa do Trabalho	126
1.14.3. A Divulgação do Trabalho.....	127
1.15. Apoio ao Discente	127
1.16. Ações Decorrentes do Processo Avaliativo do Curso	127
1.16.1. Atendimento Extraclasse	130
1.16.2. Atendimento Psicopedagógico.....	130
1.16.3. Estratégias de Nivelamento	130
1.16.4. Estratégias de Interdisciplinaridade	131
1.16.5. Curricularização da Extensão	132
1.16.6. Estímulos às Atividades Acadêmicas.....	134
1.17 Atividades de Tutoria	135
1.18. Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) no Processo Ensino-Aprendizagem.....	135
1.19. Procedimentos de Avaliação dos Processos de Ensino-aprendizagem do Curso	137

1.20. Número de Vagas	139
1.21 Interação com as redes públicas de ensino	139
1.22 Atividades práticas de ensino para licenciatura.....	139
1.23. Participação obrigatória dos discentes no acompanhamento e na avaliação do PPC	139
DIMENSÃO 2 - CORPO DOCENTE	140
2.1. Atuação do Núcleo Docente Estruturante	140
2.1.1. Composição do Núcleo Docente Estruturante	141
2.2. Atuação do Coordenador do Curso.....	142
2.2.1. Identificação do Coordenador do Curso.....	143
2.2.2. Titulação e Formação do Coordenador do Curso	143
2.3. Experiência Profissional do Coordenador do Curso e Atuação no IFRO.....	143
2.4. Regime de Trabalho do Coordenador do Curso.....	143
2.5. Titulação do Corpo Docente	144
2.5.1. Políticas de aperfeiçoamento, qualificação e atualização do corpo docente	145
2.6. Titulação do Corpo Docente – Percentual de Doutores	146
2.7. Regime de Trabalho do Corpo Docente.....	146
2.8. Experiência Profissional, Educação básica ou Profissional e Magistério Superior do Corpo Docente	147
2.9. Funcionamento do Colegiado do Curso	148
2.10. Produção Científica, Cultural, Artística ou Tecnológica do Corpo Docente	150
DIMENSÃO 3 – INFRAESTRUTURA.....	152
3.1. Gabinetes de Trabalho para Professores em Tempo Integral	152
3.2. Espaço de Trabalho para Coordenação de Curso e Serviços Acadêmicos..	152
3.3. Sala de Professores.....	153
3.4. Salas de Aula.....	153
3.5. Acesso dos Alunos a Equipamentos de Informática.....	154
3.5.1. Plano de atualização tecnológica e manutenção de equipamentos	154
3.6. Livros da Bibliografia Básica	155
3.7. Livros da Bibliografia Complementar.....	155
3.8. Periódicos Especializados	156
3.9. Laboratórios Didáticos e Especializados: quantidade	156
3.9.1. Plano de Atualização Tecnológica e Manutenção de Equipamentos	157

3.9.2. Infraestrutura de Laboratórios Específicos da Área de Formação.....	158
3.10. Laboratórios Didáticos Especializados: Qualidade	165
3.11. Laboratórios Didáticos Especializados: Serviços	165
3.12 Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).....	166
DIMENSÃO 4. DOS REQUISITOS LEGAIS.....	167
4.1. Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso	167
4.2. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica	169
4.3. Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena	170
4.4. Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos	170
4.5. Proteção dos Direitos da Pessoa com Necessidades Específicas	172
4.5.1. Para garantir a proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Lei N° 12.764, de 27 de dezembro de 2012).....	174
4.6. Acessibilidade para Pessoas Com Deficiência Física	175
4.6.1. Acessibilidade Para Alunos Com Deficiência Visual	176
4.6.2. Acessibilidade Para Alunos Com Deficiência Auditiva	176
4.7. Do oferecimento da Disciplina de Libras	176
4.8. Titulação do Corpo Docente	177
4.9. Núcleo Docente Estruturante (NDE)	177
4.10. Tempo de integralização	178
4.11 Carga Horária Mínima, em horas – para licenciaturas	179
4.12. Informações Acadêmicas	180
4.13. Políticas de Educação Ambiental	180
4.14. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em Nível Superior, Curso de Licenciatura, de Graduação Plena	181
DIMENSÃO 5. TEMAS GERAIS E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	181
5.1. Infraestrutura do <i>Campus</i>	181
5.1.1. Infraestrutura de Segurança	182
5.1.2. Área de Convivência.....	183
5.1.3. Biblioteca	183
5.1.4. Espaços para Eventos	185
5.1.5. Instalações Sanitárias.....	185
5.2. Organização do Controle Acadêmico.....	185

5.3. Setores de Apoio Pedagógico e Técnico-Administrativo	186
5.3.1. Diretoria de Ensino	187
5.3.2. Departamento de Extensão	188
5.3.3. Departamento de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação	189
5.3.4. Coordenação de Tecnologia da Informação	189
5.3.5. Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas	189
5.4. Políticas Especiais do IFRO	190
5.4.1. Políticas de Educação Inclusiva.....	190
5.5. Certificação de Conclusão de Curso	191
5.6. Acesso a Equipamentos de Informática pelos Docentes.....	192
5.7. Recursos Audiovisuais Disponíveis para o Exercício da Docência	192
REFERÊNCIAS	194

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Participação dos setores da economia no valor adicionado ao bruto – Rondonia – 2012.....	19
Figura 2 – Atividades econômicas praticadas no município de Cacoal por setores (2014)	21
Figura 3 – Pirâmide Populacional de Cacoal e Rondônia	22
Figura 4 – Porcentagem de matrículas na Educação Superior em relação à população de 18 a 24 anos - Taxa bruta de matrícula, de 2001 a 2014	26

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Dados Gerais do IFRO.....	13
Quadro 2 - Reitor e Pró-reitores do IFRO.....	14
Quadro 3 - Dados Gerais do Campus.	14
Quadro 4 - Diretor Geral e Diretor de Ensino.	14
Quadro 5 - Dados Gerais do Curso.....	15
Quadro 6 - Dados Econômicos e Sociais de Rondônia.	20
Quadro 7 - Produto Interno Bruto do Município de Cacoal.	20
Quadro 8 - Escolas que oferecem o Ensino Médio em Cacoal	23
Quadro 9 - Empresas que participaram e responderam o questionário do PAER. ...	30
Quadro 10 - Núcleo de estudos de formação geral, das áreas específicas e interdisciplinares, e do campo educacional.	44
Quadro 11 - Núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos das áreas de atuação profissional.	45
Quadro 12 – Núcleo de estudos integradores para enriquecimento curricular.....	47
Quadro 13 - Distribuição de carga horária para os núcleos de conteúdo	52
Quadro 14- Matriz Curricular Completa do curso de Licenciatura em Geografia.....	52
Quadro 15 – Matriz curricular do curso de Licenciatura em Geografia por período. .	54
Quadro 16 – Síntese da Carga Horária Teórica, Prática e Total por núcleos.	58
Quadro 17 - Disciplinas Optativas para o curso de Licenciatura em Geografia	97
Quadro 18 - Núcleo docente estruturante do curso.....	135
Quadro 19 - Titulação do coordenador do curso.	136
Quadro 20 - Experiência Profissional do Coordenador do Curso.	1437
Quadro 21 - Titulação do corpo docente.	1447
Quadro 22 - Regime de trabalho do corpo docente.....	1469
Quadro 23 – Tempo de exercício na docência e em outras atividades.	14740
Quadro 24 - Produção Científica, Cultural, Artística ou Tecnológica do Corpo Docente.	15042
Quadro 25 - Descrição de gabinetes para docentes.	1523
Quadro 26 - Espaço de trabalho para a coordenação de curso e serviços acadêmicos.	1534
Quadro 27 - Descrição da sala de professores de Convivência.	1534
Quadro 28 - Laboratórios Didáticos Especializados já existentes..	147
Quadro 29 - Infraestrutura dos laboratórios existentes	149
Quadro 30 - Estrutura física do <i>Campus</i> Cacoal disponível para o curso de Licenciatura em Geografia	15373

Quadro 31 - Número de obras por aluno disponíveis na biblioteca	175
Quadro 32 - Horários de funcionamento da biblioteca do IFRO – Campus Cacoal.	175
Quadro 33 - Recurso humanos disponíveis na biblioteca.....	1856
Quadro 34 - Recursos audiovisuais.	183

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Matrículas por nível .	23
Tabela 2 – Número de alunos matriculados nas diferentes modalidades de Ensino Médio em Cacoal, 2015.	23
Tabela 3 – Matrículas no Ensino Médio na Microrregião III Cacoal.	24
Tabela 4 – IES autorizadas a ofertar o curso de Licenciatura em Geografia na região/Estado (2017).	25
Tabela 5 – Porcentagem de matrículas na Educação Superior em relação à população de 18 a 24 anos – Taxa Bruta e Taxa Líquida (2001 a 2015).	26
Tabela 6 – Previsão de vagas a serem oferecidas em quatro anos.	132

APRESENTAÇÃO

A educação superior passa atualmente por diversos desafios diante das intensas transformações que têm ocorrido na sociedade contemporânea, no mercado de trabalho e nas condições de exercício profissional. Dentro desta concepção e no intuito de enfrentar estes desafios o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO) foi concebido para atender aos anseios da sociedade Rondoniense no que concerne à promoção da educação profissional de nível médio e também superior. Ressalta-se, também, que o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia não se constitui apenas como uma instância reflexiva da sociedade e do mundo do trabalho, mas como um espaço de cultura e de imaginação criativa, capaz de intervir na sociedade, transformando-a em termos éticos.

Apresentamos aqui uma proposta de Projeto Pedagógico de Curso (PPC) que leva em consideração estes desafios da educação superior bem como das necessidades da região de Cacoal na demanda de profissionais licenciados em Geografia para atender à educação básica.

A disciplina de Geografia faz parte da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a educação básica no Brasil, devendo esta ser ministrada por um profissional licenciado em Geografia. Para formar esse profissional, o curso de Licenciatura em Geografia do IFRO – *Campus Cacoal* será ofertado no período noturno com duração mínima de 4 e máxima de oito 8 anos, respectivamente de 8 a 16 semestres, com a oferta de 40 vagas anuais.

O **Curso de Licenciatura em Geografia**, abrigado na área das Ciências Humanas e da Natureza a ser implantado pelo Instituto Federal de Rondônia, tem sua matriz curricular baseada nas orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores da educação básica, em nível superior, de graduação plena, definidas pela Resolução CNE/CP 1/2002; das Diretrizes Curriculares para o curso de Geografia, expressas no Parecer CNE/CES 492/2001 e na Resolução CNE/CES 14/2002; na Resolução CNE/CP 2/2002, Resolução CNE/CP nº 02/2015 que estabelece a carga horária das Licenciaturas, assim como nas normativas, políticas e orientações internas do Instituto Federal de Rondônia.

Com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais, pretende-se com este curso, formar egressos capacitados a desenvolver as competências necessárias para a

prática da docência em Geografia, com conhecimento amplo de todas as áreas que possam complementar sua formação, além da concepção crítica sobre a formação e transformação do espaço geográfico, seja em seu aspecto natural e/ou social.

Neste Projeto Pedagógico de Curso (PPC), o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia apresenta uma visão sintética do curso compreendendo os seguintes aspectos: perfil, missão, contextos histórico e geográfico, objetivos, concepções e organização pedagógica, políticas institucionais distribuídos em três dimensões em atendimento ao Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação presencial e a distância do Ministério da Educação.

Além disso, este projeto pedagógico, na sua macro e microestrutura, deverá servir como instrumento norteador no processo de formação do Licenciado em Geografia com foco nas necessidades da região e nas aspirações da população local.

O Curso de Licenciatura em Geografia será criado, implantado e executado considerando a flexibilidade necessária na sua organização para atender a diversidade e heterogeneidade do conhecimento do aluno, tanto no que se refere à sua formação anterior (Ensino Médio), quanto aos seus interesses e expectativas em relação ao seu futuro como profissional e cidadão.

I. DADOS PRELIMINARES DO CURSO E DA IES:

1. Dados do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (Reitoria)

Quadro 1 - Dados Gerais do IFRO.

NOME	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tec. de Rondônia		SIGLA	IFRO
CNPJ	10.817.343/0006-01			
LEI	Lei nº11.892, de 29 de dezembro de 2008			
LOGRADOURO	Avenida Lauro Sodré	Nº	6500	
BAIRRO	Aeroporto	CIDADE	Porto Velho	
ESTADO	Rondônia	CEP	76.803-260	
E-MAIL	reitoria@ifro.edu.br	FONE	(69) 2182-9601	

Fonte: Reitoria.

2. Dirigentes Ligados a Reitoria:

Quadro 2 - Reitor e Pró-reitores do IFRO.

Reitor Substituto	Carlos Henrique dos Santos
Pró-reitor de Ensino	Edslei Rodrigues de Almeida
Pró-reitor de Pesq. e Inov. e Pós-Graduação	Gilmar Alves Lima Júnior
Pró-reitor de Extensão	Maria Goreth Araújo Reis
Pró-reitor de Administração	Jackson Bezerra Nunes
Pró-reitor de Desenvolvimento Institucional	Arijoan Cavalcante dos Santos

Fonte: Reitoria.

3. Dados da Unidade de Ensino – Campus

Quadro 3 - Dados Gerais do Campus.

CAMPUS	Campus Cacoal		
LOGRADOURO	BR 364, Km 228, lote 2A	Nº	
BAIRRO	Zona Rural	CIDADE	Cacoal
ESTADO	Rondônia	CEP	78975-000
E-MAIL	campuscacoal@ifro.edu.br	FONE	(69) 3443-2445
C. POSTAL	146	CELULAR	
WEBSITE	https://portal.ifro.edu.br/cacoal		

Fonte: Campus Cacoal.

4. Dados dos Dirigentes da Unidade de Ensino – Campus

Quadro 4 - Diretor Geral, Diretor de Ensino, Chefia do Ensino e Coordenador do curso.

Diretor Geral	
NOME	Davys Sleman de Negreiros
TELEFONE	(69) 3443-2445
E-MAIL	davys.negreiros@ifro.edu.br
CUR. LATTES	http://lattes.cnpq.br/1538249671227599
Diretor de Ensino	
NOME	Rodolfo Gustavo Teixeira Ribas
TELEFONE	(69) 3443-2445
E-MAIL	rodolfo.ribas@ifro.edu.br
CUR. LATTES	http://lattes.cnpq.br/3057224116681406
Chefe do Departamento de Apoio ao Ensino	
NOME	Leandro Júnior Pereira
TELEFONE	(69) 3443-2445
E-MAIL	leandro.pereira@ifro.edu.br
CUR. LATTES	http://lattes.cnpq.br/0930540024599705
Coordenador do curso de Licenciatura em Geografia	
NOME	Rafael Carlos Bispo
TELEFONE	(69) 3443-2445
E-MAIL	rafael.bispo@ifro.edu.br
CUR. LATTES	http://lattes.cnpq.br/3828967367733479

Fonte: *Campus Cacoal*.

5. Dados Gerais do Curso a Ser Implantado

Quadro 5 - Dados Gerais do Curso.

Nome do Curso	Geografia
Modalidade	Licenciatura
Endereço de Funcionamento do Curso	IFRO – <i>Campus Cacoal</i>
Número de Vagas Pretendidas	40
Turno de Funcionamento do Curso	Noturno
Carga Horária Total do Curso	3347
Tempo Mínimo de Integralização	4 anos
Tempo Máximo de Integralização	8 anos
Regime de Matrícula	Semestral

Fonte: *Campus Cacoal*.

II. CONTEXTUALIZAÇÃO DO IFRO

1. DADOS INSTITUCIONAIS

1.1. Breve Histórico do IFRO: Contexto

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC), foi criado por meio da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que reorganizou a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica composta pelas escolas técnicas, agrotécnicas e CEFETs, transformando-os em 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia distribuídos em todo o território nacional.

É uma Instituição que faz parte da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, centenária, que surgiu como resultado da integração da Escola Técnica Federal de Rondônia, à época com previsão de implantação de unidades em Porto Velho, Ji-Paraná, Ariquemes e Vilhena, e a Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste.

O IFRO é detentor de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, equiparado às universidades federais. É uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi. Especializa-se em oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino para os diversos setores da economia, na realização de

pesquisa e no desenvolvimento de novos produtos e serviços, com estreita articulação com os setores produtivos e com a sociedade, dispomos de mecanismos para educação continuada.

Marcos Históricos do Instituto Federal de Rondônia:

1993: Criação da Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste e das Escolas Técnicas Federais de Porto Velho e Rolim de Moura por meio da Lei 8.670, de 30/6/1993. Apenas a Escola Agrotécnica Federal de Colorado foi implantada.

2007: Criação da Escola Técnica Federal de Rondônia por meio da Lei 11.534, de 25/10/2007, com unidades em Porto Velho, Ariquemes, Ji-Paraná e Vilhena;

2008: Autorização de funcionamento da Unidade de Ji-Paraná, por meio da Portaria 707, de 9/6/2008, e criação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), por meio da Lei 11.892, de 29/12/2008, que integrou em uma única Instituição a Escola Técnica Federal de Rondônia e a Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste;

2009: Início das aulas e dos processos de expansão do IFRO;

2010: Implantação do *Campus* Porto Velho e início de suas atividades. O *Campus* passou a denominar-se Porto Velho - Calama em 2011.

2011: Implantação de Polos de Educação à Distância e dos primeiros cursos da modalidade no IFRO;

2012: Implantação do *Campus* Porto Velho - Zona Norte, temático, para gestão da EaD;

2013: Início das construções do *Campus* Guajará-Mirim e processo de implantação de mais dois campi avançados;

2013: Instalação de 12 polos EaD;

2014: Expansão de 12 polos EaD, passando para 24 unidades.

2015: implantação do *campus* Binacional de Guajará-Mirim, na cidade de Guajará-Mirim, na fronteira com a Bolívia.

2015: Protocolo de Intenções assinado com os Institutos Politécnicos de Bragança (IPB) e do Porto (IPP), em Portugal, com realização de mobilidade estudantil e estágios.

2015: Mudança do Campus Porto Velho Calama para o novo prédio;

2016: Ato autorizativo dos campi Guajará-Mirim e Jaru (Avançado), ambos por meio da Portaria nº 378, de 9 de maio de 2016. Guajará-Mirim foi idealizado desde 2009 para um perfil binacional.

2017: Inauguração da primeira etapa do Campus avançado Jaru, no dia 12 de maio de 2017 e posterior alteração em sua tipologia para Campus Jaru, conforme Portaria MEC N° 1.053, de 5 de setembro de 2017;

2018: Autorização de funcionamento do Campus Avançado São Miguel do Guaporé; Início das ofertas dos Cursos Superiores EaD de Pedagogia e Formação Pedagógica por meio da Universidade Aberta do Brasil.

2019: Início do curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas em Ariquemes e do curso de Medicina Veterinária em Jaru;

2020: Manutenção da oferta do Curso de Licenciatura em Pedagogia e Educação Profissional e Tecnológica; e do Curso de Licenciatura em Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados, ambos na modalidade EaD, da Rede UAB/IFRO.

2021: Início do curso de Medicina Veterinária do *Campus* Colorado do Oeste

✓ 2022: Início dos Cursos de Pedagogia e Sistemas para Internet no *Campus* Porto Velho Zona Norte e Agrocomputação no *Campus* Avançado São Miguel do Guaporé. O Instituto Federal de Rondônia está fazendo investimentos substanciais na ampliação de seus Campus e de sua rede. Atualmente, o IFRO conta com uma Reitoria e dez *Campi* em funcionamento:

Campus Ariquemes, *Campus* Cacoal, *Campus* Colorado do Oeste, *Campus* Guajará - Mirim, *Campus* Jaru, *Campus* Ji-Paraná, *Campus* Porto Velho Calama, *Campus* Porto Velho Zona Norte, *Campus* Vilhena e *Campus* São Miguel do Guaporé.

Além destes *Campi*, o processo de expansão e interiorização do IFRO se faz também através da criação e implantação de polos de apoio presencial da Educação à distância (EaD), contando com 62 Polos de EaD em Rondônia e 15 Polos de EaD em outros estados e inclusive na Bolívia:

- 11 municípios na Paraíba;
- 1 município em Pernambuco;
- 2 municípios em Minas Gerais;
- 1 polo na Bolívia (Guayaramerín);

O IFRO também conta com 12 Polos EaD em parceria com a UAB-CAPEL.

1.2 Breve Histórico do *campus*: Contexto

O *Campus* Cacoal surgiu da concepção de que o município — em vista de sua posição estratégica no eixo da BR 364 (uma das principais vias do desenvolvimento local) e das necessidades de sua comunidade quanto à formação profissional técnica

— necessitava de uma instituição educacional que oferecesse cursos técnicos, tecnológicos e outros de nível superior. A migração pendular de jovens e adultos para outros municípios, em busca da formação profissional no campo da educação, ciência e tecnologia, veio sendo forçada não por opção estratégica, mas por necessidade espontânea ou de interesse da população.

A instalação do *Campus* viabilizou-se pela transferência, por doação, de um lote rural (assim como seus bens e benfeitorias) ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. A doação foi efetivada pela Lei Municipal nº 2.449/PMC/09, de 21 de maio de 2009, e abrange toda a área de ocupação da antiga Escola Agrícola Municipal de Ensino Fundamental Auta Raupp, composta por um lote de 50,8194 ha (cinquenta hectares, oitenta e um ares e noventa e quatro centiares) — uma subdivisão do lote original 2, Gleba 8, Setor de Gy-Paraná, originário do Projeto Integrado de Colonização Gy Paraná (matrícula 5.434), de 12 de novembro de 1991, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

A Escola Auta Raupp foi inaugurada em 1997 e passou a oferecer as séries finais do Ensino Fundamental (5ª à 8ª série ou 6º ao 9º ano), que tinham por acréscimo as disciplinas Zootecnia, Agronomia, Técnicas Comerciais, Técnicas Industriais e Educação para o Lar. Essas cinco disciplinas, constantes da parte diversificada das matrizes curriculares, não visavam a uma formação técnica em específico (quanto à formação profissional em sentido estrito), mas ao atendimento às necessidades extracurriculares de instrução dos alunos para uma economia familiar, bastante vinculada à produção agrícola. Inicialmente, cerca de 95% dos alunos eram oriundos do meio rural; embora, com o tempo, mais jovens da zona urbana tenham passado a ingressar na escola, manteve-se (até a fase de transição para o Instituto Federal) um percentual sempre superior de alunos filhos de produtores agropecuários.

A partir de 2009, a Escola Auta Raupp passou a funcionar em fase de progressiva extinção, sendo que parou de operar definitivamente no final do segundo semestre de 2011, conforme convênio assinado entre o IFRO e a Prefeitura Municipal de Cacoal.

Ainda em 2009, criou-se o Núcleo Avançado de Cacoal, vinculado ao *Campus* JiParaná.

Em 28 de setembro, foi realizada uma audiência pública para apresentação do Instituto e dos resultados de uma pesquisa de atividades econômicas regionais, que embasaram parcialmente a produção dos projetos pedagógicos de cursos.

Essa extensão do *campus* Ji-Paraná foi fundamental para atender à demanda de interesses e necessidades de Cacoal e ao mesmo tempo viabilizar a expansão do Instituto Federal de Rondônia. Em 1º de fevereiro de 2010, o Núcleo foi transformado em *campus* Avançado, com a previsão de oferta do curso técnico em Agropecuária subsequente ao ensino médio, em 2011 passou a oferecer o curso técnico em Agroecologia, presencial, e outros, na modalidade a distância. Em seguida, no ano de 2012, a unidade passou a ter *status* de *campus* do IFRO, e assim passou a realizar diversos diálogos com as comunidades, em audiências públicas e outras estratégias de inter-relação com intuito de implantação de novos cursos visando o crescimento do *campus*. Desses diálogos surgiram as sugestões de implantação dos cursos: Licenciatura em Matemática (implantado em 2014), Técnico em agropecuária Integrado (implantado em 2015), CST em Agronegócio (implantado em 2016), Técnico em Informática Integrado (implantado em 2016) e Bacharel em Zootecnia (implantado em 2017).

1.3. Missão, Visão e Valores do IFRO

1.3.1. Missão

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, tem como missão, promover educação científica e tecnológica de excelência no Estado de Rondônia voltada à formação de cidadãos comprometidos com o desenvolvimento e a sustentabilidade da sociedade.

1.3.2. Visão

Tornar-se padrão de excelência no ensino, pesquisa e extensão na área de Ciência e Tecnologia.

1.3.3. Valores

Nas suas atividades, o IFRO valorizará o compromisso ético com responsabilidade social, o respeito à diversidade, à transparência, à excelência e à determinação em suas ações, em consonância com os preceitos básicos de cidadania e humanismo, com liberdade de expressão e atos consonantes com os preceitos da ética pessoal e profissional, com os sentimentos de solidariedade, com a cultura da inovação e com os ideais de sustentabilidade social e ambiental.

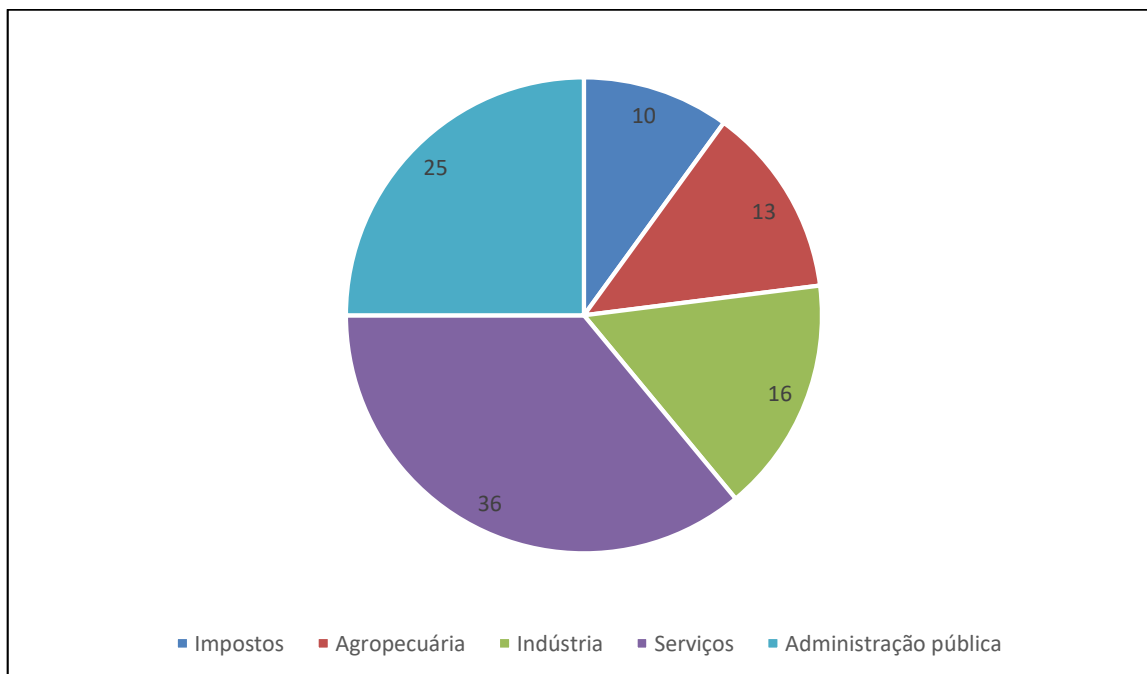
1.4. Dados Sócio-Econômicos da Região

O Estado de Rondônia possui localização geográfica na Região Norte do país. A extensão territorial é de aproximadamente 240.000 km², com as coordenadas geográficas nos paralelos 7° 58' e 13° 43' de Latitude Sul e nos meridianos 59° 50' e 66° 48' de Longitude Oeste (RONDONIA, 2002), apresentando assim, os limites geográficos ao norte com o Estado do Amazonas, a leste com o Estado do Mato Grosso, ao sul com a República da Bolívia e a oeste com o Estado do Acre. “O estado rondoniense esta inserido no território da Amazônia Legal – porção ocidental.”.

Dentro dos aspectos físicos, Rondônia possui predominantemente de dois terços de cobertura vegetal da floresta amazônica, sendo o maior bioma do estado, com faixa de cerrado e pantanal. A vegetação de Rondônia pode variar de região, com transição do cerrado para a floresta tropical, florestas de várzeas, campos inundáveis e campos limpos. O clima predominante do estado de Rondônia de acordo com a classificação de Koppen é do tipo Aw – Clima Tropical Chuvoso, com média anual de temperatura do ar entre 24 a 26° C, balanço hídrico moderado e índices pluviométricos variando entre 1.400 a 2.500 mm anuais. A geomorfologia local se apresenta com um relevo pouco acidentado, com pequenas depressões e elevações com cotas altimétricas em sua maior parte variando entre 100 a 300 metros, com diferença altimétrica na Serra do Pacaás Novos, superando 1000 metros. Em relação à hidrografia, Rondônia possui grandes complexos hidrográficos, sendo os maiores rios que cruzam o estado: Guaporé, Mamoré, Abunã, Jamari, Machado, Roosevelt e o Rio Madeira, sendo o maior afluente do Rio Amazonas, contribuindo para a economia da região sendo este o principal canal fluvial de escoamento para a Zona Franca de Manaus.

No campo político administrativo, Rondônia conquista em janeiro do ano de 1982, a elevação do território federal a condição de estado, surgindo ao longo dos anos seguintes a emancipação de vários municípios dentro de sua área de abrangência, possuindo atualmente 52 municípios emancipados. Na área econômica, o Produto Interno Bruto (PIB) rondoniense esta baseado na agropecuária, indústria e serviços, além dos valores da administração pública e dos impostos conforme gráfico abaixo (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Participação dos setores da economia no PIB de Rondônia em 2018 (%)



Fonte: IBGE, 2018

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – *Campus* Cacoal, possui limite de atuação circunscrito ao Município de Cacoal, Estado de Rondônia.

Quadro 6: Dados Econômicos e Sociais de Rondônia

População	1.815.278*
Produto Interno Bruto (PIB)	R\$ 44.913.978 (2018)
Principais Atividades Econômicas	Serviços, indústria, turismo e agropecuária
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	0,690 (2010)

Fonte: IBGE, 2018

Conforme os dados compilados e publicados pelos governos estadual e federal, o Estado de Rondônia, desde a sua criação, apresenta franco desenvolvimento econômico pujante. Isto reflete na evolução econômica de seus municípios, como no caso do município de Cacoal, com importante atividade econômica, como demonstram as informações do quadro 7.

Quadro 7: Produto Interno Bruto do Município de Cacoal (R\$)

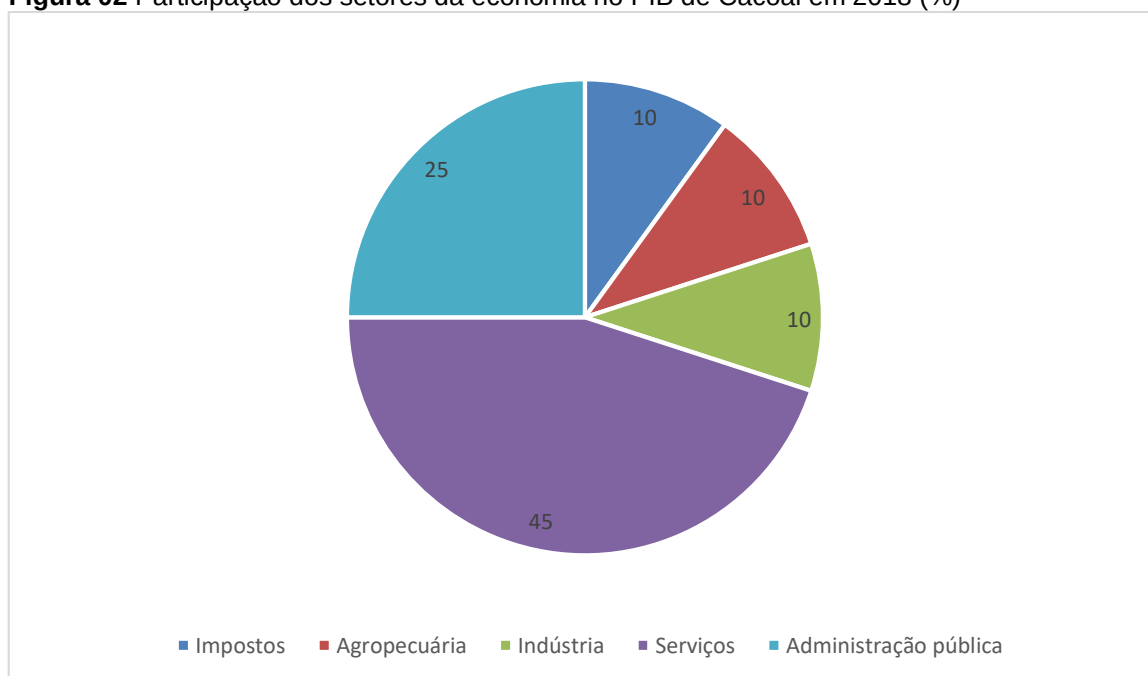
Impostos sobre produtos líquidos de subsídios a preços correntes	225.198
PIB, a preços correntes	2.180.454
PIB <i>per capita</i>	25.708,96
Valor adicionado bruto da administração pública e seguridade social	548.595
Valor adicionado bruto da agropecuária a preços correntes	212.493
Valor adicionado bruto da indústria a preços correntes	222.558

Valor adicionado bruto dos serviços a preços correntes	971.609
Valor adicionado bruto Total, a preços correntes	1.955.256

Fonte: IBGE CIDADES, 2018

Localizado na porção centro-leste do estado, a microrregião de Cacoal, foi elevada à categoria de município a denominação de Cacoal, pela Lei Federal n.º 6.448, de 11-10-1977, desmembrado do município de Porto Velho. Sede no atual distrito de Cacoal. Constituído de 2 distritos: Cacoal e Riozinho, ambos criados pela mesma lei acima citada. Instalado em 26-11-1977. Sua divisão territorial datada de 1 de janeiro de 1979, juntamente com o distrito de Riozinho. Sua economia está voltada para as seguintes atividades, sendo elas, agropecuária, indústria, comércio e serviços, conforme gráfico abaixo:

Figura 02 Participação dos setores da economia no PIB de Cacoal em 2018 (%)



Fonte: IBGE/2014.

Conforme dados do IBGE (2018), no ano de 2010 o Índice de Desenvolvimento Humano de Cacoal foi de 0,718, o que, segundo a classificação do PNUD, posiciona o município entre as regiões consideradas de alto desenvolvimento humano (IDH entre 0,700 e 0,799). Em relação aos outros municípios do Brasil, Cacoal apresenta boa situação, pois ocupa a 1362ª posição. Neste ranking, o maior IDHM é de São Caetano do Sul – SP, com 0,862.

DIMENSÃO 1 – ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DO CURSO

1.1. CONTEXTO EDUCACIONAL

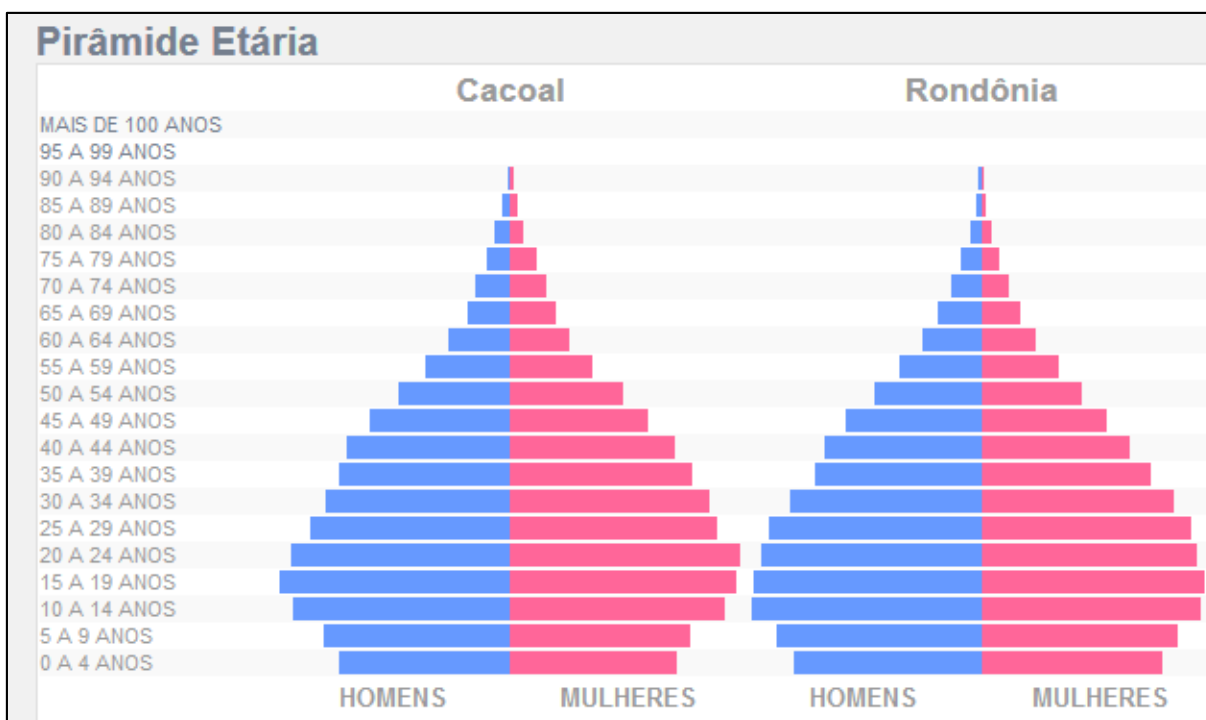
1.1.1 Os dados e pirâmide populacional

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO) – *Campus Cacoal*, possui limite de atuação circunscrito ao município de Cacoal, situado na Mesorregião do Leste de Rondônia e Microrregião de Cacoal, no Estado de Rondônia. Localizado na porção centro-leste do estado, na microrregião de Cacoal, que além deste município é composta por: Alta Floresta D'Oeste, Alto Alegre dos Parecis, Castanheiras, Espigão D'Oeste; Ministro Andreazza, Novo Horizonte do Oeste, Rolim de Moura; Santa Luzia D'Oeste. O município se estende por 3.792,8 km² e conta com uma população estimada de 84.416 habitantes (IBGE, 2021). A densidade demográfica é de 20,7 habitantes por km² no território do município em 2010.

Vizinho dos municípios de Ministro Andreazza, Pimenta Bueno e Rolim de Moura, Cacoal encontra-se a 82 km a Sul-Leste de Ji-Paraná. Está situado a 179 metros de altitude, e suas coordenadas geográficas são: Latitude: 11° 25' 53" Sul Longitude: 61° 26' 52" Oeste.

Por meio da pirâmide populacional do Município de Cacoal (figura 3), observa-se um processo de diminuição do crescimento da população, o fator que podem contribuir para a queda populacional seria à queda da fecundidade, ou na migração da população local, para outros estados da região Norte. Entretanto, a população municipal ainda possui uma estrutura jovem, com uma pirâmide populacional de ápice estreito.

Figura 3: Pirâmide Populacional de Cacoal e Rondônia



Fonte: IBGE: Censo Demográfico 2010.

1.1.2. População do Ensino Médio Regional

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Educação deve estar ao alcance de todos. A universalização progressiva do ensino médio constitui exigência proposta na terceira meta do Plano Nacional de Educação (PNE) aprovado pela Lei nº13.005 de 25 Junho de 2014. Neste cenário, o IFRO evidencia essa expansão da oferta de vagas através de seus cursos técnicos integrados ao ensino médio.

De acordo com os dados do Censo Escolar 2015 (INEP), publicados no site do IBGE, o município de Cacoal atualmente possui 17 escolas de ensino médio e/ou educação profissional. Vide quadro 8 abaixo.

Quadro 8: Escolas que oferecem o Ensino Médio em Cacoal

Tipo de Escola (Ensino Médio)	Número de Escolas
Escolas Públicas Estaduais	10
Escolas Públicas Federais	01
Escolas Privadas	07
TOTAL	18

Fonte: IBGE, 2020

De acordo com os Resultados do Censo Escolar 2020, foram registradas, no Município de Cacoal, 3.767 matrículas iniciais no ensino médio.

Tabela 1 - Matrículas por nível

Variável	Cacoal	Rondônia	Brasil
Pré-escola	2.638	53.191	8.829.795
Fundamental	12.145	252.638	26.718.830
Médio	3.767	62.664	7.550.753

Fonte: Censo Escolar INEP (2015)

O Censo Escolar do ano de 2015 registram no Município de Cacoal, 6.810 matrículas iniciais no ensino médio nas mais diferentes modalidades, sendo 3.762 no ensino médio regular, 177 na educação profissional integrado ao Ensino médio, 1.526 na educação profissional subsequente ou concomitante ao ensino médio, 1.279 em educação de jovens e adultos (EJA) e 66 em educação especial (alunos de escolas especiais, classes especiais e incluídos).

Tabela 2: Número de alunos matriculados nas diferentes modalidades de Ensino Médio em Cacoal, 2015.

Nível/ Modalidade	Nº de Alunos
Regular	3.762
Educação Profissional Integrado ao EM	177
Educação Profissional (Subsequente e concomitante ao EM)	1.526
Educação de Jovens e Adultos (EJA)	1.279
Educação Especial	66
Total	6.810

Fonte: Censo Escolar INEP (2015)

O *Campus* Cacoal também atende alunos das cidades circunvizinhas que possuem ônibus diários para traslado destes alunos, e também outros municípios não atendidos por ônibus, onde os alunos ficam em residências temporárias no município de Cacoal e outros são atendidos pela residência estudantil ofertada pelo *Campus*.

Os dados do Censo Escolar de 2015 revelam que foram registradas 14.459 matrículas iniciais no ensino médio em todos os municípios da microrregião de Cacoal, o que confirma a existência de demanda potencial por formação superior na localidade.

Tabela 3: Matrículas no Ensino Médio na Microrregião III Cacoal

Municípios da Microrregião III Cacoal	Nº de matrículas no EM 2015
Cacoal	6810
Alta Floresta	1177

Alto Alegre dos Parecis	458
Castanheiras	177
Espigão D'oeste	1197
Ministro Andreazza	378
Novo Horizonte D'oeste	571
Pimenta Bueno	1726
Rolim de Moura	2965
Total	15.459

Fonte: Censo Escolar INEP (2015)

1.1.3. Quantidade de Vagas Ofertadas na Educação Superior da Região

A Região Norte do Brasil possui características próprias que a diferenciam das demais regiões do País, principalmente quando à demanda e implantação do Ensino Superior. Dentre suas principais particularidades estão grandes extensões territoriais pouco povoadas, o isolamento de algumas cidades com polos econômicos em expansão, as quais não estão atendidas pelos sistemas de transporte e, na maioria dos casos, a falta de profissionais para atender à demanda dos setores econômicos e de serviços que estão em pleno desenvolvimento.

De acordo com dados disponibilizados pelo Ministério da Educação (plataforma e-MEC, 2017), atualmente no estado de Rondônia está autorizado o curso de Licenciatura em Geografia na modalidade presencial em apenas três instituições de ensino, uma pública e duas particulares (Tabela 4).

Tabela 4 – IES autorizadas a ofertar o curso de Licenciatura em Geografia na região/Estado (2017).

Instituição	SIGLA	<i>Campus</i>	Modalidade	Vagas autorizadas
Fundação Universidade Federal de Rondônia	UNIR	Porto Velho	Presencial	25
Faculdades Integradas de Ariquemes(*)	FIAR	Ariquemes	Presencial	100
Faculdade de Rolim de Moura (*)	FAROL	Rolim de Moura	Presencial	100

Fonte: e-MEC, 2017.

(*) Apesar de constar com curso autorizado pelo MEC, conforme informações no site oficial das faculdades, o curso não consta na lista da disponibilidade de oferta pela IES.

Cabe salientar que, conforme informações da tabela 4, atualmente a única oferta de Licenciatura em Geografia, de forma presencial, em todo o estado de Rondônia, ocorre na Universidade Federal, em seu *campus* localizado na capital – Porto Velho, localizada cerca de 500 km do município de Cacoal, e com oferta de apenas 25 vagas por ano, resultando em baixa possibilidade de formação de profissionais para atender a demanda de todo o estado.

1.1.4. Taxas Bruta e Líquida de Matriculados na Educação Superior

O Estado de Rondônia possui atualmente, segundo o INEP/MEC (2014), 34 instituições de nível superior, dentre as quais 32 são privadas e apenas duas públicas. Desse total, como visto anteriormente, apenas 3 possuem autorização para ofertar o curso de Licenciatura em Geografia, porém, apenas 1 efetivamente tem o curso, com uma oferta de apenas 25 vagas anuais, tornando-se insuficiente para atender a demanda de docentes licenciados em Geografia em todo o estado de Rondônia.

Diante do crescimento acelerado do estado de Rondônia e a meta 12 do PNE que prevê:

elevar até 2024 a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público (BRASIL, 2014, s/p.)

Portanto, faz-se necessária a implantação do presente curso pelo IFRO como estratégia para se alcançar a referida meta, além de atender a demanda da educação básica em docentes de Geografia.

Segundo dados do Observatório PNE, segue a tabela 5, com informações da Taxa Bruta e Líquida das matrículas na Educação Superior em relação à população de 18 a 24 anos.

Tabela – 5 Porcentagem de matrículas na Educação Superior em relação à população de 18 a 24 anos – Taxa Bruta e Taxa Líquida (2001 a 2015).

Ano	Taxa Bruta de Matrículas	Taxa Líquida de Matrículas
2001	17	5,6
2002	21,1	8,4
2003	22,4	10,1
2004	16,2	7,9
2005	18,1	8,2
2006	19,1	9,6
2007	23,3	11,2
2008	28,2	12,8
2009	26,4	14,2
2010	-	-
2011	25,8	10,7
2012	25,7	12,3
2013	26,4	14,6
2014	32,8	17,2
2015	35,3	15,2

Fonte: Observatório PNE/IBGE, 2017

No gráfico abaixo é apresentado um comparativo das taxas brutas de matrícula no ensino superior, comparando a realidade nacional, regional e a do Estado de Rondônia, comparada a meta a ser alcançada em 2024.

Figura 4 - Porcentagem de matrículas na Educação Superior em relação à população de 18 a 24 anos - Taxa bruta de matrícula, de 2001 a 2014



Fonte: Observatório PNE/IBGE, 2017.

1.1.5. Demanda pelo Curso

O estado de Rondônia é relativamente novo se comparado a outras Unidades Federativas do país. Tal condição resulta em um estado ainda com baixos índices de qualificação profissional em diversas áreas, como o caso de profissionais licenciados em Geografia. Conforme já informado, o estado possui apenas um curso de Licenciatura em Geografia, com apenas 25 vagas anuais, tornando-se insuficiente para suprir a demanda de docentes para a educação básica estadual. Segundo a Meta 15 do PNE, busca-se alcançar que 100% dos profissionais que atuem na docência da educação básica sejam licenciados em sua área específica, dados que não são encontrados atualmente em nenhuma esfera.

Baseado na pesquisa realizada pelo *campus* junto aos gestores de instituições de ensino de Cacoal e Região, visando identificar a necessidade de profissionais para as escolas, a área de Geografia foi uma das mais apontadas, com 38,9% dos entrevistados, mesma porcentagem de Física. A única licenciatura apontada e que

apresentou maior demanda, foi Química, que apresentou um percentual de 44,4% do total de entrevistados.

Reconhecendo a demanda por parte dos gestores das escolas, há também a demanda por discentes interessados em optarem por esta formação. Nesse caso, a pesquisa identificou que 16,4% da população entrevistada tem interesse em fazer o curso de Licenciatura em Geografia. Sendo que, somente Biologia obteve maior interesse por parte dos entrevistados, com 33,2% do total.

Diante dos dados apresentados, percebe-se que o curso de Licenciatura em Geografia possui uma importante demanda de mercado, visto que muitas escolas não possuem profissional capacitado na área para ministrar essas aulas na educação básica. Além disso, também representa um curso com demanda de discentes que tem interesse em buscar formação nessa área. Além da falta de disponibilidade deste curso no interior do estado, fato que não se identifica nos demais cursos citados, inclusive com opção dentro do próprio Instituto Federal de Rondônia.

1.1.6. Justificativa do Curso

Ao considerarmos as dimensões territoriais do estado de Rondônia, e a localização do único curso presencial de Geografia ser na capital Porto Velho, este torna-se muito distante de algumas regiões do próprio estado, como o município de Cacoal e suas proximidades. Assim sendo, a abertura do curso de Licenciatura em Geografia, em uma instituição pública na região, pode contribuir para a formação de novos profissionais capacitados para atender a demanda regional, já explicitada no tópico anterior.

Além da pouca oferta desse curso em Rondônia, justifica-se a abertura dessa Licenciatura no Instituto Federal de Rondônia – *Campus* Cacoal, como forma de habilitar novos profissionais para atuarem na educação básica lecionando a disciplina de geografia. Segundo levantamento do PAER, realizado pelo *campus* em algumas instituições de ensino da região, os gestores apontaram Geografia como uma das áreas mais carentes de profissionais habilitados. Ademais, algumas falas apontaram para carência total desse profissional em algumas cidades vizinhas à Cacoal.

Os dados levantados pelo *Campus* Cacoal demonstram que há interesse por parte dos alunos que responderam o questionário e optaram pela licenciatura em Geografia. Além disso, a demanda do mercado regional enfatiza a necessidade desse profissional para atuar na educação básica local, o que justifica a preferência desse

Campus pela abertura desse curso, principalmente para atender o art. 6º da Lei nº 11.892/2008 que institui os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, que em seu inciso IV aponta, “orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal”.

Portanto, diante da necessidade do IFRO – *Campus* Cacoal em ofertar um curso de Licenciatura, e amparado em sua pesquisa de demanda de mercado, verificou-se que a criação do curso de Licenciatura em Geografia é de grande importância para ofertar à região profissionais capacitados a atuarem plenamente na docência de Geografia, contribuindo para o fortalecimento e desenvolvimento social e cultural da região.

1.1.7. Formas de Acesso ao Curso

De acordo com o Regulamento da Organização Acadêmica (ROA-Graduação): “o ingresso de alunos nos cursos de graduação pode se dar por meio de processos de seleção geridos pelo Ministério da Educação, após aprovação dos candidatos em processo seletivo público, regulado por edital específico para cada ingresso, devidamente autorizado pelo reitor, conforme o Regimento Geral do IFRO, por apresentação de transferência expedida por outra Instituição congênere, matrículas especiais e outras formas que vierem a ser criadas por conveniência de programas ou projetos, sempre de acordo com os regulamentos já adotados pelo IFRO para cada modalidade de formação e as decisões superiores”.

A seleção própria ocorrerá por meio de provas de conhecimentos em língua portuguesa e matemática.

1.2. Políticas Institucionais Constantes do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) no Âmbito do Curso

Como forma de democratização do acesso ao ensino público, gratuito e de excelência, o IFRO adota política de implementação das ações afirmativas aplicadas pela instituição, tanto através da Lei nº 12.711/2012, como a reserva de vagas às pessoas com deficiência pela Lei nº 13.409/2016; adesão aos sistemas nacionais de seleção de estudantes; de interiorização por meio da abertura de *campus* e de novos polos de educação a distância.

Para a ampliação das possibilidades de permanência e êxito no processo educativo, o desenvolvimento dos programas de assistência estudantil visa o atendimento a demandas universais de ensino, pesquisa e extensão e demandas oriundas da vulnerabilidade socioeconômica vivida pelos estudantes. Como parte dessa política, está a implementação de um sistema para o levantamento do perfil do estudante com a celeridade necessária para a concessão de auxílios no início do período letivo.

Estratégias típicas de educação a distância são incorporadas nos cursos oferecidos na modalidade presencial, nos limites previstos na legislação vigente, ampliando as possibilidades de flexibilização curricular. A gestão democrática e a capacitação são ferramentas indispensáveis e viabilizadas através de encontros dos diferentes setores sob responsabilidade da gestão do ensino para a discussão, análise de possibilidades, tomada de decisão e formação em nível institucional e na Rede Federal. Neste sentido, eventos anuais são organizados envolvendo gestores do desenvolvimento do ensino, do registro acadêmico, da biblioteca e da assistência estudantil com vistas à implementação dos serviços oferecidos e dos resultados do processo ensino-aprendizagem.

A decisão sobre as ofertas de cursos técnicos de nível médio e de graduação são embasadas em estudos que envolvem o conhecimento da realidade social e econômica local e possibilidades atuais e futuras do mercado de trabalho.

Diante da transformação da economia e do mercado de trabalho em diferentes regiões do Estado, o IFRO esquematiza a reavaliação de suas ofertas nos locais em que as demandas são menores que a procura. Nos casos em que a avaliação se encaminhar para uma recondução da oferta, novos estudos deverão ser realizados considerando além dos arranjos produtivos locais e as possibilidades do mercado de trabalho, o quadro de servidores existente e o proposto para a unidade, e as possibilidades de organização curricular com gestão otimizada do tempo e de flexibilização curricular.

A avaliação é parte constituinte e indispensável no processo de ensino-aprendizagem, não somente no aspecto de desempenho acadêmico, mas também de condições de infraestrutura e de pessoal, de nível de qualificação dos profissionais da educação e de atendimento às demandas socioeconômicas. O acompanhamento dos indicadores acadêmicos é parte constituinte desse processo de avaliação e reavaliação das ofertas da Instituição.

1.2.1. A Inter-relação entre o Ensino a Pesquisa e a Extensão

A concepção de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) orienta os processos de formação com base nas premissas da integração e da articulação entre ciência, tecnologia, cultura e conhecimentos específicos. Neste caso, o curso de licenciatura em Geografia contribuirá para esta formação profissional, sendo tecnológica, por integrar o ensino à pesquisa e à extensão. Visa ao desenvolvimento da capacidade de investigação científica como dimensão essencial à manutenção da autonomia e dos saberes necessários ao permanente exercício da laboralidade, que se traduzem nas ações de ensino, pesquisa e extensão. Tendo em vista que é essencial à Educação Profissional e Tecnológica contribuir para o progresso socioeconômico, as atuais políticas da educação dialogam efetivamente com as políticas sociais e econômicas, em especial aquelas com enfoques locais e regionais. Torna-se portanto, crucial no curso de licenciatura em Geografia, a prática integrada entre Ensino, Pesquisa e Extensão, de forma que, o curso além de formar cidadãos críticos e aptos a atender a demanda regional em profissionais capacitados a lecionar geografia, também possa fortalecer a popularização da Ciência e Tecnologia, contribuindo para o desenvolvimento espacial da comunidade local.

Assim, o fazer pedagógico deve integrar ciência e tecnologia, bem como teoria e prática; deve conceber a pesquisa como princípio educativo e científico, e as ações de extensão, como um instrumento de diálogo permanente com a sociedade, formando novos professores de geografia que conheçam a realidade local. Para isso, é essencial o incentivo à iniciação científica, ao desenvolvimento de atividades comunitárias e de prestação de serviços, numa perspectiva de participação ativa dentro de um mundo de complexa e constante integração de setores, pessoas e processos. São exemplos de atividades que promovem a inter-relação do ensino com a pesquisa, e a extensão: “Dias de Campo”, minicursos e projetos de ensino, de iniciação científica e de extensão.

1.2.2. Políticas de Articulação com os Setores Públicos e Privados

No Plano de Desenvolvimento Institucional do IFRO estão previstas ações para articulação com os setores públicos e privados. Apesar do apoio institucional, ainda é reduzido o número de projetos que o IFRO desenvolve em parceria com instituições ou empresas sendo, portanto, reduzida captação de recursos externos pela instituição. Faz-se necessária, portanto, a criação de dispositivos internos que

regulamentem a execução dos recursos destinados à pesquisa e à inovação no Instituto e que possibilitem a ampliação do quantitativo de servidores e de alunos envolvidos nessas atividades, em todos os níveis e modalidades de ensino ofertados pelo IFRO.

Além disso, a existência desses dispositivos contribuirá para a atração de parceiros, públicos e privados, para a execução de projetos científicos e tecnológicos necessários ao desenvolvimento local e regional e que contribuirão para a captação de recursos externos ao orçamento da instituição.

O IFRO também tem incentivado o fomento a participação de servidores e alunos em eventos científicos e tecnológicos com o objetivo de divulgar e publicar resultados de trabalhos desenvolvidos na Instituição. Porém, com o objetivo de melhorar a produção intelectual qualificada dos servidores e de aumentar as possibilidades de captação de recursos externos, esse fomento deverá ser estendido à publicação em periódicos técnicos e científicos.

Portanto, é objetivo do Instituto ampliar a participação dos seus servidores e alunos em atividades científicas, tecnológicas e artístico-culturais, de modo a melhorar e consolidar a posição do IFRO junto à comunidade acadêmica e científica, nos âmbitos regional e nacional. A articulação entre o IFRO e os demandantes externos de suas atividades de pesquisa e inovação é realizada pelo Núcleo de Inovação Tecnológica do Instituto (NIT/IFRO). Esse Núcleo tem desenvolvido ações para disseminar, junto à comunidade interna, a cultura da inovação e da propriedade intelectual, de modo a orientar e incentivar a participação dos pesquisadores da instituição na execução de projetos de pesquisa aplicada em parceria com empresas e outras instituições de ciência e tecnologia.

No tocante à internacionalização da pesquisa, o IFRO já aderiu a acordos de cooperação técnico-científicos realizados entre a SETEC e instituições estrangeiras, a exemplo dos Colleges Canadenses. Além disso, apesar da busca constante por parceiros internacionais para o desenvolvimento conjunto de atividades de pesquisas, inovação e de formação qualificada de pessoal, o Instituto já assinou termos de cooperação com instituições estrangeiras, a exemplo do Belgian Institute For Space Aeronomy (BIRA-IASB), da Bélgica, e do International Center for Numerical Methods Engineering (CIMNE), sediado na Universidade da Catalunha, em Barcelona, Espanha.

Ainda sobre essa temática, está sendo criado o Núcleo de Internacionalização Institucional, que coordenará o programa de mobilidade internacional do IFRO e os promovidos pela Capes e CNPq e que oportunizarão aos servidores e alunos a realização de pesquisas e de formação em instituições internacionais parceiras. Uma das ações iniciais desse Núcleo será a execução do Programa Piloto de Internacionalização da Pesquisa Aplicada e Extensão Tecnológica do IFRO (PIPEX). Essas ações e iniciativas demonstram que o processo de internacionalização do IFRO já foi iniciado. Quanto à qualificação de servidores para execução de pesquisas qualificadas e atuação em programas de Pós-Graduação Stricto Sensu, o IFRO implementou parcerias com instituições de ensino para a oferta de Doutorados e Mestrados Interinstitucionais (DINTER e MINTER) aos seus servidores. Além da qualificação, essas ações têm contribuído para a elevação da produção técnico-científica dos servidores, criando um ambiente de produção científica e tecnológica no Instituto para a implantação de programas próprios de mestrado e doutorado, bem como aproximando o IFRO de outras instituições com reconhecida competência no desenvolvimento de atividades de ensino e pesquisa.

Em adição, e com o objetivo de ampliar a divulgação das atividades desenvolvidas por seus servidores e alunos, e como forma de contribuir para a consolidação do diálogo e da interação entre a instituição e o mundo da produção, dos serviços e sociedade em geral, o IFRO tem buscado fortalecer seus periódicos técnico-científicos e fomentar a publicação de livros autorais por seus servidores e alunos.

Por fim, as atividades de pesquisa e inovação no Instituto, bem como a transferência tecnológica para a sociedade demandante, estão sendo continuamente fortalecidas, com o objetivo de consolidar o IFRO como instituição de excelência no desenvolvimento de atividades técnico-científicas necessárias para atender as demandas dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais e regionais e de contribuir para a elevação da competitividade tecnológica do país.

1.2.3. Políticas de Ensino

No Plano de Desenvolvimento Institucional do IFRO estão previstas ações e metas que pretendem proporcionar aos egressos de todos os cursos uma educação pautada pelos moldes estabelecidos pelas Diretrizes Curriculares e pelas exigências socioculturais. Por assim o ser, o IFRO desenvolveu um conjunto de diretrizes básicas

para o desenvolvimento de suas atividades administrativas e acadêmicas ao longo dos próximos anos e que podem ser reafirmadas ou reformuladas conforme as mudanças do cenário educacional, regional e local.

O desenvolvimento da educação superior necessita de políticas que propiciem a ampliação dos cursos de graduação e ofertas de novas modalidades para o ensino, tendo em vista a grande demanda da sociedade local, regional e nacional. Portanto, faz-se necessário o aperfeiçoamento dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação e a implementação de procedimentos metodológicos compatíveis com os processos de transformação social e adoção de novas tecnologias. Tais inovações tornam-se exequíveis mediante estudos técnicos e científicos nas áreas de conhecimento contempladas pelo IFRO.

O sistema de informação acadêmico-administrativa está sendo aperfeiçoado, já que constitui mecanismo estratégico para racionalizar os procedimentos burocráticos desenvolvidos e garantir maior agilidade no processo de comunicação. A interação com a comunidade interna e externa deve ser efetivada por meio de ações consistentes que promovam o envolvimento e o comprometimento da comunidade interna (docentes, discentes, técnico-administrativos e sociedade) por meio de atividades de extensão. O ensino e a extensão devem caminhar de forma indissociável, conforme está preconizado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei 9394/96).

1.2.4. Políticas de Pesquisa

O IFRO fomenta e implementa atividades de pesquisa em todos os seus campi e requer que sejam desenvolvidos, de modo sistemático, além dos programas de iniciação científica, pesquisa de alto nível que atenda as necessidades locais de cada unidade.

Com o intuito de efetivação de seus programas de pesquisa, o IFRO adota as seguintes ações:

- a) incentivo aos discentes e aos docentes interessados em práticas investigativas;
- b) concessão de bolsas de iniciação científica aos discentes desde que preenchidos todos os requisitos legais;
- c) alocação de carga-horária para os professores orientarem os alunos incluídos no Programas de Iniciação Científica;

d) promoção de seminários e encontros institucionais com pesquisadores de nome nacional para incentivar a importância da investigação científica.

O IFRO, com vistas ao estabelecimento de bases sólidas para o desenvolvimento de pesquisa científica relevante, compatível com as áreas de conhecimento que promove, apresenta em seu PDI as seguintes diretrizes gerais:

- a) estabelecer mecanismos de articulação entre ensino, pesquisa e extensão: o espírito científico deve permear as práticas pedagógicas exercidas nos cursos de graduação e pós-graduação, de modo a tornar evidente para os alunos, a importância do saber fazer ciência durante a formação profissional;
- b) promover a interação com a comunidade: os grupos de estudos já existentes e os que serão implementados no IFRO contemplarão as potencialidades acadêmicas existentes, devidamente articuladas com as demandas locais e regionais;
- c) consolidação das atividades científicas na medida em que sejam disponibilizados os recursos financeiros necessários;
- d) criar novos e adequar os periódicos institucionais já existentes ao processo Qualis.

A socialização do conhecimento por meio de periódicos produzidos nos últimos anos pela Instituição exige um procedimento avaliativo, em nível nacional, além de ser um estímulo de divulgação dos resultados investigativos realizados por docentes e discentes vinculados (ou não) ao IFRO.

1.2.5. Políticas de Extensão

O IFRO tem uma política de extensão que inclui cursos, programas e outras atividades com a participação de docentes, discentes e técnicos administrativos, desenvolvendo estratégias que possibilitam maior inserção institucional com a sociedade local e regional.

Para tanto, as atividades extensionistas estão pautadas em diretrizes que permitem à instituição atender, com eficácia, as necessidades de caráter educacional cultural e social traçadas em seu Plano de Desenvolvimento Institucional.

Os programas e projetos de extensão, desenvolvidos no âmbito das unidades de ensino, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, representam um importante veículo de troca e interação entre a IES e a comunidade em que ela está inserida e atua como agente de transformação social.

As atividades de extensão evidenciam para a sociedade o potencial acadêmico do IFRO no atendimento de necessidades educacionais, sociais e culturais da comunidade local e regional.

1.2.6. Ações para o Desenvolvimento do Ensino, da Pesquisa e da Extensão

Com o objetivo de implementar o ensino, a pesquisa e a extensão, o IFRO promove eventos que tratam de temas relacionados a esses pilares institucionais para o aprimoramento ainda maior da atuação do Instituto.

Encontro das Equipes Dirigentes de Ensino: Evento realizado no segundo semestre letivo com o objetivo de discutir as temáticas relevantes ao processo de ensino e aprendizagem que perpassam pelo acesso, permanência e êxito, as regulamentações, a (re)organização dos cursos técnicos para atender a demanda social, entre outras, além de promover a aproximação da Reitoria e os campi entre si e desenvolver atividades de integração. Participam do evento, além da equipe da Pró-Reitoria de Ensino: os Diretores de Ensino, os chefes de Departamento/Coordenadores de Apoio ao Ensino, os Chefes de Departamento/Coordenadores de Assistência ao Educando, os Coordenadores de Registros Acadêmicos. Nas próximas versões também serão envolvidos neste evento as Coordenações de Biblioteca, Pedagogos e Técnicos em Assuntos Educacionais; Encontro do Ensino, Pesquisa e Extensão - ENPEX – Evento realizado no primeiro semestre letivo com o propósito de discutir e encaminhar situações estruturantes do ensino, pesquisa e extensão no IFRO, com base nos princípios pedagógicos e organizacionais do IFRO. Participam do evento as equipes das Pró-Reitorias de Ensino, Extensão e Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação e os representantes maiores dos respectivos setores nos *campus* do IFRO;

Encontro das Equipes Multiprofissionais da Assistência Estudantil – Evento realizado no primeiro semestre letivo com o objetivo de discutir as políticas e programas bem como a implementação da assistência estudantil no âmbito do IFRO como meio de ampliar as possibilidades de permanência e êxito no processo educativo, inserção no mercado de trabalho e exercício pleno da cidadania. Participam do evento, além da Diretoria de Assuntos Estudantis e Coordenação de Assistência Estudantil da Reitoria: Pedagogo(a) Orientador(a) Educacional, Psicólogo(a), Assistente Social e Chefe de Departamento/Coordenador(a) de Assistência ao Educando dos *Campus*;

Encontro das Equipes de Biblioteca – Evento de caráter político e formativo que visa preparar os coordenadores de biblioteca e seus auxiliares para garantir o pleno funcionamento, com atendimento às regras específicas para o setor e utilização de sistema automatizado de gestão, e atendimento à comunidade acadêmica e geral; Congresso de Pesquisa e Extensão do IFRO;

Eventos nos *Campus*: Os *Campus* estabelecem em seus Calendários Acadêmicos eventos como seminários, feiras, exposições, entre outros, para a discussão de temas relevantes e ações de ensino, pesquisa e extensão envolvendo toda a comunidade acadêmica e geral. No *campus* Cacoal destacam-se as seguintes atividades: Reuniões pedagógicas envolvendo todo o corpo docente e as coordenações afim de discutir sobre as práticas realizadas e a melhoria do processo educativo, Promoção da Semana Agrotecnológica, Semana do Ensino (envolvendo a semana do Curso) e a Realização da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia.

1.3. Objetivos do Curso

1.3.1. Objetivo Geral do Curso

Formar professores para educação básica com sólida formação na ciência geográfica, articulada interdisciplinarmente com as demais ciências, resultando em um profissional capacitado para o exercício da docência fundamentado em princípios filosóficos, teóricos e metodológicos, de forma que estes tenham conhecimento sobre os fenômenos naturais, sociais e espaciais, compreendendo de forma crítica a organização socioespacial no decorrer do tempo por meio dos processos de ensino e aprendizagem, bem como na integração com a pesquisa e a extensão, fortalecendo o conhecimento teórico e prático da geografia.

1.3.2. Objetivos Específicos do Curso

Os objetivos específicos do Curso de licenciatura em Geografia, estabelecidos como metas para alcançar o objetivo geral, são:

a) Preparar profissionais com uma atuação crítica, segura e eficaz no desenvolvimento do ensino e da aprendizagem, tanto nas estratégias e sistemas formais quanto nas diversas alternativas de educação científica;

- b) Promover a formação inter e transdisciplinar no ensino, na pesquisa e na extensão, com sistematização e difusão do conhecimento, primordialmente no campo educacional;
- c) Desenvolver competências para elaboração de materiais formativos e didático-pedagógico e outros instrumentais mediadores no processo ao ensino e aprendizagem;
- d) Desenvolver competência de leitura e produção de textos em Língua Portuguesa e domínio da norma culta.
- e) Promover o conhecimento de metodologias inovadoras e outras dinâmicas formativas que propiciem ao futuro professor aprendizagens significativas e contextualizadas de uma abordagem didático-metodológica, visando ao desenvolvimento da autonomia, da capacidade de resolução de problemas, dos processos investigativos e criativos, do exercício do trabalho coletivo e interdisciplinar, da análise dos desafios da vida cotidiana e em sociedade e das possibilidades de suas soluções práticas;
- f) Fomentar o emprego pedagógico das inovações e linguagens digitais como recurso para o desenvolvimento, pelos professores em formação, de conhecimentos sintonizadas com as previstas na BNCC e com o mundo contemporâneo;
- g) Desenvolver a avaliação como parte integrante do processo da formação para tomada de decisões com foco na aprendizagem;
- h) Promover a apropriação de conhecimentos relativos à gestão educacional no que se refere ao trabalho cotidiano necessário à prática docente, às relações com os pares e à vida profissional no contexto escolar;
- i) Produzir o reconhecimento da educação escolar como lugar privilegiado da formação inicial do professor, da sua prática e da sua pesquisa;
- j) Fortalecer o compromisso com a educação integral dos professores em formação, visando à constituição de conhecimentos, de competências, de habilidades e de valores e que respeitem e valorizem a diversidade, os direitos humanos, a democracia e a pluralidade de ideias e de concepções pedagógicas;

1.4. Perfil Profissional do Egresso

O curso de licenciatura em Geografia adota como perfil do profissional egresso o que preconizam as Diretrizes Curriculares para os cursos de Geografia (CNE/CES nº 492/2001 de 03/04/2001) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação) (RESOLUÇÃO N º 2, DE 01 DE JULHO DE 2015), a saber:

Compreender os elementos e processos concernentes ao meio natural e ao construído, com base nos fundamentos filosóficos, teóricos e metodológicos da Geografia e do processo de ensino aprendizagem, dominando e aprimorando as abordagens científicas pertinentes ao processo de produção e aplicação do conhecimento geográfico. Assim, ao adquirir o conhecimento geográfico e didático-pedagógico no decorrer do curso, o licenciado estará apto a atuar de forma construtiva no processo de ensino-aprendizagem em geografia, de forma crítica e comprometida com os princípios e valores atinentes à ética e cidadania.

Ao tratar dos Objetivos do curso, a Licenciatura em Geografia do Instituto Federal de Rondônia - *Campus* Cacoal reafirma e integra ao seu Projeto Pedagógico, as orientações e deliberações das Diretrizes Curriculares para os Cursos de Geografia (CNE/CES nº 492/2001 de 03/04/2001) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação) (RESOLUÇÃO CNE/CP N º 2, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019), a saber:

1.4.1. Competências Gerais

- a) Compreender os conhecimentos historicamente construídos sobre a realidade e dentro da dimensão geográfica com foco na aprendizagem dos estudantes;
- b) Mobilizar, de forma criativa e desafiadora, práticas didático-metodológicas significativas articulando elementos empíricos e conceituais concernentes ao conhecimento científico dos processos espaciais.
- c) Valorizar e incentivar as diversas manifestações artísticas e culturais, tanto locais, regionais e continentais, e a participação em práticas diversificadas da produção artístico-cultural para que o estudante possa ampliar seu repertório cultural;

- d) Utilizar diferentes linguagens – verbal, corporal, visual, sonora e digital – para se expressar e fazer com que o estudante amplie seu modelo de expressão ao compartilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos, produzindo sentidos que levem ao entendimento mútuo e crítico da realidade;
- e) Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas docentes, como recurso pedagógico e como ferramenta de formação;
- f) Valorizar a formação permanente teórica e prática para o exercício profissional, apropriando-se de novos conhecimentos e experiências que lhe possibilitem aperfeiçoamento profissional e eficácia e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania;
- g) Desenvolver argumentos com base em fatos, dados e informações científicas, que respeitem e promovam os direitos humanos, a educação inclusiva e a consciência socioambiental com posicionamento ético em relação à sociedade e natureza;
- h) Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana exercendo a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos;
- i) Reconhecer as diferentes escalas de ocorrência e manifestação dos fatos, fenômenos e eventos geográficos.
- j) Reconhecer as instituições de ensino como organização social de reflexões críticas a partir da interação de diferentes culturas e seus processos de construção, evolução e disseminação, naturalmente desenvolvido durante a práxis pedagógica, com intenção de possibilitar o desenvolvimento da criticidade, da criatividade e convivência.

1.4.2. Habilidades específicas

A. CONHECIMENTO PROFISSIONAL

- Dominar os objetos de conhecimento e saber como ensiná-los sendo capaz de:

- a) Identificar, descrever, compreender, analisar e representar os sistemas naturais;

- b) Identificar, descrever, analisar, compreender e explicar as diferentes práticas e concepções concernentes ao processo de produção do espaço;
- c) Selecionar a linguagem científica mais adequada para tratar a informação geográfica, considerando suas características e o problema proposto;
- d) Avaliar representações ou tratamentos; gráficos e matemático-estatísticos;
- e) Elaborar mapas temáticos e outras representações gráficas;
- f) Organizar o conhecimento espacial adequando-o ao processo de ensino e aprendizagem em geografia nos diferentes níveis de ensino;
- g) Demonstrar conhecimento e compreensão de conceitos, concepções, princípios, teorias e estruturas da área da docência;
- h) Dominar os direitos de aprendizagem e objetos de conhecimento da área da docência estabelecidos na BNCC e no currículo;
- i) Demonstrar conhecimento sobre os estudantes e como eles aprendem;
- j) Reconhecer os contextos socioculturais, políticos e econômicos nos quais a educação escolar acontece;
- k) Conhecer a estrutura e a governança dos sistemas educacionais sob bases filosóficas e históricas;

B. PRÁTICA PROFISSIONAL

- a) Planejar, conduzir e avaliar as ações de ensino que resultem em efetivas aprendizagens sendo capaz de elaborar o planejamento dos campos de experiência, das áreas, dos componentes curriculares, das unidades temáticas e dos objetos de conhecimento, considerando a heterogeneidade dos estudantes e nos diferentes contextos de atuação docente num tempo e espaço;

C. ENGAJAMENTO PROFISSIONAL

- a) Comprometer-se com o desenvolvimento e valorização profissional;
- b) Comprometer-se com a aprendizagem dos estudantes e colocar em prática o princípio de que todos são capazes de aprender;

- c) Participar do Projeto Pedagógico da escola e da construção dos valores democráticos;
- d) Engajar-se profissionalmente, com as famílias e com a comunidade;

1.4.3. Mercado de Trabalho: relações entre o perfil do egresso e a profissão

O egresso deve ter uma formação multicultural, de modo que possa atuar de forma crítica, consciente e ordenada no mundo do trabalho. No exercício amplo de sua profissão, o licenciado em Geografia deve estar preparado para desenvolver a prática da docência através das seguintes competências:

Ter consciência da importância social da profissão como possibilidade de desenvolvimento social e coletivo.

Exercer sua profissão de forma a contribuir para a disseminação do conhecimento relevante para a sociedade.

Atuar na prática do magistério proporcionando a compreensão das relações político-sociais do mundo.

Proporcionar a partir de sua profissão, o conhecimento da construção espacial na sociedade, bem como suas relações com o meio natural.

Desempenhar o exercício da docência de forma a desenvolver diversas metodologias de ensino de forma a obter êxito no processo de ensino-aprendizagem, bem como ser capaz de promover a prática da teoria.

1.5. Estrutura Curricular

Os componentes curriculares do Curso de Licenciatura em Geografia foram organizados em 3 Núcleos, conforme Resolução CNE/CP Nº 2/2015 a saber: 1) Núcleo de Estudos de Formação Geral, das Áreas Específicas e Interdisciplinares, e do campo Educacional; 2) Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos das Áreas de Atuação Profissional; 3) Núcleo de Estudos Integradores para Enriquecimento Curricular.

O Núcleo de Estudos de Formação Geral, das Áreas Específicas e Interdisciplinares, e do campo Educacional, seus fundamentos e metodologias, e das diversas realidades

educacionais, deverão agregar de maneira articulada:

- a) princípios, concepções, conteúdos e critérios oriundos de diferentes áreas do conhecimento, incluindo os conhecimentos pedagógicos, específicos e

interdisciplinares, os fundamentos da educação, para o desenvolvimento das pessoas, das organizações e da sociedade;

b) princípios de justiça social, respeito à diversidade, promoção da participação e gestão democrática;

c) conhecimento, avaliação, criação e uso de textos, materiais didáticos, procedimentos e processos de ensino e aprendizagem que contemplem a diversidade social e cultural da sociedade brasileira;

d) observação, análise, planejamento, desenvolvimento e avaliação de processos educativos e de experiências educacionais em instituições educativas;

e) conhecimento multidimensional e interdisciplinar sobre o ser humano e práticas educativas, incluindo conhecimento de processos de desenvolvimento de crianças, adolescentes, jovens e adultos, nas dimensões física, cognitiva, afetiva, estética, cultural, lúdica, artística, ética e biopsicossocial;

f) diagnóstico sobre as necessidades e aspirações dos diferentes segmentos da sociedade relativamente à educação, sendo capaz de identificar diferentes forças e interesses, de captar contradições e de considerá-los nos planos pedagógicos, no ensino e seus processos articulados à aprendizagem, no planejamento e na realização de atividades educativas;

g) pesquisa e estudo dos conteúdos específicos e pedagógicos, seus fundamentos e metodologias, legislação educacional, processos de organização e gestão, trabalho docente, políticas de financiamento, avaliação e currículo;

h) decodificação e utilização de diferentes linguagens e códigos sociolinguísticos utilizadas pelos estudantes, além do trabalho didático sobre conteúdos pertinentes às etapas e modalidades de educação básica;

i) pesquisa e estudo das relações entre educação e trabalho, educação e diversidade, direitos humanos, cidadania, educação ambiental, entre outras problemáticas centrais da sociedade contemporânea;

j) questões atinentes à ética, estética e ludicidade no contexto do exercício profissional, articulando o saber acadêmico, a pesquisa, a extensão e a prática educativa;

l) pesquisa, estudo, aplicação e avaliação da legislação e produção específica sobre organização e gestão da educação nacional. (PNE, 2015)

O Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos das Áreas de Atuação Profissional, incluindo os conteúdos específicos e pedagógicos, priorizadas pelo

projeto pedagógico das instituições, em sintonia com os sistemas de ensino, que, atendendo às demandas sociais, oportunizará, entre outras possibilidades:

- a) investigações sobre processos educativos, organizacionais e de gestão na área educacional;
 - b) avaliação, criação e uso de textos, materiais didáticos, procedimentos e processos de aprendizagem que contemplem a diversidade social e cultural da sociedade brasileira;
 - c) pesquisa e estudo dos conhecimentos pedagógicos e fundamentos da educação, didáticas e práticas de ensino, teorias da educação, legislação educacional, políticas de financiamento, avaliação e currículo;
 - d) Aplicação ao campo da educação de contribuições e conhecimentos, como o pedagógico, o filosófico, o histórico, o antropológico, o ambiental-ecológico, o psicológico, o linguístico, o sociológico, o político, o econômico, o cultural. (PNE,2015)
- E o Núcleo de Estudos Integradores para Enriquecimento Curricular, compreendendo a participação em:

- a) seminários e estudos curriculares, em projetos de iniciação científica, iniciação à docência, residência docente, monitoria e extensão, entre outros, definidos no projeto institucional da instituição superior e diretamente orientados pelo corpo docente da mesma instituição;
- b) atividades práticas articuladas entre os sistemas de ensino e instituições educativas de modo a propiciar vivências nas diferentes áreas do campo educacional, assegurando aprofundamento e diversificação de estudos, experiências e utilização de recursos pedagógicos;
- c) mobilidade estudantil, intercâmbio e outras atividades previstas no PPC;
- d) atividades de comunicação e expressão visando à aquisição e à apropriação de recursos de linguagem capazes de comunicar, interpretar a realidade estudada e criar conexões com a vida social. (PNE, 2015)

Em face do exposto, considera-se que este projeto tenha sido elaborado de forma a favorecer o aluno e o professor, procurando assegurar-lhes a mais ampla acessibilidade pedagógica e atitudinal. A organização pedagógica e a administrativa proposta por este projeto visam promover a teoria aliada à prática na formação ampla do futuro egresso, asseverando-lhe as necessárias competências e habilidades para exercício da profissão e para as relações subjetivas de transformação do meio no qual está inserido.

1.6. Conteúdos Curriculares do Curso

1.6.1. Especificação dos Componentes Curriculares

Os componentes curriculares para o curso de licenciatura em Geografia estão organizados conforme exposto na divisão dos núcleos que compõem a matriz curricular, conforme demonstrado nos Quadros 10, 11 e 12.

Quadro 10 - Núcleo de Estudos de Formação Geral, das Áreas Específicas e Interdisciplinares, e do campo Educacional

Código	Núcleo de Estudos de Formação Geral, das Áreas Específicas e Interdisciplinares, e do campo Educacional	Carga Horária	Composição do Currículo (%)
NEFG01	Sociologia geral	50	
NEFG02	História Geral	33	
NEFG03	Filosofia geral	33	
NEFG04	Comunicação e linguagem	50	
NEFG05	Metodologia do Trabalho Científico e Projetos integradores	67	
NEFG06	Astronomia	33	
NEFG07	História do Brasil	33	
NEFG08	Psicologia da Educação	67	
NEFG09	Filosofia da educação e ética profissional	33	
NEFG10	História da Educação	33	
NEFG11	Antropologia	33	
NEFG12	Didática Geral	67	
NEFG13	Sociologia da Educação	33	
NEFG14	Políticas públicas e Legislação da educação	67	
NEFG15	Gestão escolar	33	
NEFG16	Estatística	50	
NEFG17	Educação Especial na perspectiva Inclusiva	33	
NEFG18	Avaliação Educacional	67	
-	Optativa I	33	
NEFG19	Educação Ambiental	33	

NEFG20	Metodologia de ensino para a Educação Profissional e Tecnológica	33	
NEFG21	Direitos Humanos e Educação para a diversidade	33	
-	Optativa II	50	
NEFG22	Sociedade e Cultura	33	
NEFG23	Metodologia do Ensino EAD	33	
NEFG24	Metodologia do Ensino EJA	33	
NEFG25	LIBRAS	50	
Subtotal		1150	34,4%

Fonte: IFRO – Campus Cacoal

Quadro 11 - Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos das Áreas de Atuação Profissional

Código	Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos das Áreas de Atuação Profissional	Carga Horária	Composição do Currículo (%)
NAD01	Introdução ao pensamento Geográfico	33	
NAD02	Informática aplicada ao ensino de Geografia	67	
NAD03	Epistemologia da Geografia	33	
NAD04	Geologia	67	
NAD05	Cartografia	67	
NAD06	Geografia Agrária	67	
NAD07	Climatologia	67	
NAD08	Geografia Econômica	33	
NAD09	Hidrografia	33	
NAD10	Geomorfologia	67	
NAD11	O espaço geográfico Mundial	33	
NAD12	Metodologia do Ensino de Geografia I	67	
NAD13	Cartografia temática	67	
NAD14	Geomorfologia Fluvial	67	
NAD15	Planejamento e Gestão do Território	33	
NAD16	O espaço geográfico do Brasil	67	
NAD17	Sensoriamento Remoto e Geoprocessamento	67	

NAD18	Metodologia do Ensino de Geografia II	67	
NAD19	Pedologia	50	
NAD20	Recursos naturais e meio ambiente	33	
NAD21	Geopolítica	67	
NAD22	Organização do espaço amazônico	33	
NAD23	Geografia da população	33	
NAD24	Geografia da Indústria, transporte e redes	33	
NAD25	Biogeografia	67	
NAD26	TIC aplicada ao ensino de Geografia	33	
NAD27	Regionalização do Espaço Mundial	67	
NAD28	Geografia de Rondônia	67	
NAD29	Geografia Urbana	50	
Subtotal		1517	45,3%

Fonte: IFRO – Campus Cacoal

Quadro 12 – Núcleo de Estudos Integradores para Enriquecimento Curricular

Código	Núcleo de Estudos Integradores para Enriquecimento Curricular	Carga Horária	Composição do Currículo (%)
NEI01	Estágio I (Prática no ensino fundamental)	160	
NEI02	Estágio II (Prática no ensino médio)	240	
NEI03	Trabalho de Conclusão de curso	80	
NEI04	Atividades Acadêmico-científico-culturais	200	
Subtotal		680	20,3%

Fonte: IFRO – Campus Cacoal

1.6.2. Coerência dos Conteúdos Curriculares com o Perfil Desejado do Egresso

A estrutura curricular foi elaborada com disciplinas que integram o curso, como parte essencial do Projeto Pedagógico. Esta estrutura expressa a sugestão institucional de currículo e integra a proposta semestral de cumprimento de disciplinas, para a integralização do curso pelo aluno, no tempo definido neste Projeto Pedagógico.

A otimização do corpo docente traz uma prática interdisciplinar ao curso, mais vivenciada, e não somente teorizada. A organização da estrutura das disciplinas que serão oferecidas busca inter-relacionar, contrastar, complementar e ampliar os conhecimentos a ser formado no egresso.

O curso apresenta estrutura curricular e conteúdos programáticos previamente definidos que serão estudados de forma interdisciplinar, multidisciplinar e transdisciplinarmente para atender à formação do perfil do profissional egresso.

Ademais, por ser este um curso de licenciatura, as disciplinas do Núcleo de Estudos de Formação Geral, das Áreas Específicas e Interdisciplinares, e do campo Educacional, em conjunto com o núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos das Áreas de Atuação Profissional foram distribuídas de modo que possam desenvolver, no egresso, em comum acordo com as disciplinas pedagógicas, da ciência da natureza e ciência humana, um conjunto de habilidades e competências para o exercício da docência em geografia.

1.6.3. Coerência dos Conteúdos Curriculares Face às Diretrizes Curriculares Nacionais

A estrutura curricular do curso, preservando a sua articulação, busca mecanismos capazes de lhe permitir um grau de flexibilidade, possibilitando ao aluno “desenvolver/trabalhar vocações, interesses e potenciais específicos”, criando-se condições de tempo para pesquisas bibliográficas e autoaprendizagem, por meio de adequado planejamento das cargas horárias semestrais, respeitado o limite máximo de horas/aula semanais, seguindo orientação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso.

Ainda, em consonância com este propósito, busca-se oportunizar a flexibilização por meio da implementação curricular das Atividades Complementares de interesse individual e coletivo.

As disciplinas estão organizadas na matriz curricular de modo a atender os interesses das políticas nacionais para a educação superior e também para adequar o curso às exigências regionais.

O Curso de Licenciatura em Geografia do IFRO - *Campus* de Cacoal, deve obediência aos princípios gerais de educação emanados das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Geografia e de todos os documentos reguladores da educação nacional.

O licenciado em Geografia trabalha com um repertório de informações e habilidades composto por pluralidade de conhecimentos teóricos e práticos, cuja consolidação será proporcionada pelo exercício da profissão, fundamentando-se em interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética.

Este repertório deve se constituir por meio de múltiplos olhares, próprios das ciências, das culturas, das artes, da vida cotidiana, que proporcionam leitura das relações sociais e étnico-raciais, também dos processos educativos por estas desencadeados.

Para a formação do licenciado em Geografia é importante ressaltar que o conhecimento adquirido na academia é o referencial para a organização da vida e do trabalho. Os estudos e conhecimento devem servir como principal base de promoção, com equidade, do exercício pleno da cidadania. Também é central, para essa formação, a proposição, realização, análise de pesquisas e a aplicação de resultados, em perspectiva extensionista, histórica, cultural, política, ideológica, tecnológica e teórica, com a finalidade, entre outras, de identificar e gerir, em práticas efetivas, elementos mantenedores, transformadores, geradores de relações sociais e étnico-raciais que fortaleçam ou enfraqueçam identidades, reproduzam ou criem novas relações de poder, fazendo das tecnologias e da informação os melhores caminhos para a sublimação do homem.

1.6.4. Compartilhamento de disciplinas respeitando a carga-horária

As disciplinas constantes na Matriz Curricular do Curso de Licenciatura em Geografia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - *Campus* Cacoal, poderão ser ministradas de forma compartilhada entre os professores, desde que não ultrapasse a carga horária total da disciplina e autorizada pela Coordenação do Curso.

1.6.5. Matriz Curricular do Curso

A estrutura curricular do Curso Superior de Licenciatura em Geografia atende as determinações legais presentes na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDBEN 9.394/1996; nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores da educação básica, em nível superior, de graduação plena, definidas pela Resolução CNE/CP 1/2002; nas Diretrizes Curriculares para o curso de Geografia, expressas no Parecer CNE/CES 492/2001 e na Resolução CNE/CES

14/2002; na Resolução CNE/CP 2/2002, Resolução CNE/CP nº 02/2015 que estabelece a carga horária das Licenciaturas, assim como, nas normativas, políticas e orientações internas do Instituto Federal de Rondônia.

A Resolução CNE/CP nº 02, de 01 de julho de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada, estabelece a obrigatoriedade de cargas horárias mínimas assim distribuídas e dimensionadas:

§ 1º Os cursos de que trata o caput terão, no mínimo, 3.200 (três mil e duzentas) horas de efetivo trabalho acadêmico, em cursos com duração de, no mínimo, 8 (oito) semestres ou 4 (quatro) anos, compreendendo:

I – 400 (quatrocentas) horas de prática como componente curricular, distribuídas ao longo do processo formativo;

II – 400 (quatrocentas) horas dedicadas ao estágio supervisionado, na área de formação e atuação na educação básica, contemplando também outras áreas específicas, se for o caso, conforme o projeto de curso da instituição;

III – pelo menos 2.200 (duas mil e duzentas) horas dedicadas às atividades formativas estruturadas pelos núcleos definidos nos incisos I e II do artigo 12 desta Resolução, conforme o projeto de curso da instituição;

IV – 200 (duzentas) horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes, conforme núcleo definido no inciso III do artigo 12 desta Resolução, por meio da iniciação científica, da iniciação à docência, da extensão e da monitoria, entre outras, consoante o projeto de curso da instituição (RESOLUÇÃO CNE/CP nº 2/2015).

O curso de Licenciatura em Geografia do IFRO atende a referida resolução, pois possui carga uma horária de 3.347 (três mil, trezentos e quarenta e sete) horas de efetivo trabalho acadêmico, com duração de, no mínimo, 8 (oito) semestres ou 4 (quatro) anos.

A matriz curricular do curso está organizada por disciplinas em regime seriado semestral, distribuídas em três núcleos de organização dos conteúdos: Núcleo de Estudos de Formação Geral, das Áreas Específicas e Interdisciplinares, e do campo Educacional; Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudo das Áreas de Atuação Profissional; e Núcleo de Estudos Integradores para Enriquecimento Curricular, sendo que conforme a Resolução CNE/CP nº 02, de 01 de julho de 2015, esses núcleos estruturam-se da seguinte forma:

O Núcleo de Estudos de Formação Geral das Áreas Específicas e Interdisciplinares; e do campo educacional, seus fundamentos, metodologias e diversas realidades educacionais, compreende: a articulação entre princípios, concepções, conteúdos e critérios oriundos de diferentes áreas do conhecimento, incluindo os conhecimentos pedagógicos, específicos e interdisciplinares; os

fundamentos da educação, para o desenvolvimento das pessoas, das organizações e da sociedade; princípios de justiça social, respeito à diversidade, promoção da participação e gestão democrática; conhecimento, avaliação, criação e uso de textos, materiais didáticos, procedimentos e processos de ensino e aprendizagem que contemplem a diversidade social e cultural da sociedade brasileira; observação, análise, planejamento, desenvolvimento e avaliação de processos educativos e de experiências educacionais em instituições educativas; conhecimento multidimensional e interdisciplinar sobre o ser humano e práticas educativas, incluindo conhecimento de processos de desenvolvimento de crianças, adolescentes, jovens e adultos, nas dimensões física, cognitiva, afetiva, estética, cultural, lúdica, artística, ética e biopsicossocial; diagnóstico sobre as necessidades e aspirações dos diferentes segmentos da sociedade relativamente à educação, sendo capaz de identificar diferentes forças e interesses, de captar contradições e de considerá-los nos planos pedagógicos, no ensino e seus processos articulados à aprendizagem, no planejamento e na realização de atividades educativas; pesquisa e estudo dos conteúdos específicos e pedagógicos, seus fundamentos e metodologias, legislação educacional, processos de organização e gestão, trabalho docente, políticas de financiamento, avaliação e currículo; decodificação e utilização de diferentes linguagens e códigos linguístico-sociais utilizadas pelos estudantes, além do trabalho didático sobre conteúdos pertinentes às etapas e modalidades de educação básica; pesquisa e estudo das relações entre educação e trabalho, educação e diversidade, direitos humanos, cidadania, educação ambiental, entre outras problemáticas centrais da sociedade contemporânea; questões atinentes à ética, estética e ludicidade no contexto do exercício profissional, articulando o saber acadêmico, a pesquisa, a extensão e a prática educativa; pesquisa, estudo, aplicação e avaliação da legislação e produção específica sobre organização e gestão da educação nacional.

O Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos das Áreas de Atuação Profissional inclui os conteúdos específicos e pedagógicos, priorizados pelo projeto pedagógico, em sintonia com os sistemas de ensino, que, atendendo às demandas sociais, oportunizará, entre outras possibilidades: investigações sobre processos educativos, organizacionais e de gestão na área educacional; avaliação, criação e uso de textos, materiais didáticos, procedimentos e processos de aprendizagem que contemplem a diversidade social e cultural da sociedade brasileira; pesquisa e estudo dos conhecimentos pedagógicos e fundamentos da educação,

didáticas e práticas de ensino, teorias da educação, legislação educacional, políticas de financiamento, avaliação e currículo; aplicação ao campo da educação de contribuições e conhecimentos, como o pedagógico, o filosófico, o histórico, o antropológico, o ambiental-ecológico, o psicológico, o linguístico, o sociológico, o político, o econômico, o cultural;

O Núcleo de Estudos Integradores para Enriquecimento Curricular compreende: a participação em seminários e estudos curriculares, em projetos de iniciação científica, iniciação à docência, residência docente, monitoria e extensão, entre outros, definidos no projeto institucional da instituição de educação superior e diretamente orientados pelo corpo docente da mesma instituição; atividades práticas articuladas entre os sistemas de ensino e instituições educativas de modo a propiciar vivências nas diferentes áreas do campo educacional, assegurando aprofundamento e diversificação de estudos, experiências e utilização de recursos pedagógicos; mobilidade estudantil, intercâmbio e outras atividades previstas no PPC; atividades de comunicação e expressão visando à aquisição e à apropriação de recursos de linguagem capazes de comunicar, interpretar a realidade estudada e criar conexões com a vida social.

Assim, dentre os princípios e as diretrizes que fundamentam o curso, destacam-se: estética da sensibilidade; política da igualdade; ética da identidade; inter e transdisciplinaridade; contextualização; flexibilidade e intersubjetividade. Esses são princípios de bases filosóficas e epistemológicas que dão suporte à Estrutura Curricular do curso.

Quadro 13 - Distribuição de carga horária para os núcleos de conteúdo

Núcleos	CH (Hora-Relóg*)	Percentual
NEFG	1150	34,4%
NAD	1517	45,3%
NEI	680	20,3%
Total	3347	100,0%

Fonte: IFRO – *Campus* Cacoal. Legenda: NEFG = Núcleo de Estudos de Formação Geral, das Áreas Específicas e Interdisciplinares, e do campo Educacional; NAD = Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos das Áreas de Atuação Profissional, incluindo os conteúdos específicos e pedagógicos; NEI = Núcleo de Estudos Integradores. (*) Hora-relógio de 50 minutos.

A matriz curricular completa para o curso de Licenciatura em Geografia é apresentada no quadro 14. Além de todas as disciplinas do curso são mostrados também a carga horária de cada disciplina bem como os pré-requisitos de cada uma,

divididas por seus respectivos núcleos. Importante frizar que cada hora aula corresponde a 50 minutos de uma hora relógio.

Quadro 14- Matriz Curricular Completa do curso de Licenciatura em Geografia.

ORDEM	DISCIPLINAS	CÓDIGO	PRÉ-REQUISITOS			HORA AULA	HORA RELÓGIO
1º	Sociologia geral	NEFG01	-	-	-	60	50
2º	História Geral	NEFG02	-	-	-	40	33
3º	Filosofia geral	NEFG03	-	-	-	40	33
4º	Comunicação e Linguagem	NEFG04	-	-	-	60	50
5º	Metodologia do Trabalho Científico e Projetos integradores	NEFG05	-	-	-	80	67
6º	Astronomia	NEFG06	-	-	-	40	33
7º	História do Brasil	NEFG07	-	-	-	40	33
8º	Psicologia da Educação	NEFG08	-	-	-	80	67
9º	Filosofia da educação e ética profissional	NEFG09	NEFG03	-	-	40	33
10º	História da Educação	NEFG10	NEFG02	-	-	40	33
11º	Antropologia	NEFG11	-	-	-	40	33
12º	Didática Geral	NEFG12	NEFG02	-	-	80	67
13º	Sociologia da Educação	NEFG13	NEFG01	-	-	40	33
14º	Políticas públicas e Legislação da educação	NEFG14	-	-	-	80	67
15º	Gestão escolar	NEFG15	-	-	-	40	33
16º	Estatística	NEFG16	-	-	-	60	50
17º	Educação Especial na perspectiva Inclusiva	NEFG17	-	-	-	40	33
18º	Avaliação Educacional	NEFG18	-	-	-	80	67
19º	Optativa I	-	-	-	-	40	33
20º	Educação Ambiental	NEFG19	-	-	-	40	33
21º	Metodologia de ensino para a Educação Profissional e Tecnológica	NEFG20	-	-	-	40	33
22º	Direitos Humanos e Educação para a diversidade	NEFG21	-	-	-	40	33
23º	Optativa II	-	-	-	-	60	50
24º	Sociedade e Cultura	NEFG22	NEFG01	NEFG11	NAD23	40	33
25º	Metodologia do Ensino EAD	NEFG23	-	-	-	40	33
26º	Metodologia do Ensino EJA	NEFG24	-	-	-	40	33
27º	LIBRAS	NEFG25	-	-	-	60	50
28º	Introdução ao pensamento Geográfico	NAD01	-	-	-	40	33
29º	Informática aplicada ao ensino de Geografia	NAD02	-	-	-	80	67
30º	Epistemologia da Geografia	NAD03	-	-	-	40	33

31°	Geologia	NAD04	-	-	-	80	67
32°	Cartografia	NAD05	-	-	-	80	67
33°	Geografia Agrária	NAD06	-	-	-	80	67
34°	Climatologia	NAD07	-	-	-	80	67
35°	Geografia Econômica	NAD08	-	-	-	40	33
36°	Hidrografia	NAD09	-	-	-	40	33
37°	Geomorfologia	NAD10	NAD04	-	-	80	67
38°	O espaço geográfico Mundial	NAD11	-	-	-	40	33
39°	Metodologia do Ensino de Geografia I	NAD12	-	-	-	80	67
40°	Cartografia temática	NAD13	NAD05	-	-	80	67
41°	Geomorfologia Fluvial	NAD14	NAD10	NAD09	-	80	67
42°	Planejamento e Gestão do Território	NAD15	-	-	-	40	33
43°	O espaço geográfico do Brasil	NAD16	-	-	-	80	67
44°	Sensoriamento Remoto e Geoprocessamento	NAD17	NAD13	-	-	80	67
45°	Metodologia do Ensino de Geografia II	NAD18	NAD12	-	-	80	67
46°	Pedologia	NAD19	NAD04	-	-	60	50
47°	Recursos naturais e meio ambiente	NAD20	-	-	-	40	33
48°	Geopolítica	NAD21	NAD11	NAD15	-	80	67
49°	Organização do espaço amazônico	NAD22	-	-	-	40	33
50°	Geografia da população	NAD23	-	-	-	40	33
51°	Geografia da Indústria, transporte e redes	NAD24	NAD08	-	-	40	33
52°	Biogeografia	NAD25	NAD04	NAD07	-	60	50
53°	TIC aplicada ao ensino de Geografia	NAD26	-	-	-	40	33
54°	Regionalização do Espaço Mundial	NAD27	-	-	-	80	67
55°	Geografia de Rondônia	NAD28	-	-	-	80	67
56°	Geografia Urbana	NAD29	NAD23	-	-	60	50
					Total	3200	2667

Fonte: IFRO – Campus Cacoal

A matriz curricular para o curso de Licenciatura em Geografia do IFRO é apresentada na sua totalidade para os Núcleo de Estudos de Formação Geral, das Áreas Específicas e Interdisciplinares, e do campo Educacional (em cor amarela); Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos das Áreas de Atuação Profissional, incluindo os conteúdos específicos e pedagógicos (na cor verde); e Núcleo de Estudos Integradores (na cor azul) no quadro 15. São apresentados também os pré-requisitos para cursar as disciplinas, a carga horária semanal,

subdividindo-se em carga horária teórica, prática e atividades de extensão, e a divisão por períodos.

Quadro 15 – Matriz curricular do curso de Licenciatura em Geografia por período.

Período	Disciplina	Códigos	Pré-Requisito			Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH EAD (20%) ¹	Projeto(s) Integrador(es) e extensão	(Hora-Aula) CH Total	(Hora-Rel) CH Total
1º SEMESTRE	Introdução ao pensamento Geográfico	NAD01	-	-	-	2	40	-	8	-	40	33
	Informática aplicada ao ensino de Geografia	NAD02	-	-	-	4	40	40	16	-	80	67
	Sociologia geral	NEFG01	-	-	-	3	60	-	12	-	60	50
	História Geral	NEFG02	-	-	-	2	40	-	8	-	40	33
	Filosofia geral	NEFG03	-	-	-	2	40	-	8	-	40	33
	Comunicação e Linguagem	NEFG04	-	-	-	3	30	30	12	-	60	50
	Metodologia do Trabalho Científico e Projetos integradores	NEFG05	-	-	-	4	40	40	16	20	80	67
	SUBTOTAL		-	-	-	20	290	110	80	20	400	333
Período	Disciplina	Códigos	Pré-Requisito			Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH EAD (20%)	Projeto(s) Integrador(es) e extensão	(Hora-Aula) CH Total	(Hora-Rel) CH Total
2º SEMESTRE	Epistemologia da Geografia	NAD03	-	-	-	2	40	-	8	4	40	33
	Geologia	NAD04	-	-	-	4	60	20	16	10	80	67
	Astronomia	NEFG06	-	-	-	2	40	-	8	6	40	33
	História do Brasil	NEFG07	-	-	-	2	40	-	8	4	40	33
	Psicologia da Educação	NEFG08	-	-	-	4	80	-	16	8	80	67
	Filosofia da educação e ética profissional	NEFG09	NEFG03	-	-	2	40	-	8	6	40	33
	História da Educação	NEFG10	NEFG02	-	-	2	40	-	8	6	40	33
	Antropologia	NEFG11	-	-	-	2	40	-	8	6	40	33

¹ Considerando o calendário acadêmico (dias letivos, aprovado em Conselho Escolar), respeitando um mínimo de 10% em CH EAD, com o máximo 20% em CH EAD. Considerando que a CH EaD está dentro da CH total das disciplinas, considerando a teoria e prática.

		SUBTOTAL	-	-	-	-	20	380	20	80	50	400	333
	Período	Disciplina	Códigos	Pré-Requisito			Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH EAD (20%)	Projeto(s) Integrador(es) e extensão	(Hora-Aula) CH Total	(Hora-Rel) CH Total
3º SEMESTRE		Cartografia	NAD05	-	-	-	4	60	20	16	10	80	67
		Geografia Agrária	NAD06	-	-	-	4	80	-	16	10	80	67
		Climatologia	NAD07	-	-	-	4	60	20	16	10	80	67
		Geografia Econômica	NAD08	-	-	-	2	40	-	8	8	40	33
		Didática Geral	NEFG12	-	-	-	4	40	40	16	6	80	67
		Sociologia da Educação	NEFG13	NEFG01	-	-	2	40	-	8	6	40	33
		SUBTOTAL	-	-	-	-	20	320	80	80	50	400	333
	Período	Disciplina	Códigos	Pré-Requisito			Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH EAD (20%)	Projeto(s) Integrador(es) e extensão	(Hora-aula) CH Total	(Hora-Rel) CH Total
4º SEMESTRE		Hidrografia	NAD09	-	-	-	2	20	20	8	4	40	33
		Geomorfologia	NAD10	NAD04	-	-	4	60	20	16	10	80	67
		O espaço geográfico Mundial	NAD11	-	-	-	2	40	-	8	6	40	33
		Metodologia do Ensino de Geografia I	NAD12	-	-	-	4	40	40	16	10	80	67
		Cartografia temática	NAD13	NAD05	-	-	4	40	40	16	10	80	67
		Políticas públicas e Legislação da educação	NEFG14	-	-	-	4	80	-	16	-	80	67
		SUBTOTAL	-	-	-	-	20	280	120	80	40	400	333
	Período	Disciplina	Códigos	Pré-Requisito			Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH EAD (20%)	Projeto(s) Integrador(es) e extensão	(Hora-aula) CH Total	(Hora-Rel) CH Total
5º SEMESTRE		Geomorfologia Fluvial	NAD14	NAD10	NAD09	-	4	60	20	16	8	80	67
		Planejamento e Gestão do Território	NAD15	-	-	-	2	40	-	8	4	40	33
		O espaço geográfico do Brasil	NAD16	-	-	-	4	80	-	16	8	80	67

	Sensoriamento Remoto e Geoprocessamento	NAD17	NAD13	-	-	4	40	40	16	8	80	67
	Metodologia do Ensino de Geografia II	NAD18	NAD12	-	-	4	40	40	16	8	80	67
	Gestão escolar	NEFG15	-	-	-	2	20	20	8	4	40	33
	SUBTOTAL	-	-	-	-	20	280	120	80	40	400	333
Período	Disciplina	Códigos	Pré-Requisito			Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH EAD (20%)	Projeto(s) Integrador(es) e extensão	(Hora-aula) CH Total	(Hora-Rel) CH Total
6º SEMESTRE	Pedologia	NAD19	NAD04	-	-	3	40	20	12	12	60	50
	Recursos naturais e meio ambiente	NAD20	-	-	-	2	40	-	8	6	40	33
	Geopolítica	NAD21	NAD11	NAD15	-	4	80	-	16	12	80	67
	Estatística	NEFG16	-	-	-	3	30	30	12	10	60	50
	Educação Especial na perspectiva Inclusiva	NEFG17	-	-	-	2	20	20	8	-	40	33
	Avaliação Educacional	NEFG18	-	-	-	4	40	40	16	-	80	67
	Optativa I	-	-	-	-	2	40		8		40	33
	SUBTOTAL	-	-	-	-	20	280	120	80	40	400	333
Período	Disciplina	Códigos	Pré-Requisito			Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH EAD (20%)	Projeto(s) Integrador(es) e extensão	(Hora-aula) CH Total	(Hora-Rel) CH Total
7º SEMESTRE	Organização do espaço amazônico	NAD22	-	-	-	2	40	-	8	6	40	33
	Geografia da população	NAD23	-	-	-	2	40	-	8	6	40	33
	Geografia da Indústria, transporte e redes	NAD24	NAD08	-	-	2	40	-	8	4	40	33
	Biogeografia	NAD25	NAD04	NAD07	-	3	60	-	12	8	60	50
	TIC aplicada ao ensino de Geografia	NAD26	-	-	-	2	20	20	8	6	40	33
	Educação Ambiental	NEFG19	-	-	-	2	20	20	8	5	40	33
	Metodologia de ensino para a Educação Profissional e Tecnológica	NEFG20	-	-	-	2	20	20	8	-	40	33

	Direitos Humanos e Educação para a diversidade	NEFG21	-	-	-	2	40	-	8	5	40	33
	Optativa II	-	-	-	-	3	60		12	-	60	50
	SUBTOTAL	-	-	-	-	20	340	60	80	40	400	333
Período	Disciplina	Códigos	Pré-Requisito			Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH EAD (20%)	Projeto(s) Integrador(es) e extensão	(Hora-aula) CH Total	(Hora-Rel) CH Total
8º SEMESTRE	Regionalização do Espaço Mundial	NAD27	-	-	-	4	80	-	16	12	80	67
	Geografia de Rondônia	NAD28	-	-	-	4	40	40	16	12	80	67
	Geografia Urbana	NAD29	NAD23	-	-	3	60	-	12	8	60	50
	Sociedade e Cultura	NEFG22	NEFG01	-	-	2	40	-	8	8	40	33
	Metodologia do Ensino EAD	NEFG23	-	-	-	2	20	20	8	-	40	33
	Metodologia do Ensino EJA	NEFG24	-	-	-	2	20	20	8	-	40	33
	LIBRAS	NEFG25	-	-	-	3	30	30	12	-	60	50
	SUBTOTAL	-	-	-	-	20	290	110	80	40	400	333
	TOTAL	-	-	-	-	160	2460	740	640	320	3200	2667

Período	Disciplina	Códigos	Pré-Requisito			Créditos	CH Teórica	CH Prática	Projeto(s) Integrador(es) e extensão	(Hora-aula) CH Total	(Hora-Rel) CH Total
Núcleo Integrador	Estágio I (Prática no ensino fundamental)	NEI01	-	-	-	-	-	192	-	192	160
	Estágio II (Prática no ensino médio)	NEI02	NEI01	-	-	-	-	288	-	288	240
	Trabalho de Conclusão de curso	NEI03	-	-	-	-	-	96	-	96	80
	Atividades Acadêmico-científico-culturais	NEI04	-	-	-	-	-	240	-	240	200
	SUBTOTAL	-	-	-	-	-	-	816	-	816	680
	TOTAL	-	-	-	-	160	2460	1556	320	4016	3347

Fonte: IFRO – Campus Cacoal (*) Uma hora aula corresponde a 50 minutos de hora-relógio.

Quadro 16 – Síntese da Carga Horária Teórica, Prática e Total por núcleos.

Síntese da Carga Horária Teórica, Prática e Total Por Núcleos

Núcleos	CH Teórica	CH Prática	CH Projetos Integradores	CH (Hora-Aula)	CH (Hora-Relóg.)
NEFG	995	285	100	1380	1150
NAD	1318	282	220	1820	1517
NEI	-	816	-	816	680
TOTAL	2313	1383	320	4016	3347

Fonte: IFRO – Campus Cacoal (*) Uma hora aula corresponde a 50 minutos de hora-relógio.

1.6.6. Ementário

1º SEMESTRE			
PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA			
Disciplina: Introdução ao Pensamento Geográfico			Código: NAD01
CH Teórica: 40	CH Prática:	CH PIE²:	CH Total: 40
Núcleo de Formação: NAD			Período: 1º
Disciplinas Pré-requisito:			
Ementa:			
Processos históricos de formação da ciência geográfica e sua institucionalização; Escolas da geografia: Escola alemã, francesa, americana e outras; Bases teóricas e conceituais, Categorias de análise da ciência geográfica: espaço geográfico, região, território, lugar e paisagem;			
Referências Bibliográficas Básicas			
RODRIGUES, Auro de Jesus. Geografia: introdução à ciência geográfica. São Paulo: AVERCAMP, 2007.			
SANTOS, Milton. Por uma geografia nova. São Paulo: EDUSP, 6º ed., 2º reimp., 2012.			
SOUZA, Marcelo Lopes de. Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.			
Referências Bibliográficas Complementares			
MOREIRA, Ruy. O que é Geografia. 7º reimp. 14º ed. São Paulo: Brasiliense, 2005.			
SANTOS, Milton. Metamorfose do espaço habitado. 3º ed., São Paulo: HUCITEC, 1994.			
SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço. São Paulo: EDUSP, 4º ed., 7º reimp. 2012.			
SPOSITO, Eliseu Savério. Geografia e Filosofia: contribuições para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: UNESP, 2003.			

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA			
Disciplina: Informática aplicada ao Ensino de Geografia			Código: NAD02
CH Teórica: 40	CH Prática: 40	CH PIE:	CH Total: 80
Núcleo de Formação: NAD			Período: 1º
Disciplinas Pré-requisito:			
Ementa:			

² PIE: Projetos Integradores de Extensão.

Softwares e aplicativos educacionais, recursos e metodologias específicas para o ensino e aprendizagem de Geografia. Currículo, planejamento, prática, mediação e avaliação das TICs no ensino de Geografia.

Referências Bibliográficas Básicas

CAPRON, H. L., JOHNSON, J. A. **Introdução à informática**. 8ª Ed. Prentice Hall. São Paulo, 2004.
 MANZANO, André Luiz N. G. **Estudos dirigidos a Informática Básica**. 7ª Ed. Érica. São Paulo, 2010.
 VALENTE, José Armando. **Aprendizagem na era das tecnologias digitais**. Ed. Cortez. São Paulo, 2007.

Referências Bibliográficas Complementares

ALLAN, L. **Escola.com: como as novas tecnologias estão transformando a educação na prática**. Barueri: Figurati, 2015.
 BELLONI, Maria Luiza. **O que é mídia – educação**. 3. Ed. Autores Associados. Campinas, 2009.
 MARÇULA, Marcelo., BENINI Filho, PIO Armando. **Informática: conceitos e aplicações**. 4ª Ed. Érica: São Paulo, 2013.
 MORAN, J. M., MASETTO, M. T., & BEHRENS, M. A. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. ed. 21ª, Campinas: Papirus, 2013.
 BELLONI, Maria Luiza. **O que é mídia – educação**. 3. Ed. Autores Associados. Campinas, 2009.

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA			
Disciplina: Sociologia Geral			Código: NEFG01
CH Teórica: 60	CH Prática:	CH PIE:	CH Total: 60
Núcleo de Formação: NEFG			Período: 1º
Disciplinas Pré-requisito:			
Ementa:			
O objetivo das ciências sociais. Análise do modo de produção capitalista e socialista. Estado e sociedade civil. Estado e Poder no Brasil. A relação indivíduo e sociedade: os processos sociais básicos.			
Referências Bibliográficas Básicas			
DURKHEIM, Émile. As regras do Método Sociológico . São Paulo: Martin Claret, 2001. GIDDENS, Anthony. SOCIOLOGIA , 6ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2012. QUINTEIRO, Tania. Um Toque de Clássicos . Belo Horizonte: UFMG, 2009.			
Referências Bibliográficas Complementares			
FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil . 24ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1991. LAKATOS, Eva Maria. Sociologia Geral . 7ª ed. São Paulo: Atlas, 1999. MARX, K. O capital: crítica da economia política . Vol. 1. São Paulo: Civilização Brasileira, 2006. Martins, José de Souza. Fronteira: a degradação do outro nos confins do mundo . São Paulo: Hucitec, 1997. Oliveira, Francisco de. Crítica à razão dualista: o ornitorrinco . São Paulo: Boitempo. Edição: 1. ed. rev. 2003 WEBER, M. Ética Protestante e o “Espírito” do Capitalismo . São Paulo: Cia. das Letras, 2004.			

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA			
Disciplina: História Geral			Código: NEFG02
CH Teórica: 40	CH Prática:	CH PIE:	CH Total: 40
Núcleo de Formação: NEFG			Período: 1º
Disciplinas Pré-requisito:			
Ementa:			
Introdução e conceito a História econômica. Estudo das principais formações econômicas desenvolvidas ao longo do processo histórico. A produção capitalista e a divisão social do trabalho. Transição do feudalismo para o capitalismo. Revolução Industrial e o amadurecimento do capitalismo. O processo histórico de constituição do mercado autor regulável. A formação do proletariado e a expansão do sistema capitalista no século XX. O experimento socialista; O Estado de bem-estar-social; Economias subdesenvolvidas. O neoliberalismo.			
Referências Bibliográficas Básicas			
MARX, K. A Assim Chamada Acumulação Primitiva. In: O Capital . Livro 1. Rio de Janeiro: Boitempo, 2013.			
HOBSBAWM, E. Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.			
LE GOFF, J. Para uma outra Idade Média: tempo, trabalho e cultura no ocidente. 18 ensaios. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.			
Referências Bibliográficas Complementares			
HARVEY, D. O Novo Imperialismo . São Paulo: Loyola, 2012.			
HOBSBAWM, Eric. A era dos impérios: 1875-1914. Rio de Janeiro Paz e Terra, 1989.			
HUBERMAN, L, História da Riqueza do Homem . Rio de Janeiro: Zahar, 2010.			
ARENDT, H. A Condição Humana . Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2017.			
VOVELLE, M. A Revolução Francesa e seu eco. Estudos Avançados . v. 3., n. 6. (1989). pp. 25-45.			
REIS, D. A. As revoluções russas e a emergência do socialismo autoritário. Estudos Avançados . v. 31. n. 91. (2017). pp. 67-79.			

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA			
Disciplina: Filosofia Geral			Código: NEFG03
CH Teórica: 40	CH Prática:	CH PIE:	CH Total: 40
Núcleo de Formação: NEFG			Período: 1º
Disciplinas Pré-requisito:			
Ementa:			
Origem e significado da filosofia e sua relação com: mito, senso comum, ideologia. Divisão da filosofia. A questão do conhecimento e da ciência. Tipos de conhecimento. O ser e o agir humano. As relações humanas e o meio físico. Os desafios atuais da Geografia. As implicações éticas científicas na sociedade contemporânea.			
Referências Bibliográficas Básicas			
GHIRALDELLI, Jr. Paulo. Introdução à filosofia. São Paulo: Manole, 2003.			
REALE, Miguel. Introdução à Filosofia. 4ª Ed. São Paulo: Saraiva.2007.			

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. O que é filosofia? Rio de Janeiro: Editora 34, 2001.
Referências Bibliográficas Complementares
ARENDT, Hannah. A condição humana. Tradução de Roberto Raposo. 13º ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016.
DEMO, Pedro. Praticar ciência: metodologia do conhecimento científico. 1ª Ed. São Paulo. Saraiva, 2011.
FURROW, Dwight. Ética: conceito – chave em filosofia, Porto Alegre: Atmed, 2007.
MOREIRA, R. Para onde vai o pensamento geográfico? Por uma epistemologia crítica. São Paulo: Contexto, 2006.
SÁ. Antônio Loes de. Ética Profissional. São Paulo: Grupo GEN, 2019.

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA			
Disciplina: Comunicação e Linguagem			Código: NEFG04
CH Teórica: 30	CH Prática: 30	CH PIE:	CH Total: 60
Núcleo de Formação: NEFG			Período: 1º
Disciplinas Pré-requisito:			
Ementa:			
Conceitos linguísticos: Diversidade linguística. Língua falada e língua escrita. Níveis de linguagem. Leitura e produção textual enfatizando o gênero e a tipologia textual. Fatores de textualidade. Argumentação oral e escrita. Redação científica. Pontuação. Concordância verbal e nominal.			
Referências Bibliográficas Básicas			
EMEDIATO, Wander. A fórmula do texto: Redação, Argumentação e Leitura. São Paulo: Geração Editorial, 2008.			
KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e escrever: estratégias de produção textual. 2.ed.São Paulo: Contexto, 2015.			
MEDEIROS, João Bosco. Português Instrumental. 9.ed. São Paulo: Atlas,2010.			
Referências Bibliográficas Complementares			
ABAURRE, Maria Luiza M; ABAURRE, Maria Bernadete. Um olhar objetivo para produções escritas: analisar, avaliar, comentar.1.ed. São Paulo: Moderna, 2012.			
BAGNO, Marcos. A língua de Eulália: novela sociolinguística. 17.ed. São Paulo: Contexto, 2015.			
CEREJA, Willian; COCHAR, Thereza. Gramática Reflexiva: texto, semântica e interação. 4.ed. São Paulo: Atual,2013.			
GARCIA, Othon M. Comunicação em Prosa Moderna. 27.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.			
MEDEIROS, João Bosco. Redação Científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 12.ed.São Paulo: Atlas, 2014.			

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA			
Disciplina: Metodologia do Trabalho Científico e Projetos integradores			Código: NEFG05
CH Teórica: 40	CH Prática: 20	CH PIE: 20	CH Total: 80
Núcleo de Formação: NEFG			Período: 1º

Disciplinas Pré-requisito:	
Ementa:	
Informações científicas, diretrizes e normas técnicas necessárias na elaboração de trabalhos acadêmicos e científicos. Conceitos sobre as metodologias científicas, a pesquisa e seus procedimentos e este ocupando um papel base na formação do docente em Geografia. Ciência e outras formas de conhecimento. Prática e estratégias de leitura e anotações. Trabalhos de disciplinas, relatórios de visitas técnicas e de apresentações orais. Estrutura e redação de textos científicos dissertativos: resumos, relatórios, monografias, artigos científicos. Apresentação gráfica do texto e referências bibliográficas. Normas da ABNT. Formação das habilidades e competências profissionais depende do conhecimento multidisciplinar adquirido por meio de projetos integradores e da extensão. A relação dos conteúdos básicos e específicos, e suas aplicações práticas no exercício da profissão, por meio do uso de projetos integradores e da extensão. Metodologia da extensão e à vivência prática multidisciplinar ao longo curso. Aprendizagem significativa, por meio da curricularização da extensão nos cursos oferecidos pela Instituição.	
Referências Bibliográficas Básicas	
GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. MARCONI, M. A. Metodologia científica: ciência e conhecimento científico; métodos científicos ; teoria, hipóteses e variáveis , metodologia jurídica. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011. FLICK, U. Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes. Porto Alegre: Penso, 2013	
Referências Bibliográficas Complementares	
CERVO, Amado L. Metodologia científica. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. YIN, K. R. Estudo de Caso: Planejamento e Métodos. 5ª Edição. Porto Alegre: Bookman, 2015. GHEDIN, E. FRANCO, M.A. S. Questões de método na construção da pesquisa em educação. 2ª edição: São Paulo: Cortez, 2011. LAKATOS, E. M. Metodologia do trabalho científico: projetos de pesquisa, pesquisa bibliográfica, teses de doutorado, dissertações de mestrado, trabalhos de conclusão de curso. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017. SEVERINO, A.J. Metodologia do trabalho científico. 22. ed. São Paulo: Cortez. 2002.	

2º SEMESTRE			
PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA			
Disciplina: Epistemologia da Geografia			Código: NAD03
CH Teórica: 36	CH Prática:	CH PIE: 4	CH Total: 40
Núcleo de Formação: NAD			Período: 2º
Disciplinas Pré-requisito:			
Ementa:			
Fundamentos filosóficos da ciência; Bases epistemológicas da ciência geográfica: determinismo x possibilismo, geografia física x geografia humana, geografia quantitativa, geografia crítica, geografia cultural; Tendências teórico-metodológicas:			

quantitativista, materialismo histórico-dialético e fenomenologia; Pensamentos modernos da geografia.

Referências Bibliográficas Básicas

MOREIRA, R. **Para onde vai o pensamento geográfico?** Por uma epistemologia crítica. São Paulo: Contexto, 2006.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova.** São Paulo: EDUSP, 6° ed., 2° reimp., 2012.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e Filosofia:** contribuições para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: UNESP, 2003.

Referências Bibliográficas Complementares

CARLOS, Ana Fani Alessandri. (org.) A geografia em sala de aula. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

GODOY, Paulo R. Teixeira de (org.). **História do pensamento geográfico e epistemologia em Geografia.** São Paulo: Cultura Acadêmica. 2010. [biblioteca digital]

MOREIRA, Ruy. **Geografia e Praxis – a presença do espaço na teoria e nas práticas geográficas.** São Paulo: Contexto, 2012.

SANTOS, Milton. **Metamorfose do espaço habitado.** 6° ed., São Paulo: EDUSP, 2014.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método.** 5° ed. 2° reimp., São Paulo: EDUSP, 2014.

PLANO DE DISCIPLINA

Curso: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

Disciplina: Geologia

Código: NAD04

CH Teórica: 60

CH Prática: 10

CH PIE: 10

CH Total: 80

Núcleo de Formação: NAD

Período: 2°

Disciplinas Pré-requisito:

Ementa:

Formação e evolução do pensamento geológico. Origem e estrutura da Terra. Tectônicas de Placas e Geologia Estrutural: terremotos, vulcanismo, dobras e falhas. Tempo Geológico. Intemperismo físico e químico, Rochas e Minerais, Rochas Ígneas, Rochas Metamórficas e Rochas Sedimentares. Recursos Minerais. Geologia e meio ambiente na sala de aula.

Referências Bibliográficas Básicas

GUERRA, ANTÔNIO TEIXEIRA. **Novo dicionário Geológico-Geomorfológico.** Bertrand Brasil. 2015. 648 p.

POPP, J.H. **Geologia Geral.** Rio de Janeiro: LTC, 6ª Ed. 325 p. 2013.

PRESS, F.; SIEVER, R.; GROTZINGER, J; JORDAN, T. H. **Para entender a Terra.** Bookman 6ª Ed. Porto Alegre. 768p. 2013.

TEIXEIRA, W., TOLEDO, M.C.M.; FAIRCHILD, T., TAIOLI, F (Orgs.) **Decifrando a Terra.** São Paulo, Oficina de Textos. 2ª Ed. 568p. 2009.

Referências Bibliográficas Complementares

CHRISTOPHERSON, ROBERT W. **Geossistemas: Uma introdução à Geografia Física.** Bookman. 2017. 656 p.

LABOURIAU, M. L.S. **História Ecológica da Terra.** São Paulo: Edgard Blücher, 2ª Ed. 320 p. 1994.

POMEROL, CARLOS; LAGABRIELLE, YVES; RENARD, MAURÍCIO; GUILLOT, STÉPHANE. **Princípios de Geologia.** Grupo A, 2013. 9788565837804. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788565837804/>.

SUGUIO, K. **Geologia do Quaternário e Mudanças Ambientais**. São Paulo: Paulo's Comunicação e Artes Gráficas, 408 p. 2010.

WICANDER, REED; MONROE, JAMES S. **Geologia** - Tradução da 2ª edição norte-americana. Cengage Learning Brasil, 2017. 9788522126194. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522126194/>.

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA			
Disciplina: Astronomia			Código: NEFG06
CH Teórica: 34	CH Prática:	CH PIE: 6	CH Total: 40
Núcleo de Formação: NEFG			Período: 2º
Disciplinas Pré-requisito:			
Ementa:			
Origem do Universo e da Terra. O sistema solar e seus componentes; Instrumentos óticos de observação, orientação noturna pelas estrelas, distâncias no cosmos. A interação Sol – Terra – Lua e suas consequências na Terra. Sistema de coordenadas Terrestres e Celestes.			
Referências Bibliográficas Básicas			
DAMINELI, Augusto; STEINER, João. DAMINELI, Augusto; STEINER, João. O fascínio do universo . São Paulo: Odysseus, 2010. Arquivo digital: http://www.astro.iag.usp.br/fascinio.pdf			
HORVATH, J. E. O ABCD da Astronomia e Astrofísica , editora Livraria da Física.			
SERWAY, R. A.; JR., J. W. J. Física para cientistas e engenheiros - Volume 4 - Luz, óptica e física moderna – Tradução da 9ª edição norte-americana. Cengage Learning Brasil, 2019. 9788522127139. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522127139/ . Acesso em: 11 ago. 2022.			
Referências Bibliográficas Complementares			
CANALLE, J. B. G.; MATSURA, O. T. Astronomia . Formação continuada de professores: Curso Astronáutica e Ciências do Espaço. 2007.			
HEWITT, P. Física Conceitual . Grupo A, 2015. 9788582603413. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582603413/ . Acesso em: 11 ago. 2022.			
TIPLER, P. A.; LLEWELLYN, R. A. Física Moderna , 6ª edição. Grupo GEN, 2014. 978-85-216-2689-3. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-216-2689-3/ . Acesso em: 11 ago. 2022.			
HAWKING, S. W.; TORRES, Maria Helena. Uma breve história do tempo . Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.			
PARKER, Steve. Galileu e o universo . São Paulo: Scipione, 1996.			
PICAZZIO, Enos (org.). O céu que nos envolve: introdução à Astronomia para educadores e iniciantes . São Paulo: Odysseus. Acesso, 2011. Arquivo digital: https://www.iag.usp.br/astrofisia/sites/default/files/OCeuQueNosEnvolve.pdf			

PLANO DE DISCIPLINA
Curso: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

Disciplina: História do Brasil			Código: NEFG07
CH Teórica: 36	CH Prática:	CH PIE: 4	CH Total: 40
Núcleo de Formação: NEFG			Período: 2º
Disciplinas Pré-requisito:			
Ementa:			
Introdução ao pensamento econômico brasileiro; Principais correntes do Pensamento Econômico Brasileiro; O Modelo Democrático-Burguês; O Modelo de Subdesenvolvimento capitalista; O Modelo de Substituição de Importações; O Desenvolvimento capitalista brasileiro; A abordagem dos cepalinos; Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo; Teoria da dependência; O neoliberalismo no Brasil; Cultura Afro-brasileira e indígena.			
Referências Bibliográficas Básicas			
FAUSTO, Boris. História do Brasil . São Paulo: Edusp, 2012.			
FURTADO, C. Formação econômica do Brasil . Rio de Janeiro: Companhia das Letras: 2007.			
CARVALHO, J. M. Cidadania no Brasil: um longo caminho . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.			
Referências Bibliográficas Complementares			
CARVALHO, José Murilo de. A formação das almas: o imaginário da república no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.			
PRADO JÚNIOR, C. História econômica do Brasil . São Paulo: Brasiliense, [1945] 2006.			
OLIVEIRA, F. de. Crítica à Razão Dualista: O Ornitorrinco . São Paulo: Boitempo, 2003.			
REIS, D. A. Ditadura, anistia e reconciliação. Estudos Históricos . v. 23. n. 45. 2010. pp. 171-186.			
SCHWARCZ, L. M. Sobre o autoritarismo brasileiro . São Paulo: Companhia das Letras, 2019.			
LESSA, C. Nação e nacionalismo a partir da experiência brasileira. Estudos Avançados . vol. 22. n. 62. (2008). pp. 237-256.			

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA			
Disciplina: Psicologia da Educação			Código: NEFG08
CH Teórica: 72	CH Prática:	CH PIE: 8	CH Total: 80
Núcleo de Formação: NEFG			Período: 2º
Disciplinas Pré-requisito:			
Ementa:			
A Psicologia na educação e na escola. Fatores determinantes do comportamento: as diversas abordagens. Psicologia do Desenvolvimento: aspectos cognitivo, social e afetivo da infância, adolescência e da idade adulta. Principais teorias de aprendizagem. Aprendizagem: mecanismos e suas dificuldades. Desvios de aprendizagem: caracterização e intervenção pedagógica. Sucesso, Fracasso, exclusão, motivação e desempenho escolar. Ajustamento Social e pessoal. Interação professor/aluno/família: dinâmica da sala de aula e de processo de aprendizagem. A psicologia da educação frente ao racismo, discriminação, intolerância, preconceito, estereótipo, exotismo, relações de poder e conflitos no ambiente escolar.			
Referências Bibliográficas Básicas			

BAETA, Anna Maria. **Psicologia da Educação**. Rio de Janeiro: Forma e ação, 2006.

CARRARA, Kester. **Introdução à Psicologia da Educação**: Seis abordagens. São Paulo: Avercamp, 2004.

CUNHA, Marcos Vinícius da. **Psicologia da Educação**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

COLL, César et al. (orgs.) **Desenvolvimento psicológico e educação**. (vol. 1). 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

Referências Bibliográficas Complementares

CASTORINA, José A. BAQUERO, Ricardo J.. Dialética e psicologia do desenvolvimento: o pensamento de Piaget e Vygotsky. Tradução de Fátima Murad [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Artmed, 2008.

FARRELL, Michael. **Dificuldades de aprendizagem moderadas, graves e profundas**: guia do professor. Tradução: Maria Adriana Veríssimo Veronese. Porto Alegre: Artmed, 2008.

GAMEZ, Luciano (Org.). Psicologia da educação. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

GOULART, Iris Barbosa. **Psicologia da Educação**: fundamentos teóricos, aplicações à prática pedagógica. Petrópolis: Vozes, 2001.

MATURANO, Andréa Longarezi; PUENTES, Roberto Valdés (Org.). Fundamentos psicológicos e didáticos do ensino desenvolvimental. Uberlândia, MG: EDUFU, 2017.

SMITH Corinne; STRICK Lisa. **Dificuldades de Aprendizagem de A a Z**: Guia completo para educadores e pais. Tradução de Magda França Lopes. Porto Alegre: Penso, 2017.

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA			
Disciplina: Filosofia da Educação e Ética Profissional			Código: NEFG09
CH Teórica: 34	CH Prática:	CH PIE: 6	CH Total: 40
Núcleo de Formação: NEFG			Período: 2º
Disciplinas Pré-requisito: NEFG03			
Ementa:			
Pressupostos Filosóficos da Educação. As contribuições das grandes correntes filosóficas para o pensamento pedagógico: iluminismo, liberalismo, positivismo e materialismo histórico-dialético. Por que estudar filosofia e sua importância na formação e atuação profissional. O inter-relacionamento entre Filosofia e Ética. Responsabilidade e consciência ética. Concepção de ética e de moral na consolidação do respeito à dignidade da pessoa humana, à liberdade e a igualdade. Discussão dos múltiplos usos da Ética: na profissão, nas organizações e na sociedade.			
Referências Bibliográficas Básicas			
ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. Filosofia da Educação . São Paulo: Moderna, 2009.			
SANTOS. Ângela Ribas dos. Filosofia da Educação . Porto Alegre. Ed. SAGAH, 2018.			
SÁ, Antonio Lopes de. Ética profissional . 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009.			
Referências Bibliográficas Complementares			
FERRY, Luc; VINCENT, Jean-Didier. O que é o ser humano?: sobre os princípios fundamentais da filosofia e da biologia . Rio de Janeiro: Vozes, 2011.			

FURROW, Dwight. **Ética**. [Digite o Local da Editora]: Grupo A, 2007. 9788536309637. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536309637/>. Acesso em: 10 ago. 2022.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da educação**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SÁ, Antônio Loes de. **Ética Profissional**. São Paulo: Grupo GEN, 2019.

STRECK, Danilo R. **Rousseau & a Educação**. [Digite o Local da Editora]: Grupo Autêntica, 2007.

WEYNE, Bruno C. **O princípio da dignidade humana : reflexões a partir da filosofia de kant**, 1ª Edição.. [Digite o Local da Editora]: Editora Saraiva, 2012. 9788502182806. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502182806/>. Acesso em: 10 ago. 2022.

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA			
Disciplina: História da Educação			Código: NEFG10
CH Teórica: 34	CH Prática:	CH PIE: 6	CH Total: 40
Núcleo de Formação: NEFG			Período: 2º
Disciplinas Pré-requisito: NEFG02			
Ementa:			
Fundamentos da História da Educação: clássica, moderna e contemporânea. A evolução histórica e dos sistemas educacionais no Brasil. Reformas educacionais no contexto brasileiro. O movimento de Educação Popular no Brasil. Histórico da educação republicana e direitos humanos. Tendências e problemáticas da educação contemporânea.			
Referências Bibliográficas Básicas			
ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. História da educação e da pedagogia: geral e do Brasil. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.			
GERALDO FILHO, Francisco. A educação brasileira no contexto histórico . 3. ed. Campinas-SP: Alínea, 2013.			
GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. História da Educação Brasileira . 5. ed. São Paulo: Cortez, 2015.			
MANACORDA, Mario Alighiero. História da Educação: da antiguidade aos nossos dias. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2013.			
PILETTI, Claudino; PILETTI, Nelson. História da Educação: de Confúcio a Paulo Freire. São Paulo: Contexto, 2014.			
Referências Bibliográficas Complementares			
MARROU, Henri Irénée; CASA-NOVA, Mário Leônidas. História da educação na antiguidade . São Paulo: EPU, 1990.			
RIBEIRO, Maria Luísa Santos. História da educação brasileira: a organização escolar. 21. ed. Campinas-SP: Autores associados, 2011.			
VEIGA, Cynthia Greive; FONSECA, Thais Nívia de Lima e. (Orgs.). Educação no Brasil: história e historiografia. São Paulo: Autores Associados, 2001.			

PLANO DE DISCIPLINA
Curso: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

Disciplina: Antropologia			Código: NEFG11
CH Teórica: 34	CH Prática:	CH PIE: 6	CH Total: 40
Núcleo de Formação: NEFG			Período: 2º
Disciplinas Pré-requisito:			
Ementa:			
A constituição da Antropologia como disciplina e seu campo de estudo. Evolucionismo, Funcionalismo e Estruturalismo. O Estranhamento: etnocentrismo e o relativismo cultural. Cultura e diversidade cultural: cultura afro-brasileira e indígena. Questões de método: trabalho de campo e observação participante. Os precursores e o evolucionismo social na conformação da Antropologia como disciplina.			
Referências Bibliográficas Básicas			
GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas . Rio de Janeiro: LTC, 2015.			
LAPLANTINE, François. Aprender Antropologia . Editora Brasiliense. São Paulo, 2012.			
Ortiz, Renato. Cultura brasileira e identidade nacional . São Paulo:Brasiliense, 1986			
Referências Bibliográficas Complementares			
CARNEIRO DA CUNHA, M. Cultura com aspas e outros ensaios . São Paulo: Cosac Naify, 2009.			
DAMATTA, Roberto. Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro . 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.			
FELZKE, L. F. . Os Ikólóhéj Gavião: a terra e os outros . 2. ed. São Leopoldo: OIKOS, 2018.			
LARAIA, Roque de Barros. Cultura: um conceito antropológico . Rio de Janeiro: Zahar, 1986.			
LEVI- STRAUSS, Claude. Tristes Trópicos . 1ª ed., Companhia das Letras: São Paulo. 1996.			
MARCONI, Marina de Andrade; PRESOTTO, Zélia Mara Neves. Antropologia: Uma Introdução . 7.ed. São Paulo: Atlas, 2013.			

3º SEMESTRE			
PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA			
Disciplina: Cartografia			Código: NAD05
CH Teórica: 60	CH Prática: 10	CH PIE: 10	CH Total: 80
Núcleo de Formação: NAD			Período: 3º
Disciplinas Pré-requisito:			
Ementa:			
História da cartografia: evolução, diversificação e perspectivas atuais. Os elementos básicos para a representação terrestre: projeções, escalas, coordenadas geográficas, simbologias e convenções. Análise e mensurações em documentos topográficos. Construção de perfis topográficos. A cartografia na sala de aula.			
Referências Bibliográficas Básicas			
LÖBLER, Carlos A.; GONÇALVES, Cristina M R.; DAVES, Larissa F.; et ai. Cartografia . [Digite o Local da Editora]: Grupo A, 2020. 9786581492564. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#!/books/9786581492564/ . Acesso em: 06 ago. 2022.			
MARTINELLI, Marcelo. Cartografia Temática: caderno de mapas . São. Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2. ed. rev. 176 p. 2016.			

MARTINELLI, Marcelo. **Mapas da Geografia e cartografia temática**. São. Paulo: Editora Contexto, 6. ed. 142 p. 2016.

FITZ, Paulo. Roberto. **Cartografia Básica**. São Paulo: Oficina de textos. 144 p. 2008.

MENEZES, Paulo. Marcio. Leal. & FERNANDES, Manuel. Couto. **Roteiro de Cartografia**, São Paulo, Ed. Oficina de Textos. 288 p. 2013.

STEIN, Ronei T.; MEGIATO, Érica I.; TROMBETA, Letícia R.; et al. **Cartografia Digital e Sensoriamento Remoto**. [Digite o Local da Editora]: Grupo A, 2020. 9786556900339. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786556900339/>. Acesso em: 06 ago. 2022.

Referências Bibliográficas Complementares

ALMEIDA, Rosângela Doin. **Novos rumos da cartografia escolar: currículo, linguagem e tecnologia**. São Paulo: Contexto. 192p. 2018.

Almeida, Rosângela Doin. **Cartografia escolar**. São Paulo: Contexto. 2ª ed. 224p. 2014

JOLY, Fernand. **A cartografia**. Campinas: Papirus. 15ª ed. 2013. 112 p.

SCHÄFFER, N. O. et al. **Um globo em suas mãos: práticas para a sala de aula**. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2011. 165p.

TULER, Marcelo; SARAIVA, Sérgio. **Fundamentos de geodésia e cartografia (Tekne)**. [Digite o Local da Editora]: Grupo A, 2016. 9788582603697. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582603697/>. Acesso em: 06 ago. 2022.

PLANO DE DISCIPLINA

Curso: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

Disciplina: Geografia agrária **Código:** NAD06

CH Teórica: 70 **CH Prática:** **CH PIE:** 10 **CH Total:** 80

Núcleo de Formação: NAD **Período:** 3º

Disciplinas Pré-requisito:

Ementa:

A questão agrária: Concepções teórico-metodológicas da questão agrária; Estrutura fundiária e renda da terra; Movimentos sociais e reforma agrária; Território do agronegócio e território da agricultura familiar; Industrialização do campo e meio ambiente; Relação campo-cidade, a nova organização do espaço agrário.

Referências Bibliográficas Básicas

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo/Rio de Janeiro/Campinas: Hucitec/Anpocs/Unicamp, 1992.

ABRAMIDES, Maria Beatriz C. **Movimentos sociais e Serviço Social: uma relação necessária, 1ª edição**. [Digite o Local da Editora]: Cortez, 2014. 9788524923708. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788524923708/>. Acesso em: 06 ago. 2022.

BERTOLLO, Mait; DANTAS, Jhonatan dos S.; XAVIER, Ana C F.; TROMBETA, Letícia R. **Geografia Agrária**. [Digite o Local da Editora]: Grupo A, 2020. 9786556900551. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786556900551/>. Acesso em: 06 ago. 2022.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Por uma geografia dos camponeses**. 2º ed. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

Referências Bibliográficas Complementares

CENZI, Nerii Luiz. **Cooperativismo: desde as origens ao projeto de lei da reforma do sistema cooperativo brasileiro**. Curitiba: Uruá, 2012.

LIMA, Andreia da S.; DORETO, Daniella T.; NOVAES, Patricia R.; et al. **Seminários de Políticas Urbanas, Rurais e de Habitação e Movimentos Sociais**. [Digite o Local da Editora]: Grupo A, 2021. 9786556901923. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786556901923/>. Acesso em: 06 ago. 2022.

MARTINS, Aracy A.; ANTUNES-ROCHA, Maria I.; MARTINS, Maria de Fátima A. **Territórios educativos na educação do campo – Escola, Comunidade e Movimentos Sociais**. [Digite o Local da Editora]: Grupo Autêntica, 2012. 9788582178478. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582178478/>. Acesso em: 06 ago. 2022.

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA			
Disciplina: Climatologia			Código: NAD07
CH Teórica: 60	CH Prática: 10	CH PIE: 10	CH Total: 80
Núcleo de Formação: NAD			Período: 3°
Disciplinas Pré-requisito:			
Ementa:			
Introdução ao estudo da ciência do clima na Geografia. Conceitos e métodos de Meteorologia e Climatologia. Composição e estrutura da atmosfera terrestre. Escalas do clima. Elementos e fatores do clima: Temperatura; Pressão atmosférica. Evapotranspiração. Precipitação. Umidade. Movimentos da atmosfera: massas de ar. Classificações Climáticas. Cartas sinóticas. Técnicas de Coleta e análise de dados em climatologia. Práticas pedagógicas em climatologia.			
Referências Bibliográficas Básicas			
CORTESE, Tatiana Tucunduva P.; NATALINI, Gilberto. Mudanças Climáticas: Do Global ao Local . [Digite o Local da Editora]: Editora Manole, 2014. 9788520446607. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520446607/ . Acesso em: 06 ago. 2022.			
MENDONÇA, F.; DANNI-OLIVEIRA, I.M. Climatologia: noções básicas e climas do Brasil . São Paulo: Oficina de Textos. 1ª Ed. 208 p, 2007.			
STEINKE, E. T. Climatologia fácil . São Paulo: Oficina de Textos, 2012.			
YNOUE, R. Y. et al. Meteorologia: noções básicas . 1. ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2017.			
TORRES, F.T.P.; MACHADO, P. J. de O. Introdução à climatologia . São Paulo: Cengage Learning. 1ª Ed, 280 p. (Textos básicos de geografia) 2012.			
Referências Bibliográficas Complementares			
BARRY, R.; CHORLEY, R.J. Atmosfera, Tempo e Clima . Porto Alegre: Bookman, Tradução de Ronaldo Cataldo Costa. 528 p. 2013.			
CARNEVSKIS, Elizabeth L.; LOURENÇO, Leandro F. Agrometeorologia e climatologia . [Digite o Local da Editora]: Grupo A, 2018. 9788595028678. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595028678/ . Acesso em: 06 ago. 2022.			
CAVALCANTI, IRACEMA F. A et. al.(org). Tempo e Clima no Brasil . São Paulo: Oficina de Textos. 1ª Edição, 464 p. 2009.			
FERRETI, E. Geografia Em Ação: Práticas Em Climatologia . Editora Aymara. 1ª Edição. 142 p. 2009.			

MENDONÇA, F.; ZAVATTINI, J. A. (orgs.). **A construção da Climatologia Geográfica no Brasil**. 1. ed. Campinas: Alínea, 2015. p. 61-153.
 SEDAM. **Boletim climatológico de Rondônia : 2010**. Silva, Marcelo José Gama da. (coord.) 1 ed. 38 p. Porto Velho. 2012.
 ZAVATTINI, J.O.; BOIN, M. N.; **Climatologia Geográfica Teoria e prática de pesquisa**. Editora Alínea. 1ª Edição. 248 p. 2013.

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA			
Disciplina: Geografia econômica			Código: NAD08
CH Teórica: 32	CH Prática:	CH PIE: 8	CH Total: 40
Núcleo de Formação: NAD			Período: 3º
Disciplinas Pré-requisito:			
Ementa:			
Fundamentos teóricos da economia; Geografia econômica e sua abrangência; Sistemas econômicos, modos de produção e formação espacial: O trabalho e o consumo; As relações econômicas entre o global e o local;			
Referências Bibliográficas Básicas			
DANTAS, Jhonatan dos S.; BERTOLLO, Mait; LÖBLER, Carlos A.; et al. Geografia Econômica . [Digite o Local da Editora]: Grupo A, 2021. 9786581492540. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#!/books/9786581492540/ . Acesso em: 06 ago. 2022. HARVEY, David. A produção capitalista do espaço . São Paulo: Annablume, 2006. Rogério Haesbaert. O Mito da Desterritorialização do "fim dos territórios" à multiterritorialidade . Editora Bertrand Brasil ,12. ed. 395 p. 2020.			
Referências Bibliográficas Complementares			
ALVES, Alceli Ribeiro. Geografia econômica e geografia política . Curitiba: Intersaberes, 2015. CHANG, Ha-Joon. 23 coisas que não nos contaram sobre o capitalismo . São Paulo: Cultrix, 2013. SINGER, Paul. O que é economia . 7º ed., 2º reimp. São Paulo: contexto. 2014. SANTOS, Milton. Economia espacial . 2ºed., 3º reimp. São Paulo:EDUSP, 2014.			

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA			
Disciplina: Didática Geral			Código: NEFG12
CH Teórica: 40	CH Prática: 34	CH PIE: 6	CH Total: 80
Núcleo de Formação: NEFG			Período: 3º
Disciplinas Pré-requisito:			
Ementa:			
Fundamentos da didática nas teorias clássica, moderna e contemporânea da Educação. As tendências pedagógicas na prática escolar. As relações entre ensino, pesquisa e extensão. A práxis didática: currículo escolar, planejamento educacional e avaliação da ação pedagógica; projetos inter e transdisciplinares. Relação entre os componentes do processo didático: objetivos, conteúdos, métodos, recursos, avaliação da aprendizagem e, referenciais. Referenciais Curriculares da Educação Básica.			
Referências Bibliográficas Básicas			

- CASTRO, Amélia Domingues de e CARVALHO, Anna Maria Pessoa de (Orgs.). **Ensinar a ensinar**: didática para a escola fundamental e média. São Paulo: Pioneira Thomson learning, 2002.
- FAZENDA, Ivani (Org.). **Didática e interdisciplinaridade**. 17. ed. Campinas-SP: Papirus, 2012.
- FERREIRA, Vania de S.; BES, Pablo; KUCYBALA, Fabíola dos S.; et al. **Didática**. [Digite o Local da Editora]: Grupo A, 2018. 9788595025677. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595025677/>. Acesso em: 06 ago. 2022.
- FRANCO, Maria Amélia Santoro; PIMENTA, Selma Garrido. **Didática: embates contemporâneos**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.
- LIBÂNEO, J. C. **Didática**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.
- MEDEIROS, Aline L N.; MARCATTO, Francieli S.; FAGUNDES, Francielly N.; et al. **Didática da Geografia**. [Digite o Local da Editora]: Grupo A, 2021. 9786556901053. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786556901053/>. Acesso em: 06 ago. 2022.
- PERRENOUD, Philippe. **Dez novas competências para ensinar**: convite à viagem. Porto Alegre: Artmed, 2000.

Referências Bibliográficas Complementares

- CUNHA, M. I. da. **O bom professor e sua prática**. 24. ed. Campinas: Papirus, 2012.
- FONSECA, Selva Guimarães (Org.). **Ensino fundamental**: conteúdos, metodologias e práticas. Campinas-SP: Alínea, 2009.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 54. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 53. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.
- LUCK, Heloísa. **Pedagogia interdisciplinar**: fundamentos teórico-etodológicos. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- MALHEIROS, Bruno T. **Didática Geral**. [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2019. 9788521636397. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788521636397/>. Acesso em: 06 ago. 2022.

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA			
Disciplina: Sociologia da Educação			Código: NEFG13
CH Teórica: 34	CH Prática:	CH PIE: 6	CH Total: 40
Núcleo de Formação: NEFG			Período: 3º
Disciplinas Pré-requisito: NEFG01			
Ementa:			
Matrizes clássicas do pensamento sociológico: o método funcionalista, o compreensivo e o dialético. Estrutura social e educação: reprodução social e transmissão de conhecimento. O impacto das revoluções tecnológicas nos processos civilizatórios. A relação ideológica da escola com a sociedade e com o Estado. O papel da escola como agente de transformação social. Análise sociológica do sucesso e do fracasso escolar. Relações existentes entre sociologia e educação e as influências da sociologia no pensamento e na prática pedagógica. Relações entre Escola, Sociedade, Estado e Educação. Multiculturalidade, diversidade e desigualdade social. Escola e políticas de inclusão social.			

Referências Bibliográficas Básicas	
APPLE; W., Michael; BALL; J., Stephen; GANDIN; ARMANDO, Luis. Sociologia da Educação . [Digite o Local da Editora]: Grupo A, 2013. 9788565848329. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788565848329/ . Acesso em: 06 ago. 2022.	
AUGUSTINHO, Aline N.; BARRETO, Jocélia S.; BES, Pablo; et al. Sociologia da Educação . [Digite o Local da Editora]: Grupo A, 2020. 9788595028418. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595028418/ . Acesso em: 06 ago. 2022.	
HARVEY, David. A produção capitalista do espaço . São Paulo: Annablume, 2006.	
PILETTI, Nelson. Sociologia da educação . São Paulo: Editora Ática, 2000.	
Referências Bibliográficas Complementares	
ANÍBAL, Ponce. Educação e luta de classes . 24ª ed. São Paulo: Cortez Editora. 2015.	
CARNIEL, Fagner(org.). A sociologia em sala de aula: diálogos sobre o ensino e suas práticas . Curitiba: Base Editorial, 2012.	
CHANG, Ha-Joon. 23 coisas que não nos contaram sobre o capitalismo . São Paulo: Cultrix, 2013.	
QUINTEIRO, Tania. Um Toque de Clássicos . Belo Horizonte: UFMG, 2009.	
SILVA, Aracy L. GRUPIONI, Luís D. B. (orgs). A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus . 4 ed. São Paulo: Global, Brasília: MEC/MARI, UNESCO, 2004.	
SOUZA, Renato Antonio D. Sociologia da Educação . [Digite o Local da Editora]: Cengage Learning Brasil, 2015. 9788522122509. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522122509/ . Acesso em: 06 ago. 2022.	

4º SEMESTRE			
PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA			
Disciplina: Hidrografia			Código: NAD09
CH Teórica: 20	CH Prática: 16	CH PIE: 4	CH Total: 40
Núcleo de Formação: NAD			Período: 3º
Disciplinas Pré-requisito:			
Ementa:			
Distribuição da água na Terra. O ciclo hidrológico. Águas continentais e oceânicas. Águas subterrâneas. Manejo integrado de Bacias hidrográficas. Recursos hídricos na atualidade. Política e Gerenciamento dos Recursos Hídricos. Os recursos hídricos e suas formas de abordagens no ambiente escolar.			
Referências Bibliográficas Básicas			
ALBERTIN, Ricardo M.; A.TROMBETA, Letícia R.; BOTELHO, Lúcio Antônio L A. Geografia e Recursos Hídricos . [Digite o Local da Editora]: Grupo A, 2021. 9786556902661. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786556902661/ . Acesso em: 06 ago. 2022.			
JR, Arlindo P.; SOBRAL, Maria do C. Gestão de bacias hidrográficas e sustentabilidade . [Digite o Local da Editora]: Editora Manole, [Inserir ano de publicação]. 9788520458037. E-book. Disponível em:			

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520458037/>. Acesso em: 06 ago. 2022.

MACHADO, Pedro José de Oliveira; TORRES, Felipe Tamiozzo Pereira. **Introdução à Hidrogeografia**. São Paulo: Cengage Learning, 2017.

POLETO, Cristiano. **Bacias Hidrográficas e Recursos Hídricos**. Interciência. 1ª ed. 252 p. 2014.

STEIN, Ronei T. **Manejo de Bacias Hidrográficas**. [Digite o Local da Editora]: Grupo A, 2017. 9788595021259. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595021259/>. Acesso em: 06 ago. 2022.

VALENTE, Osvaldo Ferreira; GOMES, Marcos Antônio. **Conservação de nascentes**: produção de água em pequenas bacias hidrográficas /. Viçosa, MG: Aprenda Fácil, 2011.

Referências Bibliográficas Complementares

REBOUÇAS, Aldo C.; BRAGA, Benedito; TUNDISI, José Galízia. **Águas doces no Brasil**: capital ecológico, uso e conservação. São Paulo: Escrituras, 2015.

TUCCI, Carlos Eduardo. Morelli. JUNIOR, Benedito Pinto Ferreira Braga (Orgs). **Clima e recursos Hídricos no Brasil**. ABRH. Volume 09. Brasília. 348 p. 2003.

TUNDISI, José Galízia. **Água no século XXI: enfrentando a escassez**. RIMA. São Carlos. 1º ed. 247 p. 2003.

TUNDISI, José Galízia; TUNDISI, Takako Matsumura. **Recursos Hídricos No Século XXI**. Oficina de Textos. 1ª ed. São Paulo – SP. 328 p. 2011..

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA			
Disciplina: Geomorfologia			Código: NAD10
CH Teórica: 60	CH Prática: 10	CH PIE: 10	CH Total: 80
Núcleo de Formação: NAD			Período: 4º
Disciplinas Pré-requisito: NAD04			
Ementa:			
A natureza da Geomorfologia. Teorias Geomorfológicas. Geomorfologia climática e estrutural. Processos exógenos de elaboração do relevo: pedogênese e morfogênese. Processos e formas de relevo. Processos e formas cársticas. Mapeamento geomorfológico. Intervenções antrópicas: uso, ocupação e apropriação do relevo. Geomorfologia e meio ambiente na sala de aula.			
Referências Bibliográficas Básicas			
CHRISTOFOLETTI, Antonio. Geomorfologia . Editora Blucher, 2. ed. 188 p. 1980.			
BERTOLLO, Mait; LÖBLER, Carlos A.; DANTAS, Jhonatan dos S.; et al. Geomorfologia . [Digite o Local da Editora]: Grupo A, 2019. 9788595029613. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595029613/ . Acesso em: 06 ago. 2022.			
FLORENZANO, Teresa Gallotti (Org.). Geomorfologia: conceitos e tecnologias atuais . São Paulo: Oficina de Textos. 320 p. 2008.			
GUERRA, Antônio J. Teixeira. Erosão e conservação do solo: conceitos, temas e aplicações . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 340 p. 2005.			
GUERRA, Antônio José Teixeira; CUNHA, Sandra Baptista. Geomorfologia: uma atualização de bases e conceitos . 5ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 472 p. 2003.			

GUERRA, Antônio J. Teixeira. **Geomorfologia do Brasil**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 388p. 2003.

Referências Bibliográficas Complementares

MEDEIROS, Paulo Cesar. **Geomorfologia: fundamentos e métodos para o estudo do relevo**. Editora Intersaberes. 1ª ed. 396 p. 2016.

GUERRA, Antônio Teixeira; GUERRA, Antônio José Teixeira. **Dicionário Geológico-Geomorfológico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 648 p. 2011.

SUGUIO, Kentiro. **Geologia Sedimentar**. [Digite o Local da Editora]: Editora Blucher, 2003. 9788521214908. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788521214908/>. Acesso em: 06 ago. 2022.

TORRES, Fillipe Tamiozzo Pereira; MARQUES NETO, Roberto; MENESES, Sebastião de Oliveira. **Introdução à geomorfologia**. São Paulo: Cengage Learning. 336 p. 2013.

PLANO DE DISCIPLINA

Curso: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

Disciplina: O espaço geográfico mundial

Código: NAD11

CH Teórica: 34

CH Prática:

CH PIE: 6

CH Total: 40

Núcleo de Formação: NAD

Período: 4º

Disciplinas Pré-requisito:

Ementa:

O espaço mundial no decorrer da história: guerras e disputas territoriais; Organização do espaço mundial diante da globalização; Divisão Internacional do trabalho; Potências mundiais e conflitos;

Referências Bibliográficas Básicas

CALVOCORESSI, Peter. **Política Mundial**. [Digite o Local da Editora]: Grupo A, 2011. 9788563899538. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788563899538/>. Acesso em: 06 ago. 2022.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 25º ed. São Paulo: Loyola, 2017.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. 28º ed. Rio de Janeiro: Record, 2018.

Referências Bibliográficas Complementares

BACHA, Edmar; BONELLI, Regis; BOLLE, Monica Baumgartem D.; et al. **Estado da Economia Mundial - Desafios e Respostas - Seminário em Homenagem a Pedro Malan**. [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2015. 978-85-216-2812-5. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-216-2812-5/>. Acesso em: 06 ago. 2022.

DANTAS, Jhonatan dos S.; BERTOLLO, Mait; LÖBLER, Carlos A.; et al. **Geografia Econômica**. [Digite o Local da Editora]: Grupo A, 2021. 9786581492540. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786581492540/>. Acesso em: 06 ago. 2022.

FURTADO, Celso. **Transformação e crise na economia mundial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

HOBSBAWM, Eric. **A era dos extremos: o breve século XX, 1914 - 1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SANTOS, Milton. **Economia espacial**. 2ªed., 3º reimp. São Paulo:EDUSP, 2014.

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA			
Disciplina: Metodologia de Ensino de Geografia I			Código: NAD12
CH Teórica: 40	CH Prática: 30	CH PIE: 10	CH Total: 80
Núcleo de Formação: NAD			Período: 4º
Disciplinas Pré-requisito:			
Ementa:			
Ensino da Geografia e desenvolvimento cognitivo. Conceitos e usos de recursos didáticos nas aulas de Geografia no Ensino Fundamental. Metodologias, estratégias e instrumentação para o ensino de Geografia no Ensino Fundamental. Interação entre a Geografia e os temas transversais no Ensino Fundamental. Ludicidade e inovação no ensino e aprendizagem da Geografia no Ensino Fundamental. Plano de ensino e de aula. Projetos inter e transdisciplinares no Ensino Fundamental. O livro didático e práticas laboratoriais para o ensino de Geografia no Ensino Fundamental. A produção de material didático para o ensino de Geografia no Ensino Fundamental.			
Referências Bibliográficas Básicas			
CAVALCANTI, Lana de Souza. O ensino de geografia na escola . Campinas: Papirus, 1ª Edição. 2012.			
CASTELLAR, Sonia (org.). Educação geográfica: teorias e práticas docentes . v.5, 3ª Edição. São Paulo: Contexto, 2005.			
FANTIN, Maria Eneida; TAUSCHEK, Neusa Maria; NEVES, Diogo Labiak. Metodologia do ensino de geografia . Curitiba: Intersaberes, 2013.			
LÖBLER, Carlos A.; FRANCISCO, Maria da Assunção S. Metodologia do Ensino de Geografia . [Digite o Local da Editora]: Grupo A, 2016. 9788569726999. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#!/books/9788569726999/ . Acesso em: 06 ago. 2022.			
PONTUSCHKA, Nídia Nacib; PAGANELLI, Tomoko Iyda; CACETE, Núria Hanglei. Para ensinar e aprender Geografia . São Paulo: Cortez, 2007.			
Referências Bibliográficas Complementares			
CASTELLAR, S.; VILHENA, J. Ensino de Geografia . 1ª Ed. Cengage Learning. 2009, 166p.			
CAVALCANTI, Lana de Souza. Geografia, escola e construção de conhecimento . 18º ed. Campinas: Papirus, 2016.			
TORRES, Eloiza Cristiane. Truques e trechos : materiais didáticos para o ensino de geografia. Pará de Minas: Virtual Books, 2014.			

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA			
Disciplina: Cartografia Temática			Código: NAD13
CH Teórica: 40	CH Prática: 30	CH PIE: 10	CH Total: 80
Núcleo de Formação: NAD			Período: 4º
Disciplinas Pré-requisito: NAD05			
Ementa:			
Pesquisa, análise e tratamento da informação. Representação cartográfica com temas significativos para o estudo da Terra e as características das variáveis. Dados qualitativos, quantitativos, estáticos e dinâmicos. Formas de representação: pontual, linear e zonal. Propriedades perceptivas das variáveis gráficas: execução, leitura e interpretação. Mapas temáticos no ensino da Geografia.			

Referências Bibliográficas Básicas	
FITZ, Paulo. Roberto. Cartografia Básica. São Paulo: Oficina de textos. 144 p. 2008. MARTINELLI, Marcello. Mapas de Geografia e Cartografia Temática. Editora Contexto. 5ª ed. – São Paulo. 112 p. 2003. MARTINELLI, Marcello. Cartografia Temática: Caderno de Mapas. Editora Edusp. 2ª ed. – São Paulo. 184 p. 2016.	
Referências Bibliográficas Complementares	
ALMEIDA, R.D. (Org.). Cartografia escolar. São Paulo: Contexto, 224 p. 2007. ALMEIDA, R.D. Novos Rumos da Cartografia Escolar: Currículo, linguagem e tecnologia. São Paulo, Ed. Contexto, 224 p. 2011. MENEZES, Paulo Marcio Leal de; FERNANDES, Manoel do Couto. Roteiro de cartografia. São Paulo: Oficina de Textos, 2013. MARTINELLI, Marcello. Mapas, gráficos e redes: elabore você mesmo. Oficina de Textos, 1ª ed. - São Paulo: 120 p. 2014.	

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA			
Disciplina: Políticas Públicas e legislação educacional			Código: NEFG14
CH Teórica: 80	CH Prática:	CH PIE:	CH Total: 80
Núcleo de Formação: NEFG			Período: 4º
Disciplinas Pré-requisito:			
Ementa:			
O papel do Estado e das políticas públicas de educação. A política e as tendências para a Educação Básica. Políticas de Educação Profissional. Políticas para a Educação de Jovens e Adultos. Centralização/descentralização da política educacional na reforma do Estado no Brasil: políticas de financiamento, de avaliação e de currículo. Plano Nacional de Educação-PNE. Políticas públicas para a educação e sua relação com direitos humanos, diversidade, saúde, meio ambiente e sujeitos passíveis de exclusão. Sistemas nacionais de avaliação da educação e de ingresso nas instituições públicas de ensino. Políticas para os profissionais da educação. Aspectos históricos da legislação educacional no Brasil. Ordenamento constitucional, legal e normativo da educação brasileira para a educação básica e suas modalidades. Leis e resoluções que regem a formação e a Carreira Docente. Implicações do ECA na educação brasileira. Legislação para a assistência ao estudante. Direitos referentes à educação inclusiva, educação indígena e de quilombolas, educação do campo, questões de gênero, sexuais, étnico-raciais e religiosas.			
Referências Bibliográficas Básicas			
CARVALHO, Alysson. (Org.). Políticas públicas. Belo Horizonte: UFMG, 2008. DOS SANTOS, Pablo Silva Machado Bispo. Guia Prático da Política Educacional no Brasil: Ações, planos, programas, impactos - 2ª edição revista e ampliada. [Digite o Local da Editora]: Cengage Learning Brasil, 2015. 9788522122042. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522122042/. Acesso em: 06 ago. 2022. LIMA, Caroline C N.; BES, Pablo; NUNES, Alex R.; OLIVEIRA, Simone D.; FREITAS, Glória. Políticas públicas e educação. [Digite o Local da Editora]: Grupo A, 2019. 9788595027503. E-book. Disponível em:			

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#!/books/9788595027503/>. Acesso em: 06 ago. 2022.

LIMA, Caroline Costa N.; NUNES, Alex R.; BES, Pablo. **Política Educacional**. [Digite o Local da Editora]: Grupo A, 2019. 9788595028043. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#!/books/9788595028043/>. Acesso em: 06 ago. 2022.

SAVIANI, Dermeval. **Da Nova LDB ao FUNDEB**: por uma outra política educacional. 4. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

VIEITEZ, Candido Giraldez; BARONE, Rosa Elisa Mirra. (Org.). **Educação e políticas públicas**: tópicos para o debate. Araraquara-SP: Junqueira e Marin, 2017.

Referências Bibliográficas Complementares

CIRINO, Giovanni. **A inclusão Social na área Educacional**. [Digite o Local da Editora]: Cengage Learning Brasil, 2015. 9788522123698. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#!/books/9788522123698/>. Acesso em: 06 ago. 2022.

GENTLE, Ivanilda Matias; [et. al.] (Org.). **Gênero, diversidade sexual e educação**: conceituação e práticas de direito e políticas públicas. João Pessoa: UFPB, 2008.

MARQUES, Eugênia Portela de Siqueira (Org.). **Educação, relações étnico-raciais e resistência**: as experiências dos núcleos de estudos afro-brasileiros e indígenas no Brasil. Assis, SP: Triunfal Gráfica e Editora, 2016.

OLIVEIRA, Eloiza da Silva Gomes de. **Legislação e políticas públicas em educação inclusiva**. Curitiba: IESDE, 2009.

SANTOS, Jocélio Teles dos (Org.). **Cotas nas universidades**: análises dos processos de decisão. Salvador: CEAO, 2012.

SANTOS, Jocélio Teles dos (Org.). **O impacto das cotas nas universidades brasileiras (2004-2012)**. Salvador: CEAO, 2013.

5º SEMESTRE			
PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA			
Disciplina: Geomorfologia Fluvial			Código: NAD14
CH Teórica: 60	CH Prática: 12	CH PIE: 8	CH Total: 80
Núcleo de Formação: NAD			Período: 5º
Disciplinas Pré-requisito: NAD09 – NAD10			
Ementa:			
Morfologia fluvial. Tipologia de canais fluviais. Evolução de canais fluviais. Dinâmica do escoamento fluvial. Leitos aluviais e sedimentos. Perfis de rios. Ciclos erosivos. Erosão localizada de leitos aluviais e de margem. Sistemas de Drenagem. Dinâmica das deformações do leito. Inter-relações das atividades antrópicas no ambiente fluvial.			
Referências Bibliográficas Básicas			
CHRISTOFOLETTI, Antônio. Geomorfologia . 12 e d. São Paulo: Edgard Blucher, 1980.			
POLETO, Cristiane (Org.). Bacias Hidrográficas e Recursos Hídricos . Editora INTERCIÊNCIA. 2014.			
STEVAUX, José Cândido; LATRUBESSE, Edgardo Manuel. Geomorfologia Fluvial . Oficina de Textos 1ª ed. 336 p. 2017.			
Referências Bibliográficas Complementares			

MORAES, Maria Eugênia Bruck.; LORANDI, Reinaldo. **Métodos e técnicas de pesquisas em bacias hidrográficas**. Editora EDITUS. Edição 01, 2016.

TUNDISI, José Galizia.; TUNDISE, Takako Matsumura. **Recursos Hídricos no século XXI**. Editora Oficina de Textos. São Paulo – SP. 328 p. 2011.

GUERRA, Antônio. José. Teixeira; Cunha, Sandra. Batista. Da (Orgs) **Geomorfologia E Meio Ambiente**. Bertrand Brasil. 9º Ed. 394 P. 2010.

ALBERTIN, Ricardo M.; A. TROMBETA, Letícia R.; BOTELHO, Lúcio Antônio L. A. **Geografia e Recursos Hídricos**. Grupo A, 2021. 9786556902661.

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786556902661/>.
Minha Biblioteca Virtual.

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA			
Disciplina: Planejamento e gestão do Território			Código: NAD15
CH Teórica: 36	CH Prática:	CH PIE: 4	CH Total: 40
Núcleo de Formação: NAD			Período: 5º
Disciplinas Pré-requisito:			
Ementa:			
Conceito de Território: territorialização, (des)territorialização e (re)territorialização; Planejamento, gestão e ordenamento do território; O papel do Estado como gestor do território;			
Referências Bibliográficas Básicas			
BECKER, Bertha K.; SANTOS, Milton (orgs). Território, Territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial . 3º ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.			
HAESBAERT, Rogério. O mito da Desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade . 11º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.			
Santos, Milton. Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia . 6º ed. São Paulo, Editora Edusp. 2014, 136 p.			
Referências Bibliográficas Complementares			
HAESBAERT, Rogério. Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção . Rio de Janeiro: Bertrand, 2014.			
ORTEGA, Antonio Cesar (org.). Território, Políticas Públicas e estratégias de desenvolvimento . 2º ed. Campinas: Alínea, 2016.			
SILVA, Adnilson de Almeida; SILVA, Maria das Graças Silva Nascimento; SILVA, Ricardo Gilson da Costa. Colonização, Território e Meio Ambiente em Rondônia: reflexões geográficas . Curitiba: SK editora, 2012.			
SANTOS, Milton.; SOUZA, Maria Adélia de.; SILVEIRA, Maria Laura. Território: DOS NEVES, Adriana F.; PAULA, Maria Helena D.; ANJOS, Petrus Henrique Ribeiro; BERNARDO, Jozimar. Estudos Interdisciplinares em Ciências Ambientais, Território e Movimentos Sociais . Editora Blucher, 2016. 9788580391596.			
Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788580391596/ . Acesso em: 19 mai. 2022.			
Globalização e Fragmentação . Editora HUCITEC. São Paulo, 1994.			
Disponível online em: http://geocrocetti.com/msantos/Territorio.pdf . Acesso em: 19/05/2022.			

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA			
Disciplina: O espaço geográfico do Brasil			Código: NAD16
CH Teórica: 72	CH Prática:	CH PIE: 8	CH Total: 80
Núcleo de Formação: NAD			Período: 5°
Disciplinas Pré-requisito:			
Ementa:			
Formação do território brasileiro; Dinâmicas socioeconômicas do Brasil: População, Agricultura, Indústria, infraestrutura e Comércio; Regiões do Brasil; Espaço Brasileiro e globalização.			
Referências Bibliográficas Básicas			
FURTADO, C. Formação econômica do Brasil . Rio de Janeiro: Companhia das Letras: 2007.			
ROSS, Jurandyr L. Sanches (org.). Geografia do Brasil . 6° ed. São Paulo: EDUSP, 2019.			
SANTOS, Milton. A Urbanização brasileira . 5° ed. São Paulo: EDUSP, 2013.			
Referências Bibliográficas Complementares			
CASTRO, Iná Elias de; CORREA, Roberto Lobato; GOMES, Paulo Cesar da Costa (org.). Brasil: questões atuais da reorganização do território . 2°ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.			
COUTO, Jorge. A Construção do Brasil , 3ª edição. Grupo GEN, 2011. 978-85-309-4946-4. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-309-4946-4/ . Acesso em: 19 mai. 2022.			
BRASIL. Atlas Nacional do Brasil – Milton Santos . Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Diretoria de Geociências, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=247603&view=detalhes . Acesso em 19/05/2022.			

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA			
Disciplina: Sensoriamento Remoto e Geoprocessamento			Código: NAD17
CH Teórica: 40	CH Prática: 32	CH PIE: 8	CH Total: 80
Núcleo de Formação: NAD			Período: 5°
Disciplinas Pré-requisito: NAD13			
Ementa:			
Conceitos Básicos de um SIG (Principais componentes, estrutura de dados raster e vetorial). Modelos digitais de elevação do terreno. Princípios das ondas eletromagnéticas. Assinaturas espectrais. Pré-processamento e processamento digital de imagens orbitais. Principais sensores utilizados em estudos ambientais. Aplicações ambientais de Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto. Geoprocessamento como recurso didático às temáticas geográficas.			
Referências Bibliográficas Básicas			
FITZ, P. R. Geoprocessamento sem complicação . Oficina de Textos. 1ª ed. São Paulo – SP. 160 p. 2008.			
NOVO, Evelyn. M. I. M. Sensoriamento Remoto: Princípios e aplicações . Blucher. 4ªed. São Paulo – SP. 388 p. 2011.			
SILVA, Jorge Xavier da; ZAIDAN, Ricardo Tavares. Geoprocessamento e Meio Ambiente . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.			

Referências Bibliográficas Complementares

ASSAD, Eduardo Delgado; SANO, Edson Eyji. **Sistema de informações geográficas: Aplicações na Agricultura**. Brasília, DF:EMBRAPA, Serviço de Produção de Informação, 1998.

SILVA, Jorge Xavier da; ZAIDAN, Ricardo Tavares. **Geoprocessamento e Análise Ambiental: aplicações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

CHRISTOFOLETTI, Antônio. **Modelagem de Sistemas Ambientais**. Editora Edgar Blucher. Oficinas de Textos. São Paulo – SP. 1999. 236 p.

LÖBLER, Carlos A.; GONÇALVES, Cristina M R.; LEÃO, Márcio F.; et al. **Geoprocessamento**. Grupo A, 2019. 9788533500419.

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788533500419/>. Acesso em: 19 mai. 2022.

Gilberto Câmara, Clodoveu Davis e Antônio Miguel Vieira Monteiro. **Introdução À Ciência Da Informação**. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), 2001.

Disponível em: <http://www.dpi.inpe.br/gilberto/livro/introd/> Acesso: 19/05/2022.

PLANO DE DISCIPLINA

Curso: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

Disciplina: Metodologia de Ensino de Geografia II **Código:** NAD18

CH Teórica: 40 **CH Prática:** 32 **CH PIE:** 8 **CH Total:** 80

Núcleo de Formação: NAD **Período:** 5º

Disciplinas Pré-requisito: NAD12

Ementa:

Ensino da Geografia e desenvolvimento cognitivo. Conceitos e usos de recursos didáticos nas aulas de Geografia no Ensino Médio. Metodologias, estratégias e instrumentação para o ensino de Geografia no Ensino Médio. Interação entre a Geografia e os temas transversais no Ensino Médio. Ludicidade e inovação no ensino e aprendizagem da Geografia no Ensino Médio. Plano de ensino e de aula. Projetos inter e transdisciplinares no Ensino Médio. O livro didático e práticas laboratoriais para o ensino de Geografia no Ensino Médio. A produção de material didático para o ensino de Geografia no Ensino Médio.

Referências Bibliográficas Básicas

CASTELLAR, Sonia (org.). **Educação Geográfica: teorias e práticas docentes**. v.5, São Paulo: Contexto, 2005.

PASSINI, Elza Yassuko (org.) **Prática de Ensino de Geografia e estágio supervisionado**. São Paulo: Contexto, 2007.

SILVA, Augusto Cesar Pinheiro da; et. al. **Educação geográfica em foco**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

Referências Bibliográficas Complementares

CARLOS, Ana Fani A. (org.). **A geografia na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1999.

NEVES, Karina Fernanda Travagim Vitorino. **Os trabalhos de campo no ensino de geografia: Reflexões sobre a prática docente na Educação Básica**. Ilhéus: Editus, 2010.

MEDEIROS, Aline L N.; MARCATTO, Francieli S.; FAGUNDES, Francielly N.; et al. **Didática da Geografia**. Grupo A, 2021. 9786556901053.

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786556901053/>. Acesso em: 19 mai. 2022.

BERTOLLO, Mait; FRANCISCO, Maria da Assunção S.; DANTAS, Jhonatan dos S. **Metodologia do Ensino de Geografia: Volume 2**. Grupo A, 2020. 9788595028555.

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595028555/>. Acesso em: 19 mai. 2022.

REGO, Nelson; CASTROGIOVANNI, Antônio C.; KAERCHER, Nestor A. **Geografia**. v.2. Grupo A, 2009. 9788563899231.

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788563899231/>. Acesso em: 19 mai. 2022.

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA			
Disciplina: Gestão Escolar			Código: NEFG15
CH Teórica: 20	CH Prática: 16	CH PIE: 4	CH Total: 40
Núcleo de Formação: NEFG			Período: 5º
Disciplinas Pré-requisito:			
Ementa:			
Gestão Escolar: concepções e fundamentos. Gestão Participativa e Democrática. Os órgãos colegiados da escola. Dimensões da autonomia: administrativa, jurídica, financeira e pedagógica. O financiamento, o orçamento e a prestação de contas na escola pública. Projeto Político Pedagógico: finalidades educacionais, culturais, política e social, formação profissional, e humanística. Planejamento, organização, execução, monitoramento e avaliação do processo educativo e seus resultados. Sistemas nacionais de monitoramento e de avaliação da educação básica: IDEB, Saeb, ENEM, censo escolar. Gestão de pessoas, liderança e os princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.			
Referências Bibliográficas Básicas			
LIBÂNEO, José Carlos. Democratização da escola pública: A Pedagogia crítico-social dos conteúdos . 20. ed. São Paulo: Loyola, 2005.			
MARTINS, José do Prado. Gestão educacional: uma abordagem crítica do processo administrativo em educação . 3. ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2007.			
VASCONCELLOS, Celso dos S. Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula . 12. ed. São Paulo: Libertad, 2009.			
Referências Bibliográficas Complementares			
LUCK, Heloisa et al. Concepções e processos democráticos de gestão educacional . Petrópolis: Vozes, 2006.			
GRINSPUN, Mírian Paura Sabrosa Zippin. A Prática dos orientadores educacionais . São Paulo: Cortez, 1996.			
FERREIRA, Naura Syria Carapeto. Gestão de Sistemas Educacionais . Curitiba: IESDE, 2010.			
REDE, Pitágoras. A gestão da escola: Pitágoras Rede . v.4 (Coleção escola em ação). Grupo A, 2009. 9788536310374.			
Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536310374/ . Acesso em: 19 mai. 2022.			
DOS SANTOS, Clóvis Roberto. A Gestão Educacional e Escolar para a Modernidade . Cengage Learning Brasil, 2012. 9788522114030.			
Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522114030/ . Acesso em: 19 mai. 2022.			

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA			
Disciplina: Pedologia			Código: NAD19
CH Teórica: 40	CH Prática: 8	CH PIE: 12	CH Total: 60
Núcleo de Formação: NAD			Período: 6°
Disciplinas Pré-requisito: NAD04			
Ementa:			
Rochas e minerais. Fatores de formação de solos. Processos Pedogenéticos Composição geral do solo. Conceitos e composição do solo. Perfil de solo: horizontes e camadas. Mineralogia de solos. Propriedades físicas e químicas dos solos. Classificação dos solos. Manejo e conservação dos solos.			
Referências Bibliográficas Básicas			
LEPSCH, I. F. Formação e Conservação dos Solos . 2. ed. Oficina de Textos. São Paulo, 2010. BERTONI, J.; LOMBARDI NETO, F. Conservação do solo . 9ª ed. São Paulo: Ícone, 2014. 355p. EMBRAPA. Sistema Brasileiro de Classificação de Solos . EMBRAPA. Rio de Janeiro, RJ. 2013. 353 p.			
Referências Bibliográficas Complementares			
LEPSCH, I. F. Dezenove lições de Pedologia . Oficina de Textos. São Paulo. 2011. PRIMAVESI, A. M. Manejo Ecológico do Solo . 9. ed. São Paulo: Nobel. 2002.549 p. BRADY, Nyle C.; WEIL, Ray R. Elementos da Natureza e Propriedades dos Solos . Grupo A, 2013. 9788565837798. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788565837798/ . Acesso em: 19 mai. 2022. PELINSON, Natália de S.; DIAS, Camila S.; CHAVES, Siglea S. de F.; et al. Morfologia e Gênese do Solo . Grupo A, 2021. 9786556901107. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786556901107/ . Acesso em: 19 mai. 2022. BERTOLO, Mait; ALBERTIN, Ricardo M.; BACHA, André L R.; et ali. Pedologia . Grupo A, 2021. 9786556901909. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786556901909/ . Acesso em: 19 mai. 2022.			

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA			
Disciplina: Recursos naturais e Meio ambiente			Código: NAD20
CH Teórica: 34	CH Prática:	CH PIE: 6	CH Total: 40
Núcleo de Formação: NAD			Período: 6°
Disciplinas Pré-requisito:			
Ementa:			
Recursos energéticos e matriz energética do Brasil. Disponibilidade de fontes e avaliação do potencial de geração de energia. Usinas hidroelétricas, termoelétricas e nucleares. Energia solar. Energia eólica. Energia fóssil. Energia de biomassa. Impactos ambientais decorrentes da geração, transmissão, disponibilidade e oferta de energia. Principais características das teorias do desenvolvimento econômico. Desenvolvimento e degradação ambiental. O desenvolvimento autossustentado e a economia nos países em desenvolvimento. Educação Ambiental.			

Referências Bibliográficas Básicas	
LEFF, Enrique. Epistemologia Ambiental . Tradução: Sandra Valenzuela. Editora Cortez. 4º Ed. São Paulo, 2007, 240 p.	
OLIVEIRA SANTOS, Adriana Paula Q. R. e Silva. Ecopráticas na EPT: Desenvolvimento, meio ambiente e sustentabilidade . (Serie Novos Autores da EPT) IFAL, Maceió. 2011, 92 p.	
HINRICHES, R. A.; KLEINBACH, M. Energia e meio ambiente . São Paulo: Thomson, 2003.	
Referências Bibliográficas Complementares	
SANTOS, Juliana Vamerlati.; FERREIRA, Rodrigo Canacini. Planejamento ambiental . Instituto Federal do Paraná. 2010.	
BRANCO, S. M. Energia e meio ambiente . São Paulo: Moderna, 2004.	
MAY, P. H. Economia do Meio Ambiente: teoria e prática . 3 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2018.	
RONEI, Tiago S.; PIRES, Anderson S.; GIACOMELLI, Cinthia L F.; et al. Meio Ambiente . Grupo A, 2018. 9788595025738.	
Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595025738/ .	
Acesso em: 19 mai. 2022.	
HADDAD, Paulo R. Meio ambiente, planejamento e desenvolvimento sustentável . Editora Saraiva, 2015. 9788502636798.	
Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502636798/ .	
Acesso em: 19 mai. 2022.	

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA			
Disciplina: Geopolítica			Código: NAD21
CH Teórica: 68	CH Prática:	CH PIE: 12	CH Total: 80
Núcleo de Formação: NAD			Período: 6º
Disciplinas Pré-requisito: NAD11 – NAD15			
Ementa:			
Poder, Território e Política: A influência do capital no território; A Geopolítica mundial: Conflitos atuais; Governança Global e organizações internacionais; Imperialismo.			
Referências Bibliográficas Básicas			
COSTA, Wanderley Messias da. Geografia política e geopolítica : Discurso sobre o território e o poder. 2º ed. São Paulo: EDUSP, 2019.			
HARVEY, David. O novo Imperialismo . São Paulo: Loyola, 2004.			
VESENTINI, José William. Novas Geopolíticas do século XXI . 5 ed. São Paulo: Contexto, 2016.			
CASTRO, Iná Elias. Geografia e Política: Território, escalas de ação e instituições . Bertrand Brasil. 7º ed. Rio de Janeiro, 2019. 300 p.			
Referências Bibliográficas Complementares			
HARVEY, David. A produção capitalista do espaço . São Paulo: Annablume, 2006.			
MARSHAL, Tim. Prisioneiros da geografia : 10 mapas que explicam tudo que você precisa saber sobre política global. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.			
HOBSBAWN. Eric j. A era dos impérios . Editora Paz e Terra. 20º edição. 2016. 560 p.			
HOBSBAWN. Eric j. A era dos extremos . Editora Companhia de Letras. São Paulo, 1995. 600 p.			

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: As consequências humanas**. Editora Zahar. Rio de Janeiro, 1999. 147 p.

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA			
Disciplina: Estatística			Código: NEFG16
CH Teórica: 30	CH Prática: 20	CH PIE: 10	CH Total: 60
Núcleo de Formação: NEFG			Período: 6°
Disciplinas Pré-requisito:			
Ementa:			
Geografia, método científico e quantificação, Amostragem, Mensuração e descrição estatística, Estatística espacial, Correlação e regressão linear simples, Similaridade e classificação, Algumas técnicas selecionadas de quantificação.			
Referências Bibliográficas Básicas			
BUSSAB, W. O., MORETTIN, P. A. Estatística Básica . São Paulo: Saraiva, 2008. CRESPO, Antônio Arnot. Estatística Fácil . São Paulo: Saraiva, 2001. GELSON Iezzi. Fundamentos da Matemática Elementar: Combinatória, Binômio, Probabilidade . São Paulo: Atual, 2006.			
Referências Bibliográficas Complementares			
BUSSAB, Wilton de O. & MORETTIN, Pedro A. Estatística Básica . 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2004. NETO, Pedro Luiz de Oliveira C. Estatística . Editora Blucher, 2006. 9788521215226. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788521215226/ . Acesso em: 19 mai. 2022. CRESPO, Antônio A. Estatística Fácil . Editora Saraiva, 2009. 9788502122345. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502122345/ . Acesso em: 19 mai. 2022. VIRGILLITO, Salvatore B. Estatística Aplicada . Editora Saraiva, 2017. 9788547214753. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547214753/ . Acesso em: 19 mai. 2022. ARA, Amilton B. Introdução à Estatística . Editora Blucher, 2003. 9788521214915. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788521214915/ . Acesso em: 19 mai. 2022.			

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA			
Disciplina: Educação Especial na Perspectiva Inclusiva			Código: NEFG17
CH Teórica: 20	CH Prática: 20	CH PIE:	CH Total: 40
Núcleo de Formação: NEFG			Período: 6°
Disciplinas Pré-requisito:			
Ementa:			
Evolução histórica da Educação especial e Inclusiva. Documentos internacionais e legislação brasileira. Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Conceituação de inclusão escolar. Princípios e fundamentos da educação escolar na perspectiva da educação inclusiva. Aspectos necessários à inclusão escolar. Público alvo da educação especial: deficiências, Transtornos			

globais e específicos de desenvolvimento, altas habilidades e superdotação. Currículo, estratégias e práticas pedagógicas de atendimento educacional especializado e em sala de aula inclusiva. Acessibilidade e tecnologias assistivas. Atendimento educacional especializado-AEE..

Referências Bibliográficas Básicas

BUENO, José Geraldo Silveira. **Educação especial brasileira: questões conceituais e de atualidade**. São Paulo: EDUC, 2011.

FARRELL, Michael. **Dificuldades de aprendizagem moderadas, graves e profundas: guia do professor**. Tradução: Maria Adriana Veríssimo Veronese. Porto Alegre: Artmed, 2008.

FREITAS, Soraia Napoleão. **Tendências contemporâneas de inclusão**. Santa Maria RS: UFSM, 2008.

Referências Bibliográficas Complementares

KADE, Adrovane; FAÇANHA, Agebson(Org.). **Acessibilidade e tecnologia assistiva: pensando na inclusão sociodigital de PNEs**. Bento Gonçalves-RS: IFRG, 2013.

PACHECO, José. [et al.]. **Caminhos para a inclusão: um guia para o aprimoramento da equipe escolar**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

TACCA, Maria Carmen Villela Rosa (Org.). **Possibilidades de aprendizagem: ações pedagógicas para alunos com dificuldade e deficiência**. Campinas, SP: Alínea, 2011.

SANTOS, Monica Pereira do.; PEREIRA, Michele.; MELO, Sandra Cordeiro. **Inclusão em educação: diferentes interfaces**. Editora CRV, 2009. 180 p.

BAPTISTA, Claudio Roberto.; JESUS, Denise Meyrelles. **Avanços em políticas de inclusão: O contexto da educação especial no Brasil e em outros países**. Editora Mediação. Porto Alegre, 2015. 232 p.

PLANO DE DISCIPLINA

Curso: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

Disciplina: Avaliação Educacional **Código:**NEFG18

CH Teórica: 40 **CH Prática:** 40 **CH PIE:** **CH Total:** 80

Núcleo de Formação: NEFG **Período:** 6º

Disciplinas Pré-requisito:

Ementa:

Fundamentos histórico-teórico-metodológicos da avaliação educacional. Avaliação, regulação, mediação e excelência. A relação entre planejamento, práticas pedagógicas e avaliação. Problemas e perspectivas na avaliação da aprendizagem. Avaliação da aprendizagem: diagnóstica, formativa, processual e somativa. Aprendizagem discente e elaboração de instrumentos de avaliação. Políticas educacionais internacionais e avaliação (PISA, OCDE etc.); Políticas educacionais nacionais e avaliação: avaliação institucional; avaliação das condições de ensino; avaliação de rendimento (ENADE, ENEM, SAEB, SAERO, Provinha Brasil...); Avaliação dos indicadores de rendimentos (IDEB).

Referências Bibliográficas Básicas

HOFFMANN, Jussara Maria Lech. **Avaliação: mito e desafio: uma perspectiva construtivista**. 44. ed. Porto Alegre: Ed. Mediação, 2014.

LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação da Aprendizagem Escolar: estudos e proposições**. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MORETTO, Vasco Pedro. **Prova: um momento privilegiado de estudo, não um acerto de contas**. 9. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

Referências Bibliográficas Complementares

PERRENOUD, Philippe. **As Competências para ensinar no século XXI: A formação dos professores e o desafio da avaliação**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

SANTOS, Clóvis Roberto dos (Org.). **Avaliação educacional: um olhar reflexivo sobre a sua prática**. São Paulo: Avercamp, 2005.

SILVA, Janssen Felipe da.; HOFFMANN, Jussara; ESTEBAN, Maria Teresa; (Org.). **Práticas avaliativas e aprendizagens significativas em diferentes áreas do currículo**. Porto Alegre: Mediação, 2012.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula**. 12. ed. São Paulo: Libertad, 2009.

VIANNA, Heraldo Marelím. **Avaliações em debate: SAEB, ENEM, provão**. Brasília: Plano, 2013.

7º SEMESTRE			
PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA			
Disciplina: Organização do espaço amazônico			Código: NAD22
CH Teórica: 34	CH Prática:	CH PIE: 6	CH Total: 40
Núcleo de Formação: NAD			Período: 7º
Disciplinas Pré-requisito:			
Ementa:			
Formação histórica, econômica e social; (Re)organização do território amazônico: a heterogeneidade da região; A Amazônia no contexto nacional e internacional; Processos de colonização na Amazônia; Amazônia e sustentabilidade; Fronteira Amazônica e urbanização; Geopolítica na Amazônia e o poder do capital: relação local-global na Amazônia; O poder público e as intervenções na Amazônia;			
Referências Bibliográficas Básicas			
Soares, D. A. S. (2015). GONÇALVES. Carlos Walter Porto. Amazônia, Amazônias . 1ª Ed. São Paulo: Contexto, 2001. GEOgraphia, 17(34), 279-283. VIEIRA, Ima Célia Guimarães (org.). As amazônias de Bertha K. Becker : ensaios sobre geografia e sociedade na região amazônica. v.1, Rio de Janeiro: Garamond, 2015.			
Referências Bibliográficas Complementares			
Bezerra, Eron. Amazônia, esse mundo a parte . São Paulo – SP: Anita Garibaldi, 2010.			
CAMELO, Núbia, et. al. Amazônia: recursos hídricos e diálogos socioambientais . Curitiba: CRV, 2011.			
MARTINS, José de Souza. Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano . 2ªed. São Paulo: Contexto, 2014.			
SILVA, Adnilson de Almeida; SILVA, Maria das Graças S. Nascimento; SILVA, Ricardo Gilson da Costa. Colonização, Território e Meio ambiente em Rondônia: Reflexões geográficas . Curitiba: SK editora, 2012.			
SILVA, Ricardo Gilson da Costa; LIMA, Luís Augusto Pereira; CONCEIÇÃO, Francilene Sales da. Amazônia: Dinâmicas agrárias e territoriais contemporâneas . São Carlos: Pedro & João editores, 2018.			
Freitas, Marcílio de. Amazônia: presente, passado e futuro . 1ªed. Juruá, 2016.			

VIEIRA, Ima Célia Guimarães (org.). **As amazônias de Bertha K. Becker**: ensaios sobre geografia e sociedade na região amazônica. v.2, Rio de Janeiro: Garamond, 2015.

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA			
Disciplina: Geografia da População			Código: NAD23
CH Teórica: 34	CH Prática:	CH PIE: 6	CH Total: 40
Núcleo de Formação: NAD			Período: 7°
Disciplinas Pré-requisito:			
Ementa:			
Bases teóricas e conceituais da Geografia da População; Teorias demográficas; Estrutura, crescimento e distribuição da população. Elementos da dinâmica populacional: mortalidade, natalidade e crescimento vegetativo. Migrações e distribuição da população mundial e no Brasil.			
Referências Bibliográficas Básicas			
DAMIANI, Amélia Luisa. População e Geografia . São Paulo: Contexto, 2011. MATOS, R.; SOARES, W. (orgs). Desigualdades, redes e espacialidades emergentes no Brasil . Rio de Janeiro: Garamond, 2010. SILVEIOL, Aline C.; GOIS, Gabriela R. Geografia da População . Porto Alegre: SAGAH, 2020. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#!/books/9786556900780/ .			
Referências Bibliográficas Complementares			
FILHO, Afonso de Alencastro G. História, Região & Globalização . Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo Autêntica, 2009. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#!/books/9788582172230/ . RADDATZ, Vera Lucia S. Comunicação, Cultura e Fronteiras . Ijuí: Editora Unijuí, 2015. 9788541903080. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#!/books/9788541903080/ . ROSA, André H.; FRACETO, Leonardo F.; (ORGS.), Viviane M. Meio Ambiente e Sustentabilidade . Porto Alegre, Bookman 2012. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#!/books/9788540701977/ . SANTOS, Milton. BECKER, Bertha (org.). Território, territórios : ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: Lamparina, 3. ^a ed. 2011.			

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA			
Disciplina: Geografia da indústria, transportes e redes			Código: NAD24
CH Teórica: 36	CH Prática:	CH PIE: 4	CH Total: 40
Núcleo de Formação: NAD			Período: 7°
Disciplinas Pré-requisito: NAD08			
Ementa:			
A industrialização mundial e do Brasil; Organização produtiva; Industrialização e organização espacial; Produção, circulação e o consumo: a importância das redes. Sistema de transporte e redes: Meio técnico-científico-informacional.			
Referências Bibliográficas Básicas			
ALVES, Alceli Ribeiro; ANTUNES, Eloisa Maieski. Geografia Industrial . Curitiba: Intersaberes, 2019.			

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 25° ed. São Paulo: Loyola, 2010.
SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: EDUSP, 4° ed., 7° reimp. 2012.

Referências Bibliográficas Complementares

BRITO, Vicente Paulo Mattos de. **Transportes: história, crises e caminhos**. Rio de Janeiro: Record, 2014.
CASTELLS, Manuel de. **A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura - A Sociedade em Rede**, v.5. (Tradução: Roneide Venâncio Majer, com a colaboração de Klauss Brandini Gerhardt). Rio de Janeiro: PAZ E TERRA, 1999.
KRUGLIANSKAS, Isak; ALIGLERI, Luiz A.; ALIGLERI, Lilian M. **Gestão industrial e produção sustentável, 1ª edição**. Ed.Saraiva, 2016. 9788547210038. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547210038/>.

PLANO DE DISCIPLINA

Curso: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

Disciplina: Biogeografia

Código: NAD25

CH Teórica: 52

CH Prática:

CH PIE: 8

CH Total: 60

Núcleo de Formação: NAD

Período: 7°

Disciplinas Pré-requisito: NAD04 – NAD07

Ementa:

Histórico Geral e Introdução à Biogeografia; Conceituação e divisão da Biogeografia; os grandes biociclos da Terra, origem, evolução, meios de expansão e barreiras para a vida na Terra. Padrões de distribuição geográfica das espécies. O papel dos fatores ambientais (luz, temperatura, água, outros) na distribuição dos seres vivos. As grandes formações biológicas do Brasil e do mundo. Formações vegetacionais do Brasil e do Mundo. Paleobiogeografia e Biogeografia de ilhas. Manejo e conservação dos biomas.

Referências Bibliográficas Básicas

CARVALHO, Cláudio J. B D.; ALMEIDA, Eduardo A B. **Biogeografia da América do Sul - Análise de Tempo, Espaço e Forma, 2ª edição**. Grupo GEN, 2016. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788527729093/>.
COX, C. Barry. MOORE, Peter D. **Biogeografia - Uma Abordagem Ecológica e Evolucionária**. Editora LTC. 9ª ed. 340 p. 2019.
FIGUEIRÓ, Adriano. **Biogeografia: dinâmicas e transformações da natureza**. Oficina de Textos. 1ª ed. 400 p. 2015.

Referências Bibliográficas Complementares

BARBOSA, Rildo P.; VIANA, Viviane J. **Recursos Naturais e Biodiversidade: Preservação e Conservação dos Ecossistemas**. Editora Saraiva, 2014. 9788536530697. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536530697/>.
BOTKIN, Daniel B.; KELLER, Edward A. **Ciência Ambiental - Terra, um Planeta Vivo, 7ª edição**. Grupo GEN, 2011. 978-85-216-2277-2. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-216-2277-2/>.
CHRISTOPHERSON B, Robert W. **Geossistemas: Uma introdução à geografia física**. Bookman. 7ª ed. Porto Alegre – RS. 752 p. 2012.
MORAN, Emilio F., Ostrom, E. **Ecossistemas florestais : interação homem-ambiente**. SENAC, São Paulo-EDUSP, 2009.

RIFFEL, Eduardo; BOTELHO, Lúcio; GIGLIOTTI, Marcelo da S.; et al. **Biogeografia**. Grupo A, 2021. 9786556901145. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786556901145/>.
STEIN, Ronei T. **Ecologia geral**. Grupo A. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595026674/>.

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA			
Disciplina: TIC aplicada ao ensino de Geografia			Código: NAD26
CH Teórica: 20	CH Prática: 14	CH PIE: 6	CH Total: 40
Núcleo de Formação: NAD			Período: 7°
Disciplinas Pré-requisito:			
Ementa:			
Educação e Sociedade da Informação. Potencialidades e limites do uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). Políticas Públicas sobre TICs. Ferramentas de aprendizagem midiática e tecnológicas. Cibercultura, infoexclusão e Letramento Digital. Tecnologias, acessibilidade e inclusão social. Uso pedagógico da internet.			
Referências Bibliográficas Básicas			
MORAN, J. M., MASETTO, M. T., & BEHRENS, M. A. Novas tecnologias e mediação pedagógica . ed. 21ª, Campinas: Papirus, 2013.			
PRENSKY, Marc. Aprendizagem baseada em jogos digitais . Senac: São Paulo, 2012.			
SANCHO, Juana María. Et al. Tecnologias para transformar a educação . Artmed: Porto Alegre, 2006.			
Referências Bibliográficas Complementares			
ALLAN, L. Escola.com: como as novas tecnologias estão transformando a educação na prática . Barueri: Figurati, 2015.			
CASTELS, Manuel. A sociedade em rede volume I: A era da informação economia, sociedade e cultura . Paz e Terra: São Paulo, 1999.			
VALENTE, José Armando. Aprendizagem na era das tecnologias digitais . Ed. Cortez. São Paulo, 2007.			

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA			
Disciplina: Educação Ambiental			Código: NEFG19
CH Teórica: 20	CH Prática: 15	CH PIE: 5	CH Total: 40
Núcleo de Formação: NEFG			Período: 7°
Disciplinas Pré-requisito:			
Ementa:			
Evolução epistemológica da Educação Ambiental e sua história. Inter-relação sociedade e a natureza. Educação Ambiental e ação transformadora. Educação no processo de gestão ambiental. Formas de atividades em Educação Ambiental. Organização, orientação, elaboração e apresentação de Projetos em Educação Ambiental.			
Referências Bibliográficas Básicas			
CARVALHO, I. C. De M. Educação Ambiental: a Formação do Sujeito Ecológico . Cortez. 1ª ed. São Paulo - SP, 2004.			

DIAS, GENEALDO FREIRE. **Educação ambiental - Princípios e Práticas**. GAIA EDITORA. São Paulo – SP. 9ª ed. 551 p. 2010.
 TORRES, E. C. **Educação ambiental e geografia III: sensibilizações, práticas e caminhos**. Virtual Books. Pará de Minas – MG, 2016.

Referências Bibliográficas Complementares

CARVALHO, ISABEL CRISTINA DE MOURA. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. Cortez. São Paulo, SP. 256 p. 2012.
 JR., ARLINDO, P. E MARIA CECÍLIA FOCESI PELICIONI. **Educação Ambiental e Sustentabilidade**. Manole. Barueri, SP. 878 p. 2005.
 LISBOA, CASSIANO PAMPLONA. **Educação ambiental : da teoria à prática**. Mediação. Porto Alegre, RS. 142 p. 2012.
 PINOTTI, RAFAEL. **Educação Ambiental Para o Século XXI - No Brasil e No Mundo**. Edgard Blucher. 2ª ed. São Paulo – SP. 263 p. 2016.
 SATO, MICHELE; CARVALHO, ISABEL CRISTINA de MOURA. **Educação Ambiental - Pesquisa e Desafios**. Penso. 1ª ed. 232 p. 2005.

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA			
Disciplina: Metodologias de Ensino para a Educação Profissional e Tecnológica			Código: NEFG20
CH Teórica: 20	CH Prática: 20	CH PIE:	CH Total: 40
Núcleo de Formação: NEFG			Período: 7º
Disciplinas Pré-requisito:			
Ementa:			
Fundamentos teórico-metodológicos da Educação Profissional. Princípios e Legislação da Educação Profissional. Currículo, diversidade e formação humana, profissional e tecnológica. Cidadania e Educação para o trabalho. Dimensões do processo didático e prática pedagógica. Competências relacionadas ao mundo do trabalho. Metodologias de ensino e aprendizagem para a educação profissional. Articulação entre educação de jovens e adultos e educação profissional. Inclusão, direitos humanos e atendimento à diversidade na educação profissional.			
Referências Bibliográficas Básicas			
BRASIL: Educação profissional: referenciais curriculares nacionais da Educação Profissional de nível técnico – introdução. MEC . Brasília, 2000. GUIMARÃES, Edilene Rocha. Política de ensino médio e educação profissional: discursos pedagógicos e práticas curriculares . Curitiba: CRV, 2014. NASCIMENTO, Andréia Paro; Couti, SUZANA, Caroline da Silveira; SILVEIRA, Vera Lucia Lopes. Educação profissional: teoria e experiências profissionais . Brasília, Df: Priint Impressões Inteligentes, 2019. OLIVEIRA, Alexandre de. Formação profissional em foco . São Paulo: Alexa Cultural, 2021. SOUZA, Ana Claudia Ribeiro de; TRAJANO, Euzeni Araújo (org.). Saberes e experiências em educação profissional e de jovens e adultos: a construção do conhecimento no PROEJA Amazonas . Manaus: Valer, 2010.			
Referências Bibliográficas Complementares			
DEFFUNE, Deisi; DEPRESBITERIS, Léa. Competências, Habilidades e Currículos de Educação Profissional . São Paulo: Senac, 2006.			

GUIMARÃES, Edilene Rocha. **Política de ensino médio e educação profissional** : discursos pedagógicos e práticas curriculares. Curitiba. CRV. 477 p. 2014.

SANTOS, Jurandir. **Educação profissional e práticas de avaliação**. São Paulo: Senac, 2010.

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA			
Disciplina: Direitos Humanos e Educação para a Diversidade			Código: NEFG21
CH Teórica: 35	CH Prática:	CH PIE: 5	CH Total: 40
Núcleo de Formação: NEFG			Período: 7°
Disciplinas Pré-requisito:			
Ementa:			
Evolução dos Direitos Humanos, seus fundamentos e sua natureza integradora e protetiva dos direitos do homem, com ênfase para o respeito à dignidade da pessoa humana, para a liberdade de expressão e para a igualdade entre todos os indivíduos. Identidade, diferença e diversidade sociocultural. Aspectos culturais e educacionais dos indivíduos que formam a população regional (negros, quilombolas, indígenas, ribeirinhos, entre outros), quer sejam de cultura dominante, quer não. O mito da democracia e a implantação de políticas afirmativas relacionadas à inclusão de minorias na educação e na sociedade. Os direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. A importância da escola como espaço democrático de inclusão educacional e transformação social na mais ampla acepção das palavras.			
Referências Bibliográficas Básicas			
DIMENSTEIN, Gilberto. O cidadão de papel: a infância, a adolescência e os direitos humanos no Brasil. 24. ed. São Paulo: Ática, 2013.			
GOMES, Angela Maria de Castro. Direitos e cidadania: memória, política e cultura. Rio de Janeiro: FGV, 2007.			
CARDOSO, Mauricio; CERENCIO, Priscilla. Direitos humanos: diferentes cenários, novas perspectivas. São Paulo: Editora Brasil, 2012.			
Referências Bibliográficas Complementares			
GENTLE, Ivanilda Matias; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares; GUIMARÃES, Valéria Maria (Orgs.). Gênero, diversidade sexual e educação: conceituação e práticas de direito e políticas públicas. João Pessoa: UFPB, 2008.			
HUNT, Lynn. A invenção dos direitos humanos: uma história. Curitiba: A página, 2012.			
MARINHO, Genilson. Educar em direitos humanos para cidadania no ensino fundamental. São Paulo: Cortez, 2012.			
SCHWARCZ, Lílian Moritz. Cidadania, um projeto em construção: minorias, justiça e direito. São Paulo: Claro Enigma, 2012.			
SILVA, Ana Beatriz Barbosa. Bullying: mentes perigosas nas escolas. Rio de Janeiro: Fontanar, 2010.			

8° SEMESTRE
PLANO DE DISCIPLINA
Curso: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

Disciplina: Regionalização do espaço mundial			Código: NAD27
CH Teórica: 68	CH Prática:	CH PIE: 12	CH Total: 80
Núcleo de Formação: NAD			Período: 8º
Disciplinas Pré-requisito:			
Ementa:			
Conceito de Região e Regionalização; Blocos econômicos mundiais e globalização; Regionalização mundial; Crise econômica e capitalismo no mundo.			
Referências Bibliográficas Básicas			
LENCIONI, Sandra. Região e Geografia . São Paulo: EDUSP, 2014. MACHADO, José Luiz. Blocos econômicos no panorama mundial: análise geográfica e econômica . Curitiba: Intersaberes, 2012. MENDES, Marcos Vinícius Isaías. Regionalização do espaço mundial . Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 192p. 2019. Disponível em: http://cm-kls-content.s3.amazonaws.com/ .			
Referências Bibliográficas Complementares			
ANDRADE, Leia de. ROSANI, Lídia Dahmer. Regionalização e organização do espaço mundial. Indaial: UNIASSELVI 312 p, 2015. Disponível em: www.uniassevi.com.br/ . HARVEY, David. O enigma do capital: e as crises do capitalismo . São Paulo: Boitempo, 2011. SANTOS, Milton. Por uma outra globalização . 16º ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.			

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA			
Disciplina: Geografia de Rondônia			Código: NAD28
CH Teórica: 40	CH Prática: 28	CH PIE: 12	CH Total: 80
Núcleo de Formação: NAD			Período: 8º
Disciplinas Pré-requisito:			
Ementa:			
História de Rondônia. Evolução Político – Administrativa de Rondônia. Aspectos socioeconômicos do Estado de Rondônia. Aspectos físicos (Geologia, Geomorfologia, Pedologia, Clima, Vegetação) do Estado de Rondônia.			
Referências Bibliográficas Básicas			
ALMEIDA SILVA, ADNILSON de; NASCIMENTO SILVA, MARIA das GRAÇAS SILVA & SILVA, RICARDO GILSON da COSTA. (orgs.). Colonização, Território e Meio Ambiente em Rondônia: Reflexões geográficas . Curitiba: SK Editora; Porto Velho: PPGR/UNIR, 2012. MATIAS, Francisco. Formação histórica e econômica de Rondônia : do século XVI ao século XXI Geografia - História – Atualidades . Porto Velho – RO: INDAM. 22 p. 2010. OLIVEIRA, Ovídeo Amélio de. Geografia de Rondônia: espaço e produção . Porto Velho: Dinâmica. 203 p. 2005.			
Referências Bibliográficas Complementares			
ADAMY, AMILCAR. Geodiversidade do estado de Rondônia / Organização Amilcar Adamy . – Porto Velho: CPRM. 337 p. 2010.			

SCANDOLARA, JAIME. **Geologia e Recursos Minerais do Estado de Rondônia: texto explicativo e mapa geológico do Estado de Rondônia escala 1.1.000.000** / organizado por Jaime Scandolara – Brasília: CPRM, 1999.

FEARNSIDE, PHILIP MARTIN. **A ocupação humana de Rondônia: impactos, limites e planejamento**. [Recurso Digital]. Brasília: Assessoria Editorial e Divulgação Científica. 76p. 1989.

RONDÔNIA. **Atlas Geoambiental de Rondônia**. SEDAM. Porto Velho. Vol 2. 2002.

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA			
Disciplina: Geografia Urbana			Código: NAD29
CH Teórica: 52	CH Prática:	CH PIE: 8	CH Total: 60
Núcleo de Formação: NAD			Período: 8º
Disciplinas Pré-requisito: NAD23			
Ementa:			
Processos históricos de urbanização; Concepções teóricas sobre o urbano; Expansão urbana e transformações socioespaciais; Redes urbanas; Urbanização brasileira; Problemas urbanos; A cidade e a organização espacial: relação centro-periferia e urbano-rural;			
Referências Bibliográficas Básicas			
CORREA, Roberto Lobato. Estudos sobre a rede urbana . São Paulo: Bertrand Brasil, 2006. 332p.			
CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. A produção do espaço urbano: Agentes e processos, escalas e desafios . São Paulo: Contexto, 2011. 240 p.			
SANTOS, M. Manual de Geografia Urbana . 3ª edição. EDUSP. 2012. 232 p.			
Referências Bibliográficas Complementares			
OLIVEN, R.G. Urbanização e mudança social no Brasil [on line]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein, 2010.146p.ISBN 978-85-7982-001-4. SciELO Books < http://books.scielo.org >.			
CORTEZ, ATC., ORTIGOZA, SAG., orgs. Da produção ao consumo: impactos socioambientais no espaço urbano [on line]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 146 p. ISBN 978-85-7983-007-5. SciELO Books < http://books.scielo.org >.			
PIRES, M. M., et al. Economia urbana e regional: território, cidade e desenvolvimento [on line]. Ilhéus, BA: EDITUS, 2018. SCIELO BOOKS			
GARBOSSA, Renata Adriana; SILVA, Rodolfo dos Santos. O processo de produção do espaço urbano: impactos e desafios de uma nova urbanização . Curitiba: Intersaberes, 2016.			
SANTOS, Milton. A Urbanização brasileira . 5º ed. São Paulo: EDUSP, 2013.			

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA			
Disciplina: Sociedade e Cultura			Código: NEFG22
CH Teórica: 32	CH Prática:	CH PIE: 8	CH Total: 40
Núcleo de Formação: NEFG			Período: 8º
Disciplinas Pré-requisito: NEFG01			

Ementa:
Sociedades tradicionais, complexas e problemas ambientais. As mudanças socioculturais: da revolução industrial à tecnológica do século XXI. Modernidade e pós-modernidade; Diversidade, Sexualidade, gênero e poder. Sociedade e cultura brasileiras: cultura afro-brasileira e indígena.
Referências Bibliográficas Básicas
BAUMAN, Z. Globalização : as consequências humanas. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
DAMÁSIO, António. A estranha ordem das coisas: as origens biológicas dos sentimentos e da cultura . 1ª ed., São Paulo – SP: Companhia das Letras, 338 p. 2018.
NESTOR CANCLINI, Garcia. Culturas híbridas . Ensaios Latino-americanos. 4ª ed., São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015
Referências Bibliográficas Complementares
CASTELLS, Manuel. A Sociedade em Rede . Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1999.
HOBBSAWN, Eric; RANGER, Terence (orgs.). A invenção das tradições . 12ª ed., São Paulo: Paz e Terra, 2018.
ORTIZ, Renato. Cultura brasileira e identidade nacional . 5ª ed., São Paulo – SP: Brasiliense, 148p., 1994.

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA			
Disciplina: Metodologias do Ensino EAD			Código: NEFG23
CH Teórica: 20	CH Prática: 20	CH PIE:	CH Total: 40
Núcleo de Formação: NEFG			Período: 8º
Disciplinas Pré-requisito:			
Ementa:			
Fundamentos históricos, filosóficos e legais da Educação a Distância (EaD). Modelos Educacionais em EaD. Organização de sistemas de EaD: processo de comunicação, processo de tutoria, avaliação, processo de gestão e produção de material didático. Sujeitos da prática pedagógica no contexto da EaD. Planejamento, Regulação, mediação e avaliação da aprendizagem. Metodologias, estratégias didáticas e práticas Pedagógicas EaD. Recursos tecnológicos e AVA para EaD. Linguagem, Diversidade e Multiculturalidade na EaD.			
Referências Bibliográficas Básicas			
BELLONI, Maria Luiza. O que é mídia-educação . Campinas: Autores Associados, 2009.			
DIAS, Rosilâna Aparecida. Educação a distância : da legislação ao pedagógico. 3. ed. Petrópolis-RJ: Vozes,127p. 2012.			
SILVA, Robson Santos da. Objetos de aprendizagem para educação a distância : recursos educacionais abertos para ambientes virtuais de aprendizagem. São Paulo: Novatec, 2011.			
Referências Bibliográficas Complementares			
BASTOS, Beth (Org.). Educação à distância. Programa Nacional de Formação Continuada. MEC . Brasília, 2008.			
QUINTELA, Ariádne Joseane Felix. Ambientação para EaD : Curso técnico em Informática para internet. Cuiabá-MT: UFMT, 87 p. 2013.			
SILVA E SILVA, Maria da Glória. Educação e cidadania : disciplina na modalidade a distância - módulo I. 2. ed. rev., Palhoça-RS: UnisulVirtual, 22 p.2007.			

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA			
Disciplina: Metodologias de Ensino EJA			Código: NEFG24
CH Teórica: 20	CH Prática: 20	CH PIE:	CH Total: 40
Núcleo de Formação: NEFG			Período: 8º
Disciplinas Pré-requisito:			
Ementa:			
A EJA na história da educação brasileira. A prática escolar e a construção da cidadania na EJA. Pressupostos de ensino e aprendizagem em EJA. Diretrizes Curriculares Nacionais para EJA. Metodologias de ensino e aprendizagem. Materiais didáticos para educação de jovens e adultos na área de Geografia. Desenvolvimento integral de sujeitos. Importância econômica, política, cultural e social da EJA.			
Referências Bibliográficas Básicas			
FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido . 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2015. SOUZA, Ana Claudia Ribeiro de; TRAJANO, Euzeni Araújo (org.). Saberes e experiências em educação profissional e de jovens e adultos: a construção do conhecimento no PROEJA Amazonas . Manaus: Valer, 2010. FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa . 52. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2015.			
Referências Bibliográficas Complementares			
BRASIL. Presidência da República. Lei de diretrizes e bases da educação nacional n.º 9.394/96 . Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm >. Acesso em: 13 jun. 2017. BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 1, de 5 de julho de 2000. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação e Jovens e Adultos. MEC . Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/legislacao/resolucao_01_2000.pdf >. Acesso em: 13 jun. 2017. SILVA, Natalina Neves da. Juventude negra na EJA: o direito à diferença . Belo Horizonte: Mazza, 2010.			

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA			
Disciplina: LIBRAS			Código: NEFG25
CH Teórica: 30	CH Prática: 30	CH PIE:	CH Total: 60
Núcleo de Formação: NEFG			Período: 8º
Disciplinas Pré-requisito:			
Ementa:			
Introdução: os aspectos clínicos, educacionais e sócios antropológicos da surdez. Legislação em Libras. A Língua de Sinais Brasileira - Libras: características básicas da fonologia. Noções básicas de léxico, de morfologia e de sintaxe com apoio de recursos metodológicos audiovisuais; Noções de variação. Praticar Libras: a expressão fácil e corporal no ensino e execução da Libras.			
Referências Bibliográficas Básicas			
QUADROS, R. M. de. Educação de surdos: a aquisição da linguagem . Porto Alegre: Artmed, 1997. QUADROS, R. M. de & KARNOPP, L. Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos . ArtMed: Porto Alegre, 2004.			

KUMADA, Kate Mamhy Oliveira. **Libras** : língua brasileira de sinais. Londrina-PR: Editora e Distribuidora Educacional, 251 p., 2016.

Referências Bibliográficas Complementares

BRANDÃO, Flávia. **Dicionário ilustrado de libras** : língua brasileira de sinais. São Paulo- SP: Global, 719 p.2011.

BRITO, L. F. **Por uma gramática de língua de sinais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995

GESSER, Audrei. **Libras?:** que língua é essa? crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo – SP, Parábola, 87 p. 2009.

Fonte: IFRO – *Campus* Cacoal. Legenda: NEFG = Núcleo de estudos de formação geral, das áreas específicas e interdisciplinares, e do campo educacional; NAD = núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos das áreas de atuação profissional, incluindo os conteúdos específicos e pedagógicos;

1.6.7 Disciplinas Optativas

Para que o discente conclua sua formação no curso de Licenciatura em Geografia no Instituto Federal de Rondônia – *Campus* Cacoal, ele terá que cursar duas disciplinas optativas, uma no 6º semestre, com carga horária de 40 horas; e outra no 7º semestre, com carga horária de até 60 horas.

A inclusão de disciplinas optativas no curso, faz-se necessário como forma de proporcionar diversificação curricular e a flexibilização, permitindo ao discente que busque o conhecimento através de seu interesse. Diante disso, as disciplinas optativas possíveis para o curso de Licenciatura em Geografia estão representadas através do quadro 17, ficando a Coordenação do Curso responsável por apresentar e orientar os acadêmicos sobre as disciplinas que poderão ser ofertadas como optativas e/ou outras que serão ofertadas em cada período, conforme a possibilidade de cada semestre letivo.

Quadro 17 Disciplinas Optativas para o curso de Licenciatura em Geografia

Período	Disciplina	Códigos	Créditos	CH Teórica	CH Prática	(Hora-Aula) CH Total	(Hora-Rel*) CH Total
Optativa	Ecologia	NEFG26	2	40	-	40	33
	Inglês Instrumental	NEFG27	2	40	-	40	33
	Espanhol Instrumental	NEFG28	2	40	-	40	33
	Políticas Agrícolas e Desenvolvimento Regional	NEFG29	2	40	-	40	33
	Ética, Sociedade e Cultura	NEFG30	2	40	-	40	33

	Meio Ambiente e Sustentabilidade	NEFG31	2	40	-	40	33
	Sociologia Rural	NEFG32	2	40	-	40	33
	Topografia	NEFG33	3	30	30	60	50
	Legislação Agrária e Ambiental	NEFG34	3	60	-	60	50
	Cooperativismo e Associativismo	NEFG35	3	60	-	60	50
	Economia Aplicada ao Agronegócio	NEFG36	3	60	-	60	50

Fonte: IFRO – Campus Cacoal.

1.6.8 Ementário das disciplinas optativas

PLANO DE DISCIPLINA		
Curso: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA		
Disciplina: Ecologia		Código:NEFG26
CH Teórica: 40	CH Prática:	CH Total: 40
Núcleo de Formação: NEFG		Período: Optativa
Disciplinas Pré-requisito:		
Ementa:		
Conceituação de ecologia, organismos e meio ambiente. Estrutura, função e diversidade dos ecossistemas. Interação entre espécies. Extinção, conservação e sucessão ecológica de espécies animais. Aspectos gerais de saneamento do meio, poluição do ambiente e métodos de controle de poluição. Abastecimento e tratamento de água. Tratamento de esgotos e dejetos animais em locais não servidos pela rede pública. Relação entre meio ambiente, ecologia e as atividades da pecuária e do processamento dos produtos de origem animal. Impactos ambientais, desenvolvimento econômico e ecologia global.		
Referências Bibliográficas Básicas		
ODUM, E.P., Ecologia. 6. Ed. Editora FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN, Rio de Janeiro. 2001.		
CAIN, M. L.; BOWMAN,W. D. HACKER, S. D. Ecologia. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2018.		
TOWNSEND, C.R., BEGON, M., HARPER, J.L. Fundamentos em ecologia. Porto Alegre:Artmed Editora. 2009.		
Referências Bibliográficas Complementares		
ALTIERI, M. Agroecologia: A dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 5ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009. 120p.		
AQUINO, A. M.; ASSIS, R.L. Agroecologia: Princípios e técnicas para uma agriculturaorgânica sustentável. EMBRAPA, 2005. 517p.		
GLIESSMAN, S. Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável. 4 ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009. 658p.		
PENTEADO, S.R. (Ed.). Adubação naagricultura ecológica: cálculo e recomendação numa abordagem simplificada. Campinas: Via Orgânica, 2007.168p.		
PENTEADO, S.R. (Ed.). Adubos verdes e produção de biomassa: melhoria e recuperação dos solos. Campinas: ViaOrgânica, 2007. 170p.		
CAIN, M. L.; BOWMAN,W. D. HACKER, S. D. Ecologia. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2018.		
Pinto-Coelho, Ricardo M. Fundamentos em ecologia. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2000.		

Reis, Agnes C., D. et al. Ecologia e análises ambientais. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2020.

PLANO DE DISCIPLINA		
Curso: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA		
Disciplina: Inglês Instrumental		Código: NEFG27
CH Teórica: 40	CH Prática:	CH Total: 40
Núcleo de Formação: NEFG		Período: Optativa
Disciplinas Pré-requisito:		
Ementa:		
Desenvolvimento das habilidades de compreensão oral e escrita e das funções comunicativas com atividades de prática de comunicação em situações contextualizadas. Desenvolvimento das estruturas necessárias à leitura e compreensão de textos técnicos da área de interesse dos alunos (negócios). Introdução às habilidades de compreensão e produção oral e escrita por meio de funções sociais e estruturas básicas da língua (Simple Present Tense, Frequency adverbs). Introdução de vocabulário básico de forma contextualizada (Numbers and hours). Expressões utilizadas nas diferentes situações de uso da língua (Simple questions and answers forms, polite questions and responses, telling the time) e estudo dos aspectos culturais (greetings, socializing, introducing people).		
Referências Bibliográficas Básicas		
AMOS, Eduardo; PRESCHER, ELizabeth. The Richmond Simplified Grammar of English . Richmond: Publishing, 2009. 4th Edition.		
MURPHY, R. Essential Grammar in Use . Cambridge University Press: 2012, 4th Edition.		
MUNHOZ, Rosângela. Inglês instrumental: estratégias de leitura, módulo I. 3. Ed. São Paulo: Heccus, 2018.		
Referências Bibliográficas Complementares		
AFAELA F. Drey; ISABEL C. T. Selistre; TÂNIA A. Inglês: prática de leitura e escrita. Porto Alegre: Penso, 2015. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788584290314/pageid/1 .		
HALLIDAY, M. A. K; MATTHIESSEN, C. M. I. M. An Introduction to Functional Grammar . 3.ed. London: Arnold, 2004. Disponível em: https://www.taylorfrancis.com/books/mono/10.4324/9780203783771/introduction-functional-grammar-halliday-christian-matthiessen-michael-halliday-christian-matthiessen .		
OXFORD. Dicionário escolar para Estudantes Brasileiros . Oxford: OUP, 2005.		
SOUZA, Adriana Grade Fiori (et al). Leitura em língua inglesa: uma abordagem instrumental . 2. ed. São Paulo: Disal, 2005.		
VILAS BOAS, Isabela de Freitas Villas. Teaching efl Writing: a Practical Approach for Skills-Integrated Contexts - 1ªed. São Paulo: Cengage Learning BR, 2017. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522127818/pages/recent .		

Curso: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA		
Disciplina: Espanhol Instrumental		Código: NEFG28
CH Teórica: 40	CH Prática:	CH Total: 40
Núcleo de Formação: NEFG		Período: Optativa
Disciplinas Pré-requisito:		
Ementa:		
Leitura e interpretação de texto em língua espanhola visando à identificação dos tipos de textos com temas voltados ao curso (Agronegócio), bem como os estudos dos aspectos gramaticais, como: Estruturas linguísticas, fonéticas (fonemas x grafema), falsos cognatos, produção oral, acentuação, verbos de comunicação, vocabulário (itens lexicais), apreensão da estrutura geral do texto, identificação da função comunicativa dos diferentes tipos de textos, busca de informação específica e tradução.		
Referências Bibliográficas Básicas		
FANJUL, Adrián(org.). Gramática y práctica de Español para brasileños. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2014. REGUEIRO, Valmaseda; ANGEL, Miguel. Michaelis Espanhol gramática prática. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 2010. MILANI, E. M. Gramática de espanhol para brasileiros. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.		
Referências Bibliográficas Complementares		
GONZALEZ HERMOSO, A. Conjugar es fácil en español de España y América. 2 ed. Madrid: Edelsa, 1997. GRETEL, Fernández, Eres. Gêneros textuais e produção escrita : teoria e prática nas aulas de espanhol como língua estrangeira. São Paulo: IBE, 2012 MERCEDES, Fontecha. 2020 verbos españoles. 1 ed. Madrid: Santillana Educación, 2010. VALES. J. C., MELÉNDEZ. B. B. Dichos y Frases hechas Madrid: Libsa, 2002. WAQUIL, Marina Leivas. Gramática histórica da língua espanhola. 1 ed. Porto Alegre: SAGAH, 2018.		

PLANO DE DISCIPLINA		
Curso: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA		
Disciplina: Políticas agrícolas e Desenvolvimento Regional		Código: NEFG29
CH Teórica: 40	CH Prática:	CH Total: 40
Núcleo de Formação: NEFG		Período: Optativa
Disciplinas Pré-requisito:		
Ementa:		
Política agrícola para o meio rural: política agrícola e política agrária. Instrumentos de política agrícola: preços mínimos, controle da oferta; estoques reguladores; subsídios, impostos, preços máximos; evolução da política agrícola no Brasil. Conjuntura do agronegócio. Política de reforma agrária na sociedade brasileira e sua herança histórica. O ciclo de desenvolvimento brasileiro, as características do modelo agrário exportador e o processo de industrialização brasileira. Teorias do desenvolvimento e do subdesenvolvimento.		
Referências Bibliográficas Básicas		
FURTADO, C. Formação Econômica do Brasil. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.		

SANTOS, Antônio Carlos Alves, D. et al. **Integração Econômica Regional**. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Saraiva, 2013.

ORTEGA, Antônio César. **Território, políticas públicas e estratégias de desenvolvimento**. 2 ed. Campinas – SP: Alínea, 2015.

Referências Bibliográficas Complementares

BATALHA, Mario Otávio. (Coord.). **Gestão Agroindustrial**. GEPAI Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais. 5. ed. São Paulo: atlas, 2012. v. 1.

BERTOLLO, Mait, et al. Geografia Agrária. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2020.

STÉDILE, J. P. C. (Org.). **A questão agrária no Brasil**. O debate tradicional: 1500-1960. V. 1. São Paulo: Expressão Popular, 2005. Disponível em: <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2014/10/A-Quest%C3%A3o-Agr%C3%A1ria-no-Brasil-2.pdf>

ALMEIDA, Jalcione. A modernização da agricultura. 1. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2011. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopqdr/downloadsSerie/derad014.pdf>.

PLANO DE DISCIPLINA		
Curso: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA		
Disciplina: Ética, Sociedade e Cultura		Código: NEFG30
CH Teórica: 40	CH Prática:	CH Total: 40
Núcleo de Formação: NEFG		Período: Optativa
Disciplinas Pré-requisito:		
Ementa:		
Natureza e Cultura. Paradigmas da relação Homem/Natureza. Estado e Cidadania. Ética, Sociedade e Sustentabilidade.		
Referências Bibliográficas Básicas		
BARSANO, Paulo, R. e Rildo Pereira Barbosa. Gestão Ambiental . Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Saraiva, 2017.		
BAUMAN, Zygmunt. Ética pós-moderna . São Paulo: Paulus, 1997.		
CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.		
Referências Bibliográficas Complementares		
BAUMAN, Zygmunt. Ética pós-moderna . São Paulo: Paulus, 1997.		
CAPRA, Fritjof. O ponto de mutação . São Paulo: Cultrix, 1997. Disponível em: https://www.kennaz.com.br/baixar/arquivos/24-pontodemutacao-arquivo.pdf		
EAGLETON, Terry. A Idéia de Cultura . São Paulo: UNESP, 2005. Disponível em: https://culturasantanna.files.wordpress.com/2015/03/a-ideia-de-cultura-terry-eagleton.pdf .		
LIMA, Luiz Costa. Teoria da cultura de massa . São Paulo: Paz e Terra, 2002. Disponível em: https://doceru.com/doc/e801x8n .		

PLANO DE DISCIPLINA		
Curso: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA		
Disciplina: Meio Ambiente e Sustentabilidade		Código: NEFG31
CH Teórica: 40	CH Prática:	CH Total: 40
Núcleo de Formação: NEFG		Período: Optativa
Disciplinas Pré-requisito:		

Ementa:		
Princípios de Ecologia Geral. Meio Ambiente e Recursos Naturais. Desenvolvimento Sustentável: Perspectivas histórica e teórica. Principais doutrinas e teorias econômicas do estudo do meio ambiente. Conceitos e classificação dos Recursos Naturais. Meio Ambiente e poluição. Utilização responsável de insumos e recursos naturais. Utilização de subprodutos na produção. Certificação ambiental. Métodos e modelos de valoração ambiental. Instrumentos de política ambiental: teoria e aplicações no mundo. Meio ambiente e comércio internacional. Tendências da questão ambiental no Brasil e no mundo.		
Referências Bibliográficas Básicas		
PHILIPPI Jr., Arlindo; PELICIONI, Maria Cecília Focesi. (Eds) Educação ambiental e sustentabilidade. 2. ed rev. e atual. Barueri, SP: Manole, 2014. 1006 p. (Coleção Ambiental, v.14) PEREIRA, Adriana Camargo; SILVA, Gibson Zucca da; CARBONARI, Maria Elisa Ehrhardt. Sustentabilidade, responsabilidade social e meio ambiente. São Paulo: Saraiva, 2011. 216p. ROSA, André Henrique; FRACETO, Leonardo Fernandes; MOSCHINI-CARLOS, Viviane. (Organizadores). Meio ambiente e sustentabilidade. Porto Alegre: Bookman, 2012. 407 p.		
Referências Bibliográficas Complementares		
OLIVEIRA, Sonia Valle Walter Borges de; LEONETI, Alexandre; CEZARINO, Luciana Oranges. Sustentabilidade: princípios e estratégias. Barueri, SP: Manole, 2019. 285 p. (Série sustentabilidade / coordenador Arlindo Philippi Junior) KOHN, Ricardo. Ambiente e sustentabilidade: metodologias para gestão. 1. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015. 599 p. RONEI, Tiago S.; PIRES, Anderson S.; GIACOMELLI, Cinthia L F.; ELTZ, Magnum Koury de Figueiredo; MIRANDA, Thais. Meio ambiente. Porto Alegre: Grupo A, 2018. 9788595025738. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595025738/. Acesso em: 04 ago. 2022. BARSANO, Paulo Roberto; BARBOSA Rildo Pereira. Meio ambiente: guia prático. 3. ed. São Paulo: Érica, 2019. 264 p. HADDAD, Paulo R. Meio ambiente, planejamento e desenvolvimento sustentável. [Digite o Local da Editora]: Editora Saraiva, 2015. 9788502636798. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502636798/.		

PLANO DE DISCIPLINA		
Curso: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA		
Disciplina: Sociologia Rural		Código: NEFG32
CH Teórica: 40	CH Prática:	CH Total: 40
Núcleo de Formação: NEFG		Período: Optativa
Disciplinas Pré-requisito:		
Ementa:		
Contexto histórico do surgimento da sociologia. As correntes teóricas do pensamento sociológico. A questão agrária e agrícola no Brasil. Concentração fundiária no Brasil. Agroindústria, pequena produção e agricultura familiar. Movimentos sociais no campo. Desenvolvimento, Modernização e Dualismo. Fundamentos da Extensão Rural. Mudança social. Metodologia da Extensão Rural. Comunicação e Mudança Social. Difusão de Inovações e Desenvolvimento de Comunidades Rurais.		

Referências Bibliográficas Básicas		
LAKATOS, Eva Maria. Sociologia geral . Marconi, Marina de Andrade (aut.). Atlas. 7. ed. rev. São Paulo – SP. 1999. 373 p.		
ALZUGARAY, Domingo.; ALZUGARAY, Cátia. Vida Rural . Tres. São Paulo. 2002. 126 p.		
FROEHLICH, José Marcos.; DIESEL, Vivien. (org.). Desenvolvimento rural: tendências e debates contemporâneos . Unijuí Editora. Ijuí – RS.		
Referências Bibliográficas Complementares		
BERTOLO, Mait; DANTAS, Jhonatan dos S.; XAVIER, Ana C F.; TROMBETA, Letícia R. Geografia Agrária . Grupo A, 2020. 9786556900551. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786556900551/ .		
ALMEIDA, Jalcione.; NAVARRO, Zander (Orgs). Reconstruindo a agricultura: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável . Estudos Rurais. UFRGS. Porto Alegre. 2009. 309 p.		
JONER, Carla (coord). Retratos do Brasil Rural . Feira Nacional da Agricultura Familiar. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília – DF. 232 p.		

PLANO DE DISCIPLINA		
Curso: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA		
Disciplina: Topografia		Código: NEFG33
CH Teórica: 30	CH Prática: 30	CH Total: 60
Núcleo de Formação: NEFG		Período: Optativa
Disciplinas Pré-requisito:		
Ementa:		
Introdução à topografia. Equipamentos topográficos. Localização na superfície terrestre. Escalas. Grandezas lineares e angulares no levantamento topográfico. Tipos de erros. Planimetria: aplicação e tipos de levantamentos topográficos planimétricos. Altimetria: nivelamento trigonométrico, nivelamento geométrico simples e composto, noções básicas de plantio em nível e terraceamento. Goniometria: rumos e azimutes. Taqueometria. Desenho topográfico. Sistematização de terras.		
Referências Bibliográficas Básicas		
CASACA, J.M.; MATOS, J.L. DIAS, J.M.B. Topografia geral. 4 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2007. 216p.		
GONÇALVES, José Alberto; MADEIRA, Sérgio; SOUSA, J. João. Topografia: conceitos e aplicações. Lisboa: LIDEL, 2012.		
MCCORMAC, Jack; SARASUA, Wayne; DAVIS, Guilherme. Topografia, 6ª edição. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2016. 9788521630807. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788521630807/ . Acesso em: 03 jun. 2022.		
SARAIVA, S.; TULER, M. Fundamentos de Topografia. 1. ed. Porto Alegre, RS: Bookman, 2014. 304 p.		
Referências Bibliográficas Complementares		
BORGES, A.C. Exercícios de topografia. 3. ed. São Paulo, Edgard Blucher, 2001. 192p.		
BORGES, A.C. Topografia. Vol. 2. São Paulo, Edgard Blucher, 1992. 232p.		
CORREA, Marques P. Topografia e Geoprocessamento. Porto Alegre: Grupo A, 2017. 9788595022713. Disponível em:		

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#!/books/9788595022713/>. Acesso em: 03 jun. 2022.

DAIBERT, João D. Topografia: Técnicas e Práticas de Campo. São Paulo: Editora Saraiva, 2015. 9788536518817. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#!/books/9788536518817/>. Acesso em: 03 jun. 2022.

SAVIETTO, Rafael. Topografia Aplicada. Porto Alegre: Grupo A, 2017. 9788595020795. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#!/books/9788595020795/>. Acesso em: 03 jun. 2022.

PLANO DE DISCIPLINA		
Curso: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA		
Disciplina: Legislação agrária e ambiental		Código: NEFG34
CH Teórica: 60	CH Prática:	CH Total: 60
Núcleo de Formação: NEFG		Período: Optativa
Disciplinas Pré-requisito:		
Ementa:		
Conceitos básicos da legislação agrária e ambiental, Estatuto da Terra, Estatuto do trabalhador rural, Direito ambiental e seus princípios informadores, meio ambiente natural e artificial; Sistema Nacional do Meio Ambiente; Formas de proteção da flora, fauna e recursos hídricos; Responsabilidade; Biotecnologia, Licenciamento.		
Referências Bibliográficas Básicas		
MARQUES, Benedito F.; MARQUES, Carla Regina S. Direito Agrário Brasileiro, 12 ^a edição. Grupo GEN, 2016. 9788597009118. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#!/books/9788597009118/ . Acesso em: 30 mai. 2022.		
NETO, Antônio José de M. Curso de direito agroambiental brasileiro. Editora Saraiva, 2018. 9788553601929. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#!/books/9788553601929/ . Acesso em: 30 mai. 2022.		
SIRVINSKAS, Luís Paulo. Manual de Direito Ambiental. – 16 ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2018.		
Referências Bibliográficas Complementares		
BELTRÃO, Antônio F. G. Direito Ambiental. 3. ed. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2011.		
HAVRENNE, Michel. Direito Agrário. (Coleção Método Essencial). Grupo GEN, 2022. 9786559644865. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#!/books/9786559644865/ . Acesso em: 30 mai. 2022.		
IBRAHIM, Francini Imene D.; BARBOSA, Rildo P.; BARSANO, Paulo R. Legislação Ambiental. Editora Saraiva, 2016. 9788536528311. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#!/books/9788536528311/ . Acesso em: 30 mai. 2022.		
PHILIPPI JR., Arlindo; PELICIONI, Maria Cecília Focesi. [Editores]. Educação Ambiental e Sustentabilidade. (Coleção Ambiental; 3). Barueri, São Paulo: Manole, 2005.		
ZAVALLIA, Lisiane S.; MARSON, Isabele Cristiana I.; RANGEL, Juliana O. Biotecnologia. Grupo A, 2018. 9788595026698. Disponível em:		

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595026698/>. Acesso em: 30 mai. 2022.

PLANO DE DISCIPLINA		
Curso: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA		
Disciplina: Cooperativismo e Associativismo		Código: NEFG35
CH Teórica: 60	CH Prática:	CH Total: 60
Núcleo de Formação: NEFG		Período: Optativa
Disciplinas Pré-requisito:		
Ementa:		
Associativismo X Cooperativismo – histórico e importância. Estrutura e funcionamento das organizações do meio rural: cooperativas, sindicatos e associações. A cooperação /associativismo. Sindicatos rurais: trabalhadores e empregadores. Condomínio rural. Cooperativas: funções, objetivos e ramos cooperativos. Órgãos sociais: assembleia geral, conselho administrativo e conselho fiscal. Cooperativas comerciais.		
Referências Bibliográficas Básicas		
CENZI, Neri Luiz. Cooperativismo: desde as origens ao projeto de lei de reforma do sistema cooperativo brasileiro . Juruá Editora. Curitiba – PR. 2012. 171 p.		
GEDIEL, José Antônio. (org.) Os caminhos do cooperativismo . Ed. UFPR. Curitiba – PR. 2001. 176 p.		
CALLADO, Antônio André Cunha (org.) Agronegócio . Atlas. São Paulo. 2009. 184 p.		
Referências Bibliográficas Complementares		
POLÔNIO, Wilson A. Manual das sociedades cooperativas, 4ª edição . GEN, 2004. 9788522472956. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522472956/ .		
BÜTTENBENDER, Pedro L. Gestão de Cooperativas: Fundamentos, Estudos e Práticas . Editora Unijuí, 2011. 9788541902823. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788541902823/ .		
DA STEIN, Ronei T.; MALINSK, Alan; SILVA-REIS, Cristiane Mendes; et al. Cadeias produtivas do agronegócio II . [Digite o Local da Editora]: Grupo A, 2020. 9786581492748. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786581492748/ .		

PLANO DE DISCIPLINA		
Curso: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA		
Disciplina: Economia aplicada ao Agronegócio		Código: NEFG36
CH Teórica: 60	CH Prática:	CH Total: 60
Núcleo de Formação: NEFG		Período: Optativa
Disciplinas Pré-requisito:		
Ementa:		
Funcionamento dos mercados: demanda, oferta, preços e equilíbrio. Determinantes da demanda e da oferta de produtos agropecuários. Elasticidades e suas aplicações. Excedente do consumidor e do produtor, eficiência de mercado e políticas governamentais de controle de preços. Controle de preços de produtos agropecuários		

e políticas de estoques reguladores. Teoria do consumidor: restrição orçamentária, teoria ordinal da utilidade, maximização do consumidor, demanda do consumidor. Teoria da produção: tecnologia e função de produção, custos, maximização do lucro, minimização do custo, oferta da firma. Estruturas de mercado: concorrência perfeita, concorrência imperfeita, oligopólio e monopólio. Organização industrial no agronegócio. Mercados de commodities. A importância do planejamento para as organizações. Conceito de planejamento estratégico. Desafios para a estratégia. Propósitos da organização. Análise do ambiente interno. Análise do ambiente externo. Gestão estratégica. Formulação da estratégia.

Referências Bibliográficas Básicas

MENDES, Judas Tadeu Grassi. **Agronegócio: uma abordagem econômica**. Pearson/Prentice Hall. 2007. 369 p.
YUNUS, Muhammad. **Criando um negócio social: como iniciativas economicamente viáveis podem solucionar os grandes problemas da sociedade**. Elsevier. 2010. 220 p.
SAVOIA, José Roberto Ferreira (coord). **Agronegócio no Brasil: uma perspectiva financeira**. Saint Paul. São Paulo – SP. 173 p.

Referências Bibliográficas Complementares

ARAÚJO, Massilon J. **Fundamentos de agronegócios**. Atlas. São Paulo. 2013. 175.
BATALHA, Mário Otávio (coord). **Gestão do Agronegócio: textos selecionados**. EduFSCar. São Carlos. 2009. 465 p.
ANDREOLI, Cleverson V.; JR., Arlindo P. **Sustentabilidade no agronegócio**. Editora Manole, 2021. 9786555762723. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555762723/>.
MALINSK, Alan. **Cadeias produtivas do agronegócio I**. Grupo A, 2018. 9788595024694. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595024694/>.
DA STEIN, Ronei T.; MALINSK, Alan; SILVA-REIS, Cristiane Mendes; et ai. **Cadeias produtivas do agronegócio II**. Grupo A, 2020. 9786581492748. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786581492748/>.
MALINSK, Alan. **Cadeias produtivas do agronegócio III**. Grupo A, 2019. 9788595029309. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595029309/>.

1.6.9. Estratégias de Desenvolvimento de Atividades Não Presenciais ou Semipresenciais

A PORTARIA Nº 2.117, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2019, trouxe a prerrogativa que permite por lei, que 40% do curso de graduação sejam ministrados na modalidade semipresencial, entretanto pela RESOLUÇÃO Nº 87/CONSUP/IFRO, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016 que dispõe sobre o Regulamento da Organização Acadêmica dos Cursos de Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO (ROA), é permitido até 20%. Sob essa prerrogativa, o curso de Licenciatura em Geografia, poderá ter até 20% da carga horária semipresencial, devendo estas atividades estarem previstas no(s) plano(s) de disciplina, bem como

registradas no diário de classe e ficará a cargo da Coordenação do Curso essa operacionalização, que poderá ser usado em uma disciplina inteira desde que não ultrapasse os 20% ou partes de diversas disciplinas.

1.7. Metodologia

A Licenciatura em Geografia tem como objetivo a formação de profissionais docentes capacitados ao exercício do magistério da ciência geográfica, e além disso, exercer seu papel como estimulador, em seus discentes, da criticidade do mundo em que vivem, relacionando os processos globais com as dinâmicas locais, bem como entendendo as transformações naturais e do meio ambiente. Para tornar-se este profissional, o discente do curso de Licenciatura em Geografia deverá obter conhecimentos específicos de geografia, além das demais áreas afins, como: Filosofia, Sociologia, História, Pedologia e etc. No entanto, somente o conhecimento específico não é suficiente, pois o professor necessita de um conhecimento específico da docência, sendo necessário a aprendizagem de conteúdos pedagógicos, que complementarão a formação do professor de geografia.

Acompanhando essa proposta, as metodologias visam ao rigor, à solidez e à integração dos conhecimentos teóricos e práticos, voltados para a formação do profissional docente e do cidadão. O objetivo é levar os discentes a **aprender a aprender** que engloba **aprender a ser, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a conhecer** (UNESCO, 2010), garantindo a formação de profissionais com autonomia e discernimento para assegurar a integralidade da atenção e a qualidade e humanização do atendimento prestado ao indivíduo e à coletividade, obtendo a capacidade de ensinar com qualidade seus futuros alunos, formando novos cidadãos críticos e conscientes sobre as dinâmicas socioespaciais do nosso planeta.

A construção de um projeto apoiado em relações democráticas previstas na concepção do curso fica garantida nas metodologias participativas e integradoras, tais como trabalhos em grupos e aulas dialogadas.

As pesquisas e os seminários levam a formação de profissionais que possam também produzir novos conhecimentos, aliando a teoria à prática por meio da observação e da análise da realidade educacional brasileira. A concepção do curso contempla o indivíduo na condição pós-moderna, ou seja, em uma sociedade fluída e globalizada, envidando a formação do conhecimento, aprendendo a lidar com o

avanço da ciência, da tecnologia de forma integral e a olhar para o novo homem de forma holística.

Essa visão da educação, que tem por objetivo despertar a consciência do ser humano e sua relação com o mundo que o cerceia, é contemplada por intermédio das metodologias que favoreçam não apenas o saber, mas o saber pensar e o intervir.

No IFRO, caberá a cada professor a seleção de metodologias e instrumentos de ensino que, condizentes com a sua área, busquem atender aos objetivos propostos pelo componente curricular, de forma a desenvolver as competências e habilidades esperadas para o egresso.

No seu fazer pedagógico, o professor deverá estar mais preocupado em formar competências, habilidades e disposições de conduta do que com a quantidade de informações.

Ao escolher as estratégias de ensino, sugere-se que elas sejam as mais diversificadas possíveis, sendo que o planejamento acadêmico deve assegurar, em termos de carga horária e de planos de estudos, o envolvimento do aluno em atividades, individuais e em equipe, que incluam, entre outros:

- aulas expositivas/dialogadas;
- aulas práticas experimentais em laboratório ou em campo;
- leitura e discussão de textos;
- pesquisas;
- estudos e trabalhos em grupo;
- exercícios de interpretação de textos;
- dinâmicas de grupo;
- seminários temáticos;
- debates;
- elaboração de projeto de pesquisa;
- pesquisa teórica/bibliográfica;
- análise da legislação;
- visitas técnicas em instituições conveniadas e outras;
- estudos de caso;
- aulas não presenciais (ANPs);
- Desenvolvimento dos Projetos Integradores e Extensão.

1.7.1. Concepção do Curso e Abordagens Pedagógicas

O Projeto Pedagógico do Curso visa proporcionar uma sólida formação com o propósito de formar um profissional generalista que valorize a interdisciplinaridade, que tenha autonomia no pensar e decidir e que seja capaz de atender as necessidades regionais e nacionais no âmbito de suas competências profissionais.

O curso de Licenciatura em Geografia propõe a formação de profissionais docentes que estejam aptos e qualificados para atuar na prática do magistério, contribuindo para a formação de cidadãos críticos e atentos às dinâmicas socioespaciais. Assim, a relação entre professor-aluno deverá dar-se de forma aberta, relacionando os conteúdos específicos da geografia com as demais áreas e com a pedagogia, resultando em um novo profissional capacitado para a docência e com ampla visão de mundo.

A formação desse profissional visa atender uma importante demanda da região, visto que o único curso presencial em Geografia está localizado no município de Porto Velho, aproximadamente 500km de Cacoal, resultando em baixa quantidade de professores dessa área no município e em toda sua microrregião, sendo que grande parte dos professores que lecionam essa disciplina nas escolas, tem formação em outras áreas. Dessa forma, em conformidade com o Plano Nacional de Educação (PNE), o IFRO acredita que “o Brasil só será verdadeiramente independente quando todos os seus cidadãos tiverem acesso a uma Educação de qualidade”. Assim o sendo, o IFRO contribui para o movimento Todos pela Educação, citado no texto do PNE, procurando sanar as necessidades de formação profissional no âmbito de sua região de abrangência.

Portanto, o curso a ser ofertado pelo IFRO – *Campus Cacoal*, tem como concepção a formação qualificada de profissionais licenciados em Geografia, atendendo uma demanda da região e contribuindo para que no futuro, esses profissionais possam fazer a diferença no mercado de trabalho, contribuindo para a melhoria da qualidade na educação.

1.7.2. Transversalidade no Currículo

Para falar de transversalidade no currículo é importante antes falar de temas transversais com perspectiva para aqueles que nortearam as discussões nas Diretrizes Curriculares Nacionais. A Ética, o Meio Ambiente, a Pluralidade Cultural, os Direitos Humanos, a Saúde, a Orientação Sexual, a Diversidade, o Trabalho e o

Consumo são alguns dos temas que devem ser incorporados ao currículo de um curso.

Nem todos os temas acima mencionados puderam ser incorporados de forma transversal nas disciplinas do curso em questão. Neste caso, o Núcleo Docente Estruturante optou por incluir os temas mais urgentes entre os conteúdos de algumas disciplinas chaves, a exemplo de Educação Ambiental com uma disciplina específica, além de outras que abordam esse tema; Direitos Humanos e Diversidade também com uma disciplina específica; Pluralidade Cultural na disciplina de Antropologia; e O Trabalho e o Consumo na disciplina de Geografia Econômica.

Os demais temas de importância social, cultural e humanística deverão permear o currículo deste curso por intermédio da participação dos discentes em seminários, cursos, minicursos, debates, palestra, projetos de pesquisa e extensão e em outros eventos que poderão ser aproveitados para integrar as 200 horas de atividades complementares a serem integralizadas ao longo do curso.

Os temas transversais tratados ao longo do curso, depois de receberem o devido e necessário tratamento pedagógico, servirão como apoio na formação de um egresso que, além dos saberes específicos, também seja capaz de desenvolver competências e habilidades humanísticas, sociais, culturais e ambientais.

1.7.3. Prática Como Componente Curricular

No Curso de Licenciatura em Geografia, a prática como componente curricular é condição primordial para a formação do egresso tendo em vista as especificidades previstas nos objetivos deste projeto.

Além das horas de prática como instrumento de testagem, de fixação de conteúdos e de avaliação previstas na maioria das disciplinas, a matriz curricular contempla disciplinas destinadas quase que exclusivamente para o desenvolvimento de habilidades práticas por parte do egresso.

Ademais, o projeto pedagógico do curso prevê a possibilidade de o aluno desenvolver projetos integradores como exercício de prática e, a partir do final do 4º semestre, 160 horas de estágio curricular obrigatório no Ensino Fundamental e 240 horas de estágio curricular obrigatório no Ensino Médio como elemento de consolidação da prática.

1.7.4. Estratégias de Acompanhamento Pedagógico

As estratégias de acompanhamento pedagógico ao aluno deverão ocorrer desde o início e não poderão se restringir a um simples diagnóstico sem que haja a aplicação imediata de instrumentos de nivelamento quando for detectado qualquer desnível de um discente em relação à turma e de uma turma em relação ao curso.

Quando não forem aplicados instrumentos de diagnóstico, todos os professores e o coordenador do curso deverão ser antenas capazes de detectar e de encaminhar os alunos a um atendimento especializado quando esses portarem algum desnível que mereça atenção individualizada.

O docente é a primeira instância do acompanhamento pedagógico. Além de orientar o aluno com relação aos conteúdos de sua disciplina, também poderá influenciá-lo ensinando-o técnicas e métodos diversos para aprender.

O coordenador do curso é a segunda instância e, se não resolver os casos que julgar fora de sua competência, deverá encaminhá-los aos Núcleos Especializados, a exemplo do NAPNE que mantém uma equipe multidisciplinar capaz de dar o acompanhamento pedagógico ao discente.

1.7.5. Flexibilização Curricular

A matriz curricular do Curso de Licenciatura em Geografia foi constituída de forma a priorizar a integração entre ciência, tecnologia e formação profissional. Assim sendo, os conteúdos poderão articular-se e ser desenvolvidos por meio de disciplinas e de projetos integradores. A flexibilização curricular deve ser entendida de forma ampla e irrestrita, haja vista que ela pode ser dar de várias maneiras.

No âmbito deste curso a flexibilização deverá se dar da seguinte forma:

- a) Por meio da integralização de 200 horas de atividades complementares Acadêmico-Científico-Cultural, que poderão agregar novos e necessários conhecimentos ao aluno;
- b) Por intermédio mobilidade acadêmica na mais ampla acepção da palavra nos termos do Regulamento da Organização Acadêmica (Artigos 71 a 76).

1.7.6. Estratégias de Desenvolvimento de Atividades Não Presenciais ou Semipresenciais

A PORTARIA Nº 2.117, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2019 dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação

presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino. Ainda que essa portaria admita até 40%, o nosso ROA permite até 20%. Sob essa prerrogativa, o curso de Licenciatura em Geografia, poderá ter até 20% da carga horária semipresencial, devendo estas atividades estarem previstas no(s) plano(s) de disciplina, bem como registradas no diário de classe e ficará a cargo da Coordenação do Curso essa operacionalização, que poderá ser usado em uma disciplina inteira desde que não ultrapasse os 20% ou partes de diversas disciplinas.

1.7.7. Estratégias de Substituição excepcional de atividades presenciais por formato remoto durante o período da pandemia da Covid-19

Em atendimento ao proposto na RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2, DE 5 DE AGOSTO DE 2021, que institui Diretrizes Nacionais orientadoras para a implementação de medidas no retorno à presencialidade das atividades de ensino e aprendizagem e para a regularização do calendário escolar, considerando ainda os Pareceres CNE/CP nº 5/2020 e CNE/CP nº 11/2020, e a Resolução CNE/CP nº 2/2020, como também a Instrução Normativa do IFRO para o período excepcional da pandemia da Covid-19, em caráter excepcional vinculado à duração das medidas de contenção referentes à persistência de contágio da COVID-19, o curso de Licenciatura em Geografia poderá substituir atividades presenciais por atividades desenvolvidas em formato remoto, utilizando tecnologias da informação e comunicação, com previsão de adoção nas seguintes atividades:

I - adotar a substituição de disciplinas/componentes curriculares presenciais por atividades em formato remoto;

II - adotar a substituição de atividades presenciais relacionadas com a avaliação, processo seletivo, Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e aulas de laboratório, por atividades em formato remoto, considerando o modelo de mediação de tecnologias digitais de informação e comunicação adequado à infraestrutura e interação necessárias;

III - regulamentar as atividades complementares de extensão, bem como o TCC;

IV - organizar o funcionamento de seus laboratórios e de atividades preponderantemente práticas em conformidade com a realidade local, e a previsão de biossegurança e condições sanitárias previstos no Plano de Contingência do IFRO;

V - adotar atividades não presenciais de etapas de práticas e estágios, resguardando aquelas de imprescindível presencialidade;

VI - adotar, em formato remoto, a oferta de disciplinas/componentes curriculares teórico-cognitivos dos cursos;

VII - supervisionar estágios e práticas profissionais supervisionadas, preferencialmente em formato remoto, na exata medida das possibilidades de ferramentas disponíveis

VIII - definir a realização das avaliações na forma remota, conforme previsão da Instrução Normativa do IFRO para o período excepcional da pandemia da Covid-19;

IX - divulgar a estrutura de seus processos seletivos na forma não presencial, totalmente digital;

X - reorganizar os ambientes virtuais de aprendizagem e outras tecnologias disponíveis nas IES para atendimento do disposto nos currículos de cada curso;

XI - realizar atividades on-line síncronas e assíncronas, de acordo com a disponibilidade tecnológica;

XII - realizar avaliações e outras atividades de reforço do aprendizado, on-line ou por meio de material impresso entregue;

XIII - utilizar mídias sociais de longo alcance (WhatsApp, Facebook, Instagram etc.) para estimular e orientar estudos e projetos;

XIV - utilizar mídias sociais, laboratórios e equipamentos virtuais e tecnologias de interação para o desenvolvimento e oferta de etapas de atividades de estágios e outras práticas acadêmicas vinculadas, inclusive, a extensão.

No caso específico da Prática Profissional Supervisionada/PPS, em caráter excepcional em função da pandemia da Covid-19, a mesma poderá ser realizada utilizando tecnologias da informação e comunicação, sendo descrito todo o planejamento no Plano de Atividades do Estágio e registrado no relatório da atividade, conforme preconiza o Regulamento de Estágio do IFRO. (Se ocorrer estágio, inserir o termo Estágio Supervisionado)

No caso das atividades práticas que se desenvolvem no âmbito das disciplinas, quando ocorrer substituição, o planejamento será realizado nos planos de ensino de cada disciplina/componente, com a devida justificativa em função da excepcionalidade da pandemia da Covid-19, e o detalhamento das atividades em formato remoto que serão realizadas; sendo realizado os registros em diários de classe padrão.

1.7.8. Certificação de Conclusão de Curso e Certificação Intermediária

Após o cumprimento integral da matriz curricular que compõe o curso, será conferido ao egresso o Diploma de Licenciado em Geografia, a ser registrado conforme o Regulamento de Certificados e Diplomas do IFRO.

Só serão concedidos os diplomas de habilitação aos alunos que concluírem todas as disciplinas e práticas profissionais previstas para o curso, incluindo-se estágios, atividades complementares e trabalhos de conclusão de curso, dentro do período de integralização previsto, conforme legislação vigente.

O NDE decidiu por não ter neste projeto a certificação intermediária, pois a distribuição das disciplinas na matriz curricular não possibilita este tipo ação.

1.7.9. Critérios de Aproveitamento de Estudos e de Certificação de Conhecimentos

O aproveitamento de estudos dever-se-á nos termos do Regulamento da Organização Acadêmica (IFRO, 2016):

Art. 119. Aproveitamento de estudos é a prática de reconhecimento e aceitação de estudos concluídos em uma ou mais disciplinas, com resultado suficiente para promoção atestada por instituições de ensino reconhecidas legalmente, e poderá ocorrer de forma:

I - Parcial, quando os estudos realizados na instituição de origem não contemplarem, no mínimo, 75% dos conteúdos ou da carga horária da disciplina no projeto pedagógico do curso de destino.

II - Total, quando os estudos realizados na instituição de origem contemplarem, no mínimo, 75% dos conteúdos e da carga horária da disciplina no projeto pedagógico do curso de destino.

§ 1º. O aproveitamento de estudos, quando requerido pelo aluno e deferido pelo IFRO, leva à dispensa da necessidade de cursar aquelas disciplinas ou conteúdos cujos estudos foram aproveitados.

§ 2º. O aproveitamento parcial de estudos requer complementação.

Art. 120. O aproveitamento de disciplinas concluídas com êxito, para fins de complementação de estudos, só poderá ser requerido dentro do prazo de integralização do curso ao qual se refere.

Art. 121. Em qualquer caso de aproveitamento, deverá constar na ficha individual do aluno beneficiado o local em que houve a conclusão das disciplinas e a nota obtida, bem como a menção de que se trata de disciplinas com aproveitamento de estudos realizados em outra instituição.

Art. 122. Estudos realizados em disciplinas com nomenclatura diferente daquelas para as quais se requer o aproveitamento podem ser aceitos, desde que se respeitem os princípios relativos a conteúdos e carga horária de equivalência definidos neste Regulamento.

Art. 123. Podem ser aproveitados conteúdos de duas ou mais disciplinas em uma ou de uma disciplina em duas ou mais, desde que haja a devida equivalência prevista nos termos do artigo anterior.

Art. 124. Não pode haver aproveitamento para atividades acadêmicas específicas, tais como trabalho de conclusão de curso, estágio supervisionado e atividades complementares.

Art. 125. Os registros no histórico acadêmico serão processados da seguinte forma:

§ 1º. A nomenclatura e carga horária a serem registradas serão as relativas à disciplina equivalente no IFRO, conforme Projeto Pedagógico do Curso em questão.

§ 2º. Na hipótese de duas ou mais disciplinas da instituição de origem serem utilizadas em conjunto para o aproveitamento de estudos de uma única disciplina no IFRO, deverá ser registrada a maior nota entre as disciplinas aproveitadas.

§ 3º. Se necessário, o conceito final e/ou nota final de cada disciplina cursada na instituição de origem deverá ser convertido para o sistema próprio de avaliação vigente no IFRO. Quando se tratar de conceitos estes serão convertidos em notas tomando-se como parâmetros os termos médios.

§ 4º. No aproveitamento de estudos, as faltas computadas pela instituição de origem não serão registradas no histórico acadêmico.

Art. 126. Para a disciplina cujo estudo foi aproveitado, deverá constar no histórico acadêmico a sigla "AE", correspondendo à observação "Aproveitamento de Estudo".

Parágrafo único. Na observação do histórico acadêmico deverá constar: "Aproveitamento de estudos cursados na Instituição xxxx, conforme processo nºxx/20xx". (processo correspondente à solicitação do aluno e deliberação da Direção de Ensino).

Art. 127. No caso de aproveitamento parcial, o professor responsável pela disciplina deverá atribuir atividade complementar nos termos deste regulamento.

A certificação do conhecimento deverá ser feita também com base no que fora previamente consignado no Regulamento da Organização Acadêmica (IFRO, 2016) conforme o que se segue:

Art. 134. Entende-se por Certificação de Conhecimentos, a validação de conhecimentos adquiridos por meio de experiências previamente vivenciadas em diferentes instituições, inclusive no trabalho, a fim de alcançar a dispensa de disciplina(s) integrante(s) da matriz curricular do curso.

Art. 135. A Certificação de Conhecimentos será regida na forma da lei e por regulamentação própria no âmbito do IFRO.

1.8. Estágio Curricular Supervisionado

O Estágio é uma experiência centrada no desenvolvimento de competências profissionais e representa uma etapa de construção de conhecimentos e de cidadania. Considerado parte indissociável da formação docente, é um instrumento de integração entre teoria, prática, formação profissional e humana; que envolve etapas múltiplas, diferenciadas e sistemicamente conectadas e representa um importante passo na formação de pessoas preparadas para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

De acordo com a Lei nº 11.788, Art. 1º,

O Estágio Curricular é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

O estágio é uma ação que integra o itinerário formativo do licenciando, propiciando o aprendizado de competências próprias de atividade profissional e a contextualização curricular, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento acadêmico para a vida cidadã e para o trabalho.

1.9 Estágio curricular supervisionado – relação com a rede de escolas

No Curso de Licenciatura em Geografia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, o Estágio Curricular obrigatório será realizado em escolas da rede oficial de ensino, preferencialmente em escolas públicas do ensino básico; ou em espaços educativos, mediante convênios institucionais. É uma ação regulamentada e com a carga horária de 400 (quatrocentas) horas, planejada e operacionalizada através de uma ação conjunta entre os professores da área pedagógica e os professores de geografia, a fim de garantir uma formação completa ao futuro professor de geografia.

1.10 Estágio supervisionado – relação entre licenciados, docentes e supervisores da rede de escolas da educação básica

1.10.1. Supervisão e Orientação do Estágio Supervisionado

Os orientadores de estágio deverão ser servidores docentes pertencentes ao quadro de servidores permanentes do IFRO – *Campus* Cacoal graduados em Geografia ou áreas correlatas. Cabe ao orientador de estágio o acompanhamento direto das atividades em execução pelo estagiário e a manutenção de contatos frequentes com o profissional supervisor, para a avaliação do Estágio Supervisionado.

No local do Estágio Supervisionado, o estagiário deverá ter o acompanhamento de um profissional como supervisor, formado em Geografia ou em áreas correlatas, o qual será indicado pela escola/instituição.

1.10.2. Avaliação do Estágio Supervisionado

O parecer final do Estágio Supervisionado será dado pelo orientador de estágio após avaliar o “Relatório Final de Estágio”. Este relatório deverá conter a descrição das atividades realizadas pelo estagiário e o parecer assinado do profissional supervisor da concedente do estágio.

1.10.3. Orientador de Estágio

São atribuições do Orientador de estágio:

- Orientar e acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos dos alunos durante o Estágio;
- Manter contato constante com o supervisor de estágio no local do estágio;
- Indicar bibliografias e outras fontes de consultas;
- Avaliar os relatórios entregues pelos alunos e pela empresa, apresentando parecer à Coordenação de Estágio;

1.10.4. Supervisor

São atribuições do Supervisor:

- Apresentar o aluno estagiário à empresa e a empresa ao aluno;
- Orientar, acompanhar e organizar as atividades práticas do estagiário na empresa;
- Oferecer os meios necessários à realização de seus trabalhos com excelência;
- Manter contato constante com a Instituição;
- Encaminhar a Avaliação de Estágio no prazo estabelecido

1.10.5. Estagiário

São atribuições do Estagiário:

- Procurar estágio, quando não for ofertado pelo IFRO;
- Observar e cumprir os tramites de estágio orientados pelo CIEEC.
- Zelar pelo nome do Curso de Licenciatura em Geografia;
- Elaborar os Relatórios de Estágio;
- Cumprir os prazos de entrega dos Relatórios de Estágio.
- Providenciar documentação exigida, em cumprimento às exigências legais do IFRO, para a realização do estágio;
- Elaborar o plano de estágio apresentando-o pontualmente ao professor orientador;
- Comunicar ao orientador todo acontecimento relevante ao bom andamento do estágio;
- Comparecer pontualmente aos encontros previstos com o professor orientador para análise dos trabalhos e/ou discussão de eventuais dificuldades;
- Observar e cumprir as normas encaminhadas pelas coordenações de cursos e pelo Departamento de Extensão do IFRO;

1.10.6. Documento de Avaliação

Para que seja feita a avaliação do Estágio Supervisionado, o aluno deverá entregar ao professor Orientador todos os documentos exigidos pelo Departamento de Extensão, intermediado pelo CIEEC.

1.11 Estágio Curricular Supervisionado – relação teoria e prática

Como forma de possibilitar a relação entre a teoria estudada no decorrer do curso e a prática, o Estágio no Curso de Licenciatura em Geografia envolverá três grandes dimensões: Observação, Participação e Regência, organizadas e operacionalizadas conforme as ementas dispostas, após a conclusão do 4º semestre.

O período de observação, preparatório para o de regência, consiste em uma avaliação participativa em que o formando irá integrar-se ao cotidiano da escola para que possa familiarizar-se com o processo pedagógico real; com atenção à infraestrutura do local de estágio, ao projeto político-pedagógico da instituição e concedente e às atividades didáticas dos professores e alunos observados.

A participação é a segunda etapa do estágio o qual deverá ser dedicado outros 25% da carga horária do Estágio para as atividades de participação.

Envolvem todas as atividades em que o estagiário se coloca como um colaborador no desenvolvimento das ações dos professores como: planejamento de aulas; elaboração de projetos; execução de desenvolvimento educacional; execução do projeto institucionais já adotados pelas escolas, como o Mais Educação, o reforço escolar e outras formas de desenvolvimento; comemoração a datas históricas ou folclóricas e desenvolvimento de festas escolares.

A regência compreende atividades específicas de sala de aula em que o estagiário poderá aplicar habilidades próprias da profissão docente em Geografia sob orientação do professor orientador e supervisionado pelo professor supervisor do estágio.

Para a realização de todas as etapas do estágio o aluno deverá cumprir as determinações da Lei 11.788/08, do Regulamento de Estágio dos Cursos de Graduação instituído no IFRO, da Resolução N° 79/CONSUP/IFRO/2016, de 27 de dezembro de 2016 e dos Manuais e Projetos aprovados pelo Colegiado do Curso.

As formas de acompanhamento pedagógico desta prática estão orientadas nos Manuais e Projetos aprovados pelo Colegiado do Curso, respeitadas as orientações da Pró-Reitoria de Ensino.

Sobre o **Aproveitamento de experiência profissionais**, no curso de Licenciatura em geografia, de acordo o fundamento de valorização dos (as) profissionais da educação preconizado nas Leis 9394/96, 12.014/2009, 13.005/2014 e Diretrizes Curriculares Nacionais da Formação Inicial e Continuada, poderão ser aproveitadas a formação e as experiências anteriores, desenvolvidas em instituições de ensino, em outras atividades docentes ou na área da Educação.

No curso de supracitado poderão ser aproveitadas até 200 horas do estágio curricular supervisionado obrigatório, desde que a atividade docente dos profissionais da educação tenha sido realizada na área de formação e atuação na educação básica, conforme disposto nas especificações de estágio supervisionado previsto para o curso.

O aproveitamento deverá ser solicitado junto ao setor responsável, conforme o fluxo e documentação solicitados em Resolução específica do Estágio no IFRO; sendo necessário o parecer da Coordenação do Curso (ou de estágio) para deferir o aproveitamento.

Em relação à **Equiparação do Programa Residência Pedagógica**, no curso de licenciatura em Geografia, em atendimento à Política Nacional de Formação de Professores, baseada nas Leis 9394/96 e 13.005/2014, o Programa Residência Pedagógica equipara-se ao Estágio Obrigatório Supervisionado desde que as atividades tenham sido realizadas na área de formação e atuação na educação básica, observadas as cargas horárias destinadas à observação, participação e regência, conforme disposto na organização do Estágio Supervisionado deste curso, podendo ser a equiparação em modo total ou parcial, com necessidade de complementação.

A equiparação da Residência Pedagógica como estágio obrigatório supervisionado deverá ser solicitado junto ao setor responsável, conforme o fluxo e documentação solicitados em Resolução específica de Estágio no IFRO, sendo necessário o parecer da Coordenação do Curso (ou de estágio) para deferir a equiparação.

1.12 Estágio Não Obrigatório

Este Estágio não obrigatório pode ser feito desde o 1º período do curso, é opcional e realizado em áreas que possibilitem o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho, em áreas correlatas à Geografia. O aluno deve manter a matrícula e a frequência na instituição.

O Estágio não Obrigatório não tem carga horária mínima definida e deverá ser realizado nas áreas afins ao curso de forma a promover a integração à profissão escolhida.

A procura deste estágio é feita pelo próprio aluno. Todo processo de encaminhamento, registro e controle de estágio é intermediado pela Coordenação de Integração Empresa, Escola e Comunidade (CIEEC).

O aluno necessita elaborar os Relatórios de Estágio e cumprir os prazos de entrega destes relatórios. O estágio não obrigatório em área afim do curso consta como atividades complementares para o aluno.

1.13. Atividades Complementares

As atividades complementares integram o currículo do curso de Licenciatura em Geografia, correspondendo a 200 horas. Estas atividades possuem caráter acadêmico, técnico, científico, artístico, cultural, esportivo e de inserção comunitária e obedecem ao regulamento das atividades complementares aprovado pelo Conselho Superior.

Tais atividades têm como objetivo a formação de um profissional com conhecimento mais amplo, não restringindo apenas aos conhecimentos diretamente ligados à sua opção de curso.

Em função do caráter de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, atividades como iniciação científica, monitoria, participação em eventos, congressos, simpósios e visitas técnicas poderão ser contabilizadas como atividades complementares. Podem ainda ser desenvolvidas por meio de atividades práticas de campo e o reconhecimento das práticas profissionais vivenciadas no trabalho, conforme Resolução nº 87/CONSUP/IFRO de 30 de dezembro de 2016, que regulamenta as atividades complementares no IFRO.

Estas atividades devem ser cumpridas pelo aluno no período em que o mesmo estiver cursando as disciplinas da matriz curricular do curso, sendo um componente obrigatório para a conclusão do mesmo. As atividades deverão ser contabilizadas mediante a solicitação do aluno por meio de requerimento à Coordenação do Curso de Licenciatura em Geografia, instância para a qual pedirá a validação das atividades realizadas com os devidos documentos comprobatórios. Cada documento apresentado somente será contabilizado uma única vez e deverão ser registradas no histórico escolar do discente pela Coordenação de Registros Acadêmicos.

Serão consideradas como atividades dessa natureza as seguintes ações na área do curso ou áreas afins:

- ✓ Participação em conferências e palestras relacionadas à área de formação;
- ✓ Participação de cursos ou minicursos;
- ✓ A realização de cursos em língua estrangeira;
- ✓ Intercâmbios institucionais nacionais e internacionais;
- ✓ Participação em Encontro Estudantil;
- ✓ Participação nos programas de iniciação científica;
- ✓ Realização de monitoria;
- ✓ Realização de estágio extracurricular ou voluntário;
- ✓ Publicações de trabalhos em meio impresso ou eletrônico especializado na área de formação;
- ✓ Participação em visita-técnica;
- ✓ Realização de atividade de extensão na área do curso ou afim de assistência à comunidade;
- ✓ Participação em congressos ou seminários;
- ✓ Exposição de trabalhos;
- ✓ Participação em grupos ou núcleos de estudo e pesquisa;
- ✓ Participação como membro representante de discentes nas instâncias da Instituição ou de entidades estudantis;
- ✓ Participação como ouvintes em defesa de TCC;
- ✓ Participação na organização de eventos científico-tecnológicos e culturais;
- ✓ Disciplinas de outra matriz curricular de outros cursos de graduação cursadas em outras instituições de ensino superior ou em outro curso da mesma instituição.

1.14. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

O Trabalho de Conclusão de Curso – TCC – compreende a análise teórico-metodológico de caráter científico na área de formação do aluno, e será desenvolvido sobre um tema específico, não necessariamente inédito, envolvendo no mínimo as seguintes atividades básicas que definem suas etapas: elaboração de um projeto de pesquisa; aplicação do projeto; sistematização e apresentação dos resultados da pesquisa por meio de um artigo científico sob orientação do seu professor/orientador.

De acordo com a legislação vigente no IFRO, o TCC promove o desenvolvimento da capacidade de identificação de temáticas, formulação de problemas, elaboração de projeto de pesquisa, sendo que este deverá ser apresentado em Colóquio próprio organizado pela coordenação do curso no início do 7º período. Sua execução deve promover a utilização de métodos e técnicas, aplicação de procedimentos traçados, controle de planejamento, avaliação e apresentação de resultados, sendo realizado com rigor técnico-científico, por meio do qual o aluno demonstre domínio do conteúdo abordado e reflexão crítica sobre os resultados.

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é obrigatório e individual e tem conforme legislação do IFRO, os seguintes objetivos:

- ✓ promover a aplicação, de forma integrada, dos conhecimentos construídos no transcorrer do curso;
- ✓ desenvolver a capacidade de planejamento e a disciplina para identificar, analisar, discutir e propor soluções para problemas relativos aos campos de formação;
- ✓ despertar e/ou ampliar o interesse pela pesquisa científica;
- ✓ ampliar a construção do conhecimento, com especificidade e método, gerando produtos especializados, neste caso um artigo científico.

O TCC enquanto componente curricular obrigatório, compõe o Núcleo de Estudos Integrados na Matriz Curricular do curso de Licenciatura em Geografia e é operacionalizado através de uma carga horária total de 80 horas.

Sob orientação de um professor, o TCC será realizado de forma a integrar o conhecimento adquirido no conjunto de componentes apresentados no decorrer do curso. Os alunos deverão elaborar um projeto de pesquisa que deverá ser apresentado em Colóquio próprio organizado pela coordenação do curso no início do

7º período., enfocando de forma objetiva, aspectos inerentes ao curso em questão. O desenvolvimento deste trabalho deve possibilitar ao aluno a integração entre teoria e prática, verificando a capacidade de síntese das vivências do aprendizado adquiridas durante o curso.

O trabalho de conclusão de curso deve contemplar a aplicação de conteúdos específicos na investigação e solução de problemas que possa envolver inovação tecnológica, com aplicação das habilidades e competências inerentes à área de formação do aluno.

O TCC é um requisito curricular necessário à obtenção do título de Licenciatura em Geografia e o professor orientador deverá estar lotado no Departamento de Apoio ao Ensino. A avaliação final do TCC deve consistir da redação de um artigo científico e de uma defesa pública. Uma banca examinadora, designada pelo professor orientador e o tendo como presidente, deverá avaliar o projeto e a apresentação oral do mesmo, atribuindo uma nota entre 0 (zero) e 100 (cem). A ata de defesa do projeto deve ser obrigatoriamente preenchida pela banca examinadora e entregue ao Coordenador do Curso. Após as considerações realizadas pela banca examinadora, o aluno deve encaminhar a Coordenação do Curso 02 (duas) cópias impressas juntamente com a mídia digital, contendo o artigo científico, em prazo não superior a 30 dias.

O material entregue deve estar devidamente identificado com as seguintes informações: nome completo do aluno, matrícula do aluno, semestre de conclusão, data da apresentação pública, nome completo do(s) orientador(es) e da banca examinadora.

1.14.1. O Trabalho

Na prática, a montagem do trabalho parte da reflexão do problema levantado em sua proposta. O seu desenvolvimento requer um estudo minucioso e sistemático, com a finalidade de descobrir fatos novos ou princípios relacionados a um campo de conhecimento. Tais fatos e princípios serão selecionados, analisados e reelaborados de acordo com seu nível de entendimento.

A pesquisa exige operacionalidade e método de trabalho. Para tanto é necessário:

- Tema específico: Deve-se levar em conta a atualidade e relevância do tema, o conhecimento do pesquisador a respeito, sua preferência e aptidão pessoal para lidar com o assunto escolhido, apresentado na proposta de trabalho proposto.
- Revisão de literatura: Deve ser feito um levantamento da literatura já publicada sobre o assunto na área de interesse da pesquisa, a qual servirá de referencial para a elaboração do trabalho proposto.
- Justificativa: Aprofundamento da justificativa apresentada em um pré-projeto.
- Determinação dos objetivos geral e específicos: Embora haja flexibilidade, deverão ser seguidos os objetivos definidos na proposta do trabalho, podendo especificar outros sem mudança de foco.
- Metodologia: Deverão ser seguidos os procedimentos metodológicos definidos na proposta do trabalho, permitindo-se a sua flexibilidade.
- Redação do trabalho científico: O pesquisador passa à elaboração do texto, que exige a análise, síntese, reflexão e aplicação do que se leu e pesquisou. Cria-se um texto com embasamento teórico resultante de leituras preliminares, expondo fatos, emitindo parecer pessoal, relacionando conceitos e ideias de diversos autores, de forma esquematizada e estruturada.
- Apresentação do trabalho: O trabalho deverá ser redigido segundo os “Princípios da Metodologia” e Norma para apresentação de Trabalhos Acadêmicos Científicos do IFRO e ABNT, visando à padronização, à estruturação do trabalho e à apresentação gráfica do texto.
- Cronograma de execução do trabalho de pesquisa: Deve-se observar atentamente o cronograma apresentado na proposta do trabalho.

1.14.2. A Defesa do Trabalho

O orientador deverá definir, de acordo com o calendário acadêmico, a data prevista para a defesa do trabalho, sugerir a Banca Examinadora, bem como garantir a entrega de uma cópia do TCC para cada membro da banca, com no mínimo 30 dias de antecedência. A apresentação de defesa deve ser pública e a data prevista ser divulgada com, no mínimo de uma semana de antecedência da data a ser realizada.

Cada aluno terá entre 15 e 30 minutos para explanar seu trabalho. Após a apresentação, o presidente da Banca Examinadora dará a palavra a cada um dos membros, que poderá fazer quaisquer perguntas pertinentes ao trabalho executado.

Após esta arguição, a banca reunir-se-á em particular para decidir a aprovação ou não do trabalho e a nota a ser atribuída ao aluno.

No caso de o trabalho ser aprovado com ressalvas, as considerações deverão ser providenciadas, revisadas pelo professor orientador e a versão final entregue no prazo previsto no calendário. O orientador será responsável pela verificação do cumprimento destas exigências.

1.14.3. A Divulgação do Trabalho

Quanto ao trabalho, não podem existir restrições de propriedades, segredos ou quaisquer impedimentos ao seu amplo uso e divulgação. Todas as divulgações (publicações) devem explicitar o nome do IFRO, do Curso e do(s) Orientador(es).

1.15. Apoio ao Discente

O apoio ao discente é prestado de diversas formas e por variados segmentos no âmbito do IFRO, de acordo com a necessidade de cada aluno.

O aluno conta com o atendimento da Coordenação de Registros Academicos no que compete a ela e também com o apoio irrestrito do coordenador do curso que está a sua disposição em horários prefixados em murais e disponíveis no site da IES.

Além do atendimento direto e geral, o aluno também conta com atendimentos especializados. O Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) é o principal órgão de atendimento e de apoio ao acadêmico no tocante as suas dificuldades de adaptação e de aprendizagem.

No âmbito dos cursos, há o Plano de Diagnóstico e Nivelamento que visa a diagnosticar os alunos com déficit de aprendizagem e, por meio de ações, nivelá-los segundo critérios descritos em regulamento próprio.

Para os alunos que precisam ser ouvidos nas suas dúvidas, reclamações e sugestões há ainda a Ouvidoria que tem atendimento presencial e pelos sistemas de comunicação eletrônica. A Ouvidoria é segmento importante no atendimento e apoio ao discente e está regulamentada em documento próprio.

1.16. Ações Decorrentes do Processo Avaliativo do Curso

A avaliação do Curso deverá favorecer ao aperfeiçoamento da qualidade da educação superior e a consolidação de práticas pedagógicas que venham a reafirmar

a identidade acadêmica e institucional, particularmente o aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais.

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES — Lei 1.086 de 14 de abril de 2004) propõe a integração da Avaliação Institucional e a Avaliação do Projeto do Curso com vistas à formação de profissionais-cidadãos, responsáveis e com capacidade para atuar em função de transformações sociais, além de ser previsto no PDI do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia.

A Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso é realizada de acordo com os princípios estabelecidos e as categorias indicadas no documento “Instrumento de avaliação de cursos de graduação do Ministério da Educação”.

De acordo com esse contexto propõem-se três categorias de análise que subsidiarão a avaliação do projeto do curso:

- A organização didático-pedagógica proposta e implementada pela Instituição bem como os resultados e efeitos produzidos junto aos alunos;
- O perfil do corpo docente, corpo discente e corpo técnico, e a gestão acadêmica e administrativa praticada pela Instituição, tendo em vista os princípios definidos no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e o Projeto Pedagógico Institucional (PPI);
- As instalações físicas que comportam as ações pedagógicas previstas nos Projetos de Curso e sua coerência com propostas elencadas no PDI e PPI.

Essa avaliação deverá obedecer às orientações para avaliação de cursos, apresentada pela DDE/PROEN.

A estruturação avaliativa do curso compreende o especificado no Projeto e Regulamento da CPA e contempla os aspectos da organização didático-pedagógica, da avaliação do corpo docente, discente e técnico-administrativo e das instalações físicas.

Na busca de seu reconhecimento como entidade educacional comprometida com sua missão e suas políticas institucionais, o IFRO preocupado em melhorar os serviços oferecidos à comunidade aplica, constantemente, instrumentos avaliativos a fim de detectar as falhas para fazer as correções imediatas e necessárias.

A identificação dos pontos fortes e fracos do IFRO permite a construção de metas que possibilitem uma constante revisão dos procedimentos para a persecução de seus objetivos e alcance de suas políticas institucionais.

O processo avaliativo é democrático e garante a participação de todos os segmentos envolvidos como forma da construção de uma identidade coletiva. Em específico, os instrumentos avaliativos destinados aos discentes são organizados de forma a contemplar aspectos didático-pedagógicos do curso e de cada segmento institucional que lhe sirva de suporte, além, é claro, da avaliação individualizada de cada membro do corpo docente e uma auto avaliação proposta para cada acadêmico.

A avaliação do curso é encaminhada à Coordenação de Curso pela CPA para que possa propor as medidas necessárias de adequação junto às instâncias superiores.

O acompanhamento e avaliação do Projeto Pedagógico do Curso resultam, principalmente, de um trabalho integrado entre o Colegiado de Curso, o Núcleo Docente Estruturante, a Comissão Própria de Avaliação e os demais segmentos do IFRO que, de posse dos resultados, desenvolvem ações de construção e reconstrução do curso e de seu Projeto Pedagógico visando a criação de uma atmosfera propícia ao desenvolvimento social do saber historicamente construído.

São considerados relevantes para o processo de avaliação do curso e de seu Projeto Pedagógico os indicadores oriundos de dados originados das demandas da sociedade, do mercado de trabalho, das avaliações do curso pelo INEP, do ENADE, do Programa de Autoavaliação Institucional do IFRO e dos resultados das atividades de pesquisa e extensão.

O processo de autoavaliação do PPC foi implantado de acordo com as seguintes diretrizes: constitui uma atividade sistemática que deve ter reflexo imediato na prática curricular; deve estar em sintonia com o Projeto de Autoavaliação Institucional e, por último, deve envolver a participação dos professores, dos alunos e do corpo técnico-administrativo envolvido com o curso.

Cabe a CPA e a Coordenação do Curso operacionalizar o processo de autoavaliação junto aos professores, com o apoio do NDE. Deve haver, ao final do processo, a produção de relatórios conclusivos, a análise desses relatórios conclusivos pela CPA, pela Coordenação do Curso e pelo NDE.

Os resultados das análises do processo devem ser levados ao conhecimento da comunidade acadêmica por meio de comunicação institucional, resguardados os casos que envolverem a necessidade de sigilo ético. O processo de avaliação é uma forma de prestação de contas à sociedade das atividades desenvolvidas pela

Instituição, a qual atua comprometida com a responsabilidade social e com o desenvolvimento sustentável da região.

1.16.1. Atendimento Extraclasse

O atendimento extraclasse aos alunos é realizado pelo coordenador de curso e pelos professores com jornada semanal específica para atendimento extraclasse ao discente, conforme legislação vigente no IFRO; assim como pelos serviços especializados de atendimento ao discente. Esse atendimento é feito personalizado e individualmente. O aluno, sem prévio agendamento, faz valer seus direitos tirando dúvidas e apresentando sugestões. Os docentes atendem os alunos que participam dos projetos de iniciação científica, das monitorias, projetos de pesquisa, extensão, dos trabalhos de conclusão de curso, dos estágios supervisionados.

1.16.2. Atendimento Psicopedagógico

O corpo discente deste e de outros cursos mantidos pelo IFRO conta com o Serviço oferecido pelo Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE). O NAPNE tem por objetivo assessorar e acompanhar os alunos em suas ações, atividades e comportamentos.

O NAPNE promove e executa programas visando à melhoria das condições psicológicas e de desempenho acadêmico do alunado. Além do mais, o NAPNE desenvolve ações em conjunto com as coordenações de curso, Coordenação de Ensino e Coordenação de Assistência/Apoio ao Educando com o propósito de diagnosticar os problemas e de, conseqüentemente, apresentar soluções para eles.

1.16.3. Estratégias de Nivelamento

Os cursos e atividades de nivelamento têm por objetivo revisar conteúdos necessários ao desempenho acadêmico do aluno; oportunizar o estudo de aspectos determinantes para o cotidiano da sala de aula; integrar o estudante na comunidade acadêmica e fazê-lo refletir sobre o que representa a nova vida acadêmica.

Como forma de atender a esses objetivos, o IFRO – *Campus* Cacoal, pode oferecer, através de projeto, nivelamento compatível com as prioridades identificadas no curso e também levando em conta as necessidades identificadas pela coordenação. Além dos acima enumerados, outras disciplinas e conteúdos podem ser apresentados para nivelamento dos alunos ingressantes no IFRO. Sempre que for identificados deficiências na formação do aluno, a Coordenação juntamente com o

colegiado do curso poderá sugerir ações como cursos de extensão para suprir essas necessidades.

1.16.4. Estratégias de Interdisciplinaridade

A proposta de formação interdisciplinar supõe e se operacionaliza em procedimentos teóricos e metodológicos que implicam na integração de conteúdos e atividades das diferentes disciplinas que compõem a matriz curricular do curso.

Isso permitirá conceber o conhecimento como unidade na formação, superando as divisões entre as mesmas, entre teoria e prática, entre ensino e pesquisa, considerando-as, a partir da contribuição das ciências, diferentes leituras de que o processo de aprendizagem não se limita aos conteúdos propostos.

A matriz curricular deve ser organizada, então, em razão de um plano de etapas de formação intelectual. Uma estratégia para isso pode ser a elaboração de projetos de ensino com o fim de articular disciplinas umas com as outras, em razão de afinidades de conteúdos e pontos de continuidade. A proposição deve ocorrer em dois sentidos:

- Horizontal: envolvendo disciplinas diferentes em um mesmo período;
- Vertical: envolvendo disciplinas em sequência de períodos.

O estabelecimento de cadeias de conexões horizontais e verticais entre disciplinas incentiva o apoio recíproco entre docentes, dinamiza a aprendizagem e remove a impressão de que as matérias são estanques entre si.

Uma das formas de se programar a prática interdisciplinar é através do que se denomina problematização dos conhecimentos em contato com a realidade por intermédio de um estudo dialógico, tendo em vista que problematizar, tomando como referencial a realidade do acadêmico, significa permitir que o mesmo possa refletir sobre si mesmo enquanto ser pensante.

A implantação de projetos que visem ações interdisciplinares, multidisciplinares e transdisciplinares constitui meta importante no processo de ensino e de aprendizagem dos cursos de graduação oferecidos pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia.

As ações interdisciplinares deverão ser regulamentadas em programas próprios, os quais, além de normas, objetivos e metas, deverão apresentar princípios didáticos e metodológicos do ser e do fazer interdisciplinar.

Os projetos integradores estão dispostos em todos os semestres do curso e merecem atenção especial, pois trata-se de uma estratégia de interdisciplinaridade por constituir uma prática de ensino que vem se consolidando em diversas instituições e dando origem a produções e resultados bastante interessantes.

Essas unidades curriculares diferenciadas têm como objetivos principais:

- Integrar os conhecimentos adquiridos no curso, até o ponto onde o projeto é desenvolvido;
- Conciliar teoria, prática, estimulando consciência e compreensão de maior amplitude nos estudos;
- Desenvolver metodologia de pesquisa, extensão e apresentação de trabalhos;
- Incentivar o espírito empreendedor e de liderança;
- Promover maior interação entre os docentes, alunos e comunidade.

Os projetos deverão seguir uma metodologia para seu desenvolvimento operacional e uma série de parâmetros a ser descritos em detalhes no “Manual do Projeto Integrador”. Esse instrumento que será amplamente divulgado entre os docentes do curso deverá ser elaborado pelos docentes e aprovado no colegiado do curso, podendo ser modificado a partir das experiências vivenciadas a cada semestre.

A avaliação dos projetos deverá considerar o cumprimento dos requisitos mínimos a ser definidos no Manual de Projeto Integrador e deve existir um cronograma que culmina com a defesa dos projetos ao final do semestre.

Os projetos integradores constituem ferramenta essencial na formação de alunos pesquisadores, à medida que os professores os podem conciliar com as oportunidades de apoio a esse tipo de desenvolvimento, o que contribui também para o aperfeiçoamento permanente dos docentes em pesquisa aplicada.

A coordenação de Curso, com o auxílio de todos os docentes ajudarão a orientar as pesquisas e elaborar a sequência das aulas. É essencial o relacionamento constante dos componentes curriculares com o projeto integrador e suas temáticas, ao longo de todos os semestres onde ele se faz presente.

1.16.5. Curricularização da Extensão

O Plano Nacional de Educação - Lei nº 13.005/2014, assegura na Meta 12, Estratégia 12.7, que: “no mínimo 10% total de créditos curriculares exigidos para a

graduação em programas e projetos de extensão, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social”.

Desse modo, entende-se por extensão, o processo educativo, cultural, social, científico e tecnológico que promove a interação entre as instituições, os segmentos sociais e o mundo do trabalho com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos, visando o desenvolvimento socioeconômico sustentável local e regional (CONIF/FORPROEXT: Extensão Tecnológica – Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, 2013).

Em atendimento a referida estratégia, o Curso de Licenciatura em Geografia irá ofertar e operacionalizar a curricularização da extensão ao longo do curso, atribuindo uma carga horária específica às disciplinas que irão desenvolvê-la, seja de forma individual ou em parceria, devendo a dinamização da mesma estar prevista no planejamento individual dos docentes. A distribuição da carga horária para cada item curricular semestral está distribuída conforme o disposto na matriz curricular do curso (Quadro 15).

A prática metodológica será definida através de reunião junto ao NDE do curso, a ser realizada previamente em todos os semestres com seus respectivos docentes. Através dessa reunião serão apresentadas as propostas de projetos dos professores que ministrarão as disciplinas, ficando a cargo dos mesmos a definição de um ou mais projetos semestrais, desde que atenda a carga horária definida na matriz curricular (Quadro 15).

As disciplinas que farão parte dos Projetos Integradores e Extensão se destinam a fazer a síntese dos conhecimentos adquiridos no decorrer do curso. Os trabalhos serão conduzidos pelos professores das disciplinas, ficando esses responsáveis pela orientação, sendo que, a prática será desenvolvida e aplicada pelos discentes, como parte integrante dos componentes curriculares, de acordo com os temas na área de Geografia e de interesse dos alunos, sempre levando em consideração a busca de soluções ou contribuições para atender a comunidade interna e externa, promovendo o desenvolvimento de atividades de Extensão.

Outros professores (que não ministram alguma disciplina no respectivo semestre) ou técnicos administrativos em educação poderão contribuir com o desenvolvimento do projeto de extensão no papel de co-orientador, respeitando que a prática deverá ser desenvolvida pelos discentes em forma coletiva.

A carga horária das atividades de extensão, com fins de Curricularização, está prevista e apurada dentro do conjunto de componentes curriculares conforme Quadro 15, exceto, a fim de se evitar redundância, estágio, trabalho de conclusão de curso e atividades acadêmico-científico-culturais.

Em relação a forma de avaliação dos discentes na prática dos Projetos Integradores em Extensão, esta ficará a cargo dos docentes das disciplinas em cada semestre e constará em seu respectivo plano de ensino.

Com a conclusão do desenvolvimento de cada Projeto, a integralização curricular das atividades de extensão deve ser cumprida por meio de atividades coletivas entre os acadêmicos e ser registrada em ficha própria, preenchida e assinada pelo coordenador do curso, com anuência do chefe do Departamento de Extensão. Além disso, propõe-se a realização de um seminário para apresentar os resultados obtidos nas práticas desenvolvidas.

1.16.6. Estímulos às Atividades Acadêmicas

A missão do IFRO alicerça-se no desenvolvimento da atividade educacional formativa, desenvolvendo e preparando profissionais, cidadãos livres e conscientes, que busquem projetos de vida, participativos, responsáveis, críticos e criativos, construindo e aplicando o conhecimento para o aprimoramento contínuo da sociedade em que vivem e de futuras gerações.

O Instituto Federal de Rondônia oferece educação superior, visando à formação de sujeitos empreendedores e comprometidos com o autoconhecimento e com a transformação social, cultural, política e econômica do Estado de Rondônia e da Região. Assim, a Instituição tem a responsabilidade social de preparar profissionais éticos e competentes capazes de contribuir para o desenvolvimento regional, o bem-estar e a qualidade de vida de seus cidadãos. Consoante com a sua missão, o IFRO proporciona muitos estímulos aos discentes para a realização de atividades acadêmicas e participação em eventos complementares.

Por assim o ser, o IFRO incentiva a participação do estudante em viagens de estudos; em atividades de extensão; monitoria; pesquisa; discussões temáticas; estudos complementares; participação em seminários, encontros, simpósios, conferências e congressos, internos e externos; participação em estudos de casos; projetos de extensão; em publicação de produção científica em instrumentos próprios e em outros periódicos nacionais e internacionais devidamente registrados nos órgãos

de indexação e, finalmente, em visitas programadas e outras atividades acadêmicas e culturais. Além disso, o IFRO apoia a divulgação de trabalhos de autoria dos seus alunos.

O aluno recebe incentivo institucional efetivo, tanto no que diz respeito ao desenvolvimento de sua trajetória acadêmica, quanto no que concerne às ações que o estimulam a permanência na Instituição em programas de formação continuada e de pós-graduação *lato e stricto sensu*.

1.17 Atividades de Tutoria

A modalidade semipresencial objetiva criar o hábito de utilização de tecnologias de comunicação remota no Ensino Superior presencial bem como expandir os espaços educacionais, integrando e flexibilizando momentos presenciais e a distância a fim de introduzir uma cultura de educação *on-line*.

A Portaria nº 2117 de 6 de dezembro de 2019 do MEC, trouxe a prerrogativa que permite, até 40% do total da carga horária dos cursos de graduação sejam ministrados com metodologia a distância, desde que atendidos os requisitos da portaria. Usando dessa prerrogativa, e em conformidade com a Resolução nº 87/CONSUP/IFRO, de 30 de dezembro de 2016, que dispõe sobre o regulamento da organização Acadêmica dos Cursos de Graduação em seu Art. 13, os cursos de graduação podem ofertar disciplinas integral ou parcialmente com metodologia a distância desde que não ultrapasse 20% da carga horária total do curso, sendo assim o curso de Licenciatura em Geografia, ofertará 20% da carga horária das disciplinas utilizando metodologia a distância.

As ações de tutoria, referentes a modalidade semipresencial, deverão estar expressas no plano de curso do professor e amplamente divulgada para os acadêmicos do curso de licenciatura em Geografia do IFRO.

1.18. Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) no Processo Ensino-Aprendizagem

O IFRO dispõe de um conjunto de recursos de informática disponíveis para a comunidade acadêmica. Os equipamentos estão localizados, principalmente, nas instalações administrativas, biblioteca, laboratórios de informática, laboratórios específicos, salas de professores, salas de coordenação, sala do NDE. Disponibiliza 4 laboratórios de informática equipados com 20 computadores cada um, todos ligados

à internet. Além disso, incorpora de maneira crescente os avanços tecnológicos às atividades acadêmicas. Diversas dependências comuns da IES disponibilizam serviço de wireless aos estudantes. A IES incentiva o corpo docente a incorporar novas tecnologias ao processo ensino-aprendizagem, promovendo inovações no âmbito dos cursos.

As tecnologias de informação e comunicação implantadas no processo de ensino-aprendizagem e previstas no Projeto Pedagógico do Curso incluem, especialmente, o uso da imagem e a informática como elementos principais. É estimulado o uso, entre os professores, de ferramentas informatizadas que permitam o acesso dos alunos aos textos e outros materiais didáticos em mídias eletrônicas. As aulas com slides por meio de projetor multimídia ou de aparelhos de televisão possibilitam ao docente utilizar imagens com boa qualidade, além de enriquecer os conteúdos abordados com a apresentação de esquemas, animações, mapas, entre outros. Os docentes utilizam também as linguagens dos modernos meios de comunicação, TV/DVD e da música/som e outros. A integração de dados, imagens e sons; a universalização e o rápido acesso à informação; e a possibilidade de comunicação autêntica reduz as barreiras de espaço e de tempo e criam um contexto mais propício à aprendizagem.

Nos microcomputadores e softwares disponibilizados pela Instituição para o curso, são utilizados(as):

a) A internet, como ferramenta de busca e consulta para trabalhos acadêmicos e em projetos de aprendizagem. Sua utilização permite superar as barreiras físicas e o acesso limitado aos recursos de informação existentes. Os docentes propõem pesquisas e atividades para os alunos. Os alunos utilizam as ferramentas de busca (como Periódicos Capes, Google, Google Acadêmico, Yahoo, enciclopédia online, demais banco de dados e outros) para elaborar e apresentar um produto seu, estruturado e elaborado a partir dos materiais encontrados;

b) A comunicação por e-mail, já consagrada institucionalmente. Por meio de mensagens, alunos e professores trocam informações sobre trabalhos e provas e enviam arquivos e correções uns para os outros;

c) Os pacotes de aplicativos, que incluem processador de textos, planilha eletrônica, apresentação de slides e gerenciador de bancos de dados, são, frequentemente, utilizados pelos docentes, na instituição, para preparar aulas e elaborar provas, e pelos alunos, nos laboratórios de informática e na biblioteca, como

extensão da sala de aula. O processador de textos facilita ao aluno novas formas de apropriação da escrita, onde o reescrever é parte do escrever. As planilhas permitem lidar com dados numéricos em diversos componentes curriculares. Além de cálculos numéricos, financeiros e estatísticos, as planilhas também possuem recursos de geração de gráficos, que podem ser usados para a percepção dos valores nelas embutidos quanto para sua exportação e uso em processadores de texto, slides ou blogs;

d) Os jogos e simulações, propiciando vivências significativas, cruzando dados para pesquisas e fornecendo material para discussões e levantamento de hipóteses;

e) Nivelamento em disciplinas básicas, cursos de extensão e integralização de carga-horária, on-line, por meio do ambiente virtual de aprendizagem (AVA), utilizando o *Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment* (MOODLE);

f) Demais ferramentas, de acordo com o previsto nos planos de ensino.

1.19. Procedimentos de Avaliação dos Processos de Ensino-aprendizagem do Curso

A proposta pedagógica do curso prevê uma avaliação contínua e cumulativa, assumindo, de forma integrada no processo ensino-aprendizagem, as funções diagnóstica, formativa e somativa, que devem ser utilizadas como princípios para a tomada de consciência das dificuldades, conquistas e possibilidades e que funcione como instrumento colaborador na verificação da aprendizagem, levando em consideração o predomínio dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados obtidos ao longo do processo da aprendizagem sobre eventuais provas finais, conforme previsão na LDB 9.394/96.

Nessa perspectiva propõe-se que, além da prova individual com questões dissertativas, o professor possa considerar outras formas de avaliação como:

- Autoavaliação (o aluno observa e descreve seu desenvolvimento e dificuldades);
- Instrumentos avaliativos de diferentes formatos (desafiadores, cumulativos, com avaliação aleatória);
- Mapas conceituais (organização pictórica dos conceitos, exemplos e conexões percebidos pelos (as) alunos sobre um determinado assunto);
- Trabalhos em grupo;

➤ Atividades de culminância (projetos, monografias, seminários, exposições, feira de ciências, coletâneas de trabalhos).

Nesse sentido a avaliação tem de ser considerada em suas múltiplas dimensões, ou seja:

➤ Diagnóstica: na medida em que caracteriza o desenvolvimento do aluno no processo de ensino-aprendizagem;

➤ Processual: quando reconhece que a aprendizagem não acontece pela simples fórmula informar-saber;

➤ Formativa: na medida em que o aluno tem consciência da atividade que desenvolve, dos objetivos da aprendizagem, podendo participar na regulação da atividade de forma consciente, segundo estratégias meta-cognitivas. Pode expressar seus erros, limitações, expressar o que não sabe, para poder construir alternativas na busca dos conteúdos;

➤ Somativa: expressa o resultado referente ao desempenho do aluno no bimestre/semestre através de menções ou notas.

Para a avaliação do desempenho deverão ser utilizados, em cada componente curricular, dois ou mais instrumentos de avaliação, elaborados pelo professor. Os demais critérios de avaliação da aprendizagem estão definidos no Regimento Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia e no Regimento Interno do *Campus* Cacoal, que atenderão, dentre outros, aos princípios relativos a notas e frequência.

Independentemente dos demais resultados obtidos, são considerados reprovados na disciplina, os alunos que não obtiverem frequência mínima igual a 75% (setenta e cinco por cento) nas aulas e demais atividades programadas.

As provas ou atividades de avaliação escolar, regulamentadas no ROA-Graduação, visam à avaliação progressiva do aproveitamento do aluno e deverão ter previsão expressa nos planos de ensino de cada disciplina.

A cada verificação de aproveitamento bimestral e/ou semestral é atribuída uma nota, expressa em grau numérico de zero (0,0) a cem (100,0).

Atendida, em qualquer caso, à frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) às aulas e demais atividades escolares, é aprovado o aluno que obtiver nota de aproveitamento não inferior a 60 (sessenta), correspondente à média das notas dos exercícios escolares realizados durante o semestre letivo em consonância com o que está escrito no Regulamento da Organização Acadêmica.

1.20. Número de Vagas

Serão ofertadas 40 vagas anuais, totalizando 160 até 2021, que integraliza a primeira turma de formandos, conforme tabela 6 a seguir:

Tabela 6 - Previsão de vagas a serem oferecidas em quatro anos.

Ano	Total Anual
2018	40
2019	40
2020	40
2021	40
Total Geral	160

Fonte: IFRO – *Campus Cacoal* (2017)

1.21 Interação com as redes públicas de ensino

O curso de Licenciatura em Geografia do Instituto Federal de Rondônia – *Campus Cacoal*, tem como uma de suas funções, preparar os acadêmicos para atuarem como professores de geografia na educação básica. Dessa forma, deverá ter interação com a rede pública de ensino, principalmente no município de Cacoal, através de parcerias com projetos integradores e curricularização da extensão, Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), estágios obrigatórios, dentre outras atividades que promovam a interação da instituição com as escolas da rede pública.

1.22 Atividades práticas de ensino para licenciatura

Para que o discente possa concluir sua formação e tornar-se um professor capacitado a exercer a docência, algumas atividades práticas inerentes ao cargo de professor são necessárias de serem desenvolvidas. Nesse contexto, o curso de Licenciatura em Geografia terá além de componentes curriculares específicos para a cursos de Licenciatura, atividades práticas como o Estágio obrigatório, que é composto por: observação, participação e regência; além de outras atividades, como os projetos integradores e curricularização da extensão que serão desenvolvidos em todos os semestres do curso.

1.23. Participação obrigatória dos discentes no acompanhamento e na avaliação do PPC

O aluno tem participação e representação efetiva na condução do curso. Em se tratando de representação, o corpo discente, seguindo as orientações deste projeto

pedagógico, deverá eleger anualmente, entre o seus pares, um representante com direito a voz e voto para o Colegiado do Curso.

De igual modo, o aluno é amplamente estimulado a participar das avaliações institucionais e do curso elaboradas e promovidas anualmente pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) e chamado a contribuir com sugestões de melhoria, quando convocados para as reuniões do Colegiado ou de outras Comissões formadas para este fim.

DIMENSÃO 2 - CORPO DOCENTE

2.1. Atuação do Núcleo Docente Estruturante

O Núcleo Docente Estruturante é responsável por elaborar o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Geografia do IFRO *Campus* Cacoal, de modo a atuar no acompanhamento do curso durante os processos de concepção, consolidação, avaliação e contínua atualização do Projeto Pedagógico do Curso - PPC, assim como dita a Resolução CONAES nº 01, de 18 de junho de 2010.

O NDE é composto pela equipe de professores. Suas competências estão definidas no Regulamento da Organização Acadêmica dos Cursos de Graduação. Possui regulamento próprio aprovado pelo Colegiado do Curso, onde disciplina as atribuições e funcionamento do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Licenciatura em Geografia do IFRO *Campus* Cacoal.

O NDE é o órgão consultivo, formado por um conjunto de professores com a mais elevada formação e titulação, designados pelo Colegiado de Curso, que conforme a Resolução CONAES nº 01, de 18 de junho de 2010, a composição do NDE segue os seguintes critérios:

I - ser constituído por no mínimo 5 professores pertencentes ao corpo docente do curso;

II - ter pelo menos 60% de seus membros com titulação acadêmica obtida em programa de pós-graduação *stricto sensu*;

III - ter todos os membros em regime de trabalho em tempo parcial ou integral, sendo pelo menos 30% em tempo integral;

IV - assegurar estratégias de renovação parcial dos integrantes do NDE de modo a assegurar continuidade no processo de acompanhamento do curso.

Nesse sentido, atendendo a Resolução CONAES nº 01, de 18 de junho de 2010, são atribuições do NDE:

I – reelaborar o PPC, definindo sua concepção e fundamentos;

II – atualizar periodicamente o PPC;

III – conduzir os trabalhos de reestruturação curricular para submissão ao Colegiado de Curso, ao qual caberá deliberar sobre a proposta em primeira instância;

IV – contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;

V – zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes do PPC;

VI – indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;

VII – zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação de Geografia;

VIII – aprovar a ata da reunião.

O Núcleo Docente Estruturante tem como Presidente o Coordenador do Curso, e suas decisões serão tomadas por maioria simples de votos, considerados os presentes na reunião, cabendo ao Presidente, no caso de empate o voto de qualidade.

2.1.1. Composição do Núcleo Docente Estruturante

Conforme portaria Nº 196/CAC - CGAB/IFRO, DE 23 DE SETEMBRO de 2021, a Direção geral do *Campus Cacoal*, instituiu a composição do Núcleo Docente Estruturante do curso de Licenciatura de Geografia, com os membros abaixo relacionados no quadro 18:

Quadro 18 - Núcleo docente estruturante do curso.

Nº	NOME	FORMAÇÃO BÁSICA	TITULAÇÃO	ÁREA
1	Rafael Carlos Bispo	Licenciatura e Bacharelado em Geografia	Doutorado	Engenharia Agrícola
http://lattes.cnpq.br/3828967367733479				
2	Ayrton Schupp Pinheiro Oliveira	Licenciatura em Geografia	Especialista	Geografia
http://lattes.cnpq.br/6230739132944395				

3	Tiago Roberto Silva Santos	Licenciatura em Geografia	Mestre	Geografia
http://lattes.cnpq.br/9929225231941406				
4	Graziela Tosini Tejas	Licenciada e Bacharel em Geografia	Doutora	Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente
http://lattes.cnpq.br/9511031028069209				
5	Uirandé Oliveira Costa	Licenciado em Geografia e Bacharel em Ecologia	Doutorado	Ecologia
http://lattes.cnpq.br/8137323518955846				
6	Gilson Divino Araújo da Silva	Licenciatura em História	Mestre	Educação escolar
http://lattes.cnpq.br/6640513765148084				

Fonte: IFRO – Campus Cacoal

2.2. Atuação do Coordenador do Curso

Trabalha em articulação com os demais setores de apoio para atendimento às necessidades do estudante e do próprio curso. Será realizada por um profissional com elevado grau de formação, experiência profissional e acadêmica, e disponibilidade de tempo para as atividades de avaliação, acompanhamento, instrução e apoio relacionados ao curso. Suas competências estão previstas no Regulamento da Organização Acadêmica dos Cursos de Graduação e no Regimento Interno do *Campus*.

O Coordenador do Curso deve cuidar exclusivamente da gestão acadêmica do curso, nos termos do Regimento Interno. Isto implica dizer que as funções administrativo-institucionais devem ficar a cargo de outros gerentes, o diretor do instituto e os administradores do *campus*, conforme a estrutura regimental da instituição de ensino. O próprio MEC instituiu alguns indicadores para o perfil e funções do coordenador de curso, destacando os seguintes:

- A participação do Coordenador do Curso nos órgãos colegiados acadêmicos do Instituto;
- Experiência profissional acadêmica;
- Experiência profissional não-acadêmica (relacionada ao curso);
- Área de Graduação (pertinência com o curso);
- Titulação – Dr./Me/Especialização (pertinência com a área do curso);

- Regime de trabalho na Instituição.

2.2.1. Identificação do Coordenador do Curso

A coordenação do curso está a cargo do Professor Rafael Carlos Bispo

2.2.2. Titulação e Formação do Coordenador do Curso

Quadro 19 – Titulação do coordenador do curso.

ANO DE INÍCIO E INTEGRALIZAÇÃO	NÍVEL	NOME DO CURSO	INSTITUIÇÃO
2013-2018	Doutorado	Engenharia Agrícola	Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP
2011 – 2013	Mestrado	Engenharia Agrícola	Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP
2003-2007	Graduação	Bacharelado e Licenciatura em Geografia	Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" UNESP

Fonte: IFRO – Campus Cacoal

O *curriculum* Lattes completo do coordenador do curso está disponível nos arquivos da Instituição para a devida averiguação e comprovação dos dados apresentados neste título.

2.3. Experiência Profissional do Coordenador do Curso e Atuação no IFRO.

No quadro 20, abaixo, está demonstrada a experiência do coordenador do curso para fins de comprovação de sua real atuação profissional na educação básica e tempo de atuação no âmbito do Instituto Federal de Rondônia.

Quadro 20 – Experiência Profissional do Coordenador do Curso.

TEMPO DE EXPERIÊNCIA NO IFRO	TEMPO DE EXPERIÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA OU PROFISSIONAL	TEMPO DE EXPERIÊNCIA NO NÍVEL SUPERIOR
2 anos e 4 meses	7 anos	5 semestres

Fonte: IFRO – Campus Cacoal

2.4. Regime de Trabalho do Coordenador do Curso

O coordenador do curso desenvolve suas funções em regime integral de trabalho, com regime de 40 horas semanais e com dedicação exclusiva.

2.5. Titulação do Corpo Docente

Quadro 21 – Titulação do corpo docente.

DOCENTE	GRADUAÇÃO	IES	ANO	MAIOR TITULAÇÃO	IES	ANO
Rafael Carlos Bispo	Geografia	UNESP	2007	Doutor	UNICAMP	2018
Ayrton Schupp Pinheiro Oliveira	Geografia	UNIR	2012	Especialista	Instituto Graduarte	2018
Graziela Tosini Tejas	Geografia	UNIR	2011	Doutora	UNIR	2019
Tiago Roberto Silva Santos	Geografia	UEL	2011	Mestre	UNIR	2017
Uirandé Oliveira Costa	Geografia e Ecologia	IFRN e UFRN	2006 e 2009	Doutor	UFRN	2016
Sirley Leite Freitas	Pedagoga	UNIR	2004	Doutora	UNESP	2021
Angelita Aparecida Coutinho Picazevicz	Engenharia Agrônômica	UNIR	2009	Doutora	UFAC	2017
Vera Lucia Lopes Silveira	Letras/Literatura	UNIR	2007	Mestra	UNIR	2015
Juliano Alves de Deus	Física	UNIR	2006	Doutor	UnB	2013
Davys Sleman de Negreiros	Ciências Sociais	UFSCAR	1999	Mestre	UFSCAR	2002
Marcilei Serafim Germano	Filosofia	Faculdade Bagozzi	2005	Mestre	UNIR	2017
Mauro Henrique Miranda de Alcântara	História	UFMT	2009	Doutor	UFMT	2019
Marco Aurélio Nunes de Barros	Ciências Sociais	UFF	1998	Doutor	UFF	2018

Agmar Aparecido Félix Chaves	Física	UNIFACIMED	2010	Mestre	UNIR	2019
Andreia Maciel da Silva	Desenvolvimento Sistemas de Informações	UNESC	2005	Mestre	UNIR	2016
Irlan Cordeiro de Souza	Matemática	FAFIMAN	2006	Mestre	UNIR	2015
Gabriel Tenório dos Santos	Pedagogia	UNIR	2017	Mestre	UNIR	2019
Antonio Ferreira Neto	Matemática	UNIR	2004	Doutor	UFMT	2018
Gilson Divino Araújo da Silva	História	UEG	2002	Mestre	UNIR	2019
Debhora Fernanda Custódio Bento	Ciências Sociais	UFPE	2014	Mestra	UFPE	2016
Maria Cristiana de Freitas da Costa	Engenharia Florestal	UFAC	2012	Mestra	UNIR	2017
Jefferson Aristiano Vargas	Pedagogia	UNIR	2004	Mestre	UDS	2018
Mateus Aparecido Clemente	Ciências Biológicas	CES/JF	2006	Doutor	UNESP	2015
Reginaldo Martins da Silva de Souza	Geografia	UNIR	2010	Doutor	UNIR	2019

Fonte: IFRO – Campus Cacoal

O corpo docente do Curso de Licenciatura em Geografia é composto por 24 professores, sendo 11 doutores (45,9%), 12 mestres (50%) e 1 especialista (4,1%).

2.5.1. Políticas de aperfeiçoamento, qualificação e atualização do corpo docente

Para a atualização do corpo docente serão tomadas medidas que possibilitem o aperfeiçoamento e qualificação dos professores, que englobam cursos de pós-

graduação, cursos de capacitação na área de Geografia, formação pedagógica ou em áreas afins.

A possibilidade de aperfeiçoamento pode ocorrer também em função dos editais que são oferecidos pelo próprio Instituto, ou através de iniciativa do docente, o que conta com todo o apoio da Instituição.

2.6. Titulação do Corpo Docente – Percentual de Doutores

Como se pode observar no item anterior, 95,9% dos docentes do Curso têm titulação de Mestrado e Doutorado obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu* conforme as exigências legais, sendo 11 doutores (45,9%) e 12 mestres (50%).

Considerando as exigências contidas no art. 52, incisos II e III da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que define o perfil que deve ter o corpo docente para cursos de terceiro grau, qual seja, de que: “II – Um terço do corpo docente, pelo menos, com habilitação acadêmica de mestrado ou doutorado; III – Um terço do corpo docente em regime de tempo integral”, e considerando os Currículos Lattes do corpo docente atualmente lotado no IFRO *Campus* Cacoal, constata-se que a implantação do curso, do ponto de vista das exigências contidas em Lei, é plenamente viável, visto que sua composição tem, em maioria, mestres e doutores.

2.7. Regime de Trabalho do Corpo Docente

Quadro 22 – Regime de trabalho do corpo docente.

DOCENTE	REGIME	NÚMERO EM HORAS
Rafael Carlos Bispo	Dedicação Exclusiva	40 horas
Ayrton Schupp Pinheiro Oliveira	Dedicação Exclusiva	40 horas
Graziela Tosini Tejas	Dedicação Exclusiva	40 horas
Tiago Roberto Silva Santos	Dedicação Exclusiva	40 horas
Uirandé Oliveira Costa	Dedicação Exclusiva	40 horas
Sirley Leite Freitas	Dedicação Exclusiva	40 horas
Angelita Aparecida Coutinho Picazevicz	Dedicação Exclusiva	40 horas
Vera Lucia Lopes Silveira	Dedicação Exclusiva	40 horas
Juliano Alves de Deus	Dedicação Exclusiva	40 horas
Davys Sleman de Negreiros	Dedicação Exclusiva	40 horas
Marcilei Serafim Germano	Dedicação Exclusiva	40 horas
Mauro Henrique Miranda de Alcântara	Dedicação Exclusiva	40 horas
Marco Aurélio Nunes de Barros	Dedicação Exclusiva	40 horas
Agmar Aparecido Félix Chaves	Dedicação Exclusiva	40 horas
Andreia Maciel da Silva	Dedicação Exclusiva	40 horas
Irlan Cordeiro de Souza	Dedicação Exclusiva	40 horas
Gabriel Tenório dos Santos	Dedicação Exclusiva	40 horas
Antonio Ferreira Neto	Dedicação Exclusiva	40 horas

Gilson Divino Araújo da Silva	Dedicação Exclusiva	40 horas
Debhora Fernanda Custódio Bento	Contrato temporário	40 horas
Maria Cristiana de Freitas da Costa	Dedicação Exclusiva	40 horas
Jefferson Aristiano Vargas	Dedicação Exclusiva	40 horas
Mateus Aparecido Clemente	Contrato temporário	40 horas
Reginaldo Martins da Silva de Souza	Dedicação Exclusiva	40 horas

Fonte: IFRO – Campus Cacoal

O IFRO investe na composição de um corpo docente que possua, em sua maioria, dedicação exclusiva.

2.8. Experiência Profissional, Educação básica ou Profissional e Magistério Superior do Corpo Docente

No que se refere à experiência profissional o IFRO, ao selecionar os professores para o seu quadro, assume, nos termos dos editais de processos seletivos e concursos, o compromisso de priorizar a aquisição de profissionais com experiência no magistério, com especial destaque para aqueles com ampla experiência na educação básica. Assim sendo, no quadro abaixo, estão enumerados os professores que vão atuar no curso e sua respectiva experiência na Educação Básica, como professor, em anos.

Quadro 23 – Tempo de exercício na docência e em outras atividades.

DOCENTE	EXPERIÊNCIA NA DOCÊNCIA E EM OUTRAS ATIVIDADES
Rafael Carlos Bispo	07 anos
Ayrton Schupp Pinheiro Oliveira	10 anos
Graziela Tosini Tejas	09 anos
Tiago Roberto Silva Santos	11 anos
Uirandé Oliveira Costa	14 anos
Sirley Leite Freitas	23 anos
Angelita Aparecida Coutinho Picazevicz	11 anos
Vera Lucia Lopes Silveira	22 anos

Juliano Alves de Deus	11 anos
Davys Sleman de Negreiros	20 anos
Marcilei Serafim Germano	11 anos
Mauro Henrique Miranda de Alcântara	13 anos
Marco Aurélio Nunes de Barros	21 anos
Agmar Aparecido Félix Chaves	9 anos
Andreia Maciel da Silva	16
Irlan Cordeiro de Souza	7 anos
Gabriel Tenório dos Santos	4 anos
Antonio Ferreira Neto	24 anos
Gilson Divino Araújo da Silva	18 anos
Debhora Fernanda Custódio Bento	3 anos
Maria Cristiana de Freitas da Costa	9 anos
Jefferson Aristiano Vargas	17 anos
Mateus Aparecido Clemente	10 anos
Reginaldo Martins da Silva de Souza	13 anos

Fonte: IFRO – *Campus Cacoal*

2.9. Funcionamento do Colegiado do Curso

O Colegiado de Curso de Graduação, no âmbito do Curso de Licenciatura em Geografia do *Campus Cacoal*, é um órgão consultivo e deliberativo com o fim de participar das decisões sobre assuntos acadêmicos do curso que representa, e é composto pelos seguintes membros:

- Coordenador do curso, como presidente;
- Todos os professores em atividade no curso;
- O representante discente, sendo um aluno regular do curso, escolhido, dentre os líderes de turma interessados na representação, pelo critério da melhor nota no conjunto das disciplinas cumpridas no período letivo anterior ao da escolha ou no último ano do curso de nível médio, quando a escolha for feita antes do final do primeiro período letivo do curso atual.

Compete ao Colegiado do Curso, enquanto órgão ou instância deliberativa:

- ▶ Tomar conhecimento, analisar e deliberar sobre fatos relativos ao desenvolvimento de planos de ensino, às inter-relações durante as aulas e aos interesses e necessidades dos alunos e professores quanto ao processo de aplicação e estudo das disciplinas, e emitir parecer, sempre que necessário;
- ▶ Realizar diálogos interativos e democráticos para a compreensão das problemáticas educacionais e a apresentação de propostas de superação ou de aperfeiçoamento de processos, no âmbito de cada turma de alunos;
- ▶ Avaliar formativamente os rendimentos e frequência dos alunos relativos a períodos parciais e avaliações finais, conforme os casos submetidos a deliberação;
- ▶ Propor a reformulação ou a extinção do curso de graduação que ele representa, bem como opinar a respeito de propostas relativas ao caso;
- ▶ Indicar os membros que comporão o Núcleo Docente Estruturante do curso que representa, quando houver dissidência;
- ▶ Discutir e propor alternativas para a superação de problemáticas relativas a tudo o que consiste em interferência negativa nos processos de ensino e aprendizagem;
- ▶ Discutir e propor estratégias de aproveitamento de oportunidades surgidas no âmbito interno ou externo do curso, como forma de potencializar e/ou aperfeiçoar o ensino e a aprendizagem;
- ▶ Discutir e deliberar a respeito de situações excepcionais relativas a ingresso e transferência de alunos, bem como em relação a outros casos relativos a ensino e aprendizagem;
- ▶ Participar da elaboração ou reformulação do Regulamento dos Colegiados dos Cursos de Graduação oferecidos no IFRO;

► Estabelecer diálogos com os departamentos de pesquisa e de extensão e propor alternativas ou instruir medidas já aplicadas com o fim de favorecer ao desenvolvimento do curso;

► Emitir parecer a respeito de questões submetidas pela Direção-Geral, Diretoria de Ensino ou pelos próprios membros do Colegiado.

Tendo o Coordenador do curso como presidente, suas competências também estão previstas no Regulamento da Organização Acadêmica dos Cursos de Graduação.

2.10. Produção Científica, Cultural, Artística ou Tecnológica do Corpo Docente

O IFRO é uma instituição preocupada com o desenvolvimento científico, acadêmico, tecnológico, artístico e cultural de seus professores. Assim sendo, tudo o que é produzido por eles recebe tratamento diferenciado. O IFRO desenvolve programas e assegura instrumentos e mecanismos de visibilidade e publicação dos trabalhos desenvolvidos por seus docentes.

Além de sua revista científica, a Instituição ainda dá incentivo para que os docentes lotados em seus cursos produzam e publiquem seus trabalhos de natureza científica, tecnológica, artística e cultural em revistas regionais, nacionais e internacionais, devidamente indexadas nos órgãos apropriados.

Em decorrência disso, O IFRO tem sempre um número satisfatório de professores com publicações dentro de espaço não superior a três anos, conforme se pode verificar abaixo:

Quadro 24 - Produção Científica, Cultural, Artística ou Tecnológica do Corpo Docente.

DOCENTE	Artigos publicados em periódicos científicos na área	Artigos publicados em periódicos científicos em outras áreas	Livros ou capítulos em livros publicados na área	Livros ou capítulos em livros publicados em outras áreas	Trabalhos publicados em anais (completos)	Trabalhos publicados em anais (resumos)	Traduções de livros, capítulos de livros ou artigos publicados	Propriedade intelectual depositada	Propriedade intelectual registrada	Projetos e/ou produções técnicas artísticas e culturais	Produção didático-pedagógica relevante, publicada ou não
Rafael Carlos Bispo		2				4					

Maria Cristiana de Freitas da Costa						1					
Jefferson Aristiano Vargas	3		2								2
Mateus Aparecido Clemente		17									
Reginaldo Martins da Silva de Souza	6	1			3						

Fonte: IFRO – Campus Cacoal

DIMENSÃO 3 – INFRAESTRUTURA

3.1. Gabinetes de Trabalho para Professores em Tempo Integral

O *Campus* dispõe de espaço para todos os professores que trabalham em regime de dedicação exclusiva, de 40h. A maior parte desses professores desenvolve outras atividades no *campus* e, por isso, tem salas que servem para o desenvolvimento das ações específicas dessa outra função e também para o atendimento ao discente.

Quadro 25 - Descrição de gabinetes para docentes.

ITENS	ESPECIFICAÇÃO EM NÚMEROS
Espaço físico em metros quadrados	23,54m ²
Mesa(s)	03
Cadeira(s)	15
Armário(s) e arquivo(s)	04
Computador(es)	03
Impressora(a)	01 Coletiva

Fonte: IFRO – Campus Cacoal

3.2. Espaço de Trabalho para Coordenação de Curso e Serviços Acadêmicos

O Curso de Licenciatura do IFRO *Campus* Cacoal possui um espaço equipado para a Coordenação de curso onde desenvolve suas ações administrativas, pedagógicas e de atendimento aos professores e alunos.

No decorrer da readequação dos cursos, será providenciado espaços com as especificações seguintes:

Quadro 26- Espaço de trabalho para a coordenação de curso e serviços acadêmicos.

ITENS	ESPECIFICAÇÃO EM NÚMEROS
Espaço físico em metros quadrados	34,26m ²
Mesa(s)	06
Cadeira(s)	18
Armário(s) e arquivo(s)	06
Computador(es)	06
Impressora(a)	01 Coletiva

Fonte: IFRO – Campus Cacoal

3.3. Sala de Professores

A estrutura definitiva do *Campus* contará com duas sala de professores, uma de convivência e outra para planejamento, ambas climatizadas e mobiliadas com mesas de trabalho, cadeiras e espaços destinados ao trabalho coletivo. A sala de convivência dos professores possui ainda geladeira e micro-ondas para melhor atendê-los.

Quadro 27 - Descrição da sala de professores de Convivência.

ITENS	ESPECIFICAÇÃO EM NÚMEROS
Espaço físico em metros quadrados:	63,39m ²
Mesa(s) coletiva(s):	06
Cadeira(s):	48
Armário(s) e arquivo(s):	08
Computador(es):	20
Impressora(a):	02
Mesa(s) e espaço(s) individual(is)	03
Aparelho de televisão:	01
Assento(s) estofado(s) para descanso:	06

Fonte: IFRO – Campus Cacoal

3.4. Salas de Aula

A Instituição disponibiliza aos seus acadêmicos salas de aula adequadas e confortáveis e climatizadas, com dimensões que variam de 56,0 a 59,8 m², construídas em alvenaria e concreto armado, com fechamento em vidros temperados, piso cerâmico antiderrapante, revestimento em massa corrida e pintura látex/acrílica. Há em cada sala um projetor multimídia.

Todas as salas de aula são mobiliadas com 40 carteiras individuais, com acabamento em plástico e braço de apoio em acabamento em fórmica, quadros brancos, climatizadas com ar condicionados Split, cortinas tipo persianas, mesa orgânica e televisor.

O IFRO conta com salas de aula padronizadas, com capacidade para 44 alunos e planejadas para oferecer as melhores condições de aprendizagem atendendo às disposições regulamentares quanto à dimensão, iluminação, ventilação (todas as salas são climatizadas), mobiliário e limpeza.

3.5. Acesso dos Alunos a Equipamentos de Informática

O IFRO coloca a serviço das necessidades acadêmicas dos seus alunos, 02 (dois) Laboratórios de Informática, especificados, onde todos os equipamentos são utilizados diariamente, das 7h30min às 22h30min, sob acompanhamento de um Técnico de Laboratório. Além do acessos nos Laboratórios de Informática, há internet *wireless* no perímetro do *Campus* no qual o acadêmico tem acesso via sistema *Eduroam*.

Além do mais, foi implantado um sistema especializado que possibilita ao aluno acompanhar sua situação acadêmica, pela Internet, permitindo-lhe acesso ao relatório de notas, resultados de avaliação, reserva de livros, (re)matrícula on-line, comprovante de matrícula e outros.

3.5.1. Plano de atualização tecnológica e manutenção de equipamentos

A escolha de laboratórios e as instalações especiais atendem às necessidades dos cursos atendidos, levando-se em conta o número de alunos e a relação custo-benefício.

A atualização dos laboratórios varia de acordo com as novas tecnologias, e a manutenção é feita por profissionais especializados. A operacionalização dos equipamentos é de responsabilidade dos docentes e técnicos do IFRO.

A atualização tecnológica e a manutenção de equipamentos correspondem às ações do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), do Plano de ação do *campus* e do Plano Diretor de Tecnologia da Informação, que prevê a aquisição de equipamentos. Todavia, a atualização poderá ser desenvolvida também por meio de ações complementares pelos servidores do IFRO, enquanto a manutenção ficará a

cargo tanto de técnicos especializados quanto dos que manuseiam os equipamentos nos processos de formação acadêmica.

A manutenção dos laboratórios é realizada por manutenções preventivas e corretivas planejadas pela Coordenação de Curso . A atualização dos laboratórios é realizada a cada ano de acordo com as atividades docentes e discentes relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão segundo a dotação orçamentária do *Campus*.

3.6. Livros da Bibliografia Básica

A política da biblioteca do *campus* é adquirir toda a bibliografia básica das disciplinas constantes na matriz curricular dos cursos procurando atualizá-la periodicamente.

A bibliografia é sempre recomendada pelos docentes responsáveis pelas disciplinas, supervisionada pelo coordenador de curso e pelo Núcleo Docente Estruturante com a anuência do Colegiado do Curso.

O Núcleo Docente Estruturante do curso trabalha também no sentido de recomendar a atualização bibliográfica a fim de manter a qualidade e atualização dos conhecimentos do aluno.

No item do ementário deste projeto, estão enumeradas as obras da bibliografia básica que compõem o conjunto de referências exigidas para a formação do egresso do Curso de Licenciatura em Geografia.

3.7. Livros da Bibliografia Complementar

A bibliografia complementar indicada atende aos programas das disciplinas com o mínimo de exemplares por títulos segundo orientação dos regulamentos e instrumentos indicativos do INEP/MEC para cada disciplina.

Atua como um acervo complementar na formação dos alunos e é recomendada pelos docentes responsáveis pelas disciplinas, supervisionada pelo coordenador de curso e pelo Núcleo Docente Estruturante com a anuência do Colegiado do Curso.

No item do ementário deste projeto, estão enumeradas as obras da bibliografia complementar que compõem o conjunto de referências exigidas para a formação do egresso do Curso de Licenciatura em Geografia.

3.8. Periódicos Especializados

A biblioteca conta, em seu acervo, com periódicos, nacionais e internacionais, específicos para os cursos e outros de interesse geral da comunidade acadêmica. Para tanto são mantidas assinaturas correntes de periódicos, que podem ser ampliadas, de acordo com as indicações da comunidade acadêmica.

Além das assinaturas de periódicos, o *Campus* viabiliza acesso aos periódicos disponíveis livremente no site da capes e em outros bancos públicas e privadas, nacionais e internacionais.

Todos os cursos mantidos pelo *Campus* recebem periódicos em número necessário para atender a demanda da comunidade acadêmica.

3.9. Laboratórios Didáticos e Especializados: quantidade

O *Campus* Cacoal possui 7 (sete) laboratórios didáticos especializados para atender o curso de Licenciatura em Geografia, 1 (Um) Laboratório de Solos, 1 (Um) laboratório de Biologia (Microscopia), 1 (Um) Laboratório de Física e Matemática, 1 (Um) Laboratório de Química, 1 (Um) Laboratório de Topografia e 2 (Dois) Laboratório de Informática.

Todos os laboratórios presentes no *Campus*, tem por finalidade uma ação Multidisciplinar, sendo multiusuário para o desenvolvimento de atividade prática experimental para o curso de Licenciatura em Geografia.

Quadro 28 - Laboratórios Didáticos Especializados já existentes.

LABORATÓRIO(S)	OBJETIVOS	ÁREA
1. Laboratório de Solos	Desenvolve práticas de análises Físico-químicas de solo, visando a textura (granulometria), nutrientes (macronutrientes e micronutrientes) e outras características para serem aplicadas na área de Ciências da natureza.	76 m ²
2. Laboratório de Biologia	Estruturado para o conhecimentos básicos de biologia celular, preparando-o para identificar a estrutura e função dos componentes celulares, bem como o conjunto de processos vitais. Relacionados com a diversidade da vida, compreendendo sua organização e integração. Correlacionar a morfologia geral da célula e seus diferentes estados fisiológicos, caracterizar os fenômenos envolvidos na dinâmica de seu ciclo de vida e diferenciação em estrutura histológica e histofisiológica dos tecidos. Poderá ser utilizado para aprofundar conhecimentos relacionados à vida para os discentes do curso.	56 m ²

3. Laboratório de Física e Matemática	Desenvolver experimento sistemas de controle e automação, contribuindo para o entendimento do funcionamento, utilização das tecnologias atuais. Servir suporte às atividades de pesquisa.	76 m ²
4. Laboratório de Química	Desenvolve práticas relacionadas ao ensino de Química e áreas correlatas, visando práticas laboratoriais para dar suporte aos discentes do curso quando necessário.	76 m ²
5. Laboratório de Topografia	Composto com instrumentos topográficos, para o conhecimento e aprimoramento quanto aos princípios básicos de cartografia e representações cartográficas, levantamentos planimétricos e aplicar os conceitos e as técnicas utilizadas na topografia.	56 m ²
6. Laboratório de Informática	Servir de apoio para os estudantes que necessitem de acesso à Internet e a softwares necessários para o desenvolvimento das atividades propostas pelas ementas do curso.	56 m ² cada – 118 m ² total

Fonte: IFRO – *Campus Cacoal*

O *Campus Cacoal* precisará investir na atualização dos equipamentos e softwares dos laboratórios já existentes, visando principalmente programas de SIG's que atendam as necessidades das disciplinas de Sensoriamento Remoto e Geoprocessamento.

3.9.1. Plano de Atualização Tecnológica e Manutenção de Equipamentos

A escolha de laboratórios e as instalações especiais atendem às necessidades dos cursos atendidos, levando-se em conta o número de alunos e a relação custo-benefício.

A atualização dos laboratórios varia de acordo com as novas tecnologias, e a manutenção é feita por profissionais especializados. A operacionalização dos equipamentos é de responsabilidade dos docentes e técnicos do IFRO

A atualização tecnológica e a manutenção de equipamentos correspondem às ações do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), do Plano de ação do *campus* e do Plano Diretor de Tecnologia da Informação, que prevê a aquisição de equipamentos. Todavia, a atualização poderá ser desenvolvida também por meio de ações complementares pelos servidores do IFRO, enquanto a manutenção ficará a cargo tanto de técnicos especializados quanto dos que manuseiam os equipamentos nos processos de formação acadêmica.

A manutenção dos laboratórios é realizada por manutenções preventivas e corretivas planejadas pela Coordenação de Curso. A atualização dos laboratórios é realizada a cada ano de acordo com as atividades docentes e discentes relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão segundo a dotação orçamentária do *Campus*.

3.9.2. Infraestrutura de Laboratórios Específicos da Área de Formação

As atividades em laboratório são de fundamental importância para o processo de formação educacional. Os laboratórios são espaços pedagógicos fundamentais na construção das relações entre teoria e prática e deverá ser utilizado em todas as etapas de formação dos alunos. Os quadros a seguir apresentam a infraestrutura já existente nos laboratórios do IFRO – *Campus Cacoal*.

Quadro 29 – Infraestrutura dos laboratórios existentes

1.	Laboratório de Solos	76 m ²
Item	Especificação	Qnt.
1	Macro Centrífuga Sorológica: Centrífuga utilizada para separação de Fases com Diferentes densidades em substâncias líquidas, capacidade: 12 tubos 10 ou 15 mL os tubos a serem utilizados nas caçapas tem que ter no máximo 17,5 mm de diâmetro e 105 mm de comprimento, controle de velocidade até 5000 RPM, controle de tempo com timer mecânico de 0 a 30 min, trava de segurança na tampa, sistema de amortecimento, sistema de balanceamento, tensão 110 V. Dimensões: 310x340x265 mm. Peso: 16,5 Kg. Marca: Coleman. Modelo: 90-1	1
2	Moinho Analítico. Corpo em material resistente, câmara de moagem e faca, em aço inoxidável, chave acionadora tipo Push-Button, velocidade do motor sem carga 17000 RPM, pode trabalhar continuamente sem interrupção, serpentina para refrigeração, sistema de segurança não permite o motor girar com a tampa aberta, o volume efetivo da câmara de moagem é de 50 mL, Lâmpada indicadora de energizado, temperatura de trabalho é de 5° C acima da temperatura ambiente até 40°C, cabo de força com dupla isolamento e plugue de três pinos, dois fases e uma terra. Volume 50 mL; Volts: 220 V; Watts: 180 W; Diâmetro: 9x26 cm. Marca: Quimis. Modelo: Q298A21.	2
3	Colorímetro Digital. Comprimentos de Onda: 440 - 470 - 490 - 520 - 550 - 580 - 590 - 680 nm; Medição de 0 a 1,99 unidade de absorvância. De transmissão de 0 a 199 T, Dimensões 180 x 150 x 60 mm, peso 0,5 kg, aceita tinas standard de 1 cm de trajeto óptico assim como as tinas redondas de 16 mm de Ø. Marca: Biospectro; Modelo: CL 3003.	1
4	Bureta Digital Dosagem Ajustável de 0,01 mL a 999,99 mL, com uma velocidade de 5 mL por segundo e sem necessidade de interromper o curso do pistão. Tubo de Sucção Telescópico, flexível, com comprimento de 210 a 310 mm, pode ser facilmente reajustado para diferentes tamanhos de frascos, utilizando microbaterias de 1,5 V de Fácil Troca. Acompanhado com 1 tubo de descarga, 1 adaptador de frasco 20/52 mm, 1 adaptador de frasco de 28/32 mm, 1 adaptador de frasco 40/45 mm e manual de instruções, 1 microbateria recarregável 1,5 V AAA, 01 tubo telescópico com entrada com 370 mm de comprimento, 1 tubo de descarga com porca de segurança, 1 tubo de descarga comprimento ajustável e 1 tubo de secagem. Marca: Optilab; Modelo: Continuous RS.	1

5	Espectrofotômetro Digital. Display de Cristal Líquido (LCD), comprimento de onda: 190 a 1100 nm, precisão ± 2 n, reprodutibilidade: 1 nmm precisão fotométrica: 0,5 T, $\pm 0,003$ A (0 - 0,5 A) e $\pm 0,007$ A (0,1 - 1,0 A), repetibilidade fotométrica: 0,3 T, Escala Fotométrica: 0 a 200 T, - 0,300 A 3,000 ABS (UV-Visível). Largura da banda espectral: 2 nm, estabilidade 100 T: 0,5 T/3 min, 0 T: 0,3 T/ 3 min. Estabilidade após o aquecimento $\pm 0,001$ A/30 minutos (comprimento de onda), sistema óptico : Gradil plano com elemento dispersor. 1200 L/mm, modo de operação: Transmissão (T): 0 a 100 T, Absorbância (A): 0 a 2 A, Leitura direta de Concentração (C): 0 a 999, interface serial: RS - 232, interface para impressora: interface paralela universal, monocromador: Tipos C e T/Feixe Simples/Graduação - 1200 L/mm, receptor: Fotodiodo de Silício, fonte de luz: Lâmpada de Tungstênio halógena e lâmpada de deutério D2, Temperatura de operação: 0 a 50°C, umidade de operação: máx - 70 RH, 220 V. Marca: Instrutherm UV 2000 A	1
6	Autoclave Vertical para Esterilização de Materiais e Utensílios diversos, câmara de esterilização em Aço Inox AISI 304, gabinete em chapa de aço c/ tratamento anti-corrosivo e acabamento em epóxi eletrostático, tampa em bronze fundido internamente estanhado e externamente polida com guarnição de vedação em Silicone, válvula de segurança e controle de pressão por meio de contra-peso regulável. Manipulos em baquelite isolante ao calor p/ fechamento da tampa, resistência tubular de imersão blindada com tubo de cobre cromado, manômetro com escala de pressão (0 3,0 a Kg/cm²) e temperatura (100 a 143°C), painel com chave seletora de calor (min, med e max), lâmpada indicadora liga/desliga, cestos internos em aço inox AISI 304, registro de esfera para drenagem e limpeza da câmara de esterilização, sistema de abertura da tampa, por intermédio de pedal, capacidade 18 L - 220 V. Potência: 1500 W. Marca: Phoenix; Modelo: AV.	1
7	Bureta Digital Dosagem Ajustável de 0,01 mL a 999,99 mL, com uma velocidade de 5 mL por segundo e sem necessidade de interromper o curso do pistão. Tubo de Sucção Telescópico, fexível, com comprimento de 210 a 310 mm, pode ser facilmente reajustado para diferentes tamanhos de frascos, utilizando microbaterias de 1,5 V de Fácil Troca. Acompanhado com 1 tubo de descarga, 1 adaptador de frasco 20/52 mm, 1 adaptador de frasco de 28/32 mm, 1 adaptador de frasco 40/45 mm e manual de instruções, 1 microbateria recarregável 1,5 V AAA, 01 tubo telescópico com entrada com 370 mm de comprimento, 1 tubo de descarga com porca de segurança, 1 tubo de descarga comprimento ajustável e 1 tubo de secagem. Marca: Optilab; Modelo: Continuous RS.	2
8	Banho com Aquecimento com circulação. Banho Retangular cuba em aço inox sem solda, plataforma interna, isolamento térmico, controle digital com microprocessador PID, alarme sonoro programável, leitura em °C, indicação de temperatura digital, faixa de (Ambiente + 5°C) À 150°C ± 1. Resolução 0,1 °C, proteção na falta de água, bomba 6 L/min. de água/óleo de baixa viscosidade. Fornecido em 115 ou 230 V - com cabo trifilar incluindo fio terra. Capacidade 28 L. Potencia: 1800 W - Com cabo trifilar incluindo fio terra. Acompanhado com tampas de 4 aberturas de 10,8 cm com 4 anéis cada. Tampa com 1 abertura de 18 cm com 3 anéis cada. Nível constante para água. Suporte para tubos de ensaio de até Ø 22 mm com 21 provas. Marca: Solab. Modelo: 150/28.	1
9	Viscosímetro Rotacional. Voltagem: 220 V, Watts: 50 W, Faixa (MPA.S): 1 a 100.000, Dimensões Externa (CxLxA): 45x30x30 cm, Faixa de Medição de 1 MPA.S A 100.000 MPA.S, Velocidade Ajustável em 6, 12, 30, 60 RPM. (Equivalente ao modelo Q86A21 da Quimis ou Superior). Marca: Edulab.	1

10	Agitador Magnético com Aquecimento. Diâmetro da Placa de 14 cm. Capacidade 4 L. Altura Total 9,3 cm. Motor de Indução com rolamento e mancal (25 W), Velocidade controlada por circuito eletrônico proporcionando uma rotação de 80 a 1500 RPM. Placa de Aquecimento em Alumínio injetado com resistência blindada incorporada 650 W. Temperatura controlada por Termostato Capilar de 50 a 320 °C. Construído Externamente em Chapa de Ferro Tratado com Pintura Epóxi Eletrostático. 115V ou 230 V. Marca: ARSEC. Modelo: AGM5AQ	2
11	Bureta Digital Dosagem Ajustável de 0,01 mL a 999,99 mL, com uma velocidade de 5 mL por segundo e sem necessidade de interromper o curso do pistão. Tubo de Sucção Telescópico, flexível, com comprimento de 210 a 310 mm, pode ser facilmente reajustado para diferentes tamanhos de frascos, utilizando microbaterias de 1,5 V de Fácil Troca. Acompanhado com 1 tubo de descarga, 1 adaptador de frasco 20/52 mm, 1 adaptador de frasco de 28/32 mm, 1 adaptador de frasco 40/45 mm e manual de instruções, 1 microbateria recarregável 1,5 V AAA, 01 tubo telescópico com entrada com 370 mm de comprimento, 1 tubo de descarga com porca de segurança, 1 tubo de descarga comprimento ajustável e 1 tubo de secagem. Marca: Optilab; Modelo: Continuous RS.	1
12	Agitador de Peneiras. Peneirador, tipo vácuo, tipo sistema aerodinâmico, uso cimento, aplicação em laboratório, características adicionais fluxo de ar com pressão negativa, componentes jogo com 7 peneiras, Voltagem 220/380V, Tipo Visor LCD. Marca: Solotest	1
13	Multímetro Digital Portátil. Display: LCD de 3 1/2, 7 segmentos com 0,5 polegadas de altura; Tensão DC: 200 mV, 2000 mV, 20 V, 200V, 1000V $\pm 1\%$; Tensão AC: 200 V, 750 V $\pm 1,2\%$; Corrente DC: 200 μ A, 2000 μ A, 20 mA, 200 mA, 10A $\pm 2\%$; Resistência: 200 O; 2000 O; 20 KO; 200 KO; 2000 KO $\pm 1\%$ Temperatura (sonda tipo K) - 2°C a 1370°C $\pm 1,5\%$; Teste de Diodo: Sim; Temperatura de Operação: 0°C a 40°C; Umidade de Operação: 80% UR; Alimentação: 1 bateria de 9 V; Tamanho: 70x125x25 mm; Peso: 110 g. Marca: Instrutemp. Modelo: ITDM 3000	2
14	Penetrômetro. Penetrômetro de solos com anel dinamométrico, escala de 0 a 100 Kgf. Possui cone de penetração em aço tratado e 03 hastes prolongadoras rosqueáveis, condicionados em estojo de madeira. Marca: PAVITEST.	1
15	Banho com Aquecimento com circulação. Banho Retangular cuba em aço inox sem solda, plataforma interna, isolamento térmico, controle digital com microprocessador PID, alarme sonoro programável, leitura em °C, indicação de temperatura digital, faixa de (Ambiente ± 5) À 150/C $\pm 0,1^\circ\text{C}$, proteção de falta de água, bomba 6 L/minuto de água/óleo de baixa viscosidade. Fornecido em 115 ou 230 V - com cabo trifilar incluindo fio terra. Capacidade 28 L. Potência: 1800 W. Marca: Solab. Modelo: 155/30.	2
16	Agitador tipo Vórtex para tubo de centrifugação de 0,5 a 50 mL. Modo contínuo e modo pulso, velocidade: 0 a 3000 RPM; Voltagem 110 V(50/60 Hz), peso: 3,1 Kg; Dimensões (LxPxA): 130x155x155 mm. Marca: Arsec.	1
17	Bloco Digestor; Capacidade para 40 provas micro. Controle de Temperatura: digital microprocessado com sistema PID e certificado de calibração RBC. Temperatura de ambiente: + 7°C até 450°C, sensor tipo J, precisão $\pm 2^\circ\text{C}$, uniformidade $\pm 5^\circ\text{C}$, potência de resistência de 2200 Watts, gabinete em aço inoxidável 304, bloco em alumínio fundido com profundidade dos orifícios de 45 mm, segurança: resistência blindada evitando contato com o ácido sulfúrico. Dimensão Total: L-430xP-320xA-330 mm. Marca: SOLAB. Modelo: SL 155/30	1
2.	Laboratório de Biologia	56 m ²

Item	Especificação	Qnt.
1	Estufa para esterilização e secagem Nevoni - 40 L	1
2	Balança analítica KN Waagen - 0,5 gramas - 2200 gramas	1
3	Micro spin hematócrito	1
4	Banho Maria FANEM 1147	1
5	Barrilhete de 20 litros PVC	1
6	Microscópio Binocular "EDUTEC", com objetivas acromáticas	10
7	Microscópios Binocular XBS 211	6
8	Microscópios Estereoscópios Binocular - Physis	5
9	Microscópios com sistema de imagem, Physis	5
10	Lâminário " Avida microscópica da água" - Parte I - 25 peças	1
11	Lâminário - Algas - 30 peças	1
12	Lâminário - Bactérias - 30 peças	3
13	Lâminário - Parasitologia - 30 peças	3
14	Lâminários - Zoologia - 100 peças	3
15	Lâminários - Botânica - 100 peças	3
16	Lâminários Ensino Superior - 100 peças	3
17	Lâminários - Histologia - 80 peças	2
18	Lâminário - Protozoa - 10 peças	5
19	Lâminário - Embriologia - Ouriço do mar - 12 peças	2
20	Lâminário - Embriologia - Sapo - 10 peças	3
21	Lâminário - Embriologia - Frango - 10 peças	4
22	Lâminário - Embriologia - Porco - 10 peças	4
3.	Laboratório de Física e Matemática	76 m²
Item	Especificação	Qnt.
1	Paquímetro Universal Analógico, em aço inox, 500mmx20	2
2	Cronometro Digital com resolução de 1/100	3
3	Paquímetro Universal Analógico, em aço inox, 300mmx12	2
4	Conjunto para laboratório de Mecânica	2
5	Conjunto para laboratório de Mecânica	2
6	Conjunto para laboratório de Termodinâmica	2

7	Conjunto módulo Didático das rotações: composto por 01 giroscópio de aro, 02 halteres de 2 kg, 01 plataforma giratória de madeira com 50 cm e capacidade de carga de 200 kgf, 01 manual de montagem e experiências.	2
8	Gerador eletrostático de correia tipo Van de Graaff	2
9	Conjunto módulo Didático das linhas de campo magnético 2D-3D	2
4.	Laboratório de Química	76 m²
Item	Especificação	Qnt.
1	Condutímetro de Bancada. Display de Cristal Líquido. Tecnologia Moderna baseada em Microcontrolador, medição de condutividade, com compensação de temperatura na faixa de 0°C a 100 °C, célula de medição em vidro e platina preta, Faixa de Trabalho com seleção automática da faixa de leitura, precisão ± 1 , acompanhado célula de medição, de solução padrão de 1408 US/CM, cabo de força com dupla isolamento e plugue de três pinos, dois fases e um terra. Marca: Tecnopon. Modelo: mCA-150	5
2	Medidor de Cor de Água Portátil e Bancada Microprocessado. Gabinete Plástico Resistente, aparelho digital microprocessado de fácil operação, faixa de leitura de 0 a 500 UC, resolução de 1 PCU, Portátil ou Bancada e alimentado com bateria de 9 volts ou fonte de alimentação 90 a 240 Volts, desligamento automático. Detector de Fotocélula de Silício, mede direto em unidades de cor, não requer o uso de reagentes, nem de padrões, método colorimétrico de platina e cobalto, acompanhado por 4 cubetas, bateria de 9 V, fonte. Marca: PoliControl	1
3	Turbidímetro Portátil com Microprocessador. As duas gamas de medição possuem, de 0,00 a 50,00 FTU e da 50 a 1000 FTU permitem utilizar estes instrumentos para qualquer tipo de aplicações. Resolução: 0,01 FTU (De 0,00 a 50,00 FTU), 1 FTU (De 50 a 1000 FTU), precisão $\pm 0,5$ FTU* ou ± 5 , desvio típico: EMC ± 2 G.C., Calibração: A 3 pontos (0 FTU, 10 FTU e 500 FTU), Fonte Luminosa: Led infravermelho, sensor: Fotocélula de Silício, condições de utilização: 0° a 50°C, H.R. Máx: 95. Marca: Hanna, ref HI93703C	3
4	Medidor de pH/Condutividade. Tecnologia microprocessada, display cristal líquido de fácil visualização, compensação manual de temperatura entre 0° C e 40°C, célula de medição em vidro com sensores de platina, permite trabalhar com células constantes 0,001, 1 e 10 cm ⁻¹ , faixa de trabalho entre 0,0 e 19,999(microsiemens), precisão de ± 1 (Fundo de Escala), acompanhado de célula de vidro/platina, bateria, 100 mL de solução padrão para calibração e manual. Marca: extech ec500.	2
5	Peagâmetro Digital de Bancada. Estrutura moldada em plástico ABS resistente e a prova de respingos, design moderno, compacto e robusto, display digital tipo led; Ajuste "Slope" para Calibração, com 3 funções: pH, MV e Temperatura, faixa de medição de 0,00 a 14,00 pH; e -1999 a + 1999 MV, compensação manual e automática da temperatura para a faixa de 0 a 100°C; Reprodutibilidade de $\pm 0,015$ pH; Eletrodo combinado universal de plástico com referência interna de AG/AGCl; Voltagem: 110 V ou 220 V (50/60 Hz); Acompanhado por um eletrodo, recipiente e solução para repouso do eletrodo (KCl - 3 M), suporte do eletrodo, sensor (sonda) de temperatura. Marca: EDUTEC.	5

6	Condutivímetro de Bancada. Condutivímetro de eletrodo com íon seletivo escala/ Resolução mS/cm: 0 19,99 mS/cm / 0,01 mS/cm; Precisão ± 2 , Calibração: Calibrado na Fábrica Temperatura: 0 - 50°C, alimentação 4 pilhas de 1,5 V, soluções de Calibração: mS/cm: 1.413 mS/cm. Marca: Tecnopon Modelo: mCA 150P	5
7	Medidor de Cor de Água Portátil e Bancada Microprocessado. Gabinete Plástico Resistente, aparelho digital microprocessado de fácil operação, faixa de leitura de 0 a 500 UC, resolução de 1 PCU, Portátil ou Bancada e alimentado com bateria de 9 volts ou fonte de alimentação 90 a 240 Volts, desligamento automático. Detector de Fotocélula de Silício, mede direto em unidades de cor, não requer o uso de reagentes, nem de padrões, método colorimétrico de platina e cobalto, acompanhado por 4 cubetas, bateria de 9 V, fonte. Marca: PoliControl	2
8	Medidor e Registrador Portátil de Qualidade de Ar em interiores, mede concentração de CO ₂ , temperatura do ar e umidade relativa, alarme audível programável, registra leituras para análise posterior, inclui software e cabo. Marca: EXTECH CO250.	2
9	Balança Eletrônica semi analítica. Capacidade 500 g - sens. 0,001 g, mod. AL 500 pesagem em 8 unidades, cotagem de peças, calibração automática. Tensão 100/240Vca, 50/60 Hz, c/ capela de acrílico. Marca: Bel	2
10	Chapa Aquecedora. Chapa Aquecedora em Plataforma Retangular Termostato até 205°C, 220 V. Construída em Aço Inox e revestida com tinta Epóxi, anticorrosivo. Medindo 30x40 cm. Marca: Edulab;	1
11	Medidor de Multiparâmetros para água. Instrumento Portátil, que monitoriza até 13 parâmetros de qualidade de água diferentes (8 medidos, 5 calculados). Para monitorizar e gravar os dados. Gama 0.00 - 14.00 pH, 600.0 MV. Oxigênio Dissolvido. Marca: Hanna, ref. HI 9828/4.	1
5.	Laboratório de Topografia	56 m ²
Item	Especificação	Qnt.
1	Nível de Precisão de uso Topográfico. Nível Automático compacto com precisão de 2,0 mm por quilômetro duplo de nivelamento, de 3 calantes, com círculo horizontal graduado de 0° a 360° para leitura de ângulos horizontais, imagem direta, com tripé de alumínio, prumo com fio, proteção contra poeira e água, estojo de proteção e transporte com alça e manual de instruções e operações em português. Marca: Suzhou Foif.	1
2	Teodolito Eletrônico. Com medição angular eletrônica de 360°, Precisão angular de 5" e Leitura Angular de 1", leitura angular no sentido horário e anti-horário, bateria e carregador de bateria, tripé de alumínio, estojo de proteção e transporte com alça, proteção contra poeira e água, iluminação interna e externa, prumo ótico com imagem direta, leitura digital na tela de cristal líquido, visor nas duas faces, dotado de porta de dados para transferência dos dados medidos para dispositivos externos. Marca: Ruide Intrument.	1
3	Medidor e Registrador Portátil de Qualidade de Ar em interiores, mede concentração de CO ₂ , temperatura do ar e umidade relativa, alarme audível programável, registra leituras para análise posterior, inclui software e cabo. Marca: EXTECH CO250.	2
4	Paquímetro Universal Analógico, em aço inox, 500mmx20	2

5	Cronometro Digital com resolução de 1/100	3
6	Paquímetro Universal Analógico, em aço inox, 300mmx12	2
7	Paquímetro Universal Digital, em aço inox, 300mmx12	2
8	Conjunto de Trado para Amostragem. Contendo: - Trado 2.1/4 tipo helicoidal com conexão roscada 01, - Trado tipo concha 4 c/ conexão roscada - 01, - Haste 1x1 metro c/ conexão roscada - 07, - Cruzeta para trado c/ conexão roscada. Marca: Pavitest	3
9	Penetrômetro. Penetrômetro de solos com anel dinamométrico, escala de 0 a 100 Kgf. Possui cone de penetração em aço tratado e 03 hastes prolongadoras rosqueáveis, condicionados em estojo de madeira. Marca: PAVITEST.	1
10	GPS. Navegação: Waypoints/ícones: 1000 com nome e símbolo gráfico, 10 de proximidade, - rotas: 50 rotas reversíveis com até 250 pontos cada, mais MOB e modo TracBack, - Trilhas: Arquivos de trilhas automáticas, até 20 trilhas podem ser salvas em ambas as direções, - Computador de Viagem: Velocidade media, velocidade máxima, cronômetro e distância de viagem, - Alarmes: Arrasto de âncora, aproximação e chegada pra fora de curso, waypoint de proximidade, águas rasas e profundas.	3
6.	Laboratório de Informática	118 m²
Item	Especificação	Qnt.
Softwares		-
1	Microsoft Office 2010	-
2	K-Lite Codec Pack	-
3	Suíte de Aplicativos Gráficos Coreldraw X3	-
4	Foxit Reader	-
5	Winrar	-
6	Adobe Flash Player 10 Activex	-
7	Macromedia Contribute 3.11	-
8	Macromedia Dreamweaver 8	-
9	Macromedia Extension Manager	-
10	Macromedia Fireworks 8	-
11	Macromedia Flash 8	-
12	Macromedia Flash 8 Video Encoder	-
13	Macromedia Flash 8 Video Plugin	-
14	Adobe Illustrator	-
15	Banco de Dados PostGre 8	-
16	Banco de Dados MySQL 9	-
17	AutoCad	-
18	AutoCad Revit	-
19	Autodesk Architectural Desktop	-

20	Autodesk 3ds Max 9	-
Hardwares		
22	Computador com processador binucleado, 4GB de memória RAM, 300 GB de espaço em disco, placa de rede wireless.	40
23	Monitor de 17"	40
24	Computador com processador binucleado, 4GB de memória RAM, 300 GB de espaço em disco, placa de rede wireless, para os professores.	01
25	Monitor de 17".	01

Fonte: IFRO – *Campus Cacoal*

3.10. Laboratórios Didáticos Especializados: Qualidade

Conforme poderá ser observado na avaliação in loco, os laboratórios didáticos especializados apresentam excelente qualidade. Foram todos equipados com os melhores materiais como se pode verificar no item que apresenta a infraestrutura e o rol de equipamentos que os compõe.

Para além de construir e fazer funcionar, o IFRO se preocupa em manter atualizados e conservados os espaços físicos e os equipamentos de todos os seus laboratórios.

Os laboratórios possuem espaço físico amplo, bancadas adequadas e em número suficiente para o desenvolvimento das atividades docentes. A iluminação natural e a artificial favorecem o desenvolvimento de atividades a qualquer hora do dia. E em todos os espaços possuem as placas de aviso e materiais de segurança como chuveiros, extintores, entre outros.

Os Laboratórios didáticos especializados são, essencialmente, ambientes de aprendizagem, providos de diversos tipos de materiais, devidamente organizados e facilmente acessíveis para serem utilizados pelos servidores e alunos do *Campus Cacoal*. Porém, faz-se necessário seguir as orientações do Regulamento Geral para Uso dos Laboratórios vigente no *campus*, visando manter a qualidade e funcionalidade dos equipamentos.

3.11. Laboratórios Didáticos Especializados: Serviços

Os laboratórios do IFRO são criados para atender, em serviços, a comunidade interna, mas também poderão, de acordo com a disponibilidade, atender a comunidade externa.

Os laboratórios de informática servem a todos os professores em suas aulas, mas também, nos horários em que não há aulas, servem-se aos alunos para pesquisa e para a elaboração de trabalhos acadêmicos.

Todos os laboratórios possuem técnicos que se revezam na manutenção e nos cuidados para que o espaço esteja sempre pronto e devidamente arrumado para as aulas e para a execução dos projetos de pesquisa e de extensão orientados pelo corpo docente.

No sentido de garantir os serviços nos laboratórios didáticos especializados, é condição primordial que a IES mantenha a existência de um técnico responsável pela manutenção, atendimento à comunidade e assessoramento aos docentes no decorrer de suas aulas práticas, em todos os turnos.

Os laboratórios deverão ser ocupados, prioritariamente, com aulas práticas, além de outras atividades laboratoriais, como iniciação científica, trabalhos de conclusão de curso e práticas profissionais.

Apenas professores e alunos do *Campus* Cacoal e convidados, devidamente identificados, terão acesso aos laboratórios didáticos especializados. Os Laboratórios poderão ser utilizados por outras empresas ou instituições através da formação de Convênios e/ou Termos de Cooperação Técnica, que deverão ser solicitados mediante:

I. Submissão de projeto ou planejamento das atividades, acompanhado de cronograma e horário, a análise e aprovação da Direção-Geral do *Campus*, Conselho ou Colegiados competentes.

II. Apresentação de Termo de Cooperação Técnica ou Convênio encaminhado à Direção-Geral do *Campus*, formalizando a associação e identificando as responsabilidades de cada parte.

O acesso e a permanência aos laboratórios ficam condicionados ao recebimento de instruções de segurança e acompanhamento do técnico do laboratório ou docente autorizado que esteja desenvolvendo atividades de pesquisa e/ou ensino naquele laboratório, para maiores detalhes deve-se consultar as orientações previstas no Regulamento Geral para Uso dos Laboratórios vigente do *Campus* Cacoal.

3.12 Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)

Desde janeiro de 2012, a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa implantou um novo sistema CEP-CONEP denominado Plataforma Brasil (PLATBR), criada para substituir o Sistema Nacional de Informação sobre Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos (SISNEP). O IFRO, em observância às normativas nacionais e institucionais em seu regulamento que normatiza a pesquisa ao público institucional,

determina que deve ser submetido à apreciação do Comitê de Ética todo e qualquer projeto que seja relativo a seres humanos (direta ou indiretamente), conforme definido na resolução CNS 466/12, inclusive os projetos com dados secundários, pesquisas sociológicas, antropológicas e epidemiológicas.

DIMENSÃO 4. DOS REQUISITOS LEGAIS

4.1. Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso

Sua elaboração está amparada nos seguintes aspectos legais: Lei no. 9394 de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; Resolução CNE/CES Nº 492 de 03 de abril de 2001 - Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Geografia; Resolução Nº 2 de 01 de julho de 2015 – Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada;

Segundo as Diretrizes Curriculares para o curso de Geografia, a geografia, em seu processo de desenvolvimento histórico como área do conhecimento, veio consolidando teoricamente sua posição como uma ciência que busca conhecer e explicar as múltiplas interações entre a sociedade e a natureza. Isso significa dizer que possui um conjunto muito amplo de interfaces com outras áreas do conhecimento científico. Assim, coloca-se a necessidade de buscar compreender essa realidade espacial, natural e humana, não de uma forma fragmentada, mas como uma totalidade dinâmica.

A geografia vem evoluindo, nas últimas décadas, tanto pela introdução e aprofundamento de metodologias e tecnologias de representação do espaço (geoprocessamento e sistemas geográficos de informação, cartografia automatizada, sensoriamento remoto etc.) quanto no que concerne ao seu acervo teórico e metodológico em nível de pesquisa básica (campos novos ou renovados como geo-ecologia, teoria das redes geográficas, geografia cultural, geografia econômica, geografia política e recursos naturais, etc.), quanto em nível de pesquisa aplicada (planejamento e gestão ambiental, urbana e rural).

Assim sendo, devemos admitir que essas transformações no campo dos conhecimentos geográficos vêm colocando desafios para a formação não apenas do

geógrafos-pesquisador (técnico e planejador) como também para o geógrafo-professor do ensino fundamental, médio e superior.

A atual dinâmica das transformações pelas quais o mundo passa, com as novas tecnologias, com os novos recortes de espaço e tempo, com a predominância do instantâneo e do simultâneo, com as complexas interações entre as esferas do local e do global afetando profundamente o cotidiano das pessoas, exige que a Geografia procure caminhos teóricos e metodológicos capazes de interpretar e explicar esta realidade dinâmica.

Dessa forma, os Departamentos ou Colegiados de Curso de Geografia, enquanto instâncias responsáveis pelo dinamismo e implementação das mudanças que se façam necessárias no currículo, não podem desconhecer novas possibilidades abertas pela LDB na perspectiva de flexibilização das estruturas curriculares, transformando conteúdos e técnicas em percursos possíveis para a formação do pesquisador e profissional em Geografia. Devem buscar, então, caminhos para superar a “cultura da cartilha” e para assumir a liberdade da crítica e da criação, como uma área do conhecimento que tem seu objeto específico, sem abrir mão do rigor científico e metodológico.

Esses são pressupostos que norteiam a atual proposta das *Diretrizes Curriculares* para o curso de Geografia.

O Curso de Licenciatura em Geografia do IFRO, atende as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, resultado de discussões e estudos a partir da **RESOLUÇÃO Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015** que trouxe novas orientações para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

Nessa proposta, em atendimento às novas diretrizes curriculares, organizou-se o eixo formativo do licenciando garantindo-lhes:

► Formação articulada entre teoria e prática respeitando a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; o respeito à liberdade e o apreço à tolerância; a valorização do profissional da educação; a gestão democrática do ensino público; a garantia de um padrão de qualidade; a valorização da experiência extraescolar; a vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais; o respeito e a valorização da diversidade étnico-racial;

► Articulação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada, em Nível Superior, e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica afim de garantir sólida formação teórica e interdisciplinar estimulando o trabalho coletivo e interdisciplinar com vistas ao compromisso social e valorização do profissional da educação;

► Articulação entre Ensino, Pesquisa e Extensão como princípio pedagógico essencial ao exercício e aprimoramento do profissional do magistério e da prática educativa;

► A docência como ação educativa e como processo pedagógico intencional e metódico, envolvendo conhecimentos específicos, interdisciplinares e pedagógicos, conceitos, princípios e objetivos da formação que se desenvolvem entre conhecimentos científicos e culturais, nos valores éticos, políticos e estéticos inerentes ao ensinar e aprender, na socialização e construção de conhecimentos, no diálogo constante entre diferentes visões de mundo;

► A educação em e para os direitos humanos enquanto um direito fundamental constituindo uma parte do direito à educação e, também, uma mediação para efetivar o conjunto dos direitos humanos reconhecidos pelo Estado brasileiro em seu ordenamento jurídico e pelos países que lutam pelo fortalecimento da democracia;

4.2. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica

As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica visa a atualização das políticas educacionais que consubstanciem o direito de todo brasileiro à formação humana e cidadã e à formação profissional, na vivência e convivência em ambiente educativo. Têm estas Diretrizes por objetivos:

I – sistematizar os princípios e diretrizes gerais da Educação Básica contidos na Constituição, na LDB e demais dispositivos legais, traduzindo-os em orientações que contribuam para assegurar a formação básica comum nacional, tendo como foco os sujeitos que dão vida ao currículo e à escola; 8

II – estimular a reflexão crítica e propositiva que deve subsidiar a formulação, execução e avaliação do projeto político-pedagógico da escola de Educação Básica;

III – orientar os cursos de formação inicial e continuada de profissionais – docentes, técnicos, funcionários – da Educação Básica, os sistemas educativos dos diferentes entes federados e as escolas que os integram, indistintamente da rede a que pertençam. (BRASIL, 2013)

Diante desses objetivos e do que está posto nas Diretrizes, este curso propõe a formação de profissionais qualificados e cientes de sua importância como agentes de transformação da sociedade, atendendo as diretrizes quando da importância dessa disciplina no componente curricular da educação básica.

4.3. Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia em seu Plano de Desenvolvimento Institucional, no título que trata das políticas de ensino para o ensino técnico de nível médio e de graduação faz menção às Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme o disposto no Parecer CNE/CP nº 8/2012, que originou a Resolução CP/CNE n.1 de 30/05/2012 e também às Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e africana e indígena, conforme o disposto na Lei nº 11.645 de 10/03/2008, na Resolução CNE/CP nº 01, de 17 de junho de 2004 e na Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003.

Os conteúdos programáticos a que se refere as leis supracitadas inclui diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil, esses fundamentos são trabalhados em disciplinas própria da área e de forma transversal nas ementas das disciplinas de Antropologia a Sociedade e Cultura.

4.4. Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos

Em 1948, a Organização das Nações Unidas editou e apresentou ao mundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos a fim de garantir que todos os seres humanos pudessem “invocar os direitos e as liberdades proclamados [...], sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação”.

A partir de então, foi desencadeado um processo de mudança no comportamento dos indivíduos e dos grupos sociais em todo o planeta. Diversos outros instrumentos, cartas, tratados, pactos foram criados a fim de dar garantia e de ampliar as já existentes nos diversos países em redor do mundo.

No Brasil, os direitos humanos estão garantidos na Constituição Federal (1988), em seu artigo 5º, parágrafos 2º e 3º, nos quais está consignado que:

§ 2º Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte. § 3º Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

Além de recepcionar a legislação e os tratados internacionais sobre direitos humanos, no *caput* do artigo 5º da Constituição Federal (1988) está escrito que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]”.

A legislação brasileira é perfeita no que se refere ao oferecimento de garantias individuais e coletivas; no entanto, a prática não imita a teoria, visto que as denominadas minorias sociais vivem marginalizadas em face de uma exclusão que, a cada dia, torna-se mais e mais evidente.

Visando minorar os diversos atentados contra os direitos individuais e coletivos e alavancar políticas que avancem rumo a um futuro de igualdade e de respeito a dignidade da pessoa humana, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República; o Ministério da Educação; o Ministério da Justiça e a UNESCO, por meio do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos, instituíram o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) com os objetivos gerais de:

a) destacar o papel estratégico da educação em direitos humanos para o fortalecimento do Estado Democrático de Direito; b) enfatizar o papel dos direitos humanos na construção de uma sociedade justa, equitativa e democrática; c) encorajar o desenvolvimento de ações de educação em direitos humanos pelo poder público e a sociedade civil por meio de ações conjuntas; d) contribuir para a efetivação dos compromissos internacionais e nacionais com a educação em direitos humanos; e) estimular a cooperação nacional e internacional na implementação de ações de educação em direitos humanos; f) propor a transversalidade da educação em direitos humanos nas políticas públicas, estimulando o desenvolvimento institucional e interinstitucional das ações previstas no PNEDH nos mais diversos setores (educação, saúde, comunicação, cultura, segurança e justiça, esporte e lazer, dentre outros); g) avançar nas ações e propostas do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) no que se refere às questões da educação em direitos humanos; h) orientar políticas educacionais direcionadas para a constituição de uma cultura de direitos humanos; i) estabelecer objetivos, diretrizes e linhas de ações para a elaboração de programas e projetos na área da educação em direitos humanos; j) estimular a reflexão, o estudo e a pesquisa voltados para a educação em direitos humanos; k) incentivar a criação e o fortalecimento de instituições e organizações nacionais, estaduais e municipais na perspectiva da educação em direitos humanos; l) balizar a elaboração, implementação, monitoramento, avaliação e atualização dos Planos de Educação em Direitos Humanos dos estados e municípios; m)

incentivar formas de acesso às ações de educação em direitos humanos a pessoas com deficiência (BRASIL, 2007)

Embora não haja uma política esboçada num plano ou programa específico para tratar dos direitos humanos, é certo que o tema vem se tornando, a cada dia, mais e mais frequente nas discussões dos comitês, conselhos e comissões constituídas para pensar o futuro do IFRO. Os direitos humanos já figuram como disciplinas obrigatórias, como optativas e também como conteúdos de disciplinas que tratam de questões humanas e sociais nos cursos da educação básica, técnica, tecnológica e superior do Instituto Federal de Educação de Rondônia, o qual pretende, nos anos vindouros, ampliar as discussões em nível de poder contribuir, sobremaneira, com a formação humanista da sociedade na qual está inserido e atua como agente de transformação social.

4.5. Proteção dos Direitos da Pessoa com Necessidades Específicas

O *Campus* Cacoal está em fase de expansão da estrutura física de acordo com o projeto da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, no entanto, garantir que todos tenham acesso e condições de permanência em nossa instituição é uma das políticas institucionais e o *Campus* continuará com investimentos de infraestrutura, de pessoal entre outros para garantir o atendimento de uma demanda que será crescente e a superação das barreiras é um dos nossos grandes desafios, não só as arquitetônicas mas também as atitudinais e pedagógicas.

Destaca-se ainda que o *Campus* está se adaptando para proporcionar condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas com deficiência, Espectro Autista, necessidades específicas ou de mobilidade reduzida, inclusive adaptação de sala de aula, biblioteca, auditórios, instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer, estacionamentos e sanitários; em conformidade à Lei Federal 10.098/2000 e a Portaria MEC 1.679/1999.

Sabe-se que, historicamente, as pessoas especiais ou com alguma deficiência têm sido alvo de discriminação e preconceito em todos os aspectos da vida comunitária. Nos últimos trinta anos, porém, tem-se observado uma mudança substancial em uma longa trajetória que tem episódios que vão desde o aniquilamento e isolamento em instituições específicas - muitas vezes tidas como “depósitos” - até a conquista de direitos assegurados em documentos oficiais em âmbito nacional e internacional. Segundo o IBGE, Censo 2000, no Brasil existem 24,6 milhões de

peessoas com algum tipo de deficiência ou incapacidade, o que representa 14,5% da população brasileira.

Um marco significativo que demonstra o avanço das conquistas dos movimentos de surdos, por exemplo, está mencionado no Decreto Lei nº 5.626, de 22 de Dezembro de 2005, que regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, dispondo sobre a Língua Brasileira de Sinais — Libras. Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Lei Nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012) e as condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, (CF/88, Art. 205, 206 e 208, na NBR 9050/2004, da ABNT, na Lei Nº 10.098/2000, nos Decretos Nº 5.296/2004, Nº 6.949/2009, Nº 7.611/2011 e na Portaria Nº 3.284/2003).

A construção de novos sentidos para o trabalho de educação no campo da diferença se dá a partir do momento em que a educação possa ser compreendida como um processo amplo, de gestão participativa e comprometida com as múltiplas necessidades e possibilidades inerentes ao campo da inclusão.

Nesse sentido procuramos em nosso Projeto Pedagógico do Curso garantir ações que garantam o que exige a legislação, sendo assim, os alunos que se encontrarem com alguma desigualdade social que implique em uma dificuldade extraordinária para a sua permanência no curso, poderão contar com o serviço de apoio do **Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas — NAPNE**. Dentre as principais atividades previstas, podem ser citadas a oferta de instrumentos especiais para pessoas com deficiência física (órteses, próteses, equipamentos para a superação de baixa visão ou baixa audição), o desenvolvimento de ações para a superação de barreiras arquitetônicas, atitudinais e pedagógicas, a criação e aplicação de estratégias para a garantia da educação inclusiva e a articulação com órgãos públicos, empresas privadas, grupos comunitários, organizações não governamentais e outros grupos ou pessoas que possam atuar em favor da inclusão.

O Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NAPNE) tem como atribuição desenvolver, acompanhar, avaliar e implementar ações com a finalidade de promover o desenvolvimento do estudante, minimizar a exclusão social e facilitar o acesso das pessoas com necessidades educacionais especiais ao mundo do trabalho através do preparo e qualificação, objetivando o favorecimento pleno da cidadania.

O núcleo conta com:

- ▶ Uma equipe formada por profissionais com adequada especialização (psicólogo, assistente social, intérprete em Libras e outros), que adotará medidas que atender as necessidades educacionais do aluno com deficiência;
- ▶ Adaptação pedagógica de materiais como apoio necessário à aprendizagem, conforme a característica da deficiência.

No entanto, na expectativa de garantir condições de acessibilidade às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia *Campus* Cacoal, prima pelo cumprimento legal de possibilitar condições de acessibilidade às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, (CF/88, Art. 205, 206 e 208, na NBR 9050/2004, da ABNT, na Lei N° 10.098/2000, nos Decretos N° 5.296/2004, N° 6.949/2009, N° 7.611/2011 e na Portaria N° 3.284/2003) adotando medidas que permitem a acessibilidade às suas dependências pela comunidade acadêmica e favorecem a inclusão social, conforme descrito a seguir:

- ▶ Instalação de corrimão em todos os acessos de escadas;
- ▶ Sanitários em todos os blocos, para portadores de necessidades especiais, com equipamentos e acessórios de acordo com a norma NBR 9050/ABNT. ;
- ▶ Instalação de antiderrapante emborrachado em todas as escadas e rampas em cerâmica;
- ▶ Rampas e corredores largos, facilitando a locomoção e acesso aos vários ambientes;
- ▶ Instalação de elevador ligando o pavimento térreo ao pavimento superior;
- ▶ Instalação de câmaras de segurança nas dependências da instituição;
- ▶ Profissionais na guarita e no hall de entrada para auxílio quando necessário;
- ▶ Estacionamento e/ou acesso adequado e reservado, próximo às edificações, para portadores de necessidades específicas.
- ▶ Locais de reunião com espaços reservados, facilitando a acessibilidade.

4.5.1. Para garantir a proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Lei N° 12.764, de 27 de dezembro de 2012)

No que diz respeito a proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Lei N° 12.764, de 27 de dezembro de 2012) o NAPNE desenvolverá ações junto ao corpo docente no sentido de orientar, acompanhar e sugerir um

planejamento diferenciado buscando garantir a inserção do "aluno com necessidades especiais", para tanto algumas ações serão desenvolvidas:

- ▶ orientação ao corpo docente e discente quanto a acolhida e o apoio necessário para a permanência da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista;
- ▶ Apoio ao docente no trabalho com o acadêmico com Transtorno do Espectro Autista;
- ▶ Auxílio e orientação no planejamento docente quando necessário;
- ▶ Acompanhamento do acadêmico com Transtorno do Espectro Autista;
- ▶ Esclarecer aos discentes, docentes, colaboradores e funcionários em geral o que é o Transtorno Espectro Autista, suas especificidades e procedimentos a serem adotados;
- ▶ Atendimento aos familiares e ou responsáveis pelo acadêmico com Transtorno Espectro Autista;

4.6. Acessibilidade para Pessoas Com Deficiência Física

O *Campus Cacoal* do IFRO está se adaptando para proporcionar condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas com necessidades específicas ou com mobilidade reduzida, inclusive adaptação de sala de aula, biblioteca, auditórios, ginásios e instalações desportivas e laboratórios, áreas de lazer, estacionamentos e sanitários.

Em atendimento à Lei Federal n.º 10.098/2000 e ao Decreto 5.296/2004, o *Campus Cacoal* possui:

- a) Estacionamento e/ou acesso adequado e reservado, próximo às edificações, para portadores de necessidades especiais;
- b) Em toda edificação, com mais de um pavimento, existirá acesso facilitado por rampa, calçada rebaixada e/ou elevador;
- c) Sanitários em todos os pavimentos, para pessoas com deficiência, com equipamentos e acessórios;
- d) Largos corredores, facilitando a locomoção e acesso aos vários ambientes;
- e) Locais de reunião com espaços reservados, facilitando a acessibilidade.

Deverá ser cumprido o estabelecido na NBR 9050 (ABNT, 2004) e legislações aplicáveis.

4.6.1. Acessibilidade Para Alunos Com Deficiência Visual

O *Campus Cacoal* está se adaptando para adquirir equipamentos que favoreçam a acessibilidade para alunos com deficiência visual, a fim de facilitar o ensino e aprendizagem a todos os alunos.

4.6.2. Acessibilidade Para Alunos Com Deficiência Auditiva

Historicamente, as pessoas com necessidades educacionais especiais têm sido alvo de discriminação e preconceito em todos os aspectos da vida comunitária. Nos últimos trinta anos, porém, tem-se observado uma mudança substancial em uma longa trajetória que tem episódios que vão desde o aniquilamento e isolamento em instituições específicas - muitas vezes tidas como “depósitos” - até a conquista de direitos assegurados em documentos oficiais em âmbito nacional e internacional. Segundo o IBGE, Censo 2000, no Brasil existem 24,6 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência ou incapacidade, o que representa 14,5% da população brasileira.

Um marco significativo que demonstra o avanço das conquistas dos movimentos de surdos, por exemplo, está mencionado no Decreto Lei nº 5.626, de 22 de Dezembro de 2005, que regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, dispondo sobre a Língua Brasileira de Sinais — Libras.

A construção de novos sentidos para o trabalho de educação no campo da diferença se dá a partir do momento em que a educação possa ser compreendida como um processo amplo, de gestão participativa e comprometida com as múltiplas necessidades e possibilidades inerentes ao campo da inclusão.

O *Campus Cacoal* tem condições para adquirir equipamentos que favoreçam a acessibilidade para alunos com deficiência auditiva. Hoje o IFRO pode contratar intérpretes de língua de sinais/língua portuguesa; flexibiliza a correção dos instrumentos de avaliações, valorizando o conteúdo semântico; possui materiais de informativos e formativos para o trabalho com os diferentes sujeitos em seu âmbito.

4.7. Do oferecimento da Disciplina de Libras

Compreendendo que todo e qualquer profissional terá que lidar, em algum momento de sua vida, respeitosamente, com as pessoas surdas, o Instituto Federal de Educação de Rondônia entende que deve, com fundamento no disposto no Decreto da Presidência de República nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua

Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000, no seu artigo 3º e parágrafos, em suas licenciaturas, oferecer Língua Brasileira de Sinais como disciplina obrigatória e como optativa nos demais cursos.

Em especial, o Núcleo Docente Estruturante entende que este curso deve oferecer Língua Brasileira de Sinais, como optativa, visto que o egresso em Licenciatura em Geografia terá um perfil diversificado que, certamente, o colocará de frente com todos e quaisquer sujeitos que necessitem de seus préstimos e conhecimentos.

E estando o egresso de Licenciatura em Geografia, frente a frente, com alguém que exija tratamento diferenciado em função de sua necessidade específica, saberá ele lidar de forma competente e hábil usando o necessário de sinais para estabelecer uma comunicação que seja eficiente e que atenda os anseio de seu aluno.

4.8. Titulação do Corpo Docente

Com fundamento no art. 66, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) Nº. 9394, de 20 de dezembro de 1996, “a preparação para o exercício do magistério superior far-se-á em nível de pós-graduação, prioritariamente em programas de mestrado e doutorado”.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia tem levado muito a sério a formação continuada no sentido de preparar seus docentes para o exercício da docência superior. Para alcançar essa meta, o IFRO vem estabelecendo parcerias com IES de todo o país com a finalidade de proporcionar oportunidades aos docentes em estarem cursando mestrados e doutorados em todas as áreas do conhecimento. Além dessa ação, o Instituto trabalha com a política de afastamento para os professores matriculados em programa *stricto sensu* regulares conceituados pela CAPES. Dessa forma, a política de formação continuada se torna democrática e idealística.

4.9. Núcleo Docente Estruturante (NDE)

O Núcleo Docente Estruturante é responsável por elaborar o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Geografia do IFRO *Campus* Cacoal, além de supervisionar, acompanhar e consolidar a implementação do Curso.

O NDE é composto pela equipe de professores e pela Direção-Geral do *Campus*. Suas competências estão definidas no Regulamento da Organização

Acadêmica dos Cursos de Graduação. Possui regulamento próprio aprovado pelo Colegiado do Curso, onde disciplina as atribuições e funcionamento do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso de Licenciatura em Geografia do IFRO *Campus* Cacoal.

O NDE é o órgão consultivo, formado por um conjunto de professores com a mais elevada formação e titulação, designados pelo Colegiado de Curso e que têm responsabilidade com a implantação e implementação do Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Geografia.

4.10. Tempo de integralização

O tempo de integralização do curso de Licenciatura em Geografia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, *Campus* Cacoal está em conformidade com a Resolução CNE N° 2, de 1° de julho de 2015 (Formação inicial em nível superior - cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura - e formação continuada.). Observando a carga horária destinada à integralização em suas vertentes, sendo no mínimo 3.200 horas de efetivo trabalho acadêmico com o mínimo de 4 e máximo de 8 anos para integralização.

A disposição da carga horária das disciplinas do Curso de Licenciatura em Geografia está em conformidade com os requisitos nacionais para o funcionamento das licenciaturas, ou seja, 3347 horas distribuídas em 4 anos disposto em 8 períodos letivos, respeitando o quantitativo mínimo de carga horária, a carga horária do curso está disposta em 3 núcleos;

- 1) Núcleo de estudos de formação geral, das áreas específicas e interdisciplinares, e do campo educacional;
- 2) Núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos das áreas de atuação profissional, incluindo os conteúdos específicos e pedagógicos;
- 3) Núcleo de estudos integradores.

Apesar dessa separação, os componentes de acordo com a Resolução CNE nº 02/2015 vislumbra uma organização de forma sequencial, progressiva e dialógica.

Na dimensão dos componentes de estudos de formação geral das áreas específicas e interdisciplinares e do campo educacional, as disciplinas e conteúdos a serem trabalhados deverão compor o alicerce acadêmico do aluno ingressante, preparando-o para o contato com os conceitos mais profundos e de preparação

profissional, humanística e complementar; além de fornecer os alicerces pedagógicos para a prática docente e humanizar a relação professor-aluno.

Na dimensão dos componentes de formação Núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos das áreas de atuação profissional, incluindo os conteúdos específicos e pedagógicos, as disciplinas e os conteúdos darão o tom acadêmico de um curso, cuja meta principal, é a formação tecnológica e a preparação do futuro egresso para um mercado de trabalho que urge por profissionais capacitados em tecnologia de ponta.

Na dimensão dos componentes de estudo integradores, as disciplinas e conteúdos ministrados deverão compor conhecimentos alicerçados na dimensão de formação básica a fim de ampliar e de aprofundar a base científica e os fundamentos acadêmicos do aluno. O aluno terá no Estágio Curricular Supervisionado sua vitrine e caminho para o futuro mercado de trabalho e no Trabalho de Conclusão de Curso, esse mesmo discente terá o suporte necessário que o tornará hábil para a confecção de produtos.

4.11 Carga Horária Mínima, em horas – para licenciaturas

Conforme a Resolução CNE/CP nº 02, de 01 de julho de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada, estabelece a obrigatoriedade de cargas horárias mínimas assim distribuídas e dimensionadas:

§ 1º Os cursos de que trata o caput terão, no mínimo, 3.200 (três mil e duzentas) horas de efetivo trabalho acadêmico, em cursos com duração de, no mínimo, 8 (oito) semestres ou 4 (quatro) anos, compreendendo:

- I – 400 (quatrocentas) horas de prática como componente curricular, distribuídas ao longo do processo formativo;
- II – 400 (quatrocentas) horas dedicadas ao estágio supervisionado, na área de formação e atuação na educação básica, contemplando também outras áreas específicas, se for o caso, conforme o projeto de curso da instituição;
- III – pelo menos 2.200 (duas mil e duzentas) horas dedicadas às atividades formativas estruturadas pelos núcleos definidos nos incisos I e II do artigo 12 desta Resolução, conforme o projeto de curso da instituição;
- IV – 200 (duzentas) horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes, conforme núcleo definido no inciso III do artigo 12 desta Resolução, por meio da iniciação científica, da iniciação à docência, da extensão e da monitoria, entre outras, consoante o projeto de curso da instituição (RESOLUÇÃO CNE/CP nº 2/2015).

4.12. Informações Acadêmicas

As informações acadêmicas são parte da relação de uma instituição de ensino com a comunidade a que ela atende. Em conformidade com a Portaria Normativa Nº 40 de 12/12/2007, no seu artigo 32, a IES precisa lançar mão de todos os instrumentos de comunicação que dispõe para manter a comunidade acadêmica informada de todas as suas ações, especialmente, aquelas que sejam de total interesse de professores e alunos.

No IFRO, as informações acadêmicas são propagadas por intermédio de meios eletrônicos e virtuais, sem, no entanto, desprezar aqueles convencionais, a exemplo dos murais internos e dos comunicados impressos entregues aos discentes.

O IFRO construiu e mantém o SIGA-Edu como seu principal portal de informação acadêmica. Nele são registrados os conteúdos ministrados, a frequência e as notas atribuídas aos alunos. O discente tem acesso ao sistema para registro por meio do Portal do Professor, o aluno, por sua vez, tem acesso a essas informações pelo Portal do aluno, recentemente implantado.

Além do SIGA-Edu, o IFRO mantém atualizadas as informações acadêmicas em seu site www.ifro.edu.br a fim de atender ao que preconiza a Lei nº 13.168, de 6 de outubro de 2015.

4.13. Políticas de Educação Ambiental

A política de Educação Ambiental no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia visa construir valores sociais, atitudinais e competências para a utilização sustentável do meio ambiente.

Além do oferecimento de disciplinas que tratam do tema e de conteúdos, oferecidos de modo transversal, nas demais disciplinas de formação geral, será estimulada a implantação de projetos e de programas relacionados ao tema a fim de consolidar uma política ambiental que seja capaz de resgatar os mais puros valores relacionados à preservação e ao uso responsável da terra, das matas, do ar, das águas e de tudo o que se deriva deles.

De igual modo, serão estabelecidas parcerias com órgãos ambientais de natureza pública e privada para o desenvolvimento de políticas de preservação e conservação de rios, florestas e de outros ambientes naturais na região de

abrangência do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO).

Como norte para a sua política de educação ambiental interna, o IFRO servirá de tudo o quanto está preconizado no Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) e evoca em especial as cinco diretrizes:

- a) Transversalidade e Interdisciplinaridade.
- b) Descentralização Espacial e Institucional.
- c) Sustentabilidade Socioambiental.
- d) Democracia e Participação Social.
- e) Aperfeiçoamento e Fortalecimento dos Sistemas de Ensino, Meio Ambiente

e outros que tenham interface com a educação ambiental.

4.14. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em Nível Superior, Curso de Licenciatura, de Graduação Plena

Em atendimento a legislação vigente e observando as normas específicas definidas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), desenhou-se um projeto pedagógico respeitando as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica tendo como foco a articulação entre o IFRO (Licenciatura em Geografia) e o sistema de educação básica em apoio à formação docente em regime de colaboração, com vistas a garantir: sólida formação teórica e interdisciplinar dos profissionais; a inserção dos estudantes de licenciatura nas instituições de educação básica da rede pública de ensino; a ampliação e o aperfeiçoamento do uso da Língua Portuguesa e da capacidade comunicativa, oral e escrita, como elementos fundamentais da formação dos professores, e da aprendizagem da Língua Brasileira de Sinais (Libras); formação referente as questões socioambientais, éticas, estéticas e relativas à diversidade etnorracial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional e sociocultural como princípios de equidade.

DIMENSÃO 5. TEMAS GERAIS E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

5.1. Infraestrutura do *Campus*

O *Campus* está em processo de expansão de sua infraestrutura, com garantia dos ambientes e recursos para a realização do curso. Os setores de atendimento

possuem equipamentos e mobiliários adequados, além de pessoal de apoio para a manutenção e organização dos espaços e instrumentos de trabalho.

A infraestrutura física compreende laboratórios, salas de aula, auditórios, quadras esportivas e diversos outros espaços formadores, nos quais são utilizados recursos materiais atualizados e adequados à formação específica. Os investimentos em recursos de hiperídia, por exemplo, têm favorecido à melhoria das expectativas quanto à operacionalidade dos planos de ensino.

Quadro 30 - Estrutura física do *Campus Cacoal* disponível para o curso de Licenciatura em Geografia

Dependências	Quantidade	Total em M ²
Sala de aula	17	952
Sala de professores – convivência	1	56
Sala para professores - gabinete	1	28
Auditório	1	320,5
Sala de desenhos técnicos	1	56
Laboratório de informática	2	118
Laboratório de Solos	1	76
Laboratório de Biologia	1	56
Laboratório de Matemática e Física	1	76
Laboratório de Química	1	76
Laboratório de Topografia	1	56
Direção de Ensino	1	28
Departamento de Ensino	1	58,2
Núcleo Pedagógico	1	36
Coordenação de Assistência ao Educando	1	56
Departamento de Pesquisa e Pós-Graduação	1	56
Coordenações	6	116
Subtotal		2.270,7 m²
Unidades Experimentais de Ensino, Pesquisa e Extensão (UEPE's)		
UEPE 01- Olericultura	1	8877
UEPE 02 – Culturas Anuais	1	16268
UEPE 03 – Culturas Perenes	1	110234
UEPE 04 - Pecuária	1	102466
Subtotal		237.845
TOTAL GERAL		240.065,7 m²

Fonte: IFRO – *Campus Cacoal*

5.1.1. Infraestrutura de Segurança

A instalação do *campus* foi projetada para atender as normas do Código de Segurança e Proteção contra Incêndio – CBM/RO, por meio da instalação dos seguintes sistemas:

- Extintores CO₂ nos corredores e laboratórios;
- Parapeito no mezanino/saguão;
- Saída de emergência;
- Luminárias de emergência;
- Corrimão na escada e rampa;
- Sinalizações;

- Parte elétrica: Subestação e quadros de distribuição compatíveis com as cargas.

5.1.2. Área de Convivência

O IFRO conta com áreas de convivência, saguões e mezaninos que servem para o lazer, descanso e também para as relações interpessoais de alunos e servidores.

Nesses espaços de convivência amplos, arejados e confortáveis são contemplados os serviços de alimentação, lazer, reprografia e outros.

5.1.3. Biblioteca

A estrutura definitiva do *campus* prevê uma biblioteca com cabines para estudos individuais, salas de estudo em grupo, sala de multi meios e área para consulta online ao sistema, além de um amplo salão de estudos. Contendo referências bibliográficas imprescindíveis a sua formação. Entende-se que o conhecimento construído ao longo dos tempos, especialmente sistematizados em livros e outras formas de divulgação, deve ser objeto de estudo e ficar disponibilizado aos alunos, para a fundamentação teórica de suas atividades estudantis e profissionais. Por isso, salienta-se a importância a ser dada à Biblioteca, que conta ainda com acervo virtual de consulta e sistemas de acesso a este acervo.

A biblioteca opera com um sistema informatizado, possibilitando fácil acesso ao acervo (Gnuteca). O sistema informatizado propicia a reserva de exemplares cuja política de empréstimos prevê um prazo máximo de 7 (sete) dias para o aluno e 14 (catorze) dias para os professores, além de manter pelo menos 1 (um) volume para consultas na própria Instituição. O acervo está dividido por áreas de conhecimento, facilitando, assim, a procura por títulos específicos, com exemplares de livros e periódicos contemplando todas as áreas de abrangência do curso.

A cada dois anos o acervo será analisado utilizando a técnica do inventário para, de acordo com a Política de Desenvolvimento de Coleções, ser atualizado, assegurando um crescimento consciente da coleção. A Política envolve regras para a seleção positiva (incorporação de novos itens ao acervo) e a seleção negativa (retirada de itens que estão desatualizados, que não são mais pertinentes à Instituição).

Ao final de cada ano os professores realizam uma listagem com títulos relacionados às suas respectivas disciplinas. Essa listagem, acompanhada da lista de

perdas, é enviada ao setor de licitação do *Campus*, que ficará responsável pela compra dos livros, respeitando o número mínimo necessário às bibliografias básicas.

5.1.3.1. Espaço Físico da Biblioteca

O espaço da biblioteca é dedicado a estudos de alunos, professores e demais pessoas da comunidade, seja em grupo ou individualmente. Há espaços para reuniões e orientações. São previstas consultas a bases de dados digitais e outros serviços, como solicitação de artigos.

Quadro 31 - Número de obras por aluno disponíveis na biblioteca.

Item	Quantidade total	Quantidade por aluno
Títulos existentes	2.889	4,1
Títulos encomendados	384	2,8
Títulos programados	1.200	-
Volumes existentes	6.341	9,8
Volumes encomendados	2.860	12,3
Volumes programados	750	-

Fonte: IFRO – *Campus* Cacoal

5.1.3.2. Serviços Oferecidos na Biblioteca

A biblioteca contribui para o desenvolvimento das atividades estudantis e apoio ao ensino, pesquisa e extensão. Os serviços oferecidos pela biblioteca são: consulta ao acervo pelo sistema via online, empréstimos, renovações e devoluções de livros, manuais, dvd's, cd's, livros áudios, cordéis e revistas. Além de orientação dos Treinamentos online do Portal de Periódicos da CAPES e elaboração de fichas catalográficas, sendo respeitadas as Normativas Internas.

5.1.3.3. Horário de Funcionamento da Biblioteca

A biblioteca atende ao público de segunda a sexta-feira, do período matutino ao noturno em horário ininterrupto. O espaço é aberto à comunidade, sendo os empréstimos domiciliares permitidos, somente, aos alunos e servidores do *Campus* Cacoal. Os horários de atendimento na biblioteca estão representados no Quadro 32.

Quadro 32 - Horários de funcionamento da biblioteca do IFRO – *Campus* Cacoal.

QUADRO DE HORÁRIOS							
Turno	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado	Domingo
7:30 às 22:00	X	X	X	X	X	-	-

Fonte: IFRO – *Campus* Cacoal.

Quadro 33 - Recurso humanos disponíveis na biblioteca.

N.º	Nome	Formação	Capacitação	Função	RT
1	Fernanda de Oliveira Freitas Cavalcante	Biblioteconomia	Especialista em Biblioteconomia	Bibliotecária / Documentista	40
2	Gizele de Melo Viana	Biblioteconomia	Especialista em Biblioteconomia	Bibliotecária / Documentista	40
3	Priscila Daniele Doenha Moura	Ensino Médio	Cursando Bacharelado em Direito	Técnico Auxiliar de Biblioteca	40
4	Jucélia Alexandre Martins	Gestão Ambiental	-	Técnico Auxiliar de Biblioteca	40

Fonte: IFRO – *Campus* Cacoal.

5.1.4. Espaços para Eventos

A estrutura definitiva do *Campus* contará com instalações físicas que atendem às necessidades para realização de pequenos, médios e grandes eventos, tais como: auditório, miniauditórios, sala de conferências e outros espaços.

5.1.5. Instalações Sanitárias

As instalações sanitárias do *campus* foram construídas de acordo com as normas hidrossanitárias da concessionária local, composta de dois conjuntos sanitários masculinos e dois femininos.

Com área de 24 m², cada conjunto possui 4 divisórias com vasos sanitários, sendo uma planejada para atendimento às pessoas com necessidades especiais e uma bancada com lavatórios.

Todos os conjuntos têm piso cerâmico antiderrapante, revestimento total das paredes em azulejos, janelas com vidros temperados, portas em madeira. As divisórias e as bancadas são de pedra tipo granito.

5.2. Organização do Controle Acadêmico

A organização do controle acadêmico segue as normas regimentais estabelecidas nos documentos gerais do IFRO e também nos documentos internos de cada *campus*. O órgão central de desempenho das atividades acadêmico-administrativas é a Coordenação de Registros Acadêmicos, denominada tão somente de CRA. O controle da organização acadêmica dá-se por meio de sistema eletrônico denominado de SIGA-Edu.

O registro e o controle acadêmico de matrícula, trancamento, transferência e aproveitamento de estudos são de responsabilidade da Coordenação de Registros

Acadêmicos. As questões acadêmicas, expedição de atestados, históricos escolares, registro de diplomas, entre outras atividades também estão a cargo da Coordenação de Registros Acadêmicos (CRA). A verificação e o registro de frequência, notas, aprovação/reprovação são de responsabilidade do professor e o seu controle de responsabilidade da Diretoria de Ensino.

A CRA é o órgão de apoio ao qual compete centralizar todo o movimento acadêmico e administrativo de cada *campus* e é dirigida por um(a) coordenador(a), sob a orientação da Diretoria de Ensino.

O(A) coordenador(a) tem sob sua guarda e responsabilidade todos os livros e sistemas de escrituração escolar, arquivos, prontuários dos alunos e demais assentamentos em livros e sistemas de registros fixados pelo Regimento Geral, pelo Regulamento da Organização Acadêmica e pela legislação vigente.

À CRA compete:

- I - inscrever os candidatos à seleção e admissão;
- II - proceder à matrícula dos alunos;
- III - expedir documentação escolar geral;
- IV - expedir diplomas e certificados;
- V - organizar e manter atualizados arquivos e fichários;
- VI - manter o controle dos registros acadêmicos;
- VII - divulgar as diversas atividades do setor escolar;
- VIII - executar outros trabalhos que lhes sejam atribuídos pelo diretor de ensino;

Ao (à) coordenador(a) compete:

I - dirigir a CRA, observadas as normas regimentais, e as que lhe forem conferidas pelos órgãos e instâncias superiores;

II – Desenvolver todas as atividades que lhe for designada no Regimento Geral, nos Regulamentos da Organização Acadêmica e nos demais documentos e legislação vigente.

5.3. Setores de Apoio Pedagógico e Técnico-Administrativo

A seguir, indicamos os principais setores em que atua a equipe de apoio pedagógico e técnico-administrativo e os principais serviços oferecidos pela IES no desenvolvimento do ensino, da aprendizagem, da extensão e da pesquisa.

5.3.1. Diretoria de Ensino

Articula-se com a Direção Geral e com os demais setores de manutenção e apoio ao ensino para o desenvolvimento das políticas institucionais de educação. Delibera a respeito de programas, projetos e atividades de rotina, conforme competências descritas no Regimento Interno do *campus* e as instruções da Direção Geral; organiza, executa e distribui tarefas referentes ao desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão.

5.3.1.1. Coordenação de Apoio ao Ensino/ Departamento de Apoio ao Ensino

Desenvolve atividade de suporte à Diretoria de Ensino; presta apoio ou exerce atividade de orientação a professores e alunos, no que tange a elaboração, tramitação, organização, recebimento e expedição de documentos referentes ao ensino técnico e graduação; controla materiais e recursos didáticos disponibilizados aos docentes e acadêmicos deste nível de ensino; com auxílio de uma equipe de pedagogos e técnico em assuntos educacionais, atua junto ao ensino técnico nas modalidades ofertadas, para prestar apoio pedagógico aos alunos e professores.

5.3.1.2. Coordenação de Assistência ao Educando/ Departamento de Assistência ao Educando

Desenvolve atividade de suporte à Diretoria de Ensino e ao Departamento de Apoio ao Ensino; presta informações a todos de direito no que se refere às notas obtidas nas etapas; oferece orientação a alunos quanto a aproveitamento, frequência, relações de interação e outros princípios voltados para o bom desenvolvimento dos estudos. Tem ainda como serviços específicos:

5.3.1.2.1. Serviço Social

Presta assistência ao aluno em relação aos aspectos socioeconômicos, que envolvem: construção do perfil socioeconômico dos que ingressam no IFRO; levantamento de necessidades; elaboração de planos de apoio financeiro que envolvam, por exemplo, bolsa-trabalho e bolsa-monitoria; realização de outras atividades de atendimento favorável à permanência do aluno no curso e ao seu bem-estar.

5.3.1.2.2. Serviço de Psicologia

Atenderá aos alunos em relação aos aspectos psicológicos, por meio de orientações, estudos de caso, diagnósticos e atendimentos de rotina.

5.3.1.3. Coordenação de Registros Acadêmicos

Vinculada à Diretoria de Ensino, é o setor que faz o recebimento, conferência, guarda, elaboração e expedição de documentos relativos à vida acadêmica no *campus*.

5.3.1.4. Coordenação de Biblioteca

Registra, organiza, cataloga, informa, distribui e recolhe livros e outras obras de leitura; interage com professores, alunos e demais agentes internos ou externos para o aproveitamento das obras da biblioteca no desenvolvimento do ensino e da aprendizagem e/ou da formação geral.

5.3.2. Departamento de Extensão

Orienta os agentes das comunidades interna e externa para o desenvolvimento de projetos de extensão, considerando a relevância dos projetos e a viabilidade financeira, pedagógica e instrumental do *campus*; participa de atividades de divulgação e aplicação dos projetos, sempre que oportuno e necessário; oferece orientação vocacional aos alunos.

Por meio da Coordenação de Integração entre Escola, Empresa e Comunidade, cumpre as atividades de rotina relativas a estágio (levantamento de vagas de estágio, credenciamento de empresas, encaminhamento ao mercado de trabalho, estabelecimento de relação quantitativa e qualitativa adequada entre alunos e docentes orientadores, etc.), desenvolve planos de intervenção para conquista do primeiro emprego, acompanha egressos por meio de projetos de integração permanente, constrói banco de dados de formandos e egressos, faz as diligências para visitas técnicas, dentre outras funções.

Em geral, o Departamento de Extensão apoia a administração, a Diretoria de Ensino e cada membro das comunidades interna e externa no desenvolvimento de projetos que favoreçam ao fomento do ensino e da aprendizagem. Usa como estratégia a projeção, a instrução, a logística, a intermediação e o *marketing*.

5.3.3. Departamento de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação

Atende às necessidades da Instituição de forma articulatória, relacionando a pesquisa e a inovação com as atividades de ensino; responde pela necessidade de informação, organização e direcionamento das atividades afins, atentando-se para as novas descobertas e o desenvolvimento de projetos de formação e aperfeiçoamento de pessoas e processos.

Por meio da Coordenação de Pesquisa e Inovação, trabalha com programas de fomento, como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica — PIBIC Júnior e outros, e projetos específicos de desenvolvimento da pesquisa, desenvolvidos no âmbito interno ou não, envolvendo não apenas os alunos e professores, mas também a comunidade externa.

5.3.4. Coordenação de Tecnologia da Informação

É um setor que trabalha pela automação e desenvolvimento de sistemas nos mais diversos níveis e segmentos, envolvendo: Gestão da Rede Nacional de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) dos Institutos Federais; Observatório Nacional do Mundo do Trabalho; EPT Virtual; Portal Nacional de EPT; EPT Internacional; Acessibilidade Virtual; Controle Acadêmico (responsável pelo controle da documentação do aluno na instituição), dentre outros programas, sistemas e processos.

5.3.5. Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas

Os alunos, que se encontrarem com alguma desigualdade social que implique em uma dificuldade extraordinária para a sua permanência no curso, poderão contar com o serviço de apoio do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais — NAPNE. Dentre as principais atividades previstas, podem ser citadas a oferta de instrumentos especiais para pessoas com deficiência física (órteses, próteses, equipamentos para a superação de baixa visão ou baixa audição), o desenvolvimento de ações para a superação de barreiras arquitetônicas, atitudinais e pedagógicas, a criação e aplicação de estratégias para a garantia da educação inclusiva e a articulação com órgãos públicos, empresas privadas, grupos comunitários, organizações não governamentais e outros grupos ou pessoas que

possam atuar em favor da inclusão. Informações mais completas podem ser conferidas no projeto de implantação do Núcleo.

O Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NAPNE) tem como atribuição desenvolver, acompanhar, avaliar e implementar ações com a finalidade de promover o desenvolvimento do estudante, minimizar a exclusão social e facilitar o acesso das pessoas com necessidades educacionais especiais ao mundo do trabalho através do preparo e qualificação, objetivando o favorecimento pleno da cidadania. O núcleo conta com:

- Uma equipe formada por profissionais com adequada especialização (psicólogo, assistente social, intérprete em Libras e outros), que adotará medidas que atender as necessidades educacionais do aluno com deficiência;
- Adaptação pedagógica de materiais como apoio necessário à aprendizagem, conforme a característica da deficiência.

5.4. Políticas Especiais do IFRO

5.4.1. Políticas de Educação Inclusiva

A sociedade é formada por indivíduos diferentes, e aqueles que estão fora do padrão da maioria, geralmente, são marginalizados, estereotipados e/ou relegados ao que, modernamente, são chamados de grupos de minorias. Segundo Santos e Paulino (2008, p. 70):

historicamente, a dialética exclusiva/inclusiva vem galgando caminhos tortuosos e modificando-se de acordo com a sua época. Desta maneira, pode-se constatar a formação de diversos grupos de excluídos que se modificam a cada dia e compõem uma série de movimentos em favor dos direitos sociais e de participação, buscando minimizar as exclusões que podem ser percebidos nitidamente em muitas situações, de forma velada em outras e muitas vezes até mesmo mascaradas.

Procurando se adequar à modernidade inclusiva e a esse novo mundo de diversidades que se organizam em grupos de minorias excluídas; o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), com o propósito de tratar os iguais com igualdade e os desiguais com desigualdade, na medida de suas desigualdades, a fim de igualar os desiguais aos iguais, vem desenvolvendo políticas denominadas de inclusivas para atender as camadas sociais excluídas dos sistemas educacionais a fim de nivelá-las aos demais membros da sociedade. Assim sendo, como está preconizado no seu Plano de Desenvolvimento Institucional (2014):

Todas as obras recentes realizadas pelo Instituto Federal de Rondônia já contemplam em seus projetos as recomendações da legislação vigente no

que refere às questões de acessibilidade. Edificações pré-existentes incorporadas ao IFRO ao longo do tempo e que, porventura, não possuíam acessibilidade, foram adequadas.

Nesse sentido, outra questão a se destacar, é a Resolução nº30/2011, que disciplina a organização, o funcionamento e as atribuições dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas – NAPNEs, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO.

Entre suas principais características, destacam-se os procedimentos para sua efetiva implantação, que tem como objetivo principal, criar a cultura da educação para a convivência, a aceitação da diversidade, a eliminação das barreiras arquitetônicas, educacionais e atitudinais, incluindo socialmente a todos por meio da educação.

Informamos também que duas metas apresentadas no presente documento contribuem para a regulamentação da acessibilidade e para o atendimento prioritário em âmbito institucional. A Pró-Reitoria de Planejamento e Administração – PROPLAD – tem como meta para o ano de 2015, a elaboração do Plano de Desenvolvimento Físico do IFRO (PDF), que passará a oferecer documentalmente, de maneira mais detalhada, as especificidades técnicas de construção para atendimento ao disposto, atendendo as necessidades de cada *campus*, em consonância com os objetivos institucionais e a legislação vigente. Em complemento a essa ação, a reitoria tem como meta a elaboração do Plano de Acessibilidade e Atendimento Prioritário do IFRO, que, como o nome sugere, passará a servir como referência documental da instituição para essa finalidade, contemplando os estudos já realizados pelo NAPNE, bem como do PDF, a ser desenvolvido pela PROPLAD.

O ensino e a aprendizagem têm interessado, sobremaneira, pesquisadores, professores, gestores e também às famílias, especialmente, no que concerne a educação especial inclusiva. No âmbito do Instituto Federal de Educação de Rondônia, isso não é diferente. Apesar de sua jovialidade, o IFRO tem demonstrado que pode fazer a diferença oferecendo à sociedade uma educação isonômica para todos. Todos os seus campi têm procurado incluir os mais diversos sujeitos socialmente constituídos para que façam parte do sistema nacional de educação básica, técnica, tecnológica e superior, provendo assim “o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (CF, art 3º, inc. IV), pautando sempre pelo zelo aos princípios constitucionais de respeito à dignidade da pessoa humana, da liberdade de ir e vir e da igualdade entre todos. (BRASIL, 1988).

5.5. Certificação de Conclusão de Curso

Nos termos da legislação vigente os diplomas para os formandos do curso de Licenciatura em Geografia serão emitidos pela Coordenação de Registros Acadêmicos – CRA para os estudantes que concluírem todas as componentes curriculares e demais atividades que compõe o curso de acordo com este projeto

pedagógico. O recebimento do diploma ocorrerá, cumpridas todas as etapas, após a colação de grau que é obrigatória para os estudantes. Sendo também requisitos obrigatórios para a obtenção do diploma a aprovação no Estágio Curricular Supervisionado, no Trabalho de Conclusão de Curso e o cumprimento das Atividades Complementares.

5.6. Acesso a Equipamentos de Informática pelos Docentes

Todos os docentes do *Campus* têm acesso a equipamentos de informática que estão distribuídos nos laboratórios, na biblioteca, nos gabinetes e em salas de estudos e de atendimento a alunos.

A Instituição disponibiliza, em seus três turnos de funcionamento, os laboratórios de informática, composto com máquinas e equipamentos de última geração.

Além dos laboratórios, os docentes contam ainda com equipamentos de informática instalados nas coordenadorias dos cursos, departamentos de pesquisa e extensão e serviço de apoio psicopedagógico.

O acesso à internet no âmbito do *campus* é realizado por meio de um canal de alta velocidade, com 100MBps/s - Full.

Os microcomputadores disponibilizados aos docentes permitem, também, acesso, por intermédio do Sistema, às informações sobre as suas turmas, impressão do diário de classe, cadastro de notas, faltas, conteúdo e relatórios, podendo assim, acompanhar o rendimento acadêmico de cada aluno em tempo real e de qualquer lugar.

5.7. Recursos Audiovisuais Disponíveis para o Exercício da Docência

Os recursos audiovisuais são disponibilizados em números equivalentes às necessidades e demanda das aulas e atividades acadêmicas.

Quadro 34 - Recursos audiovisuais.

Equipamentos	Especificação
Computadores	4
Projetor de multimídia	17
Televisores	5
Caixa de som	3

Lousa Digital	10
Microfones	3

Fonte: IFRO – *Campus* Cacoal.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050/2004**. Disponível em:

http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_genérico_imagens-filefield-description%5D_24.pdf. Acesso em: 17 de jun. de 2016.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos** / Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007.

_____. Casa Civil. **Lei nº 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm> Acesso em: 15 de out. de 2017.

_____. **Constituição Federal**. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em 03 de jul. de 2017.

_____. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 27 de out. de 2017.

_____. **Decreto nº 5.626**, de 22 de dezembro de 2005. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 17 de jul. de 2017.

_____. **Lei nº 11.892**, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm, Acesso em: 03 de ago. de 2017.

_____. **Lei nº 12.764**, de 27 de dezembro de 2012. Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm> Acesso em: 02 de ago. de 2017

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**.

Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013, 542p. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file>> Acesso em: 12 de set. de 2017.

MEC. **Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia**. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=86&id=12352&option=com_content> Acesso em 12 de jul. de 2017.

MEC/CNE/CES PARECER Nº 492, DE 9 DE JULHO DE 2001 Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Geografia. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>. Acessado em 15 de jul. de 2017.

MEC/CNE/CES RESOLUÇÃO Nº 14, DE 13 DE MARÇO DE 2002. Estabelece as Diretrizes para os cursos de Geografia. Disponível em

<<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES142002.pdf>> Acesso em 15 de jul. de 2017.

MEC/CNE/CS RESOLUÇÃO N° 2, DE 1 DE JULHO DE 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17719-res-cne-cp-002-03072015&Itemid=30192> Acesso em 15 de jul. de 2017.

MEC/CNE/CP RESOLUÇÃO N° 2, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Disponível em: <

<http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file>> Acesso em 10 de ago. de 2020.

PNE – **Plano Nacional de Educação**. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm> Acesso em: 16 de jul. de 2017.

Poder Executivo. DECRETO N° 6.095, DE 24 DE ABRIL DE 2007. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6095.htm> Acesso em 17 de julho 2017.

SANTOS, Mônica Pereira dos e PAULINO, Marcos Moreira (orgs.). **Inclusão em educação**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

UNESCO. **Educação**: um tesouro a descobrir. UNESCO, 2010. Disponível em:

<<http://unesdoc.unesco.org/images/0010/001095/109590por.pdf>> Acesso em: 30 de out. de 2017.